

EXPEDIENTE

Versão impressa (2001)

CONSELHO EDITORIAL

Sérgio Laia (Presidente)
Ana Maria Costa Lino Figueiró
Elisa Alvarenga
Helenice S. de Castro

EQUIPE AUTÔNOMA DE PUBLICAÇÃO

Helenice S. de Castro (Coordenadora)
Jorge A. Pimenta Filho (Coordenador Adjunto)
Andréa Eulálio de Paula Ferreira
Geraldina Eloisa Gonçalves Nogueira
Gilson Iannini
Júlio Flávio Figueiredo Fernandes
Márcia Mezêncio
Paula Ramos Pimenta
Yolanda Vilela

CONSELHO DA EBP-MG

Sérgio de Castro (Presidente)
Ana Lygia Bezerra Santiago
Elisa Alvarenga
Lázaro Elias Rosa
Ram Avraham Mandil
Sérgio Laia

DIRETORIA GERAL DA EBP-MG

Jésus Santiago (Diretor Geral)
Sérgio de Mattos (Diretor Adjunto)
Sérgio Laia (Diretor Secretário Tesoureiro)
Henri Kaufmanner (Diretor Secretário Tesoureiro Adjunto)
Cristina Drummond (Diretora de Intercâmbio e Cartéis)
Ana Maria Costa Lino Figueiró (Diretora Adjunta de Intercâmbio e Cartéis)
Ram Avraham Mandil (Diretor de Biblioteca)
Simone Souto (Diretora Adjunta de Biblioteca)

REVISÃO

Mariângela Ramos Pimenta

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Murilo Godoy

Versão online (2011)

DIRETORIA GERAL DA EBP-MG

Antônio Aureo Beneti (Diretor Geral)
Sérgio de Castro (Adjunto)
Ilka Franco Ferrari (Diretora-Secretária-Tesoureira)
Alessandra Thomaz Rocha (Adjunta)
Jésus Santiago (Diretor de Biblioteca)
Frederico Zeymer Feu de Carvalho (Adjunto)
Francisco Paes Barreto (Diretor de Cartéis)
Maria José Gontijo Salum (Adjunta)

CONSELHO DA EBP-MG

Cristina Vidigal
Henri Kaufmanner (Presidente)
Ram Mandil
Sérgio Passos de Campos (Secretário)
Sérgio de Castro
Simone Oliveira Souto

CONSELHO EDITORIAL

Ilka Franco Ferrari (Presidente)
Alessandra Thomas Rocha
Frederico Zeymer Feu de Carvalho
Jorge Antônio Pimenta Filho
Lúcia Grossi dos Santos
Luciôla Freitas de Macêdo
Maria Wilma Santos de Faria
Sandra Espinha Oliveira

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO

Maria Wilma Santos de Faria (Coordenadora)
Anamâris dos Anjos Pinto
Andréa Máris Campos Guerra
Francisco José dos Reis Goyatá
Laura Lustosa Rubião
Luís Flávio Silva Couto
Maria Bernadete de Carvalho
Mônica Campos Silva
Silvane Catarina de Oliveira Carozzi
Wellerson Durães de Alkmim

INDEXAÇÃO

Lilacs/Bireme

REVISÃO

Neyse Sanguinetto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fernanda Moraes

Curinga

v.1, n.0 (out. 1993) - - Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise - Seção Minas, n.15-16, abril de 2001.

Semestral

ISSN: 1676-2495

1. Psicanálise - Periódicos 2. Clínica

I.: Escola Brasileira de Psicanálise - Minas Gerais

CDU: 159.964

CDD: 150.195

EDITORIAL

As escansões cronológicas, como é o caso da chegada do novo milênio, quase sempre suscitam indagações sobre o destino, sobre o futuro dos mais diversos domínios da vida. Certamente, a psicanálise não está isenta desse tipo de questionamento. Inclusive, agora que já cruzamos o limiar dessa passagem para o novo milênio e que os festejos já terminaram, as perguntas sobre “onde se está” e “para onde se vai” adquirem mais força e pertinência. Com relação à psicanálise, a pergunta não seria, propriamente, a respeito de sua sobrevivência no próximo milênio, mas sim, sobre as condições de transmissão do discurso analítico nesses novos tempos. Ou seja, a psicanálise como discurso continua sendo passível de transmissão? A VI Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais – *A criança entre a mãe e a mulher* foi, também, um momento crucial para se pôr à prova as condições de transmissão do discurso analítico, nesse caso em relação a esse domínio da vida que é o mundo da infância.

Esperamos que a VI Jornada tenha sido um instante a mais para nossa convicção de que aquilo que se descortina no início do século, agora passado – ou seja, o saber analítico – continua sendo passível de transmissão na época da ciência. Utilizando-se os termos do próprio Lacan, pretendemos que a discussão sobre os sintomas da condição infantil seja uma demonstração viva de que a psicanálise não “corre o risco de entregar as armas diante dos impasses crescentes da civilização” da ciência. E para isto é necessário mostrar que ela será capaz de resistir àquilo que, muitas vezes de modo errôneo e desviante, se nomeia como sendo sua prática.

É possível, ainda, perguntar se a transmissão de seu saber, transmissão que a Escola de Lacan visa, coloca a necessidade da existência de um laço transferencial que, de alguma forma, é o que dá fôlego a uma comunidade de trabalho. Pelo menos, pode-se supor que foi movida pelo sopro de uma transferência, muitas vezes tempestuosa, que essa transmissão aconteceu no momento em que Freud estava vivo, e que o mesmo ocorreu com Lacan. Essa questão do envolvimento do laço transferencial, no trabalho de transmissão da psicanálise, ressurgiu após seis anos de experiência coletiva, levada adiante pela Escola Brasileira de Psicanálise.

Tudo indica que a relação entre a transmissão do saber e a transferência é algo específico do discurso analítico e é bem provável que esse aspecto possa explicar a importância que o grupo ou a comunidade de analistas assumem ao longo da história e, é bom que se diga: história recente da psicanálise.

Reconhece-se, entretanto, que essa relação nem sempre é plenamente admitida nos ambientes psicanalíticos. O chamado “analista independente” pode ser tomado como um bom exemplo de contestação, acerca do fundamento mesmo de uma tal relação. Um analista pode, muito bem, ficar tentado a tomar como ideal as formas de saber que se amparam no conhecimento científico, as quais se supõem poder prescindir da presença da transferência, principalmente quando essas são objeto de transmissão nas instituições universitárias.

Para que a transferência tenha efeito propulsor, na propagação da transmissão da psicanálise, é preciso, contudo, que ela se encarne numa orientação. É o que Lacan fez com sua releitura da obra de Freud, tornando-a um campo de referências, um “programa de pesquisa da verdade como causa”, com o que se lida, cotidianamente, na clínica. A publicação de *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*, torna mais clara essa etapa crucial da versão lacaniana desse programa, que é aquela que se inicia à luz do fundamento da linguagem e da palavra. E atenção!... essa última é incompatível com outras versões do programa freudiano, como alerta a recente *Declaração da Escola Una*, adotada pelo Conselho da Associação Mundial de Psicanálise.

A orientação lacaniana se enuncia como a versão, utilizada na Escola de Lacan, para o programa freudiano de pesquisa da verdade e, como se afirma acima, se ela é incompatível com as outras versões, é porque assume, encara a especificidade da psicanálise como forma do discurso e que, portanto, à sua maneira, segundo seus métodos, seus conceitos, não recua frente ao problema da verdade. Precisa-se que essa incompatibilidade com outras versões do programa freudiano é o que marca a distinção da orientação lacaniana com qualquer perspectiva totalizante, à medida que saber das diferenças – por exemplo, das diferenças que a vida infantil suscita – não quer dizer segregá-las. Ao contrário, a psicanálise é talvez uma das poucas formas de discurso que, na contemporaneidade, ambiciona ser anti-segregacionista, isto porque carrega como princípio, que nem sintoma e nem gozo devem ser alvos da homogeneização prescrita pelos padrões do Outro social.

Ao abordar os sintomas atuais da infância, a psicanálise busca fazer falar sua verdade, nos interstícios e falhas da presença hegemônica do discurso da ciência no mundo contemporâneo, e ela o faz segundo um programa que considera, justamente, que há gozo no real e que, portanto, nem tudo é semblante. Basta lembrar, nesse ponto, que Freud percebeu, desde muito cedo, ao lançar os cânones do saber científico, a hipótese de que a sexualidade é, também, infantil. Portanto, existem os semblantes, mas existe também o real eivado de gozo e é isto que torna, essencialmente, singular a relação da psicanálise com a verdade. Diante desse real, se a ciência “forclui” a verdade, a psicanálise, por sua vez, opera criando as condições para que a mesma possa emergir como causa (Cf.: A ciência e a verdade, *Écrits*, p. 869).

E, nesse programa da verdade como causa, não há lugar para o relativismo da verdade próprio da perspectiva desconstrutiva das ideologias pós-modernas, para as quais, exatamente, todo o real se confunde com o semblante. Isto implica levar às últimas consequências o fator lógico inerente à apreensão do real da experiência, preconizada pela orientação lacaniana, num contexto em que a psicanálise padece de uma “babelização” cada vez mais crescente. Se a orientação se mostra aberta às múltiplas interpretações que o saber analítico é capaz de fazer, do que emerge da própria experiência clínica, por outro lado, isto não quer dizer que a psicanálise seja uma prática de pura desconstrução da trama simbólica que dá acesso ao real da experiência.

Que a verdade tenha sido “exaltada”, num primeiro momento, e “degradada” no decurso do ensino de Lacan, não faz com que seu programa seja compatível com outras versões do programa da verdade, inclusive aquelas versões existentes no terreno da própria psicanálise. Reafirma-se, assim, que ser incompatível não quer dizer que ela possa ser totalizante, muito antes pelo contrário; é a incompatibilidade de enfoques e pontos de vista que torna seu programa ao mesmo tempo único, vivo e fecundo, ou seja, destituído de todo tipo de dogmas, porque, exatamente diante daquilo com que um analista se defronta em sua clínica, a psicanálise lhe propõe, sempre, manter um olhar singular. É o que, também, se propôs nossa VI Jornada, coordenada pelo colega Sérgio Laia e, em sua maior parte reeditada, aqui, neste *Curinga*.

Desejo, enfim, que esta publicação possa ser bastante proveitosa para todos.

Jésus Santiago

Diretor

Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais

CURINGA 15-16

ABERTURA

A infância revista

Sérgio Laia

LAÇOS DE FAMÍLIA

O Romance Familiar e suas exceções

Sandra Maria Espinha Oliveira

Um menino chamado Amódio

Cristiana Pittella de Mattos

No limite

Sérgio de Castro

A palavra que humaniza o desejo

Cristina Drummond

O LUGAR DO FILHO

“Só existe a psicanálise do filho”

Cristina Vidigal

A verdadeira mãe é a mãe adotiva

Maria Rita de Oliveira Guimarães

Psicanálise de criança: a presença dos pais

Suzana Barroso Spínola

A filiação e seus impasses: a adoção

Márcia Rosa

a INFÂNCIA DESAPARECIDA

A mulher, a mãe, sua criança e outras ficções

Ana Lydia Bezerra Santiago

A rua e o tratamento

Inês Seabra de Abreu Rocha

Patologias do desvario

Sérgio de Mattos

Em conflito com a lei

Célio Garcia

CONFERÊNCIAS DE PIERRE NAVEAU

A criança entre a mãe e a mulher

O gozo do pai e o desejo da mãe

A criança sem infância

O INCONSCIENTE INFANTIL

O trauma e sua ficção

Hilário Cid Vivas

A fantasia, o infantil e o tempo

Sérgio Passos Ribeiro de Campos

Erro ou verdade: como interpretar as falhas na escrita do aprendiz?

Joana Assunção de Oliveira

Uma pequena etnóloga em análise

Laure Naveau

panorama da PRÓXIMA EDIÇÃO:

Lacan e a Lei

Estratificação Clínica da Lei

Éric Laurent

A INFÂNCIA REVISTA

Sérgio Laia

Do idílio ao sintoma

Terão algum sentido – para as novas gerações e, mais ainda, as que vão segui-las – os versos que, para além do Romantismo brasileiro, procuram cingir todo um modo de se conceber a infância? Nesses versos, o poeta, condoído, relembra: “Oh! Que saudades tenho/ Da aurora da minha vida,/ Da minha infância querida/ Que os anos não trazem mais!”. A infância é recordada, então, como o “despontar da existência” em que a vida se compunha como “um hino d’amor”, repleta de sol, de perfumes, de estrelas, de flores e de uma ingenuidade que, embora aludindo às ternuras da mãe e da irmã para com o filho e o irmão, vão relegar a dimensão do sexual aos movimentos naturais das ondas beijando a praia e do luar se deitando pelo mar (ABREU, 1965, p. 19).

Torna-se muito menos possível vislumbrar essa infância-idílio quando, por exemplo, temos acesso aos dados e às análises do recente *The state world's children 2000*, detalhado relatório organizado pela UNICEF¹ sobre a situação da infância na entrada do terceiro milênio e endereçado, como um “chamado”, aos “líderes dos países industrializados e em desenvolvimento”, para que reiterem e prossigam na via adotada desde 1989, quando propuseram a Convenção sobre os Direitos da Criança e fizeram de 1990 o Ano consagrado às Crianças em todo o mundo. Nesse Relatório, temos acesso, por exemplo, às seguintes informações:

a) “Nos países pobres, cerca de 30% da população vivem com menos de US\$ 1,00 por dia – a maioria dos pobres são mulheres e crianças”;

b) “Embora a pobreza seja medida em uma escala diferente no mundo industrializado, mais de uma em cada 10 crianças em algumas das mais ricas nações é criada em famílias que vivem abaixo da linha de pobreza estabelecida como aceitável”;

c) “O Brasil ocupa o 85º lugar entre 200 outros países do mundo com relação à taxa de mortalidade infantil que, para a UNICEF, é um indicador crítico a propósito do bem-estar das crianças”;

d) “24% da população brasileira ainda não têm acesso à água potável e 30% não recebem qualquer recurso sanitário”.

Sem qualquer referência a essas informações e pautando-nos apenas pela nossa circulação pelos centros urbanos brasileiros, verificamos que a infân-

cia recordada por Casimiro de Abreu, mais do que “querida”, tornou-se absolutamente – se quisermos manter a rima e sermos mais consonantes com a psicanálise – “perdida”. Afinal, nos nossos dias, a rua faz as vezes de lar para meninos e meninas; a criança passa a ser circunscrita ao “menor de idade”; perseguições e rebeliões infernais eclodem na Fundação Educacional para o Bem-Estar do Menor (FEBEM). E ressaltando que essa “infância perdida” não se circunscreve apenas àquela dos pobres e miseráveis, eu evocaria um tipo de fenômeno que, já há pelo menos uma década, é transversal a todos os estratos sociais brasileiros: sob o olhar extasiado dos pais, os corpos dos filhos cantam não na tépida ingenuidade das “tardes fagueiras” (ABREU, 1965, p. 19), mas realizando os movimentos deliberadamente sexuais, que constantemente marcam o compasso das manhãs e das tardes dos programas infantis na TV.

Desse modo, transversalmente a todos os estratos sociais e mesmo em uma escala universal, o que temos assistido é um progressivo retorno ao que alguns historiadores da infância nos ensinaram a vislumbrar nos amarelecidos retratos das famílias do século XIX: vestidos de adultos, meninos e meninas, em um processo inverso ao poema de Casimiro de Abreu, pareciam demonstrar que a infância ainda não existia propriamente naqueles tempos. A infância seria uma dessas invenções que, para além da poesia romântica, só vingou especialmente no século XX e que, pelo visto, terminaria com ele. Digo “terminaria” porque, na aurora desse novo milênio, amparadas por Direitos que se pretendem tão universais quanto os setecentistas “Direitos do Homem”, assoladas pelos imperativos da felicidade, da melhor *performance* e da diferenciação, as crianças não deixam de se inscrever no mundo como “adultos em menor escala”.

Mas, em vez de, como o poeta, ou hoje em dia, como tantos psicólogos e mesmo psicanalistas de crianças, lamentar a infância que já não mais existiria, parece-me muito mais decisivo – ao relermos, então, Casimiro de Abreu à luz do que presentificamos em nosso cotidiano – constatar que, entre o tempo do poeta e o nosso, já havia sido possível a Freud ressaltar o que, apenas mais recentemente, a cultura tem sido compelida a acatar como real: a infância não é propriamente esse domínio do princípio do prazer, esse equilíbrio vital, essa deliciosa ingenuidade que o poeta contrapõe às “mágoas do agora” (*ibid*, p. 20). Assim, na experiência analítica – e muito antes do que hoje é amplamente constatável e discutido – essa infância-idílio sempre se fez perseverar somente no que freudianamente deveríamos chamar de “lembranças encobridoras” e, quando essa experiência se atém ao particular da clínica com crianças, verificamos que estas, não menos do que os adultos, já portam, bem antes de “agora”, as “mágoas”, as máculas e toda uma série de outras marcas que atestam a circulação e a fixação, em seus corpos, do que Freud chamou de “libido”, de “energia sexual”.

Aqui, gostaria de destacar uma interessante observação, que Cristina Vidigal nos trouxe por ocasião de um dos primeiros encontros da Comissão

Organizadora da VI Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais, EBP-MG: a infância-ingênua, a infância-feliz, a infância-idílio seria tributária de um tempo em que a dimensão do gozo ainda se mantinha, graças a um Outro cuja consistência era garantida pelo peso dos ideais, como “coisa de gente grande”. Nesse contexto, posso, portanto, concluir que não foi sem razão que Freud, nas primeiras décadas do século XX, só tenha podido mesmo recolher como traumático o encontro da criança com o sexual a partir da presença de um adulto – a fantasia de sedução, a visão do coito dos pais, a interdição quanto à masturbação... De certo modo, isso ainda insiste, hoje, nos relatos de nossos analisantes adultos: a criança estava lá, no seu canto, e o pai, a mãe, o tio, o avô, a irmã ou outra pessoa mais velha apareciam... impondo, para surpresa da criança, alguma coisa relativa ao sexual. No entanto, – e isso Pierre Naveau nos demonstra em suas *Conferências* publicadas aqui – se o sujeito guarda algum registro dessas cenas e se esse registro é marcado por uma surpresa, não é tão simples, a partir da psicanálise, focalizar tal lembrança como a perda da inocência infantil: há algo que emerge nessas cenas e que atija a curiosidade do sujeito e é esse atijamento que poderá nos servir como um índice de que ele não está ali tão inocentemente, de que ele está implicado nesse encontro com o sexual, de que ele pode até mesmo tramar-se como uma resposta ao real em jogo nesse encontro.

Ora, entre as várias orientações que a prática analítica com crianças evidencia para aos analistas que não atendem crianças, encontramos essa que, por diferentes vieses, aparece, nesta edição da *Curinga*, no menino Amódio, tratado por Cristina Pittella de Mattos; na jovem “pivete” Rosália, atendida por Inês Seabra de Abreu Rocha; e mesmo nas lembranças infantis da mãe entrevistada por Maria Rita Guimarães²: uma criança não é corporalmente tão alheia ou inocente à dimensão do gozo que provém do Outro – ela acolhe, em seu corpo, essa dimensão, ela se deixa incitar por uma estranha e familiar satisfação e, em alguns casos, pode chegar mesmo a provocá-la, a se deixar extasiar, a se deixar marcar pelo que se impõe desde um campo que lhe é, concomitantemente, estranho e familiar. A criança, por uma escolha que só pode ser forçada, traumática, se apresenta, para a psicanálise, como parceira de um gozo corporificado no campo do Outro.

Assim, nos tempos de Freud, quando a neurose orientava a norma social,³ quando a resposta ao sexo era, normalmente, a “repressão” e o “silêncio”, sustentar a existência de uma “sexualidade infantil” chegou às raias de um escândalo, que custou ao criador da psicanálise o afastamento de seu colega e colaborador Breuer e o escárnio de muitos outros médicos da época. Por sua vez, nos nossos tempos, onde o imperativo de se falar e de se praticar o sexo tornou-se tão categórico, a ponto de transformar a perversão em uma espécie de norma que cada vez mais universalmente se acata,⁴ será muito mais algo da

ordem do desmentido que vai organizar nossas respostas (ainda traumáticas) à descoberta da sexualidade infantil. Encontramos o desmentido, por exemplo, no paradoxo contemporâneo entre o olhar extasiado dos pais diante dos corpos dos filhos balançando sensualmente ao som dos programas infantis e o horror ainda despertado tanto pelas crianças que insistem em se masturbar perante os coleguinhas da escola, quanto por aquelas que, passando ao ato, se tornaram capazes de praticar “crimes hediondos”. Nesse paradoxo, que caracteriza nossa época, o desmentido ressoa nos seguintes termos: “sabemos que a sexualidade infantil existe, mas, mesmo assim, devemos viver como se ela não existisse”.

Considerando a particularidade do modo como a infância é conjugada em nossos tempos, permito-me apropriar do título do Relatório da UNICEF sobre a infância no ano 2000 e sustentar que, se o “estado do mundo da criança” parece ser, por sua gravidade, quase um “não-estado”, se a trama de uma infância-idílio não foi desarticulada só pela psicanálise, mas pela própria cultura, pelo próprio percurso da história, então esse não-lugar da infância, essa impossibilidade generalizada de não se ter uma infância é correlata de um real que se impõe ao mundo. É decisivo evocar, então, como Éric Laurent, em uma inventiva entrevista dada a *Carrosse*, nomeia o mal-estar que parasita a infância em nossa contemporaneidade: “a criança mesma se tornou um sintoma” e isso se explicita, por exemplo, nesse processo pelo qual “o desejo de ter criança nunca foi tão insistente, tão sintomático” (LAURENT, 1999, p. 12).

Avalizada pelos mecanismos de adoção que desconhecem as antigas barreiras nacionais e continentais, autorizada pelos avanços científico-tecnológicos no âmbito da procriação, protegida por uma *Declaração dos Direitos* que se pretende tão universal quanto a *Declaração dos Direitos do Homem*, a criança atinge uma estatura inédita em nosso mundo. Se, nesse trajeto do idílio ao sintoma, o estado do mundo da infância é, cada vez mais, o de uma infância perdida, podemos verificar – ao contrário das posições “cassândricas” que insistem em proscrever a psicanálise do mundo – o quanto esse estado atual do mundo infantil não deixa de favorecer o que a psicanálise já sustentava desde sua infância, há um século: a criança pode ser identificável a um objeto, na trama familiar ou nos discursos que lhe concernem, e o objeto, quando perdido, poderá adquirir segundo a psicanálise nos ensina, um valor alagâmico, ou seja, um valor todo especial. Assim, em um mundo onde a infância é cada vez mais “perdida”, o estatuto da criança como sintoma se impõe de um modo ainda mais incisivo à medida que “a criança nunca foi tão *preciosa*” (*ibid*, p. 12).⁵

A dimensão nominal de uma preposição

É em torno dessa sintomática preciosidade que a VI Jornada da EBPMG se mobilizou para trabalhar um tema que tem dois textos como seus antecedentes diretos. Textos assinados, respectivamente, por Jacques Lacan e Jacques-Alain Miller: *Duas notas sobre a criança* e *A criança entre a mulher e a mãe*.⁶ No entanto, por se tratar de uma mobilização – e não de uma paralisia fantasmática –, a criança, para nós, não aparece isolada como objeto de um discurso especializado ou multiespecializado (tal como se constata em muitas situações em que os pais, amparados pela Ciência ou pelo Direito, buscam ansiosamente por um filho). Tampouco a infância, para nós, se reduz ao âmbito da Necessidade ou aos sinuosos e infundáveis desfiladeiros da Demanda (tal como podemos ler no Relatório da UNICEF). Interessou-nos abordar a criança, mas a criança “entre” a mulher e a mãe.

Em uma das reuniões da Comissão Organizadora de nossa VI Jornada, Marina Caldas Teixeira Ferraz pôde destacar a preposição “entre” como designando uma “topologia” passível de se corporificar na criança e que, segundo Jacques-Alain Miller, vai ser indicativa do quanto “a criança divide, no sujeito feminino, a mãe e a mulher”,⁷ do quanto a criança não se impõe apenas como um complemento da falta materna. Essa divisão, que a criança pode vir a fazer incidir no sujeito feminino, é, a meu ver, particularmente evidenciada nos nossos dias, quando as mulheres, mesmo aquelas que consideram a maternidade uma experiência importante em suas vidas, cada vez menos circunscrevem o que querem apenas ao “ter um filho”.

Mas se o evidenciamento atual dessa cisão nas mulheres não deixa de ser problemático, é porque tal divisão se impõe menos como um consentimento ao que é próprio da lógica feminina e mais por uma forma imperativa: “ser mulher” torna-se uma exigência de satisfação tão tirânica quanto “ser mãe”. E a rigidez desses imperativos pode chegar mesmo a abalar a “topologia do entre”, responsável pela divisão mãe-mulher que perpassa, direta ou indiretamente, o sujeito marcado pela feminilidade.

Valor, segregação e transmissão

A ênfase contemporânea da criança como um bem valorizadíssimo é correlata de todo um processo de segregação dessa preciosidade. A criança aparece como um produto isolado e que só não é completamente segregada de qualquer referência à família, porque essa referência ainda insiste em ser, entre nós, aquela da família provedora de necessidades vitais ou afetivas. Nesse viés, a clonagem do genoma humano viria apenas evidenciar o real que a psicanálise já nos

possibilita detectar no mal-estar de nossa contemporaneidade, ou em um delírio que, eclodindo em uma psicose aos doze anos, fez vir ao meu consultório uma criança que, não sem pavor, suspeita que é um clone. Reproduzida sem qualquer recurso direto a um pai e a uma mãe, a um homem e a uma mulher, a criança corre o risco de vir ao mundo como fruto de um desejo cujo anonimato em uma escala cultural já se prenuncia, por exemplo, na série de bancos de espermatozoides e de óvulos com que a “Sociedade Anônima” da Ciência tem podido, em um mundo destituído de utopias, inovar tecnologicamente as já conhecidas (e utópicas) “produções independentes”.

O “desejo anônimo” (LACAN, 1997, p. 6) que sustenta a produção da criança como um bem precioso, invade os nossos tempos não porque, conforme acusam os conservadores, a família fracassa, à medida que pai e mãe não cumprem os papéis que lhe foram definidos por Deus ou uma não menos divinizada Natureza. Se a experiência analítica nos ensina a atravessar os ideais que ainda permeiam a referência à família, é para que possamos privilegiar a trama familiar como articuladora da transmissão de um nome que habitualmente chamamos de “nome de família” ou “sobrenome”, mas que também serviu a Lacan como um ponto de partida para tematizar o que ele designou como Nome-do-Pai. Assim, nos percalços vividos ao longo da transmissão simbólica de um Nome, o “desejo anônimo” torna-se característico, nos nossos tempos, dos poderosos investimentos que têm a infância como objeto de intervenção.

Desse modo, nós, analistas, diferenciamos-nos radicalmente dos defensores mais conservadores da família, à medida que, para nós, a família é secundária a uma ordem Outra: a família é ela mesma, tanto quanto a criança nascida em seu seio, um produto da Ordem Simbólica; é uma instituição inscrita no campo da linguagem. Afinal, conforme elucida Marie-José Asnoun, se “o patronímico é a transmissão de um nome, operação realizada normalmente na e pela família”, isso não se processa sem “a existência de um outro operador lógico”: “para que haja transmissão, é necessário que exista uma função simbólica”, “se não houvesse linguagem, a transmissão de um patronímico seria impossível” (ASNOUN, 1995, p. 15) porque sequer como um nome qualquer o Nome-do-Pai poderia ser reconhecido.

Ora, o que Freud nos mostra em seu singelo texto sobre o “romance familiar”, rigorosamente retomado por Pierre Naveau, mais adiante, em suas *Conferências*, é que, mesmo reduzido a um nome qualquer, o Nome-do-Pai não deixa de se fazer transmitir e que a trama desse romance se corporifica particularmente nessa redução: ao tentar “libertar-se dos pais que desceram em sua estima” e que, por isso, sofrem todo um processo de desvalorização, a criança vai “substituí-los por outros, em geral de uma posição social mais elevada”, “de melhor linhagem”, mas, o que pode ressoar como ingratidão e traição deve ser lido como um enaltecimento, porque “todo o esforço para substituir o pai ver-

dadeiro por um que lhe é superior nada mais é do que a expressão da saudade que a criança tem dos dias felizes do passado, quando o pai lhe parecia o mais nobre e o mais forte dos homens, e a mãe a mais linda e amável das mulheres” (FREUD, 1976, p. 244).

Quatro eixos de investigação

“O romance familiar e suas exceções” foi a primeira orientação temática desdobrada do título da VI Jornada da EBP-MG. Durante a Jornada, essa orientação se consolidou como o título mesmo de um relatório assinado por Sandra Espinha. Por sua vez, nesta edição da *Curinga*, tal relatório é o primeiro texto de uma Seção que intitulamos “Laços de família”. Nesse contexto, é bastante oportuna a leitura que Marie-José Asnoun nos oferece a propósito do “romance familiar”: “Freud articula a formação de uma estrutura clínica com a estrutura da família” (ASNOUN, 1995, p. 14). Em outros termos: uma família que se deixa articular como um “romance familiar” é uma família onde uma neurose se trama, pois mesmo quando uma criança se acredita gerada em um outro lugar e, então, se ficcionaliza como filha de um outro pai, o que persevera é a referência a Um pai transmissor de um Nome. Assim, essa crença em que a paternidade é colocada sob suspeita não seria nada mais do que a reiteração da incerteza que caracteriza a referência ao pai e que o situa como uma dimensão eminentemente simbólica, em contraponto à certeza da origem proveniente do lado materno: Freud chega mesmo a evocar a célebre fórmula jurídico-latina: “*pater semper incertus est*, enquanto a mãe é *certissima*” (FREUD, 1976, p. 245).

Mas a escuta flutuantemente atenta de Freud também nos indica que a trama, dessa ficção designada como “romance familiar”, vai se estruturar, a princípio, a partir de um desconhecimento: “a criança ainda ignora os determinantes sexuais da procriação” e “a diferença entre os papéis desempenhados pelos pais e pelas mães em suas relações sexuais” (FREUD, 1976, p. 245). A ruptura com esse desconhecimento tem desdobramentos, segundo Freud, sobre a própria trama do romance que ele suscitou: tanto o pai poderá ser exaltado para que a mãe permaneça alheia a qualquer desejo Outro, para que o filho não apareça como o que, inclusive pejorativamente, chamamos de “Filho de uma mãe”, quanto à mãe – “objeto da mais intensa curiosidade sexual” – passa a ser colocada, com a cumplicidade do próprio filho, “em situações de secreta infidelidade e em secretos casos amorosos” (*ibid*, p. 246).

Ora, será que, em um mundo onde a perversão e o imperativo da satisfação se evidenciam cada vez mais como “uma norma”, não poderemos constatar outras exceções ao romance familiar, diversas daquelas em que, de um modo mais contundente, nos casos de psicose, o furo relativo ao Nome-do-Pai impõe

um anonimato simbólico ao filho? Nesse contexto, a anomia da função paterna no mundo contemporâneo só não me parece produzir, necessariamente e em série, casos de psicose porque o anonimato do desejo, hoje, se tornou um empreendimento “discursivo”, sustentado, inclusive, pela própria ciência: trata-se de uma forma de laço social que destitui o sujeito dos traços que poderia particularizá-lo. Assim, o imperativo atual de se defrontar, sem muitas chances de subjetivação ou de particularização, com o real do sexo, poderia acabar por promover, mesmo em um neurótico, pelo menos a princípio, uma certa exceção às linhas mestras do romance familiar traçado por Freud, quando a norma social ainda se deixava guiar pela neurose e os ideais apenas começavam a ser atingidos por um processo – hoje bastante contundente – de franco declínio.

Em uma família que comporta características bem marcantes de nosso mundo, onde o sexo é banalizado como “coisa natural” e as palavras são usadas sem qualquer rigor, o encontro com um analista poderá funcionar como uma espécie de “resto semântico”,⁸ que vai permitir a um sujeito formular simbolicamente seu romance familiar. Assim, para retomar dois textos assinados, aqui, respectivamente por Sérgio de Castro e Cristina Drummond, uma das diferenças que a clínica psicanalítica poderá imprimir no debate contemporâneo sobre os excessos e as normas é que apenas “a palavra que humaniza o desejo” será capaz de fazer às vezes de um “limite”, que não segrega as particularidades que uma criança pode apresentar como sujeito.

Nessa formulação, o que se abre com a experiência analítica, para além de todo anonimato, de toda suposta “naturalidade” e de todo relativismo quanto ao uso das palavras, é a perspectiva de um confronto com a divisão encarnada por um filho na trama do desejo tecido ao longo das gerações que compõem, para além de seu pai e de sua mãe, a sua estrutura familiar. Um segundo eixo de investigação foi desdobrado, então, a partir do título da VI Jornada da EBP-MG, nomeando o relatório assinado por Cristina Vidigal como “*Só existe psicanálise do filho*” e nos orientando para a formulação da Seção intitulada “O lugar do filho”. Afinal, a experiência analítica visa cingir esse lugar de um modo tão decisivo que nos permitiria, com Lacan, sustentar que só há análise do filho. Afinal, um tratamento analítico, ao não dissociar a “existência” do inconsciente e a responsabilidade do sujeito que é por ela afetado, se coloca à distância da tão frequente culpabilização ou avaliação crítica do pai ou da mãe com relação aos males do filho. Por outro lado, esse distanciamento não exige os analistas de responderem ao que Suzana Barroso Spínola, no enfoque privilegiado da psicanálise com criança, nos permite ler como “a presença dos pais”. Por fim, “o lugar do filho” nos convida também a abordar os impasses da filiação e, aqui, de um modo particular, Márcia Rosa nos fornece elementos decisivos para enfrentarmos essa temática, não menos presente nesses nossos tempos em que a criança circula sintomaticamente como uma espécie de “bem precioso”: a adoção.

O anonimato capaz de fazer a criança circular, hoje, em uma escala globalizada, como um objeto abordado por todo um campo discursivo, é correlato do evidenciamento do declínio da função paterna no mundo moderno e de um crescente deslocamento, constatável, até estatisticamente, que faz as mulheres deixarem de ser “donas *de casa*” para se tornarem “donas *da casa*”.⁹ Uma reação cultural frequente a esse declínio é o enaltecimento da força ou, para os mais moderados, da sensibilidade da mulher frente à arcaica brutalidade do viril. Esse enaltecimento, muitas vezes, acaba se entrelaçando à insistência com que o imperativo de ser mulher vai se impor, nos nossos dias, às mães, chegando mesmo a transformar a divisão mãe–mulher em um dilaceramento atroz ou, em um outro extremo, a fazer com que mulheres, em uma iniciativa aparentemente avessa aos nossos tempos, se entreguem vorazmente à maternidade como uma espécie de ápice da feminilidade. Uma outra reação, bastante presente, é a nostalgia que mobiliza as tentativas de restauração midiática e/ou psicológica do “papel do pai” que, hoje, se apresenta completamente enfraquecido. Por fim, confrontamos hoje, também, com a apropriação biológica da paternidade, à medida que ela é reduzida às técnicas de reprodução que, embora valorizando os corpos e mesmo o êxtase, “forcluem”, não deixam qualquer lugar para o gozo que se corporifica na própria linguagem.

Permitindo-nos uma resposta diferente, a experiência analítica constata que o declínio contemporâneo da função paterna vai expor é a face que, segundo Lacan, o cristianismo manteve secularmente afastada de nossos olhos,¹⁰ mas que aparece explicitamente, por exemplo, no delírio de um Schreber: o gozo de Deus-Pai. Prosseguindo nessa via, Lacan, em *R.S.I.*, jogando com uma homofonia própria à língua francesa e fiel à transmutação da perversão em norma social, fornece-nos uma dimensão irônica dessa face gozosa do pai: trata-se de uma *père-version* (“paiversão”, “perversão”), ou seja, do processo pelo qual um pai toma como “causa (...) uma mulher que lhe seja adquirida para que ele lhe faça filhos dos quais ele (...) cuida paternalmente”¹¹. Essa é uma dimensão irônica da “pai-versão” porque, conforme Éric Laurent pôde ressaltar a partir de uma questão levantada por Cristina Drummond, “isso não tem nada a ver com uma perversão”.¹² Nesse sentido, o que a homofonia francesa entre “pai-versão” (*père-version*) e “perversão” (*perversion*) vem ressaltar, ajudando-nos a começar esclarecer por que “só há psicanálise do filho”, é muito mais a dedicação masoquista do filho em salvar o pai. Essa dedicação, Lacan pôde concerni-la, sobretudo, em uma das lições do Seminário *Le sinthome*,¹³ mas ela é também particularmente presente em nossa atualidade que, cada vez mais, se descobre mobilizada pelo imperativo da satisfação e pelo “declínio da função paterna”.

Se a experiência analítica nos permite enfrentar o vazio do lugar do pai, sem que lancemos sobre o pai a “última pá de cal” e sem que pretendamos restaurá-lo nostalgicamente, é porque ela nos ensina a abordar a paternidade nos

termos mesmos com que Joyce pôde forjá-la: trata-se de uma “ficção legal”,¹⁴ ou seja, de uma criação que se efetiva e se coloca à prova. Nesse sentido, um terceiro eixo de investigação, extraído do título da VI Jornada da EBP-MG, é o que consta no título do relatório escrito por Ana Lygia Bezerra Santiago: *A mulher, a mãe, sua criança e outras ficções*. Esse relatório, por sua vez, abre a Seção que, sob o nome de “A infância perdida”, permitiu a colegas da EBP-MG abordar – a partir das incursões de uma “menina de rua” em uma clínica – tanto o que Sérgio de Mattos pôde chamar lacanianamente de “patologias do desvario”, quanto o “desastre” que Célio Garcia detectou em certas circunstâncias de “conflito com a lei”.

Por fim, a Seção intitulada “O inconsciente infantil” poderia dar margem a uma contraposição, a partir da conhecida formulação freudiana de que o inconsciente não conhece o tempo: se o inconsciente desconhece o tempo, o que nos autoriza a qualificá-lo como infantil? No entanto, esse eixo de investigação – em que se reuniu um tocante testemunho de Hilário Cid Vivas, bem como dois outros trabalhos de Sérgio Campos e Joana A. de Oliveira – se ele pode implicar alguma alusão ao tempo, o que nos interessou no tempo é seu alcance lógico. Trata-se, portanto, do infantil como uma dimensão que a psicanálise concebe e trata para além de toda cronologia e de todo arcaísmo – o infantil como um outro nome possível para o “processo primário”, o infantil como uma trama que nos parasita, o infantil como um registro corporal que se grampeia ao próprio funcionamento do inconsciente.

Ora, é justamente esse funcionamento que será transmutado quando, por exemplo, conforme nos relata Hilário Cid Vivas a partir do fim de sua análise, será possível ao sujeito experimentá-lo – não sem consequências sobre suas lembranças de infância e sobre a própria vida – como desabonado.

Algumas conclusões

O mundo que abandona a infância à própria sorte é o mesmo mundo que lhe garante um “Estatuto Universal”, anteriormente reservado apenas ao Homem: as crianças têm direitos. Há, sem dúvida, um avanço nessa perspectiva estatutária. No entanto, a “criança-cidadã”, que tem seus direitos reconhecidos, tampouco deixa de correr o risco de ser tratada como um objeto também por aqueles que pretendem ampará-la. Esse paradoxo ou, se preferirmos, essa cisão ou esse conflito que nos atravessa quando o assunto é a “infância”, corporifica um enigma: o que há de errado? Por que abandonamos as crianças, se elas são tão preciosas? Por que equívocamos as crianças a mercadorias, dirigindo-lhes as mesmas exigências mercadológicas de “qualidade total” que poderiam etiquetá-las com o selo da ISO 9000 a alguma coisa? Por que, enfim, jogamos, aos por-

cos, as pérolas? Jacques Lacan, ao formalizar o que ele chamou de “objeto *a*”, nos legou a chave para abordar o que poderá se apresentar seja como resto, resíduo, seja como o que atrai e se impõe como o mais precioso. E é justamente essa a posição em que a criança é geralmente encontrada hoje em dia. Objeto de discursos especializados, objeto de atenção especializada, objeto capaz de atrair e de ser abandonado com intensidade igualmente avassaladora, a criança me parece ter atingido hoje, no corpo mesmo do mundo, um estatuto que, por um lado, é similar àquele em que a clínica psicanalítica a encontra e, por um outro lado, é radicalmente diverso daquele que essa mesma clínica lhe destina.

Trata-se de um estatuto similar porque, se nos reportamos ao mesmo Jacques Lacan em suas concisas e instigantes *Duas notas sobre a criança*, verificamos que a criança, em um circuito mais restrito, mais familiar, poderá vir a se tornar o “objeto da mãe”, poderá não ter outra função além “de revelar a verdade desse objeto”. Ora, se retomarmos o quanto a mãe encarna, por vezes ferozmente, no circuito mais intimista da família, a fidelidade aos ideais civilizatórios, se nos lembrarmos de que a mãe corporifica para a criança a presença do Outro, se considerarmos esse imperativo de “a dona *de* casa” se tornar a “dona *da* casa” e se, enfim, abordarmos, com Jacques-Alain Miller (1997), como que, hoje, os ideais cedem cada vez mais seu lugar à dimensão imperativa da satisfação, verificaremos, então, o quanto a criança – da prostituta infantil ao bebê geneticamente perfeito – está, inclusive sob a sanção do discurso da ciência, “aberta a todos os tipos de captura fantasmática” (LACAN, 1997, p. 5), às fantasias mais fundamentais da subjetividade de nossa época. Nesse contexto, a criança, hoje, em uma dimensão que poderíamos chamar de planetária, vem revelar a verdade desse objeto que é entregue aos caprichos que atravessam o precário campo da alteridade moderna ou, se quisermos ser ainda mais rigorosos, que caracterizam esse Outro inexistente que, no entanto, ganha corpo em nossa civilização.

Por outro lado, o estatuto da criança em nossos dias é radicalmente distinto daquele que a clínica psicanalítica lhe destina. Afinal, no âmbito desta clínica, mesmo se nós, psicanalistas, não estamos propriamente excluídos da massa de especialistas que recebe a criança como um objeto paradoxalmente depreciado – e apreciado, nós nos dispomos, antes de tudo, a apostar que esse objeto emite algum som, isto é, a apostar que esse objeto, mais do que algo em extinção e que deve ser preservado, diz respeito à posição de um ser que, para a nossa surpresa, fala e toma a palavra. Portanto, como me permite assinalar François Leguil, a psicanálise vai conceber que, mesmo em nossa contemporaneidade, a posição de objeto em que a criança se encontra não deixa de ser resultado de um endereçamento.¹⁵

Assim, por exemplo, poderemos concebê-la como endereçada a essa posição para a satisfação, para o gozo mesmo do que, em sua história familiar e cultural, faz as vezes do corpo do Outro que não existe.

Se essa posição de objeto das fantasias, as mais fundamentais da subjetividade de nossa época, é resultante de um endereçamento, a clínica psicanalítica vai procurar concernir, para a criança, quais outros destinos lhe são possíveis, quais outras posições ela poderá tomar como sujeito. Há anos os psicanalistas que militam no âmbito da Associação Mundial de Psicanálise e da Escola Brasileira de Psicanálise testemunham, sobretudo nos consultórios particulares e na coletividade dos serviços de saúde, o diferencial clínico de se tratar a criança a partir da perspectiva do “endereçamento”. Ora, o endereçamento, desde sua versão mais corriqueira, implica o nome, isto é, implica o que os Correios nos ensinam a situar sob a rubrica do “destinatário” e do “remetente”. Em sua versão psicanalítica, o endereçamento é esse amor que Freud chamou de transferência, ou seja, esse laço que é o móbil e o osso de nossa clínica, porque concerne tanto ao paciente pela sua “implicação subjetiva”, quanto ao que Lacan nomeou de “desejo de analista”.

Os textos a seguir podem ser tomados como uma espécie de “coletânea” organizada antes, ao longo, e depois da VI Jornada da EBP-MG. Essa Jornada, por mim coordenada, pretendeu ser uma demonstração do trabalho da psicanálise com crianças realizado a partir da orientação lacaniana e que, portanto, não recua diante dos impasses que as crianças têm sido obrigadas a enfrentar no mundo contemporâneo, impasses estes que, muitas vezes, as destituem de suas próprias infâncias. Entre os nossos esforços, ao preparar e mesmo realizar tal Jornada, encontrava-se o de endereçar os resultados de nosso trabalho ao maior número de colegas e de interessados na infância. Com esta publicação, que retoma, em grande parte, muito do produzido em torno do tema *A criança entre a mulher e a mãe*, o desejo é de que, agora, o horizonte desse nosso endereçamento se amplie ainda mais.

NOTAS

- ¹ Pode-se fazer o *download* ou, simplesmente, a consulta deste Relatório no sítio da UNICEF <<http://www.unicef.org>>
- ² Saliento que esses três relatos clínicos, bem como os instigantes comentários que eles suscitaram, foram apresentados e debatidos durante a VI Jornada da EBP-MG: *A criança entre a mulher e a mãe* e se encontram publicados nesta edição da *Curinga*, nas Seções intituladas “Laços de família”, “O lugar do filho” e “A infância desaparecida”.
- ³ Cf. MILLER, J-A. O sintoma e o cometa. In: *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 19, 1997, p. 9.
- ⁴ Para essa transformação da *perversão em norma*, Cf. MILLER. *O sintoma e o cometa*, p. 9-10.
- ⁵ Grifos meu.
- ⁶ Cf.: *Opção Lacaniana*. n. 21, p. 5-12, 1998. Para o original do texto de Lacan (Deux notes sur l'enfant), cf.: *Ornicar?*, revue du Champ Freudien, n. 37, avril-juin 1986, p. 13-14.
- ⁷ MILLER, J-A. A criança entre a mulher e a mãe. In: *Opção Lacaniana*, n. 21, p. 8. Para o original desse texto, cf. MILLER, J-A. L'enfant entre la femme et la mère. In: *Filum*. Bulletin psychanalytique de Bourgogne Franche-Comté, n. 14, octobre 1999, p. 5-11.
- ⁸ Cf. LAURENT, É. Entrevista: Una sesión orientada por lo real. In: *Signos del 2000*. Boletim Informativo, n. 2. Buenos Aires: outubro, 1999, p. 3.
- ⁹ Cf.: *Folha de São Paulo*. Caderno Especial: Família. São Paulo, domingo, 20 de setembro de 1998.
- ¹⁰ Cf. LACAN, J. Kant avec Sade. In: *Écrits*. Paris, Seuil, 1966, p. 772. Para a edição brasileira: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 784.
- ¹¹ O Seminário R.S.I., com texto estabelecido por Jacques-Alain Miller, teve uma primeira transcrição de suas lições publicadas nos números 2 a 5 da *Revista Ornicar?*, em 1975.
- ¹² Cf. *Curinga: há algo de novo nas psicoses*. Belo Horizonte, EBP-MG, n. 14, abril 2000, p. 187.
- ¹³ Este Seminário, com texto estabelecido por Jacques-Alain Miller, teve suas lições publicadas nos números 6 a 11 da *Revista Ornicar?*, entre 1976 e 1977.
- ¹⁴ Cf.: JOYCE, J. *Ulysses*. (1922). H. W. Gabler (Ed.). New York: Vintage Books, 1986, p. 170. Ver, também: Carta de Joyce endereçada a seu irmão, Stanislaus Joyce, em 18 de setembro de 1905. ELLMANN, Richard (ed.). *Selected letters of James Joyce*. London: Faber and Faber, 1992, p. 74.
- ¹⁵ Cf. LEGUIL, F. Les enfants contumax. In: *Ornicar?* digital. Revue électronique multilingue de psychanalyse, n. 142, vendredi 29 septembre 2000. Essa revista virtual é difundida pela AMP-UQBAR, uma lista eletrônica da Associação Mundial de Psicanálise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. de. Meus oito anos. In: *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1965, 11ª ed.
- ASNOUN, M.-J. Destin et choix du sujet. In: *La famille, entre le choix et le destin*. Bibliothèque Confluents. Paris: Associação de la Cause Freudienne, Île de France, 1995.
- FREUD, S. “Romances Familiares”. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 9. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LACAN, J. Duas notas sobre a criança. In: *Opção Lacaniana*, n. 21, 1997.
- LAURENT, É. Entrevista. In: *Carrossel, a criança no adulto*. EBP-BA, n. 3 e 4, novembro, 1999.

O ROMANCE FAMILIAR E SUAS EXCEÇÕES

Relatora: Sandra Maria Espinha Oliveira

Participantes: Ana Maria Costa da Silva Lopes, Bernadete Tassara de Azevedo Lemos, Cristiana Pittella de Mattos, Fábio Antunes Siqueira, Fabíola Botelho Campos Serrano, Francisco José dos Reis Goyatá, Lucíola de Freitas Macedo, Maria Cristina Paixão Drummond, Martha Célia Vilaça Goyatá, Paula Brant Fernandes, Samyra Assad, Suzana Barroso Spínola, Tereza Cristina Côrtes Facury

Romance Familiar designa, para Freud, a forma como uma criança se separa da autoridade de seus pais, inventando uma outra família. Por meio de um conjunto de fantasias, que têm seu fundamento no complexo de Édipo, a criança dá uma versão imaginária aos laços que a unem a seus pais, situando sua família sob o modo de uma ficção. Recalcado, o Romance Familiar freudiano é inconsciente, sendo necessário o tempo de uma análise para que se revele o que ele visa encobrir.

Freud (1997) destaca dois tempos na construção desse Romance. Um tempo assexuado, no qual uma ruptura entre os pais e seu lugar de única fonte de autoridade para a criança vai motivar o descrédito desta nas respostas dos pais. Decepcionada, a criança desembaraça-se de seus pais e os substitui por outros.

O segundo tempo é sexuado e se produz após uma ruptura mais radical.

O conhecimento dos papéis sexuais dos pais na procriação restringe ao pai as dúvidas da criança quanto à sua filiação. A mãe, sobre a qual não recai dúvida alguma, é imaginada em situações de infidelidade conjugal e a diferença sexual é apreendida a partir de uma incerteza que recai apenas sobre a paternidade. Freud evoca a célebre fórmula *mater certissima, pater semper incertus est* e observa que, nessa tentativa romaneada de se dar uma família, o neurótico fracassa ao conservar, ainda que de maneira disfarçada, o antigo apego amoroso a seus pais. Todo o esforço será o de restaurar a imagem do pai e continuar a crer nele.

Ao estruturar-se como uma resposta ao “impasse sexual”, o Romance Familiar articula uma versão edípica do casal parental.

A versão da mãe como mulher infiel é a de uma mãe sexuada, que a criança acabou de descobrir como uma mulher, que goza para além do pai. A série dos amantes apoia-se na crença edípica de que a mãe tem acesso a um objeto que a satisfaz e ao qual a criança pode pensar igualar-se, mesmo que esse mito indique esse objeto no infinito dessa série.

A versão do pai edifica-se a partir de sua incerteza, que se inscreve no cerne do Romance Familiar como uma falha do pai em responder por um gozo

que o ultrapassa. O personagem paterno da realidade aparece como uma figura degradada em relação ao que dele se esperaria e a sua exaltação visa conciliá-lo com o ideal do mestre absoluto, aquele que teria as palavras para significar o gozo da mãe sem resto.

A perda de confiança nos pais, mobilizada por esse resto, é redobrada, no tempo sexuado do Romance, pela construção de um pai que priva a mãe e a criança de um gozo que teria existido entre ambos, em uma “mítica primeira vez”. A interdição paterna faz existir o gozo como perdido e sua eficácia é, para Freud, a de causar a indestrutibilidade do desejo, que move o sujeito na direção de uma satisfação sempre substitutiva em relação ao que a motiva.

O apelo a um pai idealizado e à série fálica dos amantes para, de um lado, suprir a falha do pai e, de outro, enquadrar o gozo da mãe nos limites impostos pelo pai, faz existir uma relação entre o pai, a mãe e a criança, e constrói o mito edípico da família que, por sua vez, constitui a neurose infantil. O Complexo de Édipo dá uma resposta ao que a mãe quer. Ela quer o falo, constituído pela imagem do órgão que, presente no corpo do homem, a faz incompleta. Portador do falo, o pai interdita a busca infinita e incestuosa da criança de se fazer, ela mesma, objeto deste desejo.

Lacan retomará essa versão imaginária da castração, que o neurótico constrói ao romancear a história de seu advento como sujeito, como um subproduto da necessária transposição da vida na linguagem, fazendo equivaler o Édipo à entrada do sujeito no discurso. Esta transposição não é uma mera substituição e não acontece sem comportar a produção de um “resíduo irreduzível” à linguagem, que deixa, no coração do ser simbólico que ela produz, a marca de um vazio, que aparece, no imaginário do corpo, como uma falta. Símbolo desta falta estrutural, que condiciona o desejo, o falo representa o gozo que foi esvaziado do corpo e localizado fora dele nos objetos das pulsões, marcando-os com o índice menos (-) da castração, da discordância fundamental entre o objeto buscado e o objeto reencontrado. Vinculado à linguagem e não propriamente ao órgão, o gozo fálico articula o sexo ao campo do desejo, o corpo à libido, garantindo a coesão e a regulação do corpo como corpo libidinal.

O Romance Familiar conta a história da resposta construída por uma criança em seu encontro traumático com esse “resíduo irreduzível”, transmitido no interior da família humana, para dotar-se de um corpo humanizado pelo desejo.

Edificado a partir da hiância – que a pulsão sexual introduz entre a imagem do pai e o “valor simbólico cristalizado em sua função” (LACAN, 1987, p. 18) – o Romance Familiar dá uma forma mítica a uma verdade: “o pai não é o genitor” (LACAN, 1993, p. 55). Índice da impossível realização da função simbólica do pai nas figuras da realidade que a encarnam e do impossível de dizer sobre a mulher, o *pater incertus*, antecedente lógico do Nome-do-Pai,¹ introduz a dimensão do semblante e da representação, garantindo que nenhuma palavra

possa reenviar ao *certíssima* da “coisa” materna. O *incertus* impõe, a cada um, construir uma versão do pai a partir de sua incidência no desejo de uma mulher que se torna mãe, versão necessária para que dela se deduza a resposta fálica que, por sua vez, gera as ficções das significações.

O caso de Ana Paula pode ser tomado como um exemplo das substituições operadas no imaginário de uma criança, como um tratamento singular dessa falta estrutural, tal como lhe foi transmitida em sua constelação familiar. Como nos relatou Bernadete Tassara, que atendeu Ana Paula em análise, os pais desta criança, envolvidos desde o seu nascimento em um complicado processo de separação litigiosa, onde estava em questão a guarda da filha, continuavam morando juntos, sem se dirigirem a palavra. A mãe, deprimida, transfere ao pai os cuidados para com a filha. Esse, morando em condições humilhantes nos fundos de sua casa, assume de bom grado essa função, preparando ainda mamadeiras para a filha, até a idade de 7 anos e 9 meses, quando esta inicia sua análise.

Com um castelo construído “só para o rei e a princesa, sem rainha”, Ana Paula exalta o pai e a si própria, para suprir a falta materna, presentificada pela ausência da rainha. Essa trama imaginária sofrerá desdobramentos quando nela se introduz a figura de “uma mãe morta do coração”. Como um quarto elemento desse triângulo edípico, a morte assinala o impossível dessa solução sintomática. Os esforços do “rei” em cuidar das filhas culminam com a morte de todos. A filha caçula, como a mãe, morre do coração. As falhas do pai começam a aparecer ao mesmo tempo em que surgem saídas para a filha mais nova.

Enquanto os pais “morrem de tanto brigar, a menina sai para comer pizza com a irmã que é legal”.

No jogo de varetas, Ana Paula preserva aquela que ela nomeia de “a separadora” e os sonhos trazidos mostram um novo tratamento da separação que, até então, era significada pelo seu próprio desaparecimento, pelo que ela supunha ser uma exigência para sua existência: salvar o pai e o casal parental, unido na disputa pela sua guarda. A separação passa a ser tomada no registro da castração simbólica, que vai incidir sobre seu lugar de falo, que ela pode então perder, sem o risco de ser anulada, deixando aparecer a falta paterna que seu Romance Familiar recobria. Como relata Bernadete Tassara, “Ana Paula transforma o ‘rei’ em um pai comum, torna a mãe presente e abandona o lugar de sintoma de seus pais”.

Em seus esforços para racionalizar, em termos de linguagem o mito edípico freudiano, Lacan reduz as versões imaginárias do pai e da mãe, construídas no Romance Familiar de cada um, a funções simbólicas escritas na fórmula da metáfora paterna. A função da mãe será aquela do desejo e a do pai será a de nomear este desejo, particularizando-o e retirando-o do anonimato. O que é determinante em uma transmissão se reduz ao “nome de um desejo”.

Lacan faz do Édipo uma lei de produção de um sujeito, como o que “ocorre de original na infância”, lei universal cujo rosto será sempre particular.

Cada um deve inventar o valor a dar a essa fórmula.²

Daniel, atendido por Fabíola Botelho, é exemplo de uma criança às voltas com a falta dos elementos que compõem essa fórmula. Agressivo, desorientado e com dificuldades de aprendizagem escolar, ele é encaminhado à análise pela escola, com a queixa de que “não guarda nada”. Sua mãe, acometida por uma embolia cerebral com parada cardíaca, minutos após o parto da criança, não se lembra de quase nada de seu passado. No reencontro com o filho recém-nascido, recusa que ele seja seu. Para ela, seu filho havia morrido. Grávida, “não tinha desejos” e, após o parto, trata o filho como “um boneco”, não atendendo a seus chamados.

Em análise, Daniel “faz a guerra”, apresentando seu modo de relação com o Outro. Ao se deparar com um fantoche, ele tem dúvidas se é um bicho ou uma pessoa e acaba concluindo: “é uma mulher”. Em outra ocasião, coloca um vestido em um boneco e diz: “meu vestido... vestido dele”. Constrói um “homem de rodas sem família” e uma casa desabitada, sem paredes e sem teto que, fortalecida, torna-se o cenário de lutas entre os representantes do bem e do mal, focalizados no conflito entre os porquinhos e o lobo, lugar que ele oferece à analista. Reserva para si o lugar de representante da lei e, como os porquinhos que enganavam o lobo, beneficia-se desta posição para atacar e multar o Outro. Referir-se-á ao pai, apenas uma vez, como o “Ivo-anão” e o “baixinho”.

Objeto em excesso, não investido pela mãe de qualquer significação do lado do desejo ou do Ideal, estorvo para ela que prefere crê-lo morto, Daniel não pode localizar-se, do lado da mãe, como um objeto que ele teria sido em seu desejo, restando-lhe construir a falta, de seu lado, pelo apelo ao pai. A resposta paterna, que poderia introduzir a lei, que não opera do lado da mãe, torna-se difícil de ser localizada. Daniel diz não haver diferença entre seu pai e seu irmão e a inscrição de seu nascimento no registro simbólico do sobrenome paterno é omitida por ele ao escrever seu nome. Desprovido dos elementos para organizar seu Romance Familiar, Daniel tem dificuldades para localizar-se na partilha dos sexos. De um fantoche, que ele não sabe se é bicho ou pessoa, dirá que é uma mulher e, da mulher, sua tia que ajudou sua mãe a criá-lo, dirá que é uma “abestalhada”, em uma referência à ausência da articulação do desejo à lei que humaniza. Diante do boneco, recoberto por uma vestimenta feminina, ele também vacila para localizar-se como sexuado.

Resta-lhe a série dos significantes não particularizados, que ele recolhe do imaginário das estórias infantis e dos filmes da TV, com os quais ele tenta fazer uma oposição para introduzir, na transferência, uma falta no Outro, onde ele poderia abrigar o “nada” que ele “não guarda”. Como diz Fabíola Botelho, referindo-se a essa perspectiva: “é uma aposta!”

Em melhores condições está João que, com seu sintoma, pode interrogar a questão desejante de sua filiação. Atendido por Tereza Facury, ele chega à análise por se recusar a tratar de um quadro de vitiligo pela via medicamentosa.

Logo de início, faz referência à diferença entre o tom de sua pele, parecido com o de sua mãe, e o tom, mais claro, da pele de seu irmão mais novo, alvo de seus ciúmes. Filha de um estupro, a mãe de João afirma só ter podido certificar-se de que era filha de sua mãe, quando seu filho mais novo nasce com o tom, mais claro, da pele dos irmãos dela. Aos 6 anos, em uma das “crises de loucura” de sua mãe, a mãe de João é raptada por um “cavaleiro”, que a leva para trabalhar em uma fazenda, sendo resgatada pela família apenas 9 meses depois. Sem fazer qualquer relação com este episódio, ela conta à analista do filho suas fantasias infantis com um pai que, “como um príncipe encantado montado em seu cavalo”, viria buscá-la.

João, por sua vez, localiza o aparecimento das suas manchas na pele quando se separa de uma professora, a quem se apegara muito. Ele fala dos ciúmes do irmão e das disputas sobre quem ficará ao lado da mãe, quando a família se reúne para assistir TV, incluindo também aí o pai. Preocupado com o pai, que estava doente, João conta à sua analista um sonho de sua mãe. Deus havia dito a ela que “um de seus amores iria para o céu”. Angustiado, João fala de seu medo de morrer e acrescenta: “eu não penso nada, quem pensa é minha mãe”.

Um gozo, não simbolizado pelo desejo, vai colocar a questão da filiação sobre o real do tom da pele. As manchas, surgidas em uma vivência de abandono, significam para João sua exclusão do lugar de um filho desejado. Da mesma forma, ele responde ao sonho de sua mãe colocando em questão sua própria perda: dos amores da mãe é ele quem deve morrer. Os ciúmes do irmão remetem-no, também, à relação de sua mãe com seus próprios irmãos, marcada pelo tom mais escuro da pele do estuprador.

Às voltas com um pai que disputa com ele o lugar ao lado da mãe, João se refugia na fantasia materna e permanece aprisionado em seu mito ao dar-lhe consistência. Resta-lhe o apelo ao sintoma, que ele sabe que apenas a palavra pode remediar. As manchas na pele vão se repigmentando enquanto o trabalho analítico prossegue, impondo-lhe encontrar uma outra resposta que permita separá-lo do lugar que ocupa no fantasma materno.

A versão do pai como nome limita, todavia, a relação da mãe com o falo e deixa sem resposta esse ponto, subjetivado muito cedo pela criança, que visa, na versão romanceada de uma mãe infiel, o gozo da mãe como mulher, ou seja, aquilo que da sexualidade da mãe não consegue se significar totalmente pela resposta fálica.

Da metáfora paterna, Lacan deduzirá um resíduo, que se destaca pelo que, do par homem-mulher, não se inscreve no par pai-mãe.

Ao indagar “se a medição fálica drena tudo o que pode se manifestar de pulsional na mulher, notadamente toda a corrente do instinto materno” (LACAN, 1998, p. 739), vai fazer uma diferença entre posição feminina e maternidade, designando uma parte da sexualidade feminina que, mesmo na relação de uma mãe com sua criança, não se submete à norma fálica. Uma mulher se arranja não-toda sob o universal da castração.

Em uma mudança de acento sobre a função paterna, Lacan, em *R.S.I.*, propõe um desdobramento do conceito de Nome-do-Pai, entre uma versão do pai como nome, e uma versão do pai a partir de uma causa sexual. A castração desloca-se do registro simbólico, tal como ela se inscreve em sua articulação com o pai na metáfora paterna, para ser definida como uma “operação real”. A verdade da castração não está no pai, como soluciona o neurótico, mas em uma perda de gozo que, pela incidência da linguagem sobre o sexual, se aloja no inconsciente como a falta de um significante, aquele d’A mulher, que permitiria fundar uma relação entre os sexos.

Contra a posição freudiana que diz “há o pai”, Lacan propõe o axioma da clínica psicanalítica: “não há relação sexual” (BROUSSE, 2000, p. 16). Para além do pai, Lacan faz emergir o objeto *a* como causa do desejo. O pai é um efeito da linguagem, determinado como impossível, como pai real, apreendido não como o pai da identificação, mas como um modelo de sintoma, que faz suplência à relação sexual que não há, cabendo a um pai demonstrá-lo ao particularizar o universal da lei, fazendo de uma mulher o objeto *a* que causa seu desejo. É nessa condição que ele existe e que lhe serão reconhecidos o amor e o respeito.³ Nessa tese da “pai-versão” (*père-version*), o pai não apenas elabora o gozo dando-lhe um significante – o falo – mas faz também emergir o gozo, o objeto *a*, causa de seu desejo.

Lacan reduz o pai à existência de uma função lógica de exceção, a “um dizer que não” à função fálica que, de maneira paradoxal, funda o universal da lei sendo dela a exceção. Ao unir seu desejo ao gozo de uma parceria singular, o pai representa a lei ao mesmo tempo em que consente com a exceção, que o submete ao regime do “todos castrados”. Por essa referência ao real de sua castração, um pai pode reenviar uma criança ao impossível da relação sexual. O pai não é a condição do gozo, ele é um sintoma universalizado para todos os neuróticos (BROUSSE, 2000, p. 18). O gozo se relaciona com o discurso como seu efeito, e com o sintoma como um real que responde à realidade sexual do inconsciente, fazendo-lhe suplência.

Ao levar em conta o real do objeto *a*, a tese lacaniana da “pai-versão” (*père-version*) introduz a particularidade do gozo nas relações entre o pai, a mãe e a criança. Do lado da subjetividade materna, aparece uma divisão entre mulher e mãe, ou seja, entre a posição de objeto de uma mulher, que orienta perversamente o desejo de um homem no fantasma masculino, e a posição de sujeito de uma

mãe, que faz seu par perverso com a criança, implicando-a como objeto em seu fantasma.

Essa implicação, sempre presente, de uma criança no fantasma de uma mãe não é, contudo, a mesma de uma mulher no fantasma de um homem. O retorno do objeto, no real do corpo da criança, torna-se possível, quando uma mulher se encontra confrontada diretamente a um campo não totalmente redutível ao inconsciente e à garantia da exceção paterna. Para ser bem sucedida, a relação de uma mãe com sua criança deve ser regulada pelos limites impostos ao gozo materno: de um lado, pela norma masculina do desejo materno e, de outro, pelo não-todo do desejo feminino.

Dependerá da relação da mãe com o pai a garantia de que o objeto-criança “divida, no sujeito feminino, a mãe e a mulher” (MILLER, 1998, p. 8). As consequências sobre o sintoma da criança serão diferentes segundo o objeto-criança sature ou não a falta fálica feminina. No primeiro caso, ele realiza “a verdade deste objeto” para a mãe e, no segundo, representa “a verdade do par familiar”. Estas duas alternativas, destacadas por Lacan (1998) em suas “Duas notas sobre a criança”, supõem a articulação, ou não, do falo, como objeto imaginário do Desejo da mãe (-j), ao objeto real de seu fantasma *a*. Quando há intervenção da falta fálica sobre o objeto real do fantasma materno, temos a neurose; quando não há, temos, segundo J-A. Miller (1987), a psicose, a perversão e a fobia.

O gozo que circula entre o casal parental não é transparente e se transmite, para uma criança, como um ponto de opacidade na relação sexuada que lhe deu origem, excluindo-a desta relação (REGO BARROS, 1995, p. 116). A partir desse real, desse impasse sexual, a verdade do casal parental adquire uma estrutura de ficção, “que racionaliza o impossível de onde ela provém” (LACAN, 1993, p. 55), mascarando para cada um seu verdadeiro parceiro: o objeto *a* de seu fantasma.

O uso do fantasma, regulado pela função paterna, permite à mãe subjetivar a criança real. Quanto à criança, trata-se de que ela consiga efetuar a mesma operação, ao construir sua própria “pai-versão”, que organiza seus ditos nas ficções que constrói e ordena sua relação particular com o gozo em seu fantasma. Ao elaborar sua própria resposta, uma criança aparece como um sujeito responsável por suas escolhas de gozo, segundo a idade que tem,⁴ restando-lhe sempre a dimensão do sintoma, ao qual Lacan passa a dar um lugar fundamental na experiência analítica.

Tomemos o caso de Angélica, atendida por Ana Maria Lopes.

Abandonada pelo marido, tão logo ficara grávida, a mãe de Angélica vê desfeito seu sonho de constituir uma família. Quando criança, ela foi também abandonada pela mãe para ser criada por outra família, por exigência de seu pai. Afirmando “não trocar o amor de um filho pelo amor de um homem”, como fez sua mãe, essa mulher “vai perseguir, de um modo bastante decidido, seu

sonho de constituir uma família”, para suprir a incompletude do Outro, o gozo perdido desde a separação de sua mãe, atribuída por ela à “ruindade do pai”.⁵ É com esta versão paterna que ela vai nomear a causa de sua adoção, a causa de sua separação do marido e a causa dos sintomas da filha.

Localizada pela mãe como objeto de seu “primeiro amor”, Angélica é, por um lado, a criança falicizada e, por outro, presentifica a criança real, apreendida por sua mãe na dimensão do horror do retorno de um gozo, “tendo em vista a destituição dos ideais, concomitante ao nascimento da filha, pela reação violenta de seu companheiro”.

A reconstituição da família perdida, pela união dessa mulher com um novo companheiro – que passa a assumir Angélica como filha – e o nascimento de uma irmã, vão permitir à criança reorganizar suas relações com a mãe. Já em análise quando a irmã nasce, Angélica, por uma cena em que um bebê é deixado cair, pode construir uma versão do falo por tê-lo sido para sua mãe. A simbolização dos elementos imaginários, que organizavam suas relações familiares, vão reordenar o real, que toma a forma de um Romance Familiar com a construção de um pai idealizado, “o pai bom Onofre”. Angélica propõe sua fórmula: “como a irmã chama o Onofre de pai e sua mãe de mãe, ela vai chamá-lo de pai”, em uma evocação à dimensão do *pater incertus*.

Onofre, com seu desejo, toma para si a função de dividir sua mulher, que nesse segundo casamento consegue uma saída para o fracasso estrutural de servir-se de sua filha para tamponar o não-todo fálico de sua posição feminina.

À questão das exceções ao Romance Familiar, podemos responder a partir da incidência da função paterna na contingência do falo a que está particularmente submetida à sexualidade feminina. A exceção paterna determina que, no mecanismo universal edípico, se produzam resultados singulares. Para a neurose, podemos formular que só existem Édipos atípicos (BROUSSE, 2000, p. 12). O Romance Familiar é, como traduziu Lacan, um “mito individual” que, em seu estatuto imaginário, recobre uma versão singular de gozo garantida pela exceção paterna.

Na fobia, quando a função paterna se mostra muito inconsistente, o abalo provocado pelo surgimento do real de um gozo, heterogêneo às relações imaginárias da criança com sua mãe, faz apelo à função simbólica do significante fóbico. Trata-se do esforço de uma construção mítica que visa suprir a função do pai no Romance Familiar. O significante fóbico não fornece, porém, a mesma resposta que um pai real, que orienta a ficção e sustenta uma função de verdade. Na perversão, a exceção ao Romance Familiar se faz pela colocação do objeto fetiche no lugar do falo. Situado na função fálica, o perverso, contudo, a desmente, desarticulando o falo da falta. O pênis torna-se falo, porém positivado, e o não-reconhecimento da castração tem o efeito de colocar o perverso no lugar do objeto que divide o Outro como sujeito. O perverso nega o impossível do gozo

todo, impossibilidade que, no Romance Familiar, é garantida pela “pai-versão”, “mantida na repressão, por um justo semi-dizer” (LACAN, 1975, p. 55).

Mas é na psicose, onde a metáfora paterna não funciona e o objeto *a* não comporta a significação fálica, que vemos surgir a função da criança, não mais para uma mãe, mas para uma mulher. O que se impõe é o real do objeto que a criança “realiza”. A operação de esvaziamento do gozo, capaz de inscrever no corpo a falta fundamental e localizar o gozo fora do corpo, não advém. O vai e vem do Outro materno não simboliza nenhum lugar vazio e o gozo incide diretamente sobre o corpo da criança que, nos casos de autismo, pode animar-se em uma agitação violenta ou permanecer em um estado de total desligamento e apatia.

A não-extração do objeto não dota essas crianças de um corpo, que se reduziria a ser um objeto condensador de gozo para outro corpo, a não ser mais do que o sintoma do Outro materno. Na psicose, a criança, em sua função de “revelar a verdade do objeto” da mãe, confronta-se imediatamente “com o trabalho de dotar-se de uma construção sintomática” (BAIO, 1998, p. 228). Este trabalho não tem o caráter de ficção do Romance Familiar. Não há uma estrutura mítica nem equívoco possível para aludir a uma verdade a ser colocada à prova, tratando-se de uma certeza inabalável.

Tomemos o caso de Silas que, em um trabalho incessante e inadiável, tenta regular o gozo do Outro do qual ele é o objeto. Sua mãe, confrontada com a perda da própria mãe e o abandono do marido, apresenta um quadro de psicose puerperal quando seu filho nasce. Alegando que “algo não funcionou” entre ambos, ela diz que Silas era um filho “para a morte” e que seus primeiros anos de vida foram marcados por um “total silêncio” de sua parte. Em um “ato de loucura”, ela diz ter chamado seu marido de volta quando, envolvida em um caso amoroso, se dá conta de que “não conseguiria viver com seus filhos e um outro homem”. Os problemas com o marido passam “a não fazer diferença” para ela, cuja vida gira em torno de sua “criança autista”, significante que ela recolhe, primeiro, nos programas de TV e, depois, nas Instituições em que busca tratamento para o filho. Até a idade de 4 anos, Silas não falava, era extremamente agitado, tendo que “ser vigiado dia e noite”. Ele se atirava dos lugares, jogava-se na frente dos carros e atacava as pessoas. Nos tratamentos, adquire a fala e torna-se dócil aos comandos de qualquer um.

Aos 13 anos, passa a ser atendido pela equipe do CRIA e inicia uma análise com Cristiana Pittella. Na falta da norma fálica, com a qual ele poderia se medir e saber que não é, e nem dispõe do objeto que conviria à falta estrutural do Outro, Silas tenta corresponder sem resto a este Outro, situando-se com um de seus elementos. Ele é o excremento expulso pelo Outro materno, a quem solicita que o leve para ver se, quando chove, a cor do Rio Arrudas muda. É com esse objeto que ele inicia seu trabalho em análise, na tentativa de descompletar o

Outro, fazendo-lhe faltar esse objeto de gozo que ele é. Ele procura instaurar uma descontinuidade no real das palavras, uma diferença mínima entre os significantes marrom claro – marrom escuro. Esse tratamento do Outro, pela via metonímica, permite-lhe inserir o objeto em uma cadeia rudimentar, pela qual ele descreve o percurso de suas fezes, desde que saem do seu corpo até serem levadas pela chuva para o Rio Arrudas. Em uma outra série, ele introduz seu personagem preferido dos seriados da TV: “O Chaves”. Reinicia o desenho do Chaves diversas vezes, na impossibilidade de completar seu corpo, frente ao pânico de que sua roupa pudesse “pegar os dedos dele”. Só conseguirá completar o corpo ao iniciá-lo pelo coração, órgão desenhado na roupa do personagem, no interior do qual ele substitui a sigla CH, de Chaves, por HS, iniciais do nome de seu pai e do seu próprio nome. Ao localizar esse órgão, Silas consegue, com a roupa de seu personagem, construir uma superfície para o seu corpo e regular o gozo que ameaça invadi-lo.

Se, na primeira série, temos uma pseudo falta, uma vez que Silas tenta inscrevê-la no real onde nada falta, temos, nessa segunda série, um simulacro de pai, uma holófrase, que funciona como um “único significante para dois corpos” (LACAN, 1979, p. 225). Romance Familiar e suas tantas outras exceções que poderíamos relacionar são, todos, modos particulares de tratamento do gozo: funcionam como suplências ao inevitável encontro com o real que constitui o impossível na linguagem.

NOTAS

- ¹ SAURET, Marie-Jean. “Comment Taire...” In: *L'enfant, la verite et le Roman Familial*. Séries de la Découverte Freudienne. v. VII, janvier 91, p. 45.
- ² BROUSSE, Marie-Hélène - Más allá del Édipo - El psicanálisis y las nuevas formas del malestar de la cultura. In: *Los cuatro discursos e el Otro de la modernidad*, Publicação do Grupo de Investigación de Psicanálisis de Cali, 2000. p. 12.
- ³ LACAN, J. Seminário R.S.I. In: *Ornicar?*, Paris. Le graphe ed. Maio, 1975 (aula de 21 de janeiro de 1975).
- ⁴ LAURENT, É. Existe um final de análise para as crianças. In: *Opção Lacaniana* n. 10, abril/junho, 1994. p. 32.
- ⁵ As citações deste caso referem-se ao “Comentário sobre o caso Angélica” apresentado por Suzana Barroso Spínola nos Seminários Preparatórios para estas Jornadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIO, V. Enfrentar o real da criança psicótica. In: *O Sintoma – charlatão*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- BAIO, V. e KUSNIEREK, M. O autista: um psicótico a trabalho. Antena 110. In: *Préliminaire* n. 5, 1993.
- BROUSSE, M-H. - Más allá del Édipo - El psicanálisis y las nuevas formas del malestar de la cultura. In: *Los cuatro discursos e el Otro de la modernidad*, Publicação do Grupo de Investigación de Psicanálisis de Cali, 2000.
- FREUD, S. “Romances Familiares”. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 9, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1976.
- LACAN, J. O mito individual do neurótico. In: *Falo* n. 1, Revista Brasileira do Campo Freudiano, Salvador, Fator Ed., 1987.
- LACAN, J. “Televisão”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- LACAN, J. Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina. In: *Escritos*. Ed. Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. Seminário R.S.I. In: *Ornicar?*, Paris. Le Graphe Ed. Maio, 1975 (aula de 21 de janeiro de 1975).
- LACAN, J. Duas notas sobre a criança. In: *Opção Lacaniana* n. 21, São Paulo, Eólia Ed., abril, 1998.
- LACAN, J. La méprise du sujet supposé savoir. In: *Scilicet* n. 1. Le Seuil. Paris.
- LACAN, J. *O Seminário, Livro 11*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1979.
- LAURENT, É. La psicosis en el niño, segun la enseñanza de Lacan. In: *Quarto IX – Suplement à la lettre mensuelle de l'École de la Cause Freudienne à Bruxelles*. Dezembro de 1982.
- MILLER, J-A. A criança entre a mulher e a mãe. In: *Opção Lacaniana*, n. 21, São Paulo, Eólia Ed., abril, 1998.
- MILLER, J-A. El estatuto del niño psicótico. In: *Clínica Diferencial de las Psicosis*. Publicação da Sociedad Psicanalitica Simposio del Campo Freudiano de Buenos Aires, 1991. Lição de 15 de outubro de 1987.
- REGO BARROS, M. Do mito à fantasia: uma questão para a psicanálise com crianças. In: *Fort-da* n. 3, R.J., Revinter, 1995.
- SAURET, M-J. “Comment Taire...” In: *L'enfant, la verite et le Roman Familial*. Séries de la Découverte Freudienne. v. VII, janvier 91.
- SOLANO, E. Au-dela du Roman Familial. In: *Revue de L'École de la Cause Freudienne* n. 21, mai, 1992.

UM MENINO CHAMADO AMÓDIO¹

Cristiana Pittella de Mattos

AM., 7 anos, é encaminhado para tratamento no CRIA², em agosto de 1999 pelo Conselho Tutelar. Nesta ocasião, a escola de AM. havia recorrido ao Conselho, solicitando orientação e intervenção na situação em que se encontrava seu aluno. O Conselho Tutelar visitou a escola, observou o comportamento de AM. e avaliou que a criança “corria risco de vida, pois subia na janela e pulava do parapeito. Sua professora só conseguia contê-lo segurando-o, o que a impedia de lecionar; punha ainda em risco a vida de outros, pois agredia, batia em seus colegas e jogava urina neles...”

O Conselho Tutelar, juntamente com a escola, decidiu que AM. não a frequentaria temporariamente, até que “adquirisse um mínimo de socialização para estar num espaço coletivo”.

A escola já havia, anteriormente, encaminhado a criança para tratamento em uma clínica de psicologia, por sua “falta de limites”. Entretanto, a clínica envia à escola uma carta alegando o seguinte: o seu psicólogo e a equipe da clínica decidem por “não mais atendê-lo” (...) considerando que... “não vem correspondendo ao tratamento psicopedagógico por falta de condições mentais: ... apresenta atitudes agressivas, baixa concentração e desejo de destruição com características perversas. Encontra-se fora do controle, está inquieto e com atitudes delirantes. Tem causado danos materiais à clínica e ameaçado a integridade física do profissional, e seus pais não demonstram interesse pelo tratamento”.

Os problemas escolares

AM. entrou para escola aos 5 anos. Na primeira, um jardim de infância, segundo o testemunho de um primo, ele foi “amordaçado”. A família decide retirá-lo e o matricula em outro jardim, de onde foi expulso por ser considerado “levado”. Nova matrícula, desta vez em um grupo escolar e mais uma expulsão, pois “vivia fugindo”. Outro estabelecimento de ensino, escola da rede estadual, da qual foi suspenso novamente. Foi impossível não notarmos a falta de interrogação do pai, ao relatar o percurso escolar tão pequeno e tão conturbado de seu filho, o que parece denotar uma posição anônima na relação do pai com o filho.

Nesse contexto de agressões em que AM. provocava sua expulsão, passamos a recebê-lo para tratamento. Após iniciado tratamento no CRIA, a partir de discussões interdisciplinares, AM. foi incluído, pelo Conselho Tutelar e com a participação dos pais, em outra escola, regular, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. No início do ano 2000, foi-me solicitada uma reunião com toda a equipe pedagógica da Escola, pois ele já havia se apresentado agressivamente e estava desafiando as professoras. As docentes queriam uma orientação de como lidar com ele. Suas questões eram: “será que ele é um doente mental? Podemos tratá-lo como as outras crianças?”

Antes de ir à reunião, perguntei à AM. o que estaria acontecendo e o que poderia dizer às professoras. Ele me disse que estava “pintando” e que era preciso dizer a elas para castigá-lo, deixando-o, por exemplo, ficar sem recreio. Em seguida, nega o que disse: “não era para dizer nada”. Digo-lhe que ele já havia dito. Pude dizer à equipe de docentes que AM. era responsável pelo que fazia e que poderia responder pelos seus atos. Dele poderia ser exigido e cobrado o que se exige e se cobra de um aluno. Imediatamente, toda a equipe começa a criar formas para que AM. possa ser responsável por alguns projetos e também participar de sua elaboração. Atualmente, AM. participa com regularidade das atividades escolares.

A situação familiar

AM. é o filho mais velho de um casal e tem um irmão onze meses mais novo. Houve um aborto antes de seu nascimento, pois os pais, segundo a mãe, “estavam muito nervosos com a doença da mãe do pai, da qual, P. (pai de AM.) cuidava como um cachorro”.

O pai é arquivista de uma TV, trabalha à tarde, voltando para casa somente à noite e, segundo ele, “nunca foi chefe”. A irmã do pai é quem apresentará à mãe de AM. seu futuro marido, e o faz da seguinte maneira: “há um solteirão lá em casa, o caçula”. Decidem se casar depois que a mãe dele elogia a pretendente, dizendo que ela é “boa para casar”. Ele se dirige à futura esposa e diz: “vamos dar uma casada”. Ela, ao relatar esse fato no atendimento, retruca: “veja só, casar não é casaca que se tira e põe!”. Contudo, aceita a proposta, pois se ele cuidava e se dedicava à sua mãe, poderia ser um bom marido.

Ao se aproximar a data do casamento, o futuro esposo recua, mas logo segue adiante. Casam-se no civil. Posteriormente, como o pai da noiva não a reconhecia como casada apenas no registro civil, o pai e a mãe de AM. se casam no religioso. Foi preciso, segundo o pai de AM., “fazer tudo direitinho”.

Os pais de AM. se acusam mutuamente. Segundo o pai, é a palavra dela contra a dele. Muitas das acusações de ambos são as mesmas. Por exemplo, nominar o filho AM. de “exu caveira, maldito, desgraçado”.

Para o pai, a esposa “é muito nervosa e agressiva e, quando o vê, parece que entra em choque”. Quando brigam, ele diz ficar tremendo: “meu pescoço até dói, de tanto segurar. Seguro tudo lá em casa; fico calado; mas quando ela xinga minha mãe, aí respondo”.

Sempre se dedicou aos afazeres de casa, desde a infância, pois seu pai falecera quando tinha dois anos. E assim continua, depois de casado: “curei o umbigo, troquei a fralda deles, aquela coisa de mãe, pois ela era muito nervosa... Quando ela não está em casa, é ótimo: lavo, passo, dou banho nas crianças, faço a comida...”. Também se queixa de que, quando ela chega, o desautoriza oferecendo aos filhos uma direção diferente daquela que ele havia orientado. Por sua vez, os filhos reagem: “não vou comer, você não é meu pai; você não me manda; minha mãe está aqui”. Ele começa a tremer, sem saber como agir, e fica revoltado. Só consegue voltar ao normal se mudar de assunto ou se ela sair do ambiente.

Segundo ele, a esposa é pirracenta e faz picardia. Por exemplo, não o deixa entrar no banheiro, lavando-o na hora em que precisa utilizá-lo. Ele lhe diz: “minha filha, deixe eu usar primeiro”. Mas ela responde “dizendo que vai chamar a ‘rapa’ para mim”. Isso vai levá-lo a defecar, certa vez, na porta do banheiro.

Diversas vezes vai utilizar o quintal para o mesmo fim, por causa da pirraça da mulher. Como contraponto, diz sobre a esposa: “ela vai dizer que sou linguarudo, mas ela utiliza a pia para urinar, embora isso não tenha nada a ver não...”. O pai se refere ao filho, em ocasiões diferentes, como “criança é bicho sujo... ele é igual a cachorro macho, urina toda hora”. Acha-o igual à sua esposa, nervoso e pirracento.

Certa vez, quando ia marcar um horário para seu filho, AM. manda-o dar um beijo em minha boca, ao que ele retruca dizendo ao filho que só faz isso com a “mamãe”. Explica-me que esse pedido do filho se deve às “coisas das novelas de televisão”.

A mãe de AM., por sua vez, acusa o marido de dar maus exemplos aos filhos. O episódio da defecação leva seu filho AM. a imitar o pai. Ele começa a desafiar a mãe urinando no chão. Numa das brigas do casal, em que seu marido a arrasta pelo chão, levando-a para o quintal, AM. grita incentivando o pai, enquanto o outro filho fazia apelo ao pai para que ele cessasse.

Em outra ocasião, ao se recusar a ter relação sexual com o marido, ele vai para o quintal e “faz sons de excitação sexual para as crianças ouvirem”.

Ela data a mudança do comportamento de seu marido a partir do nascimento de AM.. Quando estava grávida, ele ficou “maravilhado”, mas, após ter dado à luz, começa a maltratá-la, chamando-a de “enrugada e prostituta”. Passa a ser um homem que não lhe dá tranquilidade, que não cuida dela e, atualmente, não cumpre com seu dever de provedor de alimentos para os filhos. Mostra-se surpresa, pois, quando o escolhera para casar, era um filho dedicado à mãe, não deixando faltar nada a ela.

Segundo ela, “ele é um homem-problema, não quer mulher perto dele. Outro dia, chamou-me no banheiro e disse: você acha que sou bicha? Olha o tamanho de minhas fezes”.

Recentemente, em uma das brigas do casal, a esposa recorre à delegacia e ao IML submetendo-se à exame de corpo delito pela agressão do marido. Chega a procurar um advogado aventando uma separação, no entanto não vai levar adiante esse projeto, pois sente-se sem o apoio dos familiares: “quis apenas dar um susto no meu marido: é preciso que ele corte um pedaço da língua...”, ela diz.

Para ela, seu filho AM. é desde criança agressivo como o pai e diferente do outro filho, que é carinhoso.

Com a entrada do Conselho Tutelar, a esposa avalia que as coisas em sua casa melhoraram, que seu marido está mais calmo. Entretanto, se queixa que AM. continua agitado e não lhe obedece.

Não aceitou que seu filho tenha sido suspenso da última escola. Recorreu à Secretaria de Educação e conseguiu transferi-lo para uma escola especial. Esse movimento, ela o faz à revelia do Conselho Tutelar que estava dando os encaminhamentos a essa questão. Fica, posteriormente, horrorizada e extremamente angustiada, pois o que vê nessa escola são “crianças se masturbando e batendo umas nas outras”. Limito-me a lhe dizer que ela o encaminhou para lá.

A constelação originária

Podemos dizer que não encontramos os significantes bem ordenados nessa família, constituindo-se uma constelação confusa e de uma precariedade simbólica tal, que acarreta uma hipertrofia do imaginário.

A palavra do pai é depreciada e invalidada, seja por ele mesmo, seja pela mãe e pelos próprios filhos.

As consequências disso, para AM., são demonstradas em suas atuações: uma exacerbada agressividade e provocação ao outro, acarretando constantes expulsões, pois não encontra seu lugar, a não ser aquele de ser repreendido e cuidado.

Por exemplo, o lugar de cachorro oferecido pelo pai, mesmo que identificável a ele, não tem propriamente, na trama familiar, um estatuto simbólico efetivo. Nesse movimento de se fazer tratar como um cachorro, AM. procura convocar, ao modo de um apelo, a presença simbólica do Outro, mesmo que, de fato, até seu engajamento no tratamento, ele só tenha obtido a face mais legalista e moral dessa presença.

Até então, podemos dizer que AM. vem sendo submetido a um desejo anônimo, seja pelas tentativas institucionais de lhe colocar “limites”, seja por não encontrar um lugar diante do casal parental.

No entanto, o nome de AM. foi escolhido após o consentimento da mãe à sugestão da sogra. Esta queria fazer uma homenagem a seu falecido marido, um português, trabalhador, que viera para o Brasil fugido de Portugal. Esse avô, já noivo de uma outra mulher, apaixonou-se pela avó de AM., desfazendo seu noivado e constituindo a família do pai de AM..

Será, portanto, como veremos no decorrer de seu tratamento, a atualização desse consentimento da mãe à nomeação proposta pela avó, que portará a marca de um desejo que não é anônimo, que possibilitará a AM. construir algo de seu mito a partir de sua escolha pela neurose.

A chegada de AM. ao CRIA e o início do tratamento

Ao chegar ao CRIA, AM. se fez conhecer por quase todos, por suas palavras e atos, desde o primeiro dia. Corria para todos os lados, gritava, xingava e brigava com outras crianças. Invadia algumas salas, interrompendo o trabalho de outros. Ora era visto agarrado às pernas do pai dizendo que ia matá-lo, ora era visto agredindo e xingando a mãe. Tomando suas palavras e atos como um apelo ao Outro e sabendo que o que faz limite ao sujeito são os significantes e as significações que orientam seu desejo, era preciso que respondêssemos de forma que algo da dimensão do particular pudesse aparecer, para fazer limite à obscenidade que era exposta pela criança e pelos seus familiares.

Em nossos encontros, ao entrar na sala, corria, gritando, de um lado para outro; desde o início, coloca algumas questões que se repetirão ao longo das sessões:

- “Posso espalhar os brinquedos? Depois eu guardo”.
- “O seu marido é da polícia?”.
- “Meu pai é do tamanho da porta; ele é forte. Seu marido é mais forte do que ele?”.
- “Estou preso e sou delegado”.

Diz, em ocasiões diversas, que vai chamar a polícia, ora para prender o pai que bate na mãe, ora para prender a mãe que bate no pai. Digo-lhe que seu pai e sua mãe são um caso de polícia. Em uma de suas últimas brincadeiras com esse tema, surpreende-se quando, ao dizer que é delegado e vai me prender, não aceito sem que ele me dê as razões, pois o delegado também está submetido à lei.

O embate com o pai e o desejo do Outro

Em outro momento, esse embate com o outro se explicita sob a forma de lutas. A luta ocorrerá entre dois rinocerontes: um é o pai e o outro é o filho. Brinca com um revólver em diversas ocasiões. Mira na parede e solicita que me afaste para não me machucar. Diz que matará o pai, pois ele bate em sua mãe e ele – AM. –, morre. “Meu pai não gosta da minha mãe”. AM. esclarece que possui uma arma enorme, a maior de todas; diz ser um “pintão”. Em um dos atendimentos, em que ainda prevalece o tema das lutas, quebra acidentalmente a arma. Pergunta-me se terá de pagar. Digo-lhe que já pagou, pois sairá com a arma menor. AM. ri muito.

Em outra sessão, ao erguer uma vassoura, lutando e dizendo que o que está fazendo é perigoso, encerra essa brincadeira me perguntando se estou brava com ele e se estou gostando dele. Pergunto-lhe o que pensa. Acha que não estou gostando dele; aliás, diz: “ninguém gosta de mim”. Digo-lhe que essa era a resposta dele. Assim, a partir desse embate, formula-se para AM. uma questão sobre o desejo do Outro em relação a ele.

A mãe e a falta do objeto

AM. me diz, certa vez, precisar falar com a mãe e que não pode me dizer o que é. Digo-lhe que existem assuntos que são entre mãe e filho.

Em outra ocasião, ao brincar com os bichinhos, compara-os, perguntando-se quem é o pai e quem é o filho. Pergunta-me se pode levar um dos bichinhos de brinquedo, pois não tem aquele. Digo-lhe que há aí uma falta. Insiste que eu lho dê, tenta negociá-lo em troca de um beijo. Digo-lhe que não.

Então diz: “mamãe compra para mim”. Digo-lhe que mamãe também não tem. Quer trazer, no encontro seguinte, os bichinhos que tinha, dizendo que seu rinoceronte era maior. Pergunta-me se vou roubá-lo dele.

Certa vez, ao ver recusada uma exigência que fizera à mãe, vai bater-lhe com um pedaço de pau – prática já testemunhada pela equipe – onde não se pôde deixar de notar a falta de intervenção da mãe. Numa dessas cenas, o segurança do CRIA estava por perto e, nesse momento, também pude presenciá-la. Intervim, tomando o pau da mão de AM. entregando-o ao segurança. Digo-lhe que ao invés de agredir, aquele assunto deveria ser falado entre mãe e filho. Pergunta-me, em certo momento, se deveria devolver um bichinho que havia pegado. Respondo-lhe, que em sua pergunta ele já trazia a resposta. Se ele o estava dizendo... Então, me diz que vai devolvê-lo. Após essa revelação, sempre se lembrará de que se esqueceu de trazê-lo. Pedir-me, em uma outra vez, para levar um bichinho. Digo-lhe que já o levou. Posteriormente, trará o bichinho de volta, aceitando, assim, que algo possa faltar.

A mãe e a mulher

Logo em um de nossos primeiros encontros, AM. me diz, de soslaio: “Você é uma gatinha”. Pergunto-lhe o que é isso. Fica vermelho, sem graça, e não responde. Pergunta-me se, caso se casasse comigo, meu marido bateria nele. Quer saber como é meu marido. Imagina-o muito forte.

Nesse dia, estava sendo feita uma reforma no CRIA e um grande barulho irrompe na sala. AM. fica angustiado, pergunta o que é. Não lhe respondo. Pega dois elefantes. Segundo ele, um era macho e o outro uma fêmea. “Rosna”, produzindo sons com muita agressividade. Pergunto-lhe o que acontece no encontro do macho com a fêmea. Diz que não vai falar. Na sessão seguinte, angustia-se ao entrar na sala dizendo que tem medo de escuro, mas comigo não tinha. Enfatizo que o fato de ter medo era importante e se ele sabia algo sobre esse medo. Responde-me que não podia falar; seu pai não podia saber. AM., em outra sessão, desenha corações e diz que é uma carta para as Chiquititas. Dobra a carta, cola, e diz que dará para a mãe. Pergunto-lhe: “sua mãe? Chiquititas?” Vai embora deixando a carta na mesa da sala.

Faz, mais tarde, num outro momento, um desenho para a mãe e quer levá-lo para lhe dar de presente.

O Romance estruturante – a existência de um pai e o amor por uma mulher

Ao escrever seu nome, o que faz com frequência, nem sempre o escreve corretamente: “Amor”, “Amando”. Um dia escreve: “Amam”, e diz que seu nome é como o do avô – “Amando, não Amâncio.” – “só que em português”. “Ele veio de Portugal, era muito forte, bravo, já havia ameaçado matar alguém para defender sua mulher”. AM., ao fazer essa construção, parece tentar solucionar o impasse de seu lugar, no que diz respeito à relação do casal parental, localizando e encontrando um lugar no desejo que lhe deu origem. Podemos dizer que são suas primeiras hipóteses do que acontece no encontro de um homem com uma mulher, onde aparece a dimensão do amor e de um ideal, recolhidos da particularidade estruturante de sua história.

A última carta que escreve é endereçada à namorada. Pede-me para escrever o texto: diz que a ama, que gosta dela e que lhe dará um presente. Assina seu nome – Amâncio, e, por último, coloca o nome da namorada: “Amanda”. Outro dia, ao iniciar a escrita de seu nome escreve: “Amódio”. Faz o desenho de uma arma para se defender de uma mulher. Essa mulher era loura. Pergunta-me se sei quem ela é. Em seguida, responde que é a sua mãe. Pede-me a tesoura para recortar a mãe, dizendo-me que ela ficaria sem a arma. Termina o desenho assinando seu nome: “Amâncio”.

É a esse traço, nome que vem do avô, que AM. recorre para tentar construir o que Freud (1976) chamou de romances familiares. Para tanto, serve-se do material que dispõe e isso ele o faz graças ao consentimento de sua mãe à nomeação proposta pela avó. AM. inicia um trabalho de historicização e elaboração de sua origem, ao dar um sentido para sua vida. Isso lhe tem possibilitado lidar com os enigmas que o afligem, podendo, assim, regular e fazer limite, no próprio uso da linguagem, ao gozo de seu Outro. Essas histórias de vida e morte e suas cartas de amor vêm dizer de uma elaboração e assunção de seu sexo como sujeito sexuado e de sua posição de sujeito no desejo do Outro.

NOTAS

¹ Título sugerido por Sérgio Laia, coordenador das VI Jornadas – *A criança entre a mãe e a mulher* –, a partir das discussões no Seminário Preparatório às Jornadas. Participaram das discussões prévias à apresentação do caso, no primeiro eixo temático das Jornadas – O Romance Familiar e suas exceções: Celso Rennó, Chafia Farah, Cristina Drummond, Denise Rennó, Lucíola Macedo, Samyra Assad, Sandra Espinha, Sérgio Laia e Simone Souto.

² CRIA – Centro de Referência à Infância e à Adolescência, Regional Noroeste – Prefeitura de Belo Horizonte.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FREUD, S. “Romances Familiares”. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 9, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1976.

NO LIMITE

Sérgio de Castro

Amâncio chega à psicanálise marcado pela segregação que as práticas educativas contemporâneas, às vezes, impõem às crianças que desvelam um real por demais insuportável à escola. “Falta de limites” será o pequeno sintagma feito signo de tal segregação, e que o levará a seu pequeno périplo por essa espécie de especialistas em segregação – no caso de Amâncio, inicialmente a uma clínica de psicologia. Esta, por sua vez, apenas a reafirmará, pois à “falta de limites” ele apresentará “atitudes agressivas e baixa concentração”, o que resultará, então, em uma recusa em atendê-lo ali, justificada na frase “por falta de condições mentais”. Ora, a psicanálise, ao localizar um componente estrutural à segregação, afirmando, como o faz Lacan, que a linguagem segrega um real, deixa-nos numa posição mais adequada para lidar com o insuportável desse real que não cessa de não se escrever para aquele sujeito. Ao discurso analítico caberá, então, organizar e delimitar o insuportável desse real (que em Amâncio surge tão profundamente desorganizado) em sintoma, que, como nos adverte J-A. Miller, poderá ser simples (se redutível à fantasia da mãe) ou complexo, o que nos remeteria à complexidade de Édipo e ao romance familiar. Com a ressalva de que quanto mais simples, mais compacto e indiferente à tentativa analítica de inseri-lo em uma dialética.

Pois bem, apesar da exuberância imaginária/pulsional dos sintomas apontados pela escola, pela clínica de psicologia, à qual ele acaba por ser encaminhado, e pela própria família, tudo leva a crer que o caso Amâncio é um caso complexo. Ou que a construção de um romance familiar, pouco a pouco, se mostrará possível e produzirá efeitos. Bem entendido, o romance familiar, sendo o relato épico-imaginário da saga edípica de cada um, tem como resultado o posicionamento do sujeito frente ao sexo e aos enigmas da existência, uma vez que o mesmo se constrói em torno e tentando alcançar o vazio do objeto *a*, que, em se tratando de uma estrutura complexa, terá sido extraído do campo do Outro pela metáfora do Nome-do-Pai. O analista não precisará se apresentar como um especialista em segregação, visto que se trata menos de reabsorver um real cuja perda, ao contrário, deverá ser consumada, do que de reordenar, em torno de tal vazio, um conjunto de significantes articulados a partir da própria narrativa do romance familiar. Como acabei de indicar, será o significante do Nome-do-Pai que ocupará aí um papel privilegiado, cabendo a ele não só a fun-

ção de estabilizador de toda a trama significativa daquele sujeito, definindo a relação do obnubilado Édipo Amâncio com o falo, quanto de balizador do circuito pulsional que, já além do Édipo, mas valendo-se dele, demarcará o trajeto que a pulsão percorrerá em torno do vazio do objeto no campo do Outro.

Será, então, a partir da transmissão mesma do Nome-do-Pai àquele sujeito, o qual, por sua vez, permitirá uma subjetivação mínima que seja da falta no Outro, que poderemos falar de limites. Mas, como nos ensina J-A. Miller, o “cabresto da lei” articulado ao Nome-do-Pai deverá ter como contrapartida a divisão do desejo da mãe, que deverá dirigir-se a um homem, mais além do pai... ou do filho.

Parece-me que Cristiana localiza muito bem, ultrapassada a exuberância imaginária que tal caso apresenta, um fio condutor simbólico que lhe permitiu afirmar que se tratava de um caso de neurose. Para isso, a analista foi remetida a uma geração anterior à do pai de Amâncio, onde, pela via da avó paterna deste, encontramos uma mulher – a própria avó de Amâncio – que se dirigia a um homem tentando encontrar em seu corpo – o de seu marido e avô de Amâncio – o significante de seu desejo. Talvez residisse ali a última chance de Amâncio constituir-se em um neurótico, visto que três gerações, como nos indica Lacan em seu seminário *A Transferência*, fecham como que um ciclo onde uma estrutura se define. A mãe de Amâncio, na ficção que ele elabora como seu romance familiar, consente que uma nomeação, a do próprio sujeito que recebe o nome de seu avô, crie um espaço a partir de onde um desejo se articula. Na geração seguinte, a dos pais de Amâncio, diferentemente da de seus avós paternos, nem a mãe de Amâncio foi “suficientemente boa”, nem seu pai pôde sustentá-la como objeto de seu desejo.

A referência que J-A. Miller faz em seu texto – esse texto-base da nossa Jornada – à figura da “mãe suficientemente boa”, parece-me, aqui, merecer um comentário, pois a tal figura articula-se, em Winnicott, com o termo “limite”, tão presente na curta vida de Amâncio. Essa figura – não me sinto à vontade para chamá-la de conceito, dada a sua pregnância imaginária – assim como o de “mãe devotada comum” não remetem a nenhuma idealização da função materna, como à primeira vista pode parecer.

Ele é cunhado por uma jornalista inglesa que, ao convidá-lo (Winnicott) para dar uma série de palestras na rádio sobre o cuidado com crianças, ouve dele a seguinte explicação: “[eu] não tinha qualquer interesse em dizer às pessoas o que fazer. Para começar, eu não sabia. Mas eu gostaria de falar às mães sobre as coisas que elas fazem bem e que elas fazem simplesmente porque cada mãe é devotada à tarefa que tem em mãos, ou seja, ao cuidado de um bebê, ou talvez de gêmeos” (WINNICOTT, 1982, p. 140). Ao que a jornalista teria respondido: “Esplêndido, a mãe devotada comum”. Nessa mesma série de conferências que ele acaba por fazer, afirma que [...] “as mulheres não ficam todo o

tempo se perturbando, pensando que deveriam estar cuidando de um bebê. Elas jogam golfe, elas têm um emprego ao qual se prendem [...] Então, um dia, elas descobrem que se tornaram hospedeiras de um novo ser humano que resolveu nelas se hospedar [...] e exercer sobre elas um crescendo de exigências, até que, um dia, no futuro distante, haverá mais uma vez paz e tranquilidade” (*ibid*).

Ainda na mesma palestra, enfatiza, a propósito do termo “mãe devotada comum”: “várias pessoas pressupõem que eu seja sentimental com relação às mães, que eu as idealizo, que não vejo que algumas mães são bastante horríveis, senão, de fato, impossíveis. Tenho que suportar todas estas pequenas inconveniências porque não tenho vergonha do que fica implícito com estas palavras” (*ibid*).

Vejam, portanto, que a mãe é suficientemente boa quando, além de cuidar do próprio filho, joga golfe e ocupa-se de outras coisas. Miller diz que, além de veicular a autoridade do Nome-do-Pai, ela é “não-saturada pela criança”.¹ A mãe de Amâncio, como ele surpreendentemente demonstra na construção de seu romance familiar, veiculou, por vias complexas e sinuosas, a autoridade do Nome-do-Pai, que ressurgiu articulado ao nome do avô paterno, esse mensageiro que inscreverá, no Outro materno de Amâncio, um desejo, a partir do qual se constituirá o pequeno sujeito em questão. Mas, na geração dos pais de Amâncio, menos do que os limites que cadeias significantes com alguma eficácia simbólica possam organizar para nosso sujeito, o que temos são fezes, porrada, urina, pai que é exu, bicha que defeca e geme diante dos filhos. Fica claro que sua mãe, mesmo veiculando algo da autoridade do Nome-do-Pai, não “está dissuadida de encontrar o significante de seu desejo no corpo de um homem”. Lembrem-se que ela se casa com um filho... um bom filho... cachorro, etc.

Ora, a mãe suficientemente boa, para Winnicott, será também a que propiciará à criança a instalação de limites. É a introjeção dos cuidados maternos, como dirá Winnicott, que permitirá a formação de controles que passarão a ser, num dado momento, autoimpostos e que se manifestarão, por exemplo, na possibilidade da criança fazer um desenho numa folha de papel, onde alguma coisa de seus prazeres e gozos primitivos possa ali receber uma forma. A pele do corpo será também apresentada como um limite/forma a distinguir “realidade interna” de “realidade compartilhada”, etc.

Forma e limite aqui serão termos intimamente vinculados, que possibilitarão a produção de significados, como no exemplo do desenho infantil. No entanto, é importante registrar que a adequada instalação desses limites/forma conta com a participação indispensável do pai. Ele, pai, será ali uma espécie de garante de que tais limites veiculados pelos cuidados maternos, poderão, ainda nos termos de Winnicott, ser internalizados. Quanto mais tal processo tenha sido levado adiante, menos necessidade de um controle externo haverá.

O que, então, as clínicas de psicologia assim como o senso comum chamarão de limite, de necessidade de colocar limites, dirá respeito à eventual

necessidade desse controle externo, indicado por Winnicott como, às vezes necessário, e que será tanto mais indispensável quanto menos garante dessa operação terá sido o pai em seu círculo ao redor da mãe. Daí, certamente, que o tema da contenção física não seja incomum em Winnicott.

A referência lacaniana a algo que se possa aproximar do tema do limite é mais interessante, tanto quanto mais complexa, feita a ressalva de que tal termo não encontra nenhum destaque num léxico lacaniano. Uma vez que tomemos a linguagem como esse exterior que se inscreve no *infans*, via metáfora paterna – em se tratando de uma neurose – inscrevendo no Outro uma Lei que será a da castração, falo imaginário e falo simbólico serão termos que surgirão, ao final dessa operação, como distintos. O falo simbólico, articulado que está à inscrição do Nome-do-Pai no Outro, será uma espécie de garante das significações do sujeito e funcionará para ele como um prumo organizador do mundo. Teríamos, então, aqui, a vigência de uma Lei que demarcaria um limite entre imaginário e simbólico e inteiramente articulável no âmbito da novela familiar.

No entanto, a incidência do significante no vivo do bebê não será uma operação sem sobras. Tais sobras, ainda que possam se apresentar com uma vestimenta imaginária, dirão respeito ao real da pulsão. Talvez possamos falar, também, de limites em torno dessas sobras. Limites que traçariam um circuito, que será o da pulsão, a contornar o vazio desses restos da operação da metáfora paterna. Aqui, além de imaginário e simbólico, o real será de crucial importância. Tanto que já não se estará mais propriamente no âmbito da novela familiar nem do Édipo. Em meio a tais sobras, está-se além do pai, ainda que na condição, como parece ser o caso de Amâncio, de servir-se dele.

Creio podermos detectar, ao longo do tratamento de Amâncio, algo desses dois termos operando gradativamente. Tomemos a passagem, relatada pela analista, do delegado que vai prendê-la. Amâncio se apresenta, naquele momento, identificado imaginariamente a tal personagem. A analista intervém, afirmando que ele, delegado, deveria apresentar suas razões, a fim de que pudesse ou não efetuar uma prisão. Ou seja, que o delegado também está submetido à lei e sua ação encontra, então, limites. Indicar aí, nesse significante em torno do qual Amâncio produz um discurso confuso – diz que “está preso e é delegado” – a possibilidade de desidentificar-se dele, é fazer valer algo da castração tanto quanto remeter a exceção “delegado” para o “ao menos um”, que para defender sua mulher poderá, inclusive, ameaçar matar alguém. Esse “ao menos um” que supostamente enfrentou o gozo de uma mulher, e que, por isso, terá se inscrito tão nitidamente no discurso de sua avó paterna, articulando o pai à função lógica da exceção e permitindo a Amâncio submeter-se ao regime do “todos castrados”.

Desobrigado, então, de ser o falo imaginário que prende e dá porrada, o sujeito poderá participar, numa posição masculina, da partilha dos sexos. É

certo que fezes e urina são restos segregados, tanto quanto ordenados por significantes que Amâncio parece estar sendo capaz de articular e circunscrever, a partir da transmissão de um desejo que não foi anônimo. Certamente serão para ele, tais restos, sequelas que demarcarão algo de seu circuito pulsional. O que, provavelmente, não impedirá que Amâncio continue, pela vida afora, a escrever cartas de amor às mulheres.

NOTA

¹ Como sugere Jacques-Alain Miller em A criança entre a mãe e a mulher. In: *Opção Lacaniana*, n. 21.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

WINNICOTT, D. W. *The Ordinary Devoted Mother* (Palestra dada na Nursery School Association of Great Britain and Northern Ireland, filial Londres) *apud* Limite e Espaço, Madeleine Davis e David Wallbridge. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1982.

A PALAVRA QUE HUMANIZA O DESEJO

Cristina Drummond

Proponho tomarmos o caso Amâncio como um paradigma da função do romance familiar para a amarração de um sujeito. Isso porque, ao acompanharmos o que ele pôde construir no tratamento analítico, à luz do ensino de Lacan, poderemos nos dar conta da função do romance familiar para recobrir, sob a forma de uma ficção, algo do que sempre falha para um sujeito.

No momento em que Amâncio fora encaminhado ao tratamento, as queixas diziam respeito à sua falta de limites, suas atitudes agressivas, sua baixa concentração e seu desejo de destruição com características perversas. Encontramos, pois, um sujeito que se debate porque o limite, ou seja, o falo como a medida simbólica pela qual todo sujeito pode dar significação ao mundo, lhe falta. É um sujeito que está, então, às voltas com essa falta de medida. E é essa falta que dá a seu comportamento um traço de perversão.

Lacan nos ensinou que a criança inicialmente se coloca, na relação com sua mãe, na posição de falo imaginário. Essa tríade, mãe-criança-falo, necessitará um quarto termo que a abarque, vinculando os três termos a uma relação simbólica, e que é o pai. O falo circula nesse triângulo imaginário e é essa circulação que nos descreve a clínica dos traços de perversão na criança. A criança aparenta oferecer à mãe o que falta a ela, posiciona-se na realidade para oferecer a ilusão do falo materno. No caso de Amâncio podemos verificar que ele se posiciona na realidade como “um pintão”. Nesse jogo, o limite falta porque não se sabe exatamente onde o falo está. Tal como Miller (1999) nos diz, a identificação da criança com o falo imaginário é algo de que o sujeito terá que se desfazer, mas vemos, aqui, que sair dessa identificação não é nada simples para a criança.

Muitas vezes, o sujeito permanece nessa tríade imaginária usando de estratégias para sustentá-la. Lacan nos dá como exemplo, no *Seminário 4*, o caso de Leonardo da Vinci, caso no qual Freud construiu uma primeira tese sobre a homossexualidade masculina. Para ele, um sujeito que foi extremamente fixado à mãe na puberdade se identifica com ela e busca um objeto de amor para amar, tal como a mãe o amou. A tese de Lacan se baseia na lógica fálica: ao identificar-se com a mãe, a criança realiza em seu lugar sua orientação para o falo, já que o que busca no parceiro é o falo.

No *Seminário 5*, Lacan retoma essa questão com o caso de Gide, onde também encontramos, tal como no caso de Leonardo, a função materna dupli-

cada. É justamente no escrito que dedica a Gide que Lacan nos mostra que para ele o desejo e o amor estavam vinculados a duas mulheres, mas que faltou a palavra paterna que humanizaria a relação de seu desejo com o amor. Na verdade, o pai de Gide foi um pai presente até os seus onze anos de idade, quando morre. Entretanto, a função do Nome-do-Pai foi escrita, como diz Lacan, num tom pastel, porque esse pai não regulou o desejo da mãe. Assim, a mãe deixou seu filho numa posição que Lacan diz ser totalmente não situada. Nesse caso, o desejo da mãe fez vacilar o Nome-do-Pai no interior da própria metáfora.

A mãe de Gide buscou encarnar os ideais mais elevados da civilização, tornando-se para seu filho a porta-voz exigente dos mandamentos religiosos e da filantropia, numa espécie de sublimação moral. Dessa forma, ela reduziu o pai, como apontou Miller (1993), a uma espécie de companheiro de jogo, inteiramente absorvido por seu ofício de professor de direito. O efeito dessa mãe do dever sobre o menino Gide foi o de uma eviração – diz Miller, tomando o termo forte de Lacan – que o levou desde muito jovem a manter uma masturbação compulsiva e quase pública.

Essa mãe, portadora dos ideais que Freud considera como masculinos e que identificava, de acordo com Lacan (1998), o amor com os mandamentos do dever, obtém de seu filho o sacrifício de seu interesse erótico pelas mulheres. Sabemos que nesse sujeito a porta para o Outro sexo foi estreita. O desejo de Gide fica confinado ao clandestino, já que ele só tem do amor a palavra que protege e a que interdita. Essa operação da tríade imaginária marca o primeiro tempo do Édipo. O segundo tempo é o tempo no qual o pai intervém, privando a mãe do falo. E o terceiro tempo, pelo qual Lacan teria – de acordo com Miller – mais simpatia, é o tempo em que o pai tem e dá, põe à prova a sua potência e promete em relação ao futuro. É o tempo em que as relações do pai com a mãe voltam a passar ao plano do real.

A função paterna preserva a criança de ser tudo para a mãe, porque ela a divide. Num primeiro tempo o pai intervém, lembrando à criança que sua mãe não é toda mãe, isto é, é não-toda no registro fálico, já que também é sua mulher. Por outro lado, a mãe também tem que consentir em orientar o desejo do pai, fazendo-se o objeto que causa seu desejo, para que a função fálica tenha valor para a criança. Quando o pai não provoca a divisão na mãe, cabe apenas ao filho fazê-lo, e essa parece ser uma condição que favorece a perversão na criança.

A agressividade de Amâncio é um traço dessa tentativa de dividir a mãe, de sua dificuldade de separação da posição de falo imaginário e, portanto, de localização do falo simbólico. A separação é buscada no real, subindo na janela e pulando, correndo risco de vida, batendo no colega rival, jogando xixi nos colegas e buscando, assim, a sua expulsão.

Em seu *Seminário 4*, Lacan (1995) introduz uma distinção entre o falo metafórico e o falo metonímico, que é fundamental para articularmos essa ques-

tão. Ele diz que é preciso saber qual é a função da criança para a mãe em relação a esse falo que é o objeto de seu desejo, que é preciso saber se ele é uma metáfora ou uma metonímia. Não é a mesma coisa se a criança está na posição de metáfora do amor da mãe pelo pai ou se ela é a metonímia do desejo da mãe do falo que ela não tem e não terá nunca. Em todas essas atuações de Amâncio, vemos um sujeito se debatendo em sua posição de metonímia do falo da mãe. A analista intervém logo em relação à escola, tomando a sério a palavra do sujeito que propõe que seja castigado na escola. É sua demanda pela intervenção de alguma lei, como medida de separação, que está aqui em questão. Amâncio é então tomado como um sujeito, um sujeito que pode se responsabilizar por seus atos. O fato de esse pedido ser ouvido permite ao sujeito uma inclusão na instituição escolar como um espaço só dele, fora do âmbito familiar.

As dificuldades de Amâncio para se separar dessa posição de falo imaginário remontam à sua história familiar, onde já podemos perceber uma grande dificuldade por parte de seus pais em fazer um laço simbólico. A mãe de Amâncio escolhe o marido porque ele era um bom filho; um filho não só dedicado à mãe, como um filho que mantinha a mãe toda, sem faltas. Sua posição de marido é deduzida de sua posição de filho e podemos ver aqui que essa mulher não se coloca absolutamente na posição de objeto de desejo para esse homem. Ela queria apenas fazer tudo “direitinho”. Já o pai de Amâncio ficou órfão de pai aos dois anos de idade e se dedicou aos afazeres domésticos e a cuidar de sua própria mãe “como um cachorro”. Buscou permanecer em sua família na mesma posição, fazendo a função de mãe, já que a função paterna parece ser algo enigmático para esse sujeito. De fato, o pai de Amâncio nos dá, por meio de suas enunciações, elementos suficientes para dizer que não dispõe do significante fálico.

Se, por um lado, ele desempenha bem as funções femininas da casa, imaginariamente identificado à sua própria mãe, e é um pai provedor, por outro lado, não pode, pela falta do significante que permite ao sujeito se situar na partilha dos sexos, se posicionar como marido para essa mulher. Ele não pode acolhê-la nesse lugar. Se ele fica maravilhado com sua esposa grávida, quando o filho nasce ela passa à posição degradada de “enrugada e prostituta”, difamações que nos mostram a tentativa desse sujeito de nomear a mulher. De fato, se a mãe é uma função pacificadora para esse sujeito, a mulher se apresenta a ele como um gozo invasivo que ele só consegue insultar.

Os dois, então, se encontram numa situação de disputa e agressividade, e vemos o pai de Amâncio tendo inúmeras dificuldades para responder pelo lugar viril diante de uma mulher. Além da difamação, suas respostas à mulher são de impotência, seja defecando na porta do banheiro, seja imitando os sons de excitação sexual para os meninos ouvirem quando ela se recusa a ter relações sexuais com ele. Além disso, ele a interpreta como supondo que ele é bicha e é

exibindo suas fezes que ele pretende dar uma resposta ao que, por estrutura, ele não tem como responder.

Em seu *Seminário 5*, Lacan (1998) nos lembra que se faz um erro ao confundir duas coisas que estão relacionadas, mas que não se confundem: o pai normativo e o pai normal. O pai, diz ele, pode ser muito desnormalizador, à medida que ele mesmo não seja normal, mas isso seria enviar a questão para o nível da estrutura neurótica ou psicótica do pai. Para Lacan a normalidade do pai é uma questão e a de sua posição normal na família é outra. Por trás do horizonte da norma, o que a psicanálise situa como fundamento, que articula o sujeito ao vivo, é o gozo. O pai, apesar de ser sempre falho para responder por um gozo que o ultrapassa, tem como função ligar o desejo à lei, e transmitir algo de particular ao filho, algo da sua maneira de enfrentar uma mulher.

Se a estrutura do pai não é tão determinante para o sujeito, no entanto é desse pai encarnado que o sujeito vai buscar se servir. Não podemos, portanto, pensar que a posição do pai de Amâncio em sua família não lhe traga consequências. O menino desafia a mãe valendo-se do recurso de seu pai, isto é, a agressividade, urinando no chão, já que o falo aqui está rebaixado ao órgão.

Amâncio tem dificuldades de inscrever seu órgão como um atributo viril, já que ele está sob o domínio do falo materno. Quando o pai briga com a mãe, Amâncio pede que ele lhe bata, tal como o pequeno Hans, que intervenha diante dessa mãe toda e a interdite de alguma forma.

A palavra do pai é depreciada e invalidada por toda a família. Falta aqui a palavra que humaniza o desejo. Em diferentes momentos de seu ensino, Lacan menciona que o respeito que o pai pode ter de seus filhos, depende da demonstração de que ele soube transmitir que tomou a mãe destes como causa de seu desejo. Tomou-a como mulher o que a faria não-toda mãe. Identificar-se com o pai é um viés difícil para Amâncio. Além desse traço da agressividade, o pai o nomeia como “exu caveira, maldito e desgraçado”.

Esses significantes, que não o ajudam a localizar o desejo do Outro, também o empurram para uma posição de atuação que, apesar de trazer problemas na relação com os outros, não deixa de ser uma posição de tratamento, por parte do sujeito, do gozo que ele pode localizar nesse Outro. É no tratamento analítico que podemos ver que o sujeito teve uma chance de construir uma barreira ao gozo da mãe-toda. Na transferência ele interroga a analista. Suas perguntas giram em torno da lei. Logo se interessa em saber se por trás da analista há um homem, se ele é da polícia e se poderia ser mais forte que seu pai. Isso porque ele sabe, e o diz, que seu pai não gosta de sua mãe, e entre eles há um gozo desregrado. Ele pode, ainda na transferência, interrogar o desejo do Outro e fazer vacilar sua convicção de que ninguém gosta dele. Agora, ele quer seduzir e não mais ser expulso. Com sua demanda de amor, ele busca um novo lugar de ancoragem no Outro. Faz circular objetos entre ele e seu Outro e com isso a falta também entra em jogo.

Essa falta, podendo operar, traz o silêncio do que acontece no encontro com o Outro sexo. E Amâncio fala então de medo, sinal de que a posição de falo imaginário vacilou para esse sujeito.

Foi nesse momento lógico de sua análise que Amâncio pôde privilegiar um traço de seu romance familiar, para construir algo que sustentasse para ele a função paterna e que recobrisse esse ponto de silêncio. Um pai de quem ele pudesse se servir, uma outra versão do pai que a do pai degradado, do “homem problema” nas palavras da esposa. Lacan nos ensinou que esse ponto de silêncio é um ponto estrutural, e onde Freud afirmava que o pai existe, ele avança, formulando o axioma de que a relação sexual não existe.

E Amâncio constrói sua ficção a partir de seu nome. Ele lhe tinha sido dado porque era o nome de seu avô, um português. Dele, ele sabe que já havia ameaçado matar alguém para defender sua mulher. É, pois, em sua linhagem paterna que Amâncio vai buscar elementos para construir uma ficção onde a agressividade toma o sentido de um desejo endereçado a uma mulher. E nessa ficção, Amâncio, a partir de uma versão de um homem enfrentando o gozo de uma mulher, constrói um desejo não-anônimo que lhe foi transmitido. Essa figura paterna, como Freud nos mostrou, é idealizada e visa recobrir tudo o que seu silêncio presentificará: há uma falta, a castração é da ordem da linguagem e cada um precisa recobrir essa falta a partir do que dispõe.

Aqui entra a escrita. Amâncio escreve seu nome, dando-lhe diferentes e novas significações: amante, amor, amódio. Um nome articulado a uma nova série, para além da série anterior vinda dos pais. De qualquer forma, ele quer agora se inscrever no Outro como objeto precioso, não mais disposto a ser maldito. Não existem édipos típicos. Existe uma lei universal, mas com valores que são absolutamente particulares a cada sujeito e que cada um deve inventar. E Amâncio inventa. Com essa ficção, ele agora abre a possibilidade de abordar a mulher de uma outra posição. Ele lhe endereça cartas de amor...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LACAN, J. *O Seminário, livro 4: as relações de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
LACAN, J. *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
LACAN, J. A Juventude de Gide. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
MILLER, J-A. *Perspectivas do Seminário 5 de Lacan*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
MILLER, J-A. De mujeres y semblantes. In: *Cuadernos Del Pasador*, Buenos Aires, 1993.

“SÓ EXISTE A PSICANÁLISE DO FILHO”

Relatora: Cristina Vidigal

Grupo de discussão: Denise Rennó Lima, Elisa Alvarenga, Fátima Ferreira, Fernanda Monducci Moreira, Jorge Pimenta, Luiz Henrique Vidigal, Luiz Renato Gazzola, Márcia Rosa

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer à coordenação dessas Jornadas a proposição desse tema para o nosso trabalho.

Esse título é um recorte de Sérgio Laia de uma fala de Miller em Angra dos Reis: “não há psicanálise do pai e da mãe, só existe psicanálise do filho.” Parece-nos instigante abordar a questão analítica a partir da posição do filho. Se passarmos os olhos sobre os textos analíticos, particularizando os textos de Freud e Lacan, veremos que a palavra “filho” aparece poucas vezes em contraposição às inúmeras vezes em que as palavras “pai” e “mãe” podem ser encontradas. Em Lacan, desejo da mãe e Nome-do-Pai são conceitos essenciais em torno dos quais articulamos a lógica do sujeito. Sem dúvida é interessante revalorizar o termo filho. Mas o que esse título nos propõe vai muito além. É quase uma petição de princípio, e além do mais, radical.

Nossa argumentação tratará o tema a partir de três posições:

- a posição do sujeito;
- a posição do Outro;
- a posição do analista.

Primeiramente, trataremos de articular a posição de filho e sujeito, onde pode aparecer uma reflexão sobre a psicose, para depois perguntarmos se, da posição de Outro como pai e mãe, é possível uma análise, para, finalmente, indagamos sobre o lugar do analista.

I. O sujeito e o filho

Tomemos a metáfora paterna. O termo filho não aparece. No lugar onde supostamente deveríamos encontrar o termo filho nós lemos: significado para o sujeito.

Certamente é uma fórmula curiosa. Não somente aparece o termo sujeito no lugar de filho, mas também a preposição “para” (significado para o sujeito, *signifié au sujet*) no lugar de uma preposição mais comum, que seria “do”. A fórmula não fala do significado do sujeito, mas de um significado que é oferecido ao sujeito, para o sujeito. O significado chega ao sujeito por uma opera-

ção que, num sentido estrito, está fora dele. O significado não pertence ao sujeito, mas lhe é trazido, outorgado, entregue por um Outro que, primordialmente, é materno. Por um desejo do Outro.

Lacan avança mais um passo dizendo que o sujeito simbólico se constitui à medida que o desejo da mãe se dirige a um terceiro, o pai, e nomeia, aponta um outro lugar de seu desejo. Lacan introduz aqui o termo Nome-do-Pai para dar conta dessa operação.

Quais as relações entre a posição de filho, o significado para o sujeito e o sujeito simbólico?

O texto dos *Escritos*, de Lacan, de onde extraímos os termos da metáfora paterna é, como vocês sabem, *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*. Ao falar sobre Schreber, Lacan, referindo-se às “criaturas da fala”, introduz “o lugar do filho recusado às esperanças do sujeito”. Este é um dos raros momentos em que Lacan faz referência ao lugar do filho, para relacioná-lo às esperanças do sujeito, numa relação negativa implicada pela função da recusa. Mesmo que seja para relacioná-lo à impossibilidade de Schreber de ser pai, de suportar em sua subjetividade um outro que seria seu filho. Filho e sujeito estão numa relação negativa implicada pela função de recusa. O sujeito recusa o campo da filiação.

A ideia de Lacan, ao articular o lugar do filho a posição de sujeito, é que, ao ser submetido à operação da metáfora paterna, isto é, que a mãe aponte para o sujeito um outro lugar para seu desejo, haja uma reduplicação do lugar do Outro, de forma que o filho, ao chamar o pai, o encontre num lugar que já foi anteriormente apontado pelo desejo materno. Se isso acontece, a posição de filho é suportada na subjetividade.

Para Lacan, o que desencadeia a psicose é que o Nome-do-Pai, que nunca adveio no lugar do Outro, seja invocado em oposição simbólica ao sujeito. Não se trata, como muitos pensam, da ausência do terceiro, mas, ao contrário, que o terceiro seja chamado para ocupar um lugar de oposição. O lugar do filho recusado à subjetivação. Filho sem filiação. Para isso, dirá Lacan, basta um pai real, que não precisa ser o pai do sujeito. Basta Um-pai que venha num lugar onde o sujeito não pôde chamá-lo antes. Filho e sujeito aparecem como posições incongruentes na psicose.

O limite da eficácia da psicanálise com psicóticos pode ser medido nesse ponto de insuportabilidade do sujeito ao lugar do filho. Do ponto de recusa.

O caso “Mário”, atendido por Fátima Ferreira e comentado por Elisa Alvarenga durante os seminários preparatórios para essas Jornadas, pode nos dar um suporte clínico para pensarmos esse ponto. Mário, 56 anos, é encaminhado ao Instituto Raul Soares após sua última internação no Pronto-Socorro por ingestão abusiva de medicamento. Primeira overdose aos 25 anos após anos de

uso de drogas, relatos de episódios de autoagressão e automutilação, queimando os braços com cigarros e cortando o próprio rosto “para me punir da minha vida”.

O drama de existir de Mário se apresenta sob o registro do real, o mesmo que rege dois momentos relatados do encontro com o sexo. Aos 12 anos, seduzido por seu professor de francês, abandona a escola, os cuidados de higiene, afasta-se das pessoas. Esse segundo encontro não tendo conseguido significar o primeiro, que ele localiza aos 6 anos quando é surpreendido por uma cena de relação sexual entre seus pais.

Nunca mais foi o mesmo. Essa cena se impõe e retorna em seus sonhos, levando-o a “defender-se” primeiro com a insônia e depois com as drogas. Ao perder os pais, anos depois, sente-se “aliviado”, pois sentia muita culpa diante deles, diante da cena que o deixou estarecido. Nenhuma subjetivação. Nenhuma referência à dimensão desejante. Como bem pontua Elisa, “ao invés de constituir a mãe como objeto de desejo, identificando-se ao pai como aquele que tem algo a dar a uma mulher, temos um sujeito que perde aí a mãe e, no mesmo ato, identifica-se com ela: sujo, impuro. O apelo às drogas parece funcionar como uma tentativa de suplência mal sucedida”.

Um ponto parece caracterizar a situação de Mário: “o ódio aos pais, que o sujeito não pode reconhecer, retorna sob a forma da culpa. Identificado maciçamente à mãe, descrita por ele como descontrolada e excedida nas drogas e nos medicamentos” ele ainda fará apelo ao mesmo recurso que ela: ser controlado pelo irmão, pelo Outro.

Sobre essa relação particular de controle que ele estabelece com o Outro, vale destacar a ausência de dialética nos traços que ele elege, sua incapacidade de humor e sua resposta às tentativas anteriores de barrar ou interpretar essa relação: ele se desestabiliza. Ainda de acordo com Elisa: “Se recusamos a ele um lugar onde ele controla e é controlado, ele cai como objeto, sem apoio.”

Pensando em um diagnóstico de melancolia, Elisa Alvarenga aponta uma direção do tratamento que permitiria a Mário se alojar em um Outro que o preserve da queda, como dejetos do par parental de sua cena infantil. Nenhuma identificação dialética que permita preservar os lugares de pai, mãe e filho; nenhuma modulação da cena que permita ao sujeito operar com ela. Essa cena o acossa, o assedia implacavelmente, sem que ele consiga se articular a ela. Nos termos que encontramos em Lacan, e que vínhamos utilizando para nossa argumentação: recusa do lugar do filho.

II. Pai, mãe e Outro

Toda essa reflexão nos leva a pensar sobre esses termos recorrentes no texto psicanalítico: mãe e pai. Percebemos que é do lugar do Outro que eles operam no campo da subjetivação. O que muitas vezes percebemos, na clínica, é um desconhecimento, pelo analisante, do que seja a subjetividade materna e paterna. O exemplo mais singelo sobre esse ponto é relatado por Freud em um texto sobre duas mentiras contadas por crianças, onde uma de suas analisantes, que desenvolvera um grave sintoma de um horror fóbico a estilhaçamento de vidro, recorda-se de como era insuportável a ela qualquer situação, por menor que fosse, onde houvesse qualquer possibilidade de uma depreciação ou diminuição da posição de seu pai. O texto não discute qual era a posição do pai em relação às dificuldades financeiras que ele vivia, mas sugere tratar-se de uma pessoa lúcida, que, por exemplo, conversava com as professoras sobre as dificuldades de sua filha. Nada sugere que o pai, como sujeito, fosse atormentado por não ter grande potência financeira. Isso não impede que sua filha o convoque como Outro a um lugar onde nunca se pode ser diminuído. O sintoma que relatamos tem origem quando, aos sete anos de idade, um coleguinha lhe diz que tinha tido sorvete no jantar. Como em alemão sorvete e gelo (*Eis*) são a mesma palavra, e ela só conhece este último significado, ela retruca, imediatamente: “lá em casa temos gelo todos os dias”. Essa resposta fica engasgada, até que ela aprende a traduzir em francês gelo por *glace* e este é um termo homofônico a vidro em alemão (*glas*). Muitas vezes o procedimento analítico acaba por evidenciar que a pressão que é exercida sobre o analisante não tem nada a ver com a subjetividade do Outro, no caso, do pai ou da mãe.

Como nos alerta Michel Silvestre: “o sujeito, filho ou filha, sustenta o pai porque ele é o lugar de endereçamento privilegiado para suas questões.” Por que precisamos sustentar esses ideais no campo do Outro? Porque sabemos tratar-se de uma posição que o sujeito forja, articulando a dimensão da demanda, evitando assim a dimensão do desejo que aponta para a falta. Trata-se de algo que o sujeito cria para sustentar sua posição frente à castração do Outro, que ele busca evitar a todo custo.

Tomemos o exemplo de um tratamento sustentado por Fernanda Monducci Moreira. É um caso grave de anorexia e a paciente decide-se por aceitar o tratamento analítico quando se encontra já no limite, à beira de inserir-se num tratamento médico seriado, que, sabemos, só faz silenciar ainda mais aquele que tem a chance de falar ao ser tomado na dimensão do sintoma. Obediente à mãe, ela lhe confiava seus segredos mais íntimos, atendendo à demanda da mãe de ser a amiga que ela jamais tivera. O desencadeamento da anorexia ela primeiro o localiza numa viagem para a praia, onde seu corpo chama a atenção dos irmãos e dos amigos e “o olhar deles passou a me incomodar”.

Algum tempo depois trará, chorando, o encontro que esta primeira cena encobria. Estava experimentando os biquínis que usaria na praia, quando percebe que a olhavam pela fechadura... vive com horror a constatação de que era o pai quem a olhava. Confidente da mãe que sempre fora, ela acaba por lhe oferecer o móbil para um divórcio há muito pleiteado. A mãe dizia que não gostava de sexo, dizia que era ruim e queixava-se de que o marido não valia mais nada... “Meu pai não dava a separação para não ter que dividir os bens.” Ela se vê, então, pivô da separação dos pais. É, ao perceber a posição em que se encontrava, que ela vai, na análise, produzir significantes que lhe permitem sustentar o vazio de seu desejo e saber o que fazer com seu encontro com uma dimensão do gozo que escapa ao circuito que ela sustentava com sua mãe. Ela faz falar seu sintoma, dando-se uma nova chance de resposta e encontrando uma nova posição.

Um filho nem sempre divide, às vezes preenche, às vezes paga caro por ocupar um lugar privilegiado relacionado à subjetividade materna. Mesmo se muitas vezes nos deparamos com “as terríveis consequências da sexualidade feminina para todo sujeito, já que todo sujeito é filho de uma mãe”, tal como foi assinalado por Miller em seu Seminário *A criança entre a mãe e a mulher*, sempre se trata da resposta que o sujeito articula aí.

III. O Outro é um sujeito?

Mas não poderiam as posições de pai ou de mãe serem tomadas como uma posição subjetiva? Sabemos que não são isentas de contradição. Seriam, enfim, passíveis de análise?

Podemos supor que um pai pode reagir, por meio de um pedido de análise, a seu apagamento como sujeito, por uma certa recusa ou exclusão que o par mãe-filho pode instaurar. Freud nos indica que a mulher só dissolve completamente o Complexo de Édipo quando se torna mãe, de preferência de um filho. Não poderia esse “ser mãe” estar numa sequência fantasmática e, portanto, essa posição seria passível de uma análise? A clínica parece nos demonstrar, entretanto, que é a partir de uma outra posição que uma análise pode avançar.

Mesmo que se queixe ou se intrigue a partir de um encontro nessa posição de pai ou de mãe, é desde um outro ponto que a coisa se movimenta: é a partir da formulação do que pôde ou não se estruturar para esse sujeito na infância, do encontro com o real, enfim, de que tratamento do gozo ele operou, que respostas ele forjou. O caso trazido por Denise Rennó Lima vem ilustrar essa questão. Sua paciente vem a uma sessão de análise angustiada com o assalto que seu filho sofrera. Ela relata que vacilou em autorizar sua ida à casa de um amigo. Ela o havia alertado a não levar consigo a carteira, dizendo: “porque, se

“você foi assaltado, não levam todo o dinheiro”. Interpelada por seu filho como sabia que ele seria assaltado, ela se escuta dizer a ele que “não sabia, não tinha bola de cristal”. Mesmo que isso aponte para essa dimensão de castração que um filho sempre revela para uma mãe, neste caso vemos a análise avançar pela associação a seguir. Ela traz sua posição de filha, seus desentendimentos com sua própria mãe, bem como sua posição de submissão a ela. A mãe sempre brigava muito com ela e a mandava buscar o chinelo com o qual seria punida.

Quando a analista interroga este “ir buscar o chinelo”, ela argumenta que buscava “para poder escolher o mais macio...” Vemos que como mãe ela indica, oferece a seu filho a solução forjada na sua infância, diante da ira materna. No relato de Denise, essa paciente surpreende-se ainda ao verificar junto à sua mãe a versão de que esta, na verdade, lhe batia “para ver se você reagia”. Ou seja, sua própria mãe esperava dela outra resposta que não esta, que escamoteava a dimensão do saber, escamoteava, enfim, a castração materna. É na posição de mãe, mas como filha, que ela pode articular uma nova posição para “mãe”: “não sabia...”

IV. O lugar do analista

Finalmente, uma breve reflexão sobre a posição do analista. Se só há psicanálise do filho, seria o analista levado a ocupar o lugar do pai ou da mãe? Lacan denuncia os perigos do conluio mãe-mulher-analista. Este perigo é de especial interesse na psicanálise com crianças, já que pode levar o analista a essa posição equivocada de reparo de alguma falta, tão criticada na condução das análises dos analistas pós-freudianos.

Lacan recusa também a posição paterna. Nesse ponto o assunto, entretanto, não é tão simples quanto parece. Citamos Lacan no seu Seminário *A Transferência*: “sabemos bem que não podemos tampouco operar em nossa posição de analista como operava Freud, que assumia na análise a posição do pai. E é isso que nos espanta em sua maneira de intervir. E é por isso que já não sabemos mais onde nos meter – porque não aprendemos a rearticular, a partir daí, qual deve ser nossa posição.”

Lacan forja, aqui, a posição do analista a partir daquele que interpreta com esse instrumento que é o significante. Ele irá, também, forjar a noção de desejo do analista e a posição do analista como objeto *a*. Não se pode dizer, entretanto, que a questão fica resolvida. Num de seus últimos seminários, *Rumo a um significante novo*, Lacan nos apresenta uma palavra nova que deveria dar conta da posição do analista e do analisante. É o “poata”, que é uma leve modificação do original poeta. Lacan pergunta: “Por que tudo se absorve no parentesco mais superficial? Por que as pessoas que nos vêm falar em psicanálise só nos falam

disso? Por que a psicanálise orienta pessoas que se abrandam quando se voltam às suas lembranças de infância? Elas não se orientariam aparentemente para um ‘poeta’...”.

Tudo isso porque, nos diz Lacan, “a astúcia do homem é preencher tudo isso com a poesia, que é efeito de sentido, mas também é efeito de buraco. Somente a poesia, já lhes disse, permite a interpretação. É isso que eu não alcanço mais, com minha técnica, o que ela toca. Não sou assaz poeta, não sou um ‘poeta’ assaz.”

Trata-se aqui de Lacan, que no final de sua vida, propôs para a psicanálise um novo significante que, como na poesia, não tendo nenhuma espécie de sentido, tenha, por outro lado, um efeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, E. Só há psicanálise do filho – Comentário ao caso “Mário”. In: *Encontros Preparatórios a VI Jornada da EBP-MG: “A criança entre a mulher e a mãe”*, Belo Horizonte: agosto/2000.
- FREUD, S. *Duas mentiras contadas por crianças (1913)*, ESB, v. XII, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1969.
- LACAN, J. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. Rumo a um significante novo. In: *Opção Lacaniana* n. 22, São Paulo: Ed. Eólia, agosto/1998.
- MILLER, J.-A. A Criança entre a mulher e a mãe. In: *Opção Lacaniana* n. 21, São Paulo: Ed. Eólia, abril/1998.
- SILVESTRE, M. *Amanhã, a psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

A VERDADEIRA MÃE É A MÃE ADOTIVA

Maria Rita de Oliveira Guimarães

Primeiramente, gostaria de contextualizar a clínica de onde extraí os elementos para este relato. Eles vêm de entrevistas preliminares: foram, ao todo, oito encontros, mantidos em um Centro de Saúde onde trabalho como profissional da Saúde Mental.

A demanda que me chegou pertence ao segmento que facilmente os profissionais da rede pública reconhecem como “demanda escolar”. Tratava-se de uma demanda para um trabalho psicológico com uma criança.

Para a psicanálise, uma criança comparece, desde as entrevistas preliminares, como um sujeito. No entanto, verificamos, por exemplo, nos casos classificáveis como “demanda escolar”, que nem sempre a criança que nos chega é a mesma encaminhada pela escola. Assim, no relato que ora lhes faço, a criança nem chegou a ser propriamente recebida por mim: o rápido desaparecimento dos problemas que constituíam a queixa escolar indicou-nos a necessidade de um cuidado e tempo maiores na escuta da mãe da criança. Veremos, então, que “uma criança é adotada” é a frase-emblema que serve, neste relato, tanto à mãe como ao filho.

A inclusão deste relato, nessa mesa que pretende discutir que “só existe psicanálise do filho”, se justifica pela fulgurante possibilidade oferecida por uma situação clínica para concernir e debater os efeitos em cadeia, impostos ao campo da estruturação do sujeito. Essa palavra “sujeito”, tal como a conceitua a psicanálise laciana, nos direciona na escuta de uma demanda: trata-se de proporcionar uma chance ao sujeito, ao que um falante traz de mais particular quando ele nos apresenta o que o marcou desde o campo do Outro, desde o campo da linguagem.

Assim, as entrevistas preliminares, em que me apoio, servem para verificarmos a “colagem”, o “decalque” impressos no filho, da questão da filha que se tornou mãe. De início, deparamo-nos com a pergunta sobre aquilo que se transmite de uma geração a outra, sobre aquilo que se herda. Nesse sentido, evocaria a seguinte citação de Lacan:

O homem nasce mal entendido. (...). O corpo de vocês é o fruto de uma linhagem e assim parte das infelicidades que lhes acontecem está relacionado ao que houve nesse mal entendido, até não poder mais.(...) É isso que vocês herdaram! É isso que explica o mal-estar que vocês sentem na pele. O mal-enten-

dido vem de antes. O mal-entendido vem desde antes à medida que há, desde sempre, este belo legado que lhes pertence ou do qual vocês fazem parte, a sabida confusão dos ancestrais (LACAN, 1981, p. 12).

Primeira versão da demanda

O motivo que trouxe a mãe de Leo à minha presença foi uma queixa escolar sobre um súbito irrompimento de agressividade do filho, manifestada em seus contatos com a professora e com os colegas. A mãe não apresentava nenhuma interpretação própria para aquele acontecimento, mas se mostrava interpelada por ele. Mais ainda, talvez devêssemos dizer que ela havia sido “desmontada” pela reclamação da escola, apresentando-se muito angustiada às entrevistas preliminares. Trazia um minucioso relatório enviado pela escola, contendo informações relativas ao desempenho do aluno e uma lista de dificuldades do tipo “não consegue se interessar pelas atividades propostas em grupo ou individualmente”, “tem sido agressivo com os colegas”, etc.

Segunda versão da demanda

Após algumas entrevistas, embora não cessasse de se valer totalmente do episódio da agressividade do filho na escola, a mãe revela o que, na verdade, a fazia procurar um tratamento para ele. Entre choro e muita emoção, ela queria saber, por meu intermédio, se o filho “sente muita falta da mãe verdadeira” ou, como se expressa em outro momento, da “mãe de verdade”.

É ainda nesse mesmo encontro que ela formulará a resposta em relação à queixa apresentada pelo encaminhamento feito pela escola e que foi objeto de minha indagação desde a primeira entrevista. Leo, adotado por ela em circunstâncias muito particulares, passou a agredir e a “pintar” na escola desde o momento em que ela, mãe adotiva, ouviu um comentário, em um encontro casual com uma pessoa conhecida, a respeito da mãe biológica da criança. Sentindo-se ameaçada por esse comentário e pressentindo uma provável proximidade dessa outra mãe, vai à escola e solicita que não deixem seu filho sair de lá com “pessoas estranhas”. A partir daí, diz ela, “passam a ver ele com olhos diferentes”, pois foi proclamada a verdadeira condição da criança: “filho adotivo”.

Reitero que ainda não havia começado a entrevistar essa criança, embora a mãe a tivesse levado ao Centro de Saúde para que eu a visse. Ainda assim, eu não só tinha notado que os olhos de Leo eram diferentes, como também escutado o comentário, meio divertido, da mãe de que somente os olhos o tornavam diferente de seus filhos biológicos. Até aqui, subemos:

1. que a criança encaminhada, Leo, é filho adotivo;
2. que a mulher que, a partir da escola, solicita o tratamento para sua criança é “mãe biológica” de outros filhos e, também, mãe adotiva de Leo;
3. que começam a ver esse seu filho adotivo “com olhos diferentes”, à medida que, esse terceiro social, composto pela escola, passa a saber que Leo é filho adotivo;
4. que os olhos “diferentes” são o traço que distingue Leo dos “filhos biológicos”.

História da filha

Na biografia da mãe de Leo, há um episódio situado aos três anos de idade, momento em que ela se depara com o pai morto na cama, assassinado pela mãe. Observaria que não há enigma sobre as razões desse crime: não é disso que ela se ocupa em sua narrativa. Ao contrário, é no desfecho desse episódio que ela se concentra, pois ele a fará perder os irmãos e a colocará na situação de filha adotiva do juiz da cidadezinha onde morava. Essa situação, por sua vez, implicava uma indeterminação de lugares: havia “uma mistura”, entre “ser filha adotiva” e “ser a empregada da casa”, e isso vai perturbá-la por todos os anos em que esteve na casa daquele juiz.

É dessa experiência também que ela vai formular, em forma de juramento, a seguinte frase: “Se eu me casar e tiver filhos, eles não vão brigar”. Podemos pensar que se trata de um enunciado da ordem de uma lembrança encobridora, relativo à enunciação impossível do assassinato do pai, não propriamente como o mito freudiano, mas como acontecimento real, do qual, poderíamos supor, sobressairia a presença crua e cruel da mãe como *das Ding*, como A Coisa.

A agressividade é denegada por esse juramento que, por sua vez, regerá seu comportamento social. Afinal, essa mulher passará a consagrar seu tempo livre à causa do sofrimento alheio. Por outro lado, um outro episódio a deixará eternamente fixada à seguinte pergunta: “que sou para o Outro?”. Trata-se de uma recordação: ela vai à cadeia visitar sua mãe e a encontra de costas, penteando os cabelos. Sem se dar ao trabalho de se voltar em direção à filha, a mãe diz: “Tira esse estrupício daí!”.

Considerando o sentido da palavra “estrupício” em nossa língua, a filha é, então, segundo podemos constatar no *Aurélio*, comparada a uma “coisa esquisita, complicada, fora do comum”. No entanto, é a significação mais consagrada pelo uso corrente da palavra “estrupício” – dejetos, resto que causa incômodo – que assinalará o caminho dessa mulher. Retornarei a esse ponto, mas o

que me parece importante sublinhar, desde já, é que tal recordação da palavra que lhe foi imposta pela mãe é relatada conjuntamente com o seguinte testemunho: “Eu ainda não tinha te contado. Leo não é meu primeiro filho de criação”. Confessa, então, duas ou mais experiências anteriores de adoções informais de outras crianças, ainda bebês. São experiências com final “de uma nota só”, isto é, o desfecho delas está no *script* fantasmático dessa mãe como repetição: a cada nova experiência, transcorrido um tempo de convivência com a criança, como sua “*mãe adotiva*”, acaba por perdê-la para a mãe biológica. Ao se referir a um bebê que fora seu filho dos três aos doze meses, encerra seu relato com os seguintes dizeres: “A mãe que é mãe é aquela que vem de porrete e faca. Se acontecesse comigo, eu ia brigar”.

Esta frase lhe possibilita pensar-se – ou pensar a “Mãe verdadeira que perde o filho”. Entre perder e o abandonar – longa distância! “Se acontecesse comigo” é a enunciação pela qual se revela o sujeito nesse ponto de interseção do imaginário da mãe ideal com o simbólico, que lhe permite localizar-se e responder ao enigma do desejo do Outro como “mãe que adota” e, ainda, com o real, por onde se faz a convocação desse Outro Absoluto, dessa mãe real que a reduz a esse resto de ser “filha-estrupício”.

Assim, vemos como esse sujeito, a partir dos acidentes de sua história, inventa seu destino. Nessa invenção, percebemos algumas de suas estratégias inconscientes. Por exemplo: seus filhos biológicos não a ocupam, absolutamente. Haveria, portanto, em sua condição de mãe biológica, uma doce harmonia? Haveria aí uma contradição com o que foi explicitado por Lacan, quando ele nos diz do mal-entendido como a herança possível ao ser falante? Quais as possíveis respostas que a série de adoções (da qual Leo é o último termo) pode nos fornecer?

Efetivamente, a mãe de Leo, como filha, não se pode reconhecer senão como “adotiva”, ainda que o seja na forma de um *i* (*a*) remendado, isto é, da imagem que lhe retorna desse olhar que a reflete vestida como uma empregada da casa do juiz, que lhe faz às vezes de “pai adotivo”. No entanto, parece-lhe preferível tal imagem àquela do “estrupício” que lhe vem do espelho onde, penteando os cabelos, a mãe biológica a terá olhado. É sob o comando da palavra da mãe, “estrupício”, que ela se põe a adotar as crianças que são “estrupícios”, “coisas esquisitas, complicadas, fora do comum” para suas mães biológicas.

Por outro lado, podemos indagar até que ponto o juramento – “Se tiver filhos eles nunca vão brigar” – não é uma espécie de referência emblemática concernente à relação do sexo com a morte e que, como representação inconsciente, permanece intocado. Nesse sentido, o sujeito tentaria tornar possível o diálogo impossível entre dois que falam: seu esforço é de que eles falem a mesma língua, de que não haja mal-entendido, ou seja, de que se considere possível a proporção entre os sexos.

É pelo significante “adotivo” que a mãe de Leo, como filha, e em um outro tempo como mãe, tenta dar corpo à existência da mãe “de verdade”, “da mãe que é mãe” e que, por ser verdadeira, vem requerer o filho com “porrete e faca”. “Mãe de verdade” é a “mãe-toda”: é, portanto, aquela que, tal como sua mãe biológica, é capaz de matar. Trata-se da mãe cuja insaciabilidade indica que sua proximidade é índice de horror. Faz-se necessário que a distância seja reiterada por um significante que jogue com a possibilidade de manter a harmonia da relação: “adotivo” afasta o perigo evocado pela conjunção corpo e gozo.

Na história desse sujeito vimos que a alienação significante, suportada pelo termo “adotivo”, é precedida por uma alienação a um encontro com um Outro como Gozo que, mesmo se apresentando à criança sob os auspícios do significante (uma vez que não se trata de um sujeito psicótico) é um Outro desvairado em seu gozo.

Mas o significante “adotivo” não é suficiente para garantir a harmonia, já que a marca do gozo da mãe, no corpo, é mantida, e no momento em que é apontada para o Outro, no momento em que “passaram a ver ele (Leo) com olhos diferentes”, a resposta do filho adotivo vem confirmar quanto o que se transmite é da ordem do mal-entendido que, como tal, já estava lá: trata-se de uma anterioridade. A reprodução se aloja, portanto, mais na transmissão da linguagem, no que por ela se reproduz, do que exatamente no que nasce do corpo da mãe. Isso vem se confirmar no ato de Leo que reage com agressividade ao pressentir o perigo da presença da mãe biológica, presença esta já sinalizada, também (e anteriormente!), como perigo para sua mãe adotiva.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LACAN, J. Le malentendu. In: *Seminário Dissolução, Ornicar?* n. 22/23, Paris, Navarin Editeur, 1981.

PSICANÁLISE DE CRIANÇA: A PRESENÇA DOS PAIS

Suzana Barroso Spínola

Inicialmente, nos cabe perguntar qual o estatuto da presença dos pais que está em jogo na análise de uma criança. Se introduzo o tema com esta questão, é porque sabemos o quanto é fundamental localizar os diferentes planos nos quais atua a presença dos pais na vida e na análise de uma criança. Colocamos a hipótese de que o modo como se faz a abordagem dos pais na clínica determina a diferença entre a psicanálise da criança e outros métodos de psicoterapia infantil. Para nos instigar a formalizar esse aspecto particular da psicanálise de crianças, retomo aqui fragmentos de uma entrevista sobre a cura psicanalítica, publicada numa revista de psicanálise na nossa cidade, onde encontramos uma maneira bem peculiar de abordar a presença dos pais no tratamento da criança. Quando interrogado sobre a direção de uma análise de criança, o entrevistado dizia o seguinte a propósito dos pais: “...é indispensável colocar o pai na realidade do tratamento. É impossível iniciar uma análise de criança sem produzir a enérgica exigência que o pai se apresente. Não é tanto porque seria indispensável escutar o que o pai tem para dizer. É importante que o discurso do analista e o analista presentifiquem e coloquem o pai no seu lugar, ou seja, no lugar que ele tem que ocupar para a criança no quadro do tratamento. Numa decisão da relevância de uma cura psicanalítica de criança, o pai não pode estar ausente.”

Temos, aqui, um dos muitos conselhos técnicos sobre a inserção dos pais na análise da criança e que traduz uma dentre as diversas maneiras de lidar com a questão dos pais, mas que podemos questionar à luz do ensino de Lacan. A presença dos pais sempre foi motivo de perguntas, tais como: quando escutá-los durante o tratamento da criança? Como manejar a transferência dos pais? Como interpretar os pais? E a resistência, é deles?

Quer eles se apresentem na clínica como aqueles que demandam, quer dizer, sob a forma da demanda parental ou como aqueles que colocam obstáculos ao processo analítico da criança, isto é, sob a forma da resistência, ou, ainda, como aqueles que fazem uma suposição de saber sobre o sintoma da criança, ou seja, sustentando a transferência, tudo isso certamente está associado aos diversos modos de implicação subjetiva dos pais no sintoma da criança.

Todos que trabalham com crianças – os psicanalistas, pedagogos, pediatras, assistentes sociais, psicólogos – admitem a tese de que o sintoma da

criança tem algo a ver com seus pais. Entretanto, nem todos compreendem da mesma maneira o problema da implicação subjetiva dos pais no sintoma da criança. De um modo geral, fora do discurso analítico, logo que uma criança apresenta alguma dificuldade, o pai e a mãe são os primeiros a quem a sociedade culpa, julga ou considera como potencialmente traumatizantes. Ora, desde que Freud fez a ruptura com a psicologia do traumatismo, indicando a cena do inconsciente, a cena fantasmática como aquela que define a realidade do sujeito, ele nos levou mais além das carências do ambiente familiar na determinação e na escolha da posição do sujeito, e mais além de uma dimensão realista da implicação subjetiva dos pais no sintoma da criança como também no seu tratamento. Contudo, não foi sem razão que Lacan (1998), ao reler o caso paradigmático da psicanálise de crianças, o caso Hans, considerou que o sintoma fóbico havia se estruturado como tal, graças a “um certo tipo de mãe e um certo tipo de pai” daquele menino. Ou seja, a psicanálise não exclui a teorização dos efeitos do Outro parental sobre o sujeito.

Trata-se de uma questão que, sem dúvida, só pôde ser formalizada a partir do ensino de Lacan. Sua incidência na psicanálise de crianças foi bastante significativa, especialmente para a prática que se desenvolveu depois de Freud. Esta levou a marca da leitura inglesa do texto freudiano, onde destacamos importantes nomes como os de Melanie Klein e de Winnicott.

Não foi também por acaso que a criança esteve tão presente nas teorias dos analistas pós-freudianos e junto a ela, os pais. É que tendo os pós-freudianos se afastado dos fundamentos estruturais do sujeito e do desejo humano – aqueles indicados por Freud por meio do Édipo e da castração – passaram a fazer uma psicologia do originário, da evolução ou do desenvolvimento infantil, buscando o ordenamento do sujeito nos primeiros anos da vida da criança e nas relações pais e filhos, mais particularmente na relação mãe-filho.

Nesse contexto surgiu, na psicanálise, uma densa interrogação em torno da mãe, do seu papel e das suas falhas na construção da normalidade da criança e na garantia da felicidade futura do adulto. Até que ponto, pode-se perguntar, esse interesse predominante pelo Outro maternal não constituiu um deslocamento da interrogação freudiana sobre a mulher? Especialmente M. Klein e seus seguidores obturaram a pergunta, deixada em aberto por Freud, sobre o enigma da mulher, deslocando o foco da concepção inicial da psicanálise, com base na repressão paterna e no complexo de castração, para as frustrações oriundas da mãe.

Tudo isso não ficou sem consequências na relação do analista com o saber e a verdade, na escuta da criança e dos pais. Com Lacan, temos um reencontro com a descoberta freudiana e um reposicionamento quanto à clínica psicanalítica da criança.

Da carência do ambiente familiar à falta no lugar do Outro

Três conceitos ordenaram as formulações sobre a família em Lacan: o conceito dos complexos familiares, o da metáfora paterna e o da *père-version*. A primeira retificação operada por ele na psicanálise de crianças foi a que resultou da releitura do Édipo, com a fórmula da metáfora paterna. Isso significou a mudança de uma concepção ambientalista da função dos pais junto à criança, isto é, de uma “análise sociológica ambiental das relações do casal parental” e das relações pais e filhos, para uma concepção mais estrutural da família. Enquanto na primeira – na concepção ambientalista – se destacou uma enorme variedade e efeitos da carência paterna e da qualidade dos cuidados maternos, como fatores determinantes da causalidade do sintoma da criança, na segunda – na perspectiva estrutural – Lacan procurou isolar a falta que concerne à estrutura de linguagem, à qual se encontram submetidos tanto o pai quanto a mãe e o filho, sendo os pais aqueles que se encarregam de transmiti-la.

Tanto em Anna Freud como em Melanie Klein, que representaram as correntes mais significativas da psicanálise de crianças depois de Freud, encontramos uma certa clínica da família que se ancorou no ponto de vista ambientalista da função dos pais.

Para Anna Freud, os problemas infantis estavam correlacionados aos distúrbios do desenvolvimento do ego, ao fato de que a instância do supereu, ainda não completamente estabelecida pelo complexo de Édipo, torna o ego infantil indefeso e imaturo para domar as pulsões. O supereu da criança é, por hipótese, frágil, dependente da realidade, do mundo exterior ou dos pais. A análise pretendia liberar os impulsos recalcados e colocá-los sob a influência do supereu. Diferentemente da análise do adulto, para suprir o déficit do supereu infantil, quer dizer, de um aparelho psíquico em formação, tornava-se necessária uma conciliação da análise com a educação: ceder, frustrar, gratificar, proibir, na medida ideal. Para cumprir esse objetivo, Anna Freud defendia a ideia de um pacto com os pais, de uma aliança terapêutica; aliança do analista com os pais em prol do fortalecimento do eu. Na análise de crianças, segundo Anna Freud (1971), o bom senso dos pais desempenha o papel que a parte saudável da personalidade consciente desempenha durante a análise do adulto.

O que temos aqui é uma visão ingênua dos pais identificados aos Ideais reguladores da satisfação pulsional, dos quais o analista se distinguiria apenas por tomar a seu cargo a operação interpretativa. Trata-se de uma aposta na vitória dos ideais civilizatórios sobre os modos de gozo infantil, num tempo em que se esperava muito da família, considerada, então, como a instituição privilegiada na regulação do gozo.

Melanie Klein e sua escola, com o primado da relação de objeto, enfocaram, de modo original, a relação mãe-criança no chamado pré-Édipo. Na rela-

ção mãe-criança, que constitui a matriz das futuras relações objetais, a mãe oscila entre a posição de um bom ou mau objeto, segundo a frustração das pulsões experimentada pelo bebê no âmbito dos cuidados recebidos da mãe. Os cuidados maternos ganham, nessa teoria, o papel organizador da posição do eu, mais ou menos integrado numa identificação, de acordo com o grau de frustração das necessidades infantis. Trata-se da mãe ensinar, progressivamente, a criança a submeter-se às frustrações e, ao mesmo tempo, a perceber a diferença que existe entre a realidade e a ilusão.

A mãe kleiniana é, na família, a figura em torno da qual se concentra os diversos aspectos da carência ambiental, formulados como carência dos cuidados, do amor, do objeto adequado à pulsão. O mito da mãe está no centro da causa dos problemas infantis, definidos muito mais como problemas relacionais do que como sintomas. Encontramos aqui toda uma prática, orientada pela noção de carência afetiva, ligando, sem intermediação, os distúrbios do desenvolvimento às falhas reais dos cuidados maternos.

A primazia dada às relações objetais na constituição do eu significa uma aposta na dinâmica das inter-relações e nos aspectos de interação do indivíduo com o meio que o rodeia. O sonho de harmonia das relações familiares, das relações homem-mulher, desloca-se para o sonho de harmonia da relação mãe-filho. Pois o fator disruptivo, fundamentalmente desarmônico, introduzido nas relações pelo encontro da função simbólica do falo no cerne do complexo de Édipo, é completamente eludido pela teoria das relações objetais. É o que se evidencia na leitura da relação mãe-criança, sem a intermediação do falo, reduzida portanto ao plano dual.

Na direção do tratamento da criança, se os kleinianos não procuravam estabelecer a tal aliança ou pacto com os pais e, diferentemente dos seguidores de Anna Freud, os retirava um pouco da cena do tratamento, era para assegurar que o analista da criança, ele próprio, viesse a exercer o papel de uma boa mãe. Pois toda a teoria da situação analítica, da relação transferencial, reduzia essa relação a não ser mais do que o desenvolvimento das relações mãe-criança.

Dentre os diversos manuais de técnica da análise infantil produzidos pelos kleinianos, temos um muito conhecido em nosso meio, escrito por Arminda Aberastury, onde ela diz o seguinte:

Minha técnica teve suas raízes na elaborada por Melanie Klein para a análise de crianças. Nutriu-se dela durante muitos anos, mas minha própria experiência me permitiu fazer uma série de modificações que considero transcendentais e que descreverei nestes capítulos. Baseiam-se em uma forma especial de conduzir e utilizar as entrevistas com os pais, que possibilitam a redução da psicanálise de crianças a um relacionamento bipessoal, como na análise de adulto (ABERASTURY, 1986, p. 112).

Verificamos, facilmente, como a proposta de redução da análise a um relacionamento bipessoal constitui a preocupação principal, a despeito da importância de toda a particularidade significativa, relativa à criança, presente no discurso dos pais. Foi precisamente para debelar os efeitos maléficos dessa teoria para a clínica psicanalítica – pois ela contraria toda a noção freudiana da estrutura do desejo e do sexual no inconsciente – que Lacan forjou o conceito de Desejo da Mãe, e nos remeteu à questão do seu capricho e de seu gozo.

Quanto ao pai, nunca se formulou bem, antes de Lacan, em que o pai é carente. Por exemplo, no caso Hans, o pai estava longe de ser carente em sua família – estava ao lado da mulher, dialogava, cuidava muito do filho, chegando até a levá-lo para a análise. Não era ausente, e, no entanto, não operou no inconsciente senão pela fobia. A questão é que falar da carência do pai na família não quer dizer falar de sua carência no complexo. Situar a carência paterna no complexo implica uma outra dimensão que não a realista, mas a estrutural. A dimensão realista se define pelo modo caracterológico, biográfico ou outro, de sua presença na família, na qual se confundem o pai normativo e o pai normal.

É fundamentalmente por meio dos efeitos de sua presença no inconsciente como significante, o significante do Nome-do-Pai, que ele intervém no complexo de Édipo, isto é, que ele introduz para a criança uma norma, a norma fálica, fazendo surgir no inconsciente a significação fálica do desejo. A hipótese estrutural sobre a família privilegiou a inscrição e a função dos elementos parentais no inconsciente, numa Outra cena distinta daquela do ambiente familiar propriamente dito, onde se isola a função do romance familiar para a criança.

Trata-se de nos orientarmos na escuta dos pais, isolando o lugar do Outro como lugar do significante, isto é, a cadeia significativa que localiza o sujeito, onde a carência que está em jogo é do significante, posto que nesse Outro se inscreve uma falta. É preciso, portanto, estabelecermos as relações de conjunção e disjunção entre os pais, o ambiente familiar e o lugar do Outro para o sujeito.

Destaco aqui um parágrafo dos *Escritos* que me pareceu importante para o desenvolvimento do tema, pois traduz a posição de Lacan sobre a presença dos pais.

Ele articula a presença do pai à lei e a presença da mãe ao lugar do Outro: “...que dessa autoridade da Lei o Pai possa ser tido como o representante original, eis o que exige especificar sob qual modalidade privilegiada de presença ele se sustenta, para além do sujeito levado a ocupar realmente o lugar do Outro, ou seja, a Mãe” (LACAN, 1998, p. 828).

A mãe, na teoria lacaniana, ocupa no real o lugar do Outro primordial, isto é, é o Outro real da demanda, para onde se dirigirá a demanda a partir das necessidades. Se a lei do pai intervém, ou seja, a lei do significante, instala-se a dialética do desejo no lugar do Outro. O que a criança encontra aí é o fato que, se há algo que fundamentalmente ela demanda à mãe, trata-se da única coisa que a mãe não tem, o falo.

Ao elaborar o modo de presença do pai e da mãe necessário à constituição do lugar do Outro como lugar significante, Lacan retificou a psicologia dos cuidados maternos, desfez o mito da mãe na psicanálise, além de situar as particularidades clínicas da feminilidade e da maternidade no plano do sintoma e do fantasma. Uma dessas particularidades nos é demonstrada pelo caso clínico relatado por Maria Rita, no qual encontramos uma situação em que a mãe toma uma consistência fantasmática de mulher toda, “a mãe que é mãe”, e a criança toma a do objeto do seu fantasma.

Para nos aproximarmos mais desse caso, proponho que possamos fazê-lo segundo as coordenadas que decorrem de um enunciado de Lacan, e que orienta, hoje em dia, nossa escuta dos pais:

“O valor da psicanálise é o de operar sobre o fantasma”

Esta frase, enunciada por Lacan em 1968, certamente ainda repercute na clínica analítica de crianças, pois a ela se associava um debate sobre a fronteira entre a psicanálise e a pedagogia, onde Lacan insistia que a operação sobre o fantasma é o único critério diferencial da psicanálise. Na falta deste critério como norteador da clínica com a criança, o que se coloca, nos diz Lacan, é a pedagogia. Ora, sabemos que a pedagogia, pelo menos a mais tradicional, sempre se encarregou justamente da adaptação às instituições humanas, o que pode deixar intacta a questão fantasmática de um sujeito.

Esse debate torna-se muito apropriado para o caso clínico em questão, principalmente quando levamos em conta uma prática clínica que acontece em uma situação onde está em jogo a criança, a mãe e as instituições, tais como a família, a escola e a instituição de saúde mental. Por outro lado, é um caso no qual muito facilmente poderíamos priorizar uma série de elementos da carência ambiental, no que concerne à vida da mãe e da criança, o que pouco nos adiantaria na localização da posição do sujeito, segundo as coordenadas da sua fantasia. A questão fantasmática se tornou cada vez mais evidente na abordagem lacaniana da família, precisamente quando a consideramos à luz da teoria da *père-version*.

Esta enfatiza a dimensão da verdade em jogo na estrutura familiar, em última instância a verdade do pai, isto é, sua versão de gozo que o leva a constituir uma parceria com uma mulher, e a desejar zelar pelos filhos que aí são procriados. Já em 1969, nas *Duas notas sobre a criança* encontramos uma ordenação do sintoma da criança em torno da questão da verdade. “O sintoma, fato fundamental da experiência analítica, define-se, nesse contexto, como representante da verdade” (LACAN, 1969, p. 369). Trata-se de duas vertentes de resposta da criança: o sintoma que responde à verdade do par familiar e o sintoma que diz respeito à verdade da mãe.

A criança responde com seu sintoma ali onde se apresentou uma falha do saber no contexto familiar. Isso implica uma certa ruptura na suposição de saber nos pais, que os leva a buscar a intervenção do analista. Nos melhores casos, o que pode acontecer é uma disjunção do lugar dos pais e do lugar do Outro, para onde de fato devem se endereçar as perguntas da criança. Se esta disjunção não se dá, vemos surgir, do lado dos pais, várias manifestações de impotência, culpa ou resistência e, do lado do analista, uma tentativa de curar a castração do Outro.

Quanto ao caso clínico atendido por Maria Rita, pareceu-nos que o sintoma do menino “diz respeito à subjetividade da mãe. Nesse caso é como o correlato de uma fantasia que a criança é envolvida” (*ibid*). De fato, não há criança que não esteja incluída como objeto no fantasma da mãe. É com seu fantasma que ela acolherá a criança. É seu fantasma que lhe possibilita subjetivar a criança real. Entretanto o uso deste fantasma é diferente conforme ele esteja ou não regulado pela função paterna. Quanto maior a carência paterna, mais a criança tende a ser envolvida na fantasia da mãe. A criança nessa situação estará implicada diretamente na relação da mãe com a sua própria verdade. Ela pode, até mesmo, alienar de si o acesso possível da mãe à sua própria verdade de diferentes maneiras, “dando-lhe corpo, existência e, mesmo, exigência de ser protegida” (*op. cit.*). Então, teríamos aqui a verdade do sujeito mãe a ser protegida pela criança.

Verificamos como o sintoma de Leo manifesta o insuportável para sua mãe, pois toca no ponto onde vacila sua fantasia. Ela se vê interpelada diretamente nos seus ideais, os ideais da adoção, com os quais recobriu a sua verdade, sua posição de gozo. Trata-se de um filho que “re-vela” a divisão materna. É ele que suscita a angústia materna, e é seu comportamento que acaba por colocar essa mulher numa posição de interrogação do seu destino, desde o momento que encontra uma analista, que, prudentemente, coloca a divisão materna a trabalho.

Frequentemente, o encontro com um analista buscado pelos pais é antecipado por alguma situação em que a criança expõe algo do real de suas fantasias. Como nos diz Marie-Hélène Brousse (1997), “o sintoma da criança é quase uma travessia selvagem da fantasia dos pais”. Mais particularmente nesse caso, o sintoma da criança é quase uma travessia selvagem da fantasia da mãe.

Outro aspecto importante que esse caso nos evoca, é tudo aquilo que a sociedade organiza em torno da adoção e da criança adotada, ou seja, a questão de desejar uma criança, os verdadeiros pais e a questão da origem, o desejo dos pais, o desejo feminino, o lugar da criança para quem a adota, etc. Podemos nos perguntar se a adoção de uma criança por uma mulher em condições semelhantes às desse caso, não pode se prestar mais facilmente à captura da criança na fantasia materna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, A. *Psicanálise da Criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- BROUSSE, M-H. Carrossel entrevista M. H. Brousse. In: *Revista Carrossel*, n. 1, Salvador: EBP-Bahia, outubro 1997.
- FREUD, A. *O Tratamento Psicanalítico de Crianças*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1971.
- LACAN, J. Conferência em Genebra sobre o sintoma. In: *Opção Lacaniana*, n. 23, São Paulo: Eólia Ed., dezembro, 1998.
- LACAN, J. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-58)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960) In: *Escritos*, 1998, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998
- LACAN, J. *Discurso de clausura de las Jornadas sobre las psicosis en el niño (1968)*. El Analicón.
- LACAN, J. Duas notas sobre a criança. In: *Opção Lacaniana*, n. 21, São Paulo: Eólia Ed., abril, 1998.

A FILIAÇÃO E SEUS IMPASSES: A ADOÇÃO

Márcia Rosa

*“De tudo ficou um pouco./ Do meu medo. Do teu asco.
Dos gritos gagos. (...)/ ficou um pouco.”*

Resíduos

Carlos Drummond de Andrade

Não há como escutar o enunciado que dá título ao instigante trabalho trazido por Maria Rita sem experimentar uma certa surpresa, sem retornar a ele para se certificar de que é isso mesmo que é afirmado ali. Sim, sem dúvida, está dito que “a verdadeira mãe é a mãe adotiva”! Ato contínuo, surgem as interrogações: temos um enunciado universal que diz que “mãe é sempre adotiva”, ou um enunciado particular onde, diante da filiação e dos impasses específicos que ela pode comportar, a adoção surge como uma passagem? Que estatuto atribuir à adoção: sintomático, fantasmático, uma atuação?

I. A filiação e os modos como é registrada

Que “a mãe seja sempre adotiva” não deixa de nos levar a considerar que, qualquer mãe, seja ela adotiva ou não, passa por um processo de adoção de sua criança/filho (a): trata-se, nesse processo, de adotar simbolicamente a criança real, inscrevendo-a no mundo das ideias e dos ideais, inscrição que lhe propiciará um traço simbólico e que lhe permitirá arrimar sua identidade. Trata-se, também, de adotá-la imaginariamente, revestindo-a de uma imagem que, ao mesmo tempo em que a torna reconhecível pela mãe, torna-a, também, diferente dela. Tais adoções, simbólica e imaginária, comportam os seus furos e “uma abertura para um mais além do estatuto de objeto da mãe, pois que são tributárias de todas as faltas que guiaram a mãe em direção a tal ou qual traço” (ANDRÉ, 1987, p. 193), seja de sua história, de seu narcisismo, de seu desejo, etc..

Cabe dizer ainda de um processo de adoção real, já que há aí um pequeno ser que desperta a mãe de seu sonho, de suas fantasias e que precisa ser cuidado.

Nesse sentido, ao ser adotada, a criança deixa de “parecer para a mãe como um objeto estranho, assustador e inatingível, do qual ela se sente incapaz de se ocupar por lhe dar a impressão de ser real demais, ou seja, estranho demais à realização imaginária ou mesmo simbólica que esperava” (*ibid*). Conclui-se, pois, que não basta que a mãe seja “verdadeira”, é preciso que ela seja adotiva, que ela seja capaz de adotar a sua criança, revestindo-a, mesmo que não-toda, com significantes e com imagens.

Deslocamos, então, o nosso comentário para um outro ponto: o que nos detém agora é esse adjetivo verdadeira, “mãe verdadeira” ou “mãe de verdade”. Se se adjetiva a mãe como verdadeira, fica implícito que ela poderia não sê-lo e, interroga-se, em não sendo verdadeira, a mãe seria falsa, seria de mentira? Na resposta construída pelo sujeito, no caso trazido por Maria Rita, temos de um lado a mãe verdadeira e, de outro, a mãe adotiva, elas formam uma espécie de par antitético. Sendo assim, afirmar, a propósito desse caso, que “a verdadeira mãe é a mãe adotiva” implica em desconstruir essa tese de que a mãe adotiva é uma espécie de mãe de mentira, de falsa mãe. Tal desconstrução só é possível a partir do momento em que, com a psicanálise, podemos afirmar que “a verdade tem estrutura de ficção”. Não custa lembrar, entretanto, que a verdade não é toda ficcional já que há sempre um real em jogo!

Tomar a maternidade ou mesmo a filiação pela via da ficção, do semblante, é algo que leva à leitura da adoção no campo jurídico já que, tal como nos sugere Célio Garcia, “na literatura jurídica está a adoção associada a uma outra importante questão que é a ficção. (...) Entre os juristas, cabe o exame detalhado da adoção – se é *fictio juris* ou realidade – sendo que a doutrina, em sua maioria, posiciona-se pela doutrina ficcionista”¹ Assim, falaríamos, então, do “filho de fato, filho de realidade” ou do “filho de direito”, e o filho de direito pode não ser um filho de fato.

A questão do direito, em sua face factual e/ou ficcional, não passou despercebida a Lacan, e podemos notá-lo pelas sucessivas retomadas que ele fez do utilitarismo de Jeremy Bentham. Se Lacan retoma Bentham é à medida que encontra nele o termo *fictitious* em oposição ao termo real. Fictício, nos adverte ele, não quer dizer ilusório nem, em si mesmo, enganador. *Fictitious* quer dizer que toda verdade tem estrutura de ficção. “E é no interior dessa oposição entre a ficção e a realidade, que o movimento de báscula da experiência freudiana vem se situar. (...) O fictício, efetivamente, não é por essência o que é enganador, mas, propriamente falando, o que chamamos simbólico” (LACAN, 1991, p. 22).

Se, pelo viés simbólico e mesmo imaginário, a filiação comporta essa dimensão ficcional, isso não deixa de abrir um leque de possibilidades com relação à adoção. Quem não se lembra, por exemplo, do nosso *Pequeno Hans* e de suas adoções!? No início da observação, temos as relações de Hans com todos aqueles que ele adota como seus filhos. “Este é um tema do imaginário onde ele

(...) prolonga o jogo de tapeação com a mãe. E, se ele se sente inteiramente à vontade, é porque se inscreve ali, ele próprio, numa posição que se mistura à identificação com a mãe, já que se trata da adoção de crianças” (LACAN, 1995, p. 235), crianças que ele estrutura à moda do falo materno.

Essa dimensão ficcional da filiação não deixa de nos evocar G. Apollinaire, uma das outras referências de Lacan, desta vez no campo da literatura, em sua peça *As mamas de Tirésias*. Dizendo que a maior riqueza de uma nação são seus filhos, o escritor surrealista constrói uma fábula que se baseia no mundo da ficção científica e cuja situação principal é a de um homem que dá à luz. Na fábula, Teresa é uma feminista que se rebela contra a dominação masculina a ponto de se transformar em Tirésias, um rapaz viril com bigode e barba. Seu marido, depois de protestar contra a falta de crianças, faz sozinho 40.049 delas num só dia – “a mãe natura lhe dá, sem mulher, uma progenitora” (APOLLINAIRE, 1985, p. 18).

Em sintonia com o avesso das coisas e pretendendo, com sua peça, colocar em questão os costumes, o problema da maternidade (ou da criação) surge em Apollinaire como uma forma de evidenciar o caráter asfixiante que a realidade pode ter: as mamas de Tirésias são dois balões de borracha que explodem no palco, metáfora de um gesto de libertação de uma época em que as mulheres já não são pródigas em dar à luz, fato que Apollinaire interroga fazendo uma injunção: procriai!² Em que pese a insistência de Apollinaire para que a sua peça não fosse lida pela vertente do simbolismo (trata-se aí, diz ele, do problema, premente em 1917, do aumento demográfico), esse autor não deixa de trazer a articulação do filho com a criação, do filho de criação!

Que as fantasias de gravidez alimentadas por alguns homens sejam apresentadas como “ficções científicas”, não nos impede de lembrarmos que a questão da adoção tem sido levada à consideração do sistema jurídico pelos casais homossexuais. Isso para trazermos ao nosso tema um traço de contemporaneidade.

Se verdade e mentira podem ser lidas como duas faces de uma mesma moeda (avesso e direito da banda de Moebius) a consequência a ser extraída disso é a constatação de que aquilo que se opõe ao verdadeiro não é o falso ou mesmo o mentiroso, mas exatamente o real. Lacan (1995) mesmo já se manifestara crítico em relação aos surrealistas afirmando que “em nome da surrealidade, eles desconhecem os limites que o real traz a toda variação que se pode fazer sobre a realidade”.³ Concluimos, então, que o que se opõe à mãe verdadeira não é exatamente a mãe adotiva, mas a mãe real, e, “mãe real” é uma designação que se aplica à mãe biológica, mas não só.

Se o que se opõe ao verdadeiro é o real, cabe então interrogarmos a dimensão de real em jogo na filiação e, portanto, na maternidade e paternidade. O biológico pode ser tomado como uma primeira manifestação desse real e ele traz ao tema da filiação a questão da procriação. Lacan a apresentará nos termos:

Há, contudo, uma coisa que escapa à trama simbólica, é a procriação em sua raiz essencial – que um ser nasça de um outro. A procriação é, na ordem do simbólico, coberta pela ordem instaurada por essa sucessão entre os seres. Mas (...) o fato de que um ser saia de um ser, nada o explica no simbólico. (...) Nada explica tampouco que seja preciso que seres morram para que outros nasçam. Há uma relação essencial entre a reprodução sexuada e a aparição da morte... (LACAN, 1985, p. 205).

Ele conclui que:

Há, com efeito, algo de radicalmente inassimilável ao significante. É, simplesmente, a existência singular do sujeito. Por que será que ele está ali? De onde ele sai? Que está fazendo ali? Por que vai desaparecer? O significante é incapaz de dar-lhe a resposta, pela simples razão de que ele o coloca justamente além da morte. O significante o considera já morto, ele o imortaliza por essência (*ibid.*).

Logo, sexo, vida e morte comportam algo de inassimilável ao significante.

O real biológico abre a discussão a um campo que, por si só, justificaria uma intervenção: “a procriação e seus impasses”. Já em 57, Lacan leva ao seu seminário uma notícia extraída de um jornal vindo da América (considerada, então, como a terra das novidades!).

Desde a morte de seu marido, uma mulher, a ele ligada por um pacto de amor eterno, tem a cada dez meses um filho dele. (...) um fenômeno partenogenético? Não, trata-se de inseminação artificial. No momento da última doença que levou ao falecimento de seu marido, esta mulher, votada à fidelidade eterna, fez estocar uma quantidade suficiente do líquido que lhe deveria permitir perpetuar, à sua vontade, a raça do defunto... (LACAN, 1995, p. 385).

Lacan diz encontrar aí uma “ilustração fascinante” do X da paternidade.

Se ele pôde afirmar que o pai simbólico é o pai morto, o que esse caso põe em relevo é que o pai real é também o pai morto. Na verdade, com a história, ele acaba por afirmar que “a noção real de pai não se confunde em caso algum com a de sua fecundidade” (*ibid.*). Confundido com a sua fecundidade, o pai real seria o espermatozoide e, podemos acrescentar, a mãe real seria o óvulo. A isso é possível afirmar que, “até segunda ordem, ninguém jamais pensou em dizer que é filho de tal espermatozoide” (LACAN, 1992, p. 120), ou mesmo de tal óvulo. Pode até ser que – e isso presentifica um outro traço da nossa contemporaneidade – com os bancos de espermatozoides, e mesmo de óvulos, já existentes, com o desenvolvimento da ciência e com uma revolução nos costumes, esbarremos em algo próximo a isso, mas nesse caso “a questão é saber (...) por que via, sob que modo se inscreverá no psiquismo da criança a palavra do ancestral, da qual a mãe será o único representante e veículo. Como é que ela vai fazer falar o ancestral enlatado?”; interrogação formulada por Lacan (1995), com a ironia que lhe é peculiar.

Até aqui os impasses da filiação surgiram dos modos como ela é registrada: se registrada de modo “eminentemente imaginário” temos algo no estilo das adoções do pequeno Hans, adoções nas quais as crianças adotadas surgem como substitutos do falo materno. Se a criança tem não apenas a função de substituto fálico, mas também a de dividir, no sujeito feminino, a mãe e a mulher, temos, nesse caso, a predominância da criança em sua função de preenchimento. A mulher é definida aí não apenas como mãe, mas como mãe fálica.

Já em Apollinaire, onde vemos surgir as fantasias de gravidez masculina, penso termos um registro “eminentemente simbólico” da questão, tão simbólico que chega a ser surreal! Ele nos permite pensar o adotivo pela vertente da criação. Nesse caso, a criação divide a mulher entre a posição de mãe (recusada) e uma outra que é a de “ir à guerra”. Quanto a isso Apollinaire não deixa de ser irônico e menciona a conquista do diploma de “merdicina”.

No caso da inseminação artificial, a divisão feminina está posta entre a posição de mãe (tendo filhos a cada dez meses) e de mulher eternamente fiel. O caso nos faz pensar que ... “é [mesmo] um amante castrado ou um homem morto (ou os dois em um) que, para [est]a mulher, oculta-se por trás do véu para ali invocar a sua adoração”...(LACAN, 1998, p. 742). Ao nos trazer algo do “registro real”, ou mesmo fantasmático, o caso nos indica que, por trás da adoção ou mesmo da filiação, pode se esconder a presença de um luto não realizado.

II. O estatuto da adoção no caso de L.

Começamos por considerações feitas a partir do universal da filiação, interessa-nos, então, concluir destacando a particularidade do tema no caso trazido por Maria Rita.

Retomando o caso, vemos, de início, que a “mãe adotiva” representa uma saída essencialmente simbólica; ela presentifica o D.M. da fórmula da Metáfora Paterna. Já a demanda de um amor materno ideal nos traz uma versão imaginária da mãe – “essa que vem de faca e porrete” –, versão que não deixa de estar associada ao gozo da mãe. É pelo gozo que a mãe presentifica o real: temos “a presença crua e cruel da mãe como *das Ding*”, nos diz Maria Rita.

No ponto de intersecção dos três registros, vemos surgir a criança como objeto *a*, menos em sua vertente de causa de desejo do que de mais-gozar: “coisa esquisita, complicada, fora do comum”, em uma palavra: “estrupício”! E por falarmos em nomeações, o real nomeia bem essa primeira mãe, (mãe real) já que se designa aí não apenas o real biológico, mas, e principalmente, o real do gozo. A essa primeira mãe se seguirá uma segunda (a mulher do juiz), mãe que possibilitará que a criança seja, finalmente, adotada. Se, como diz o nosso poeta

maior, “de tudo fica um pouco”, é do resíduo, que fica da relação do sujeito com essa primeira mãe, que vemos nascer as crianças adotadas. Sendo assim, é algo desse real que é recolocado pelo sintoma que o filho adotivo faz: torna-se agressivo na escola.

Toco, então, no ponto com o qual gostaria de concluir meu comentário: qual é o estatuto da adoção no caso em consideração? Se uma criança pode ser recebida e concebida como “substituto do amor da mãe pelo pai” (criança metafórica) ou como “deslocamento do desejo de falo da mãe” (criança metonímica) percebe-se que L., a criança adotada, não presentifica claramente o amor dessa mãe pelo marido (o pai adotivo tem pouca relevância no caso); ela surge, de algum modo, como criança que desloca o desejo de falo da mãe, remetendo-o para um mais-além. Penso que as coisas se passam assim, à medida que essa criança adotada não ocupa, no caso, o lugar do sintoma que indicaria algo da verdade do par parental. O ato – ou a atuação? – da adoção surge como um modo que o sujeito arranja de reencontrar a criança que ela foi no desejo desse primeiro Outro materno. Surge como um modo de “re-significar” a sua posição infantil, posição que não deixa de indicar um certo modo de gozo.

Acredito que, com a adoção, algo do fantasma é atualizado e, ao que tudo indica, ele parece concernir à relação desse sujeito com o Outro materno. À medida que a criança adotada surge como objeto no fantasma dessa mãe, pode-se ler, “sem dificuldade, o que é o caso do desejo do próprio sujeito” (MILLER, 1998, p. 8). E o desejo do sujeito parece recolocar em questão algo da relação da menina com sua mãe, relação que Freud interrogou nos seus textos dos anos trinta – *A Feminilidade* e *A Sexualidade feminina* –, por meio do, assim denominado, pré-Édipo. Ele não deixa de estar, também, contido no título de nossa jornada. Finalizo: que essa mulher tenha se casado e construído sua família, com seu marido e seus filhos biológicos, não impediu que aquilo que permaneceu para ela desconhecido, resíduo mesmo de sua relação com sua primeira mãe, ou seja, de sua posição de filha, tenha insistido em se recolocar por meio desse significante “adoção”.

NOTAS

- ¹ GARCIA, C. Comentário para Maria Rita. In: *Jornada* “A criança entre a mãe e a mulher”. Inédito.
- ² ISMAEL, J.A. *Uma lâmpada queimada na aurora do século*. Jornal Folha de São Paulo, edição de 08/09/1985, p. 94.
- ³ MILLER, J-A. *De la nature des semblants*. Lição de 22/01/1992. Curso inédito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, S. *O que quer uma mulher?*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- APOLLINAIRE, G. *As mamas de Tirésias*. São Paulo: Ed. Max Limonad Ltda., 1985.
- LACAN, J. *O seminário, livro 3: as psicoses*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- LACAN, J. *O Seminário, livro 4: as relações de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- LACAN, J. *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- LACAN, J. *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- LACAN, J. Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- MILLER, J-A. Duas notas sobre a criança. In: *Opção Lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n. 21, São Paulo: Eólia, abril 1998.

A MULHER, A MÃE, SUA CRIANÇA E OUTRAS FICÇÕES

Relatora: Ana Lydia Bezerra Santiago

Participaram das discussões preparatórias para a elaboração desse relatório:

Ana Maria Lopes, Carla Capanema, Cristiane Barreto Saúde Napoli, Conceição Merrighi, Emerentina Rabelo, Fernanda Otoni, Inês Seabra, Kátia Zacché, Lilany Pacheco, Lúcia Mello e Paula Brant.

Durante os encontros visando interrogar o tema de investigação *A mulher, a mãe, sua criança e outras ficções*, o ponto central das discussões girou em torno da própria noção de ficção e, principalmente, de seu emprego em relação aos articuladores de nossa prática de orientação lacaniana com crianças, ou seja, a própria criança, a mãe e a mulher. É evidente que essa tríade não desconhece a questão paterna: não ignora a função do pai como suporte de separação entre a mãe e a criança; não ignora o que Lacan apontou como “função nodal” do tempo do Édipo, o pai como agente da privação¹ desse objeto imaginário que é o falo materno. Tampouco ignora a identificação simbólica da criança ao pai, identificação que é fruto do declínio do complexo de Édipo e define o pai, no campo do Outro, como sendo o significante que representa a existência do laço da cadeia significante com a lei.² Entretanto, o que se destacou como sendo o aspecto inovador do uso dessa tríade ficcional na clínica psicanalítica com crianças, é o despertar da função paterna no movimento retroativo da mãe em relação ao aspecto da sua condição feminina.

Ficção: resposta ao real do impasse sexual

Indagou-se, a princípio, se cada um desses termos – mulher, mãe e criança – não estaria sendo sugerido, no próprio apelo do título deste relatório, como um tipo especial de ficção. Seria “a mulher” uma ficção? Por que não “a mãe”? E “sua criança”? Por último, que pensar, então, a respeito de “outras ficções” possíveis? Seguindo essa linha de reflexão, é evidente que se pode considerar as metamorfoses atuais, que sofre a instituição familiar, como depositárias de novas formas de ficção. Sabe-se que o debate sobre as mutações da família contemporânea já se prolonga por mais de três décadas, questionando a baixa natalidade, os problemas de fertilidade, a alta nas uniões livres, os nascimentos fora do casamento, o divórcio e as famílias monoparentais e reconstituídas. Para além da constatação desses fenômenos culturais que determinam a família, discutem-se, também, os efeitos, sobre cada sujeito, dos laços parentais que a orga-

nizam, a saber, os laços de filiação, fraternais e intergerações. É, sem dúvida alguma, por meio desses laços, heterogêneos e antagônicos, que também se constrói a identidade subjetiva de cada um.

Para a criança, as mais diversas ofertas parentais – ideais, desejo, saber e modos de gozo – desempenham um papel importante na constituição das respostas que permitem a instalação, no sujeito, de sua posição sexual.

Como afirma Lacan (1995), a função normativa do complexo de Édipo não está, simplesmente, na estrutura moral do sujeito, nem em suas relações com a realidade, mas, sobretudo, quanto em uma possível identificação com o “tipo ideal de seu sexo”. Por outro lado, a sexualidade, fixada nas figuras parentais ou estacionada nos diversos tempos do Édipo, se traduz num fator essencial da estruturação dinâmica dos sintomas e, inclusive, do sintoma analítico, ou seja, aquele que carrega o que é analisável nas neuroses e nas perversões.

Portanto, é sob o crivo do sintoma que as transformações e as novas expressões, que o complexo familiar assume nos dias de hoje, convocam o analista a se colocar como destinatário do material interpretável da condição infantil. Com isso quer se dizer que é levando em conta o horizonte da fantasia, que a relação existente entre a configuração familiar e a formação sintomática de um determinado sujeito pode ser tomada no registro da ficção, registro considerado, aqui, como “aquilo que existe porque se fala a respeito”³, uma vez que, ele próprio, é capital e necessário para toda referência ao real da experiência.

Seria importante abrir um parêntese a respeito dessa definição de ficção, para dizer que ela é extraída da proposição de Jeremy Bentham, que distingue duas espécies de entidades no âmbito do discurso: “aquelas às quais se atribui e aquelas às quais não se atribui uma existência fora da linguagem, no momento em que se fala de maneira verídica”. Segundo o filósofo inglês, uma entidade real é “uma entidade à qual se pretende atribuir existência real, por ocasião e no momento da emissão do discurso”, enquanto que a entidade ficcional “é uma entidade à qual, mesmo atribuindo-lhe uma existência pela forma gramatical do discurso empregado para designá-la, não se pretende, em verdade e em realidade, atribuir-lhe existência” (BENTHAM, 1938-1943, p. 196).

Um bom exemplo da influência dessa dimensão da ficção sobre o ser falante é o que Lacan diagnostica em *Os complexos familiares*, como a ação do declínio da imagem paterna na transmissão seletiva do Ideal-do-Eu entre pai e filho. Pode-se, também, buscar isolar as consequências da família moderna sobre a produção sintomática do sujeito, entendendo, aqui, por família moderna, tanto o grupo organizado a partir da invenção de utopias educativas, quanto o grupo surgido a partir da sedimentação de novas leis, sempre apoiadas na própria mudança dos estilos de vida, a exemplo da adoção de crianças por casais homossexuais. Para a psicanálise, as consequências das novas particularidades do par parental, no tocante à transmissão da significação fálica, não se institui como

campo de investigação, a não ser a partir da postulação original do sintoma no corpo conceitual freudiano, que condiciona a própria experiência analítica. Em definitivo, o que nos interessa saber, independentemente de se poder reconhecer em uma determinada conjuntura os valores da tradição familiar, é a possibilidade da criança vincular sua queixa sintomática ao que se desenha como vicissitude inerente do par parental. Esta vinculação é importante, porque, como se sabe, dela depende a articulação fundamental do sintoma com a estrutura da metáfora paterna.

Ficção: variação em torno do desejo da mãe

A ordem familiar, portanto, para usar as palavras de Lacan (1993), apenas traduz o fato de que o pai não é o genitor e que a mãe continua a contaminar a mulher para o filhote “d’homem”. E, certamente, é isto que nos induz a tratar as figuras parentais nos termos de Bentham, a saber: como entidades ficcionais. Aliás, não é sem razão que a interpretação lacaniana do mito do Édipo, além de situar a criança no mesmo patamar que o adulto em relação à sexualidade, define o mito e as ficções como tentativas de dar forma épica ao que se opera na estrutura, um esforço de racionalização do impossível, que convida a apreender o real a que responde. Assim, neste relatório, fez-se a opção de abordar a dimensão ficcional, na infância, reduzindo-a as diversas faces que o desejo da mãe assume no interior da metáfora paterna. Assinala-se, nessa escolha, a possibilidade de uma apreensão clínica mais concisa e detalhada da própria causalidade do sintoma da criança, no âmbito do “entre” a mãe e a mulher. A leitura de Jacques-Alain Miller do *Seminário 4*, de Lacan, vai ressaltar a importância desse aspecto clínico, ao conferir-lhe uma escritura especial, que se designou metáfora infantil. A metáfora infantil escreve a relação do desejo da mãe, à medida que este simboliza, para a criança, o desejo de falo.

Deve-se considerar, a princípio, que Lacan vincula a castração à mãe, justamente porque esta é, para a criança, um outro desejante marcado pela falta – outro que deseja a criança e cuida dela – e, ao mesmo tempo, um Outro simbólico, veículo da linguagem e de sua lei castradora, a que a criança se encontra igualmente submetida. A matriz simbólica, introduzida nas primeiras experiências de satisfação, permite um certo desprendimento da relação de dependência da criança com o desejo puro da mãe e a conexão entre a falta e a dimensão do falo, ainda que de uma maneira rudimentar.

O fato de o falo ser o objeto do desejo da mãe fixa, para a criança, uma primeira nomeação do objeto da falta. A metáfora infantil propõe escrever essa relação do desejo da mãe simbolizando, para a criança, o desejo de falo $-\phi$, na seguinte equação:

criança

–φ

A metáfora infantil salienta a “possibilidade de a criança poder ser uma solução possível da falta fálica feminina, desde que seja tomada como um objeto substituto do falo, no mesmo nível de todos os demais objetos desejados pelo sujeito feminino, no lugar vazio que causa o desejo” (MILLER, 19998, p. 465).

Para a mãe, a criança é apenas um dos nomes do objeto da falta. Para a criança, essa nomeação faz com que o falo possa representá-la junto à mãe, como um dos objetos de seu desejo.

criança = –φ

Essa representação, contudo, somente adquire uma consistência simbólica, no decorrer do processo de estruturação edípica, quando é substituída pelo símbolo do pai. Pode-se dizer que a castração, introduzida com essa primeira simbolização, não assegura à criança o fato de ela, como um objeto do desejo da mãe, não ser reincorporada, como objeto de gozo, ao sujeito feminino. Essa interdição de gozo é o que, na verdade, revalida a castração, transformando o falo em um significante propriamente simbólico.

Eis o ponto nodal da “metáfora paterna”, processo de substituição do significante do desejo da mãe por um significante paterno, que faz do falo a encarnação da lei do desejo. “É do pai que depende a possessão, ou não, pelo sujeito materno, desse falo” (LACAN, 1998, p. 200). Essa é a condição da transmissão da lei da castração no plano simbólico: a mãe funda o pai como mediador de seu produto e diz “não” ao gozo, furtando-se a tomar seu objeto – criança – unicamente por seu valor de usufruto: “tu não reintegrarás teu produto” é a lei edípica, que se faz, então, valer.

No curso do Édipo, a criança vai descobrir esse sistema de relações, para além da potência fálica da mãe. Ora, descobrir a participação do pai, na história de desejo que fez a mulher conceber uma criança, é a tarefa sobre a qual todo pequeno sujeito, segundo Freud, se debruça a partir da questão “de onde vêm os bebês?”. É porque os bebês vêm do *ex-nihilo*, que cada criança inventa uma ficção na tentativa de circunscrever o vazio, subjetivar a castração da mãe pela mediação simbólica. Essa é a condição mesma da assunção do falo como símbolo do pai. Sabe-se que o encontro da criança com esse real da condição feminina é uma experiência bastante perturbadora, que decide seu destino como ser sexuado. Decide, também, para dizer em outros termos, a relação do sujeito com o saber que funda o próprio inconsciente: a castração. A angústia suscitada no encontro com essa verdade, única para todo sujeito, pode levá-lo a se proteger com uma fobia – nesse caso, evidencia-se o não-querer-saber-nada sobre a

articulação da castração com a dimensão fálica do objeto. Essa é uma posição neurótica em relação à castração, caracterizada por Lacan como um “nada-de-pênis”, que se transfere para o “nada-de-saber”.⁴ Uma outra resposta para a angústia consiste em a criança erigir um fetiche para denegar o que acabou de descobrir – assim, a existência do pênis é mantida, embora deslocada. Em suma, descobrir que a mãe é uma mulher introduz, no universo da criança, algo que é da ordem de um corte. O que pacifica essa experiência é a transmissão de um Nome-do-Pai, que fixa o falo no universo simbólico.

A função essencial do pai é a de se constituir em um suporte simbólico de separação, para que a mãe não faça de sua criança seu objeto de gozo – como se observa nas psicoses na infância –, tampouco reduzi-la ao seu ideal irrealizado – característico dos casos de perversão. Essas duas modalidades de relação da mãe com seu objeto-criança podem ser tomadas como formas patológicas da função do desejo como causa. Lacan (1995) não deixou de definir a relação dual exatamente nessa perspectiva, esclarecendo tratar-se de uma relação essencialmente alienada, cujos efeitos podem ser a interrupção, a inversão e o desaceleramento ou a inibição da função da causa do desejo, que deixa o sujeito em um estado de desconhecimento profundo da relação de palavra com o Outro. A partir dessa referência, pode-se dizer que, na psicose, a relação dual interrompe a função de causa, já que a criança se substitui ao objeto do gozo do sujeito feminino e, dessa forma, “satura o modo de falta em que se especifica o desejo da mãe” (LACAN, 1998, p. 5). Na perversão, a relação dual inverte a função do desejo, uma vez que a criança, com sua identificação ao falo imaginário, torna imediatamente acessível à mãe “o que falta ao sujeito masculino: o próprio objeto de sua existência concretizando-se no real” (*ibid.* p. 6). Na fobia, ou nas neuroses de maneira geral, a relação dual inibe a função da causa do desejo. O sintoma do sujeito fixa-o na trama edípica, pois é erigido no lugar vazio da causa, numa tentativa decidida de evitar a verdade da castração. A escolha pelo “não-saber”, pelo desconhecimento da castração como causa de desejo, perpetua o sujeito no Édipo, condenando-o a não revelar outra verdade, senão a verdade do par parental.⁵

Ficção: verdade investida de afeto

Em todas essas considerações feitas a partir da metáfora infantil, enfatizou-se – como evidência daquilo que foi exposto – o debate do sujeito com o falo imaginário, no hiato que se forma entre a mãe e a mulher. Ou, em outros termos, na própria defasagem que torna o desejo indestrutível, pois se institui uma falta que nenhum objeto consegue preencher, mas que, por outro lado, precipita o desejo da criança no registro do desejo do Outro.

As dificuldades e os impasses da mãe em relação ao estatuto da falta – dificuldades que se constata a partir de estudos de casos – foram abordados retomando-se a frase de Molière: “Para ser mãe, não deixo de ser mulher.” Essa réplica imortal do *Tartuffe*, evocada por Jacques-Alain Miller no texto cujo título inspirou o tema dessas Jornadas, indica-nos o quanto seria incorreto afirmar que “toda mãe é mulher”. Na verdade, essa afirmação se sustenta apenas nas evidências do gênero, pois, com efeito, o que se observa, e as queixas de alguns homens o confirmam, é o fato da maternidade poder levar uma mulher a desviar seu interesse do parceiro ou da vida profissional. Isso quer dizer que, como mãe, a mulher se encontra em uma posição particular, em que sua relação com o real – a solução significativa que encontrou para sua condição de ser castrado, de ser ferido – é embaraçada pelo ter-o-falo. A mulher, que busca falicizar seu corpo com semblantes que lhe pareçam possuir um valor fático ou erótico – ou seja, com tudo aquilo que lhe pareça poder velar a falta, a ausência do órgão genital – com a maternidade vai encontrar-se falicizada por um apêndice real, que a retira da relação com o fundamento da castração e coloca a promessa de uma solução para o “não-ter”.

Nesse sentido, a posição da mãe é inteiramente distinta daquela em que a mulher especifica a falta-a-ser do sujeito feminino por meio de um nome, uma nomeação do real. Pode-se citar como exemplos de nomes da mulher: “a santa”, “a prostituta”, “a vadia”, “a pobre coitada”, “a mundana”... entre outros tantos, que cada uma poderá revelar. A mãe, por sua vez, não é nomeada. Ela é adjetivada. A partir da relação que estabelece com seu objeto, torna-se: “a mãe boa”, “a mãe má”, “a mãe caprichosa”, a “mãe solteira”, e a mãe que, em certas culturas, por si só se qualifica, a exemplo da mãe “italiana” e da mãe “judia”. No primeiro caso, a nomeação tem lugar, pois o sujeito consente na castração. No segundo, ao menos por um lapso de tempo, atualiza-se para o sujeito a solução edípica encontrada, que se refere não tanto ao que nomeia simbolicamente seu não-ter, o modo de gozo pelo qual a mulher se especifica, mas ao objeto que se substitui ao falo imaginário.

“Para ser mãe, não deixo de ser mulher”, indica, contudo, que a dimensão feminina interfere na função materna e divide o sujeito, na medida mesma que a criança se encontra referida no desejo de falo. Pode-se dizer que essa interferência é o que garante o fracasso da equivalência falo = criança, introduzindo a criança na série das substituições. Essa abertura é um bom começo, como se comentou para o acesso do *infans* à significação fática, na modalidade da castração simbólica. É à medida que o não-todo da mulher é preservado, na mãe, que a criança poderá fazer de sua verdade uma outra ficção.

Em relação às psicoses, considerou-se que a ficção é um dispositivo que permite conjugar o gozo com o real. O sujeito não se encontra aparelhado da significação fática que se deduz da estrutura simbólica da metáfora paterna.

Ao contrário do neurótico, que pode produzir uma ficção, se nessa estrutura o psicótico inventar uma maneira para tratar o real. Dentre os casos discutidos na preparação desse relatório, foram selecionados fragmentos de dois deles, demonstrativos da ficção, na psicose, como um tecido produzido pelo sujeito, para ele dar conta do lugar em que é apreendido no Outro.

Caso Fausto **(Tratamento conduzido por Ana Maria Lopes)**

Fausto é o segundo filho e nasceu de um romance da mãe com um homem casado. Ele tem uma irmã mais velha, fruto do relacionamento de sua mãe com o primeiro namorado dela. Após a concepção das crianças, essa mulher foi abandonada pelos companheiros encontrando-se, segundo suas palavras, inteiramente só cada vez que engravidava. A irmã de Fausto foi registrada como filha de mãe solteira, mas Fausto carrega o nome de seu pai, pois a mãe conseguiu convencer a escriturária do cartório de que se tratava, não de um sobrenome, mas do nome próprio de um irmão, que morreu. Ela sabia que seu segundo filho seria um menino. Mais ainda, tinha certeza de que esse menino não seria normal. Todos os filhos de seu próprio pai geraram uma criança com problema.

Ao tentar enumerar os 19 irmãos e seus respectivos filhos, nem sempre encontra a anomalia. Pouco importa. A anormalidade é o que inscreve Fausto na linhagem paterna e, pode ser fato – como se verifica no relato dessa mulher –, mas, certamente, é uma ficção, ou seja, um meio de tratamento do real. Os médicos não encontraram nada de errado em Fausto. As tomografias, tampouco. Saúde normal, desenvolvimento normal, indica-se escola normal. Mas para sua mãe, a sonoridade de seu primeiro choro, seu reflexo de sucção quando veio ao seio pela primeira vez e, mais tarde, a aquisição do andar, com um ano e dois meses, e seu jeito de brincar eram sinais evidentes de uma deficiência ou de algum um tipo de paralisia. Tudo em Fausto falava de sua deficiência. Durante dezenove anos, sua mãe se ocupa dele, reafirmando sua anormalidade.

Certo dia, Fausto responde a um grito assustado de sua mãe apertando-lhe o pescoço. Ela se inquieta com sua atitude e, finalmente, procura escola especializada para o filho, que o encaminha para tratamento psicológico. Então, Fausto chega ao CRIA – Centro de Referência da Infância e da Adolescência. Inicialmente, quase não fala; imita vozes de locutores ou pouco se manifesta, o que torna difícil o estabelecimento de um diagnóstico. Em função disso, é indicado para a entrevista de “Apresentação de Pacientes”. Durante essa atividade, responde às perguntas do entrevistador, primeiro certificando-se de que se queria saber algo sobre ele mesmo – com a interrogação: “Eu?” – e, em seguida, evocando vozes de pessoas eminentes da vida política e dos programas de tele-

visão. Não dizia palavras nem frases com sentido, apenas reproduzia a entonação das vozes desses personagens. A entrevista dura pouco tempo e ao sair, ele agradece sinceramente ao público presente, como se tivesse sido aclamado. Na sua próxima sessão, entrando com sua mãe, como de costume, logo que esta começa a falar, ele a interrompe dizendo: “Alto lá. Agora, eu tenho a minha voz”. A partir desse dia, começa a falar, aparelhado de uma voz própria e, pouco tempo depois, de celulares de brinquedo, com os quais media sua relação com os semelhantes. Na sequência, passa a frequentar a oficina de rádio da Instituição.

A mãe substitui seu objeto de gozo por Fausto e o seduz com sua fantasia, o que faz com que ele permaneça em uma relação dual. O objeto voz, que ele capta de uma maneira inédita a partir da entrevista, permite-lhe uma construção capaz de aparelhar o gozo e mobilizar o real do gozo do Outro. A ficção, nesse caso, fornece uma base para o sujeito situar o lugar onde foi totalmente capturado na fantasia materna.

Caso Clemente **(Tratamento conduzido por Kátia Zacché)**

O caso de Clemente é demonstrativo de como essa tessitura, na qual o sujeito é capturado, pode constituir-se do que é próprio às instituições de assistência ao menor. Clemente é um adolescente, incorporado ao Programa de Liberdade Assistida pelo Juizado da Infância e da Adolescência devido a ocorrências reincidentes de pequenos furtos e uso de tóxicos. É identificado como mentiroso e encrunqueiro.

O que mais surpreende é sua longa trajetória de rua, onde sobrevive enganando as instâncias desde os oito anos de idade. Saiu de casa logo que seu pai deixou o lar por ocasião da separação do casal, que se conheceu em uma situação específica: eram vizinhos de parede e, certa ocasião, por insistência de sua própria mãe, a futura companheira do pai de Clemente passou a cuidar de seu vizinho que estava doente e era sozinho no mundo. Para facilitar essa função, abriu-se uma porta na parede. O vizinho restabeleceu-se, mas a porta permaneceu aberta e eles, então, se instalaram como casal. A vida marital caracterizou-se, desde o início, por brigas constantes e agressões físicas. Mesmo assim, tiveram dois filhos. Alguns anos mais tarde, a casa onde moravam foi desapropriada. A mãe de Clemente, então, comprou uma casa nova com a indenização e mudou-se para lá, apenas com os filhos. A partir dessa data, Clemente vai para a rua.

Sumia por vários dias e, depois, aparecia. Inicialmente, sua mãe saía à sua procura, mas, com o passar do tempo, deixou isso de lado. Achava-o muito

semelhante ao antigo companheiro e não gostava do jeito dele. Dessa forma, Clemente vai se encontrar, literalmente, sozinho no mundo, tal como era dito de seu próprio pai.

Na vida de menino de rua foi retido várias vezes por algum ato infracional. Nessas ocasiões, não revelava seu nome nem seu endereço. Costumava indicar, como origem, alguma cidade do interior e, então, era encaminhado para lá. Passou por várias instituições e fugiu de todas. No curso dessa trajetória, guardou, cuidadosamente, os documentos atestando sua passagem pelos lugares; documentos que, como se revelou, davam prova de sua existência. Guardava-os em uma pasta e nunca perdeu sequer um deles.

Seu tratamento começa apenas quanto está com dezesseis anos. Ele foi mordido por um escorpião em um dos sobrados onde costumava abrigar-se. Foi achado e hospitalizado por vários dias. Como de costume, foge do hospital, mas, dessa vez, talvez por ter sobrevivido a uma ameaça de morte, procura uma casa de passagem e começa, pouco a pouco, a contar sua história, o que o reenvia à casa de sua mãe. Mais uma vez foge, sem, contudo, abandonar o tratamento estabelecido como medida sócioeducativa.

Procura o pai, que já tinha constituído outra família, mas que o acolhe, com a condição de que se comporte como homem. Do pai, ganha uma segunda pasta que vai substituir a primeira. Nesta, como mencionado, ele arquivara, cronologicamente, diversos documentos dos lugares por onde passou. Surpreendentemente, o documento que encerra a série é sua certidão de nascimento. “Eis minha história”, diz. “Um dia vou contá-la ou escrever um livro. Se eu morrer, já tenho uma história”. Na segunda pasta, vai guardar uma dentadura velha do pai. Explícita: “Eis uma lembrança de como meu pai é mulherengo. Ele perdeu os dentes em uma briga por causa de mulher”. Nessa pasta, guarda, também, um *bip* e um telefone celular para poder estar ligado ao pai, “via Embratel, Telemar e Telemig celular...”

De posse dessa segunda pasta, Clemente realiza alguns trabalhos e mostra-se animado a estudar. Receia não dar conta de parar de usar drogas ou fazer pequenas bobagens, mas continua.

Pode-se considerar, a respeito desse caso, que os seis anos passados na rua tiveram a função de fornecer significantes para o sujeito, dar forma à sua existência. A pasta de documentos constitui sua ficção, pois são as instituições, por onde Clemente passou nesse espaço de tempo, que humanizaram minimamente sua condição no mundo.

NOTAS

¹ LACAN, J. *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*, p. 185 da edição francesa.

² *Ibidem*.

³ Comentário de J-A. MILLER, no texto “L’autre qui n’existe pas et l’expérience de la passe”, de HORNE, Bernardino. In: *La Cause Freudienne*, n. 36, maio/1997, p. 100.

⁴ LACAN, J. A ciência e a verdade. In: *Escritos*, 1966, p. 892. No original, à página 877, lê-se: “D’un cotê, extrayons le (pas-de) du (pas-de-pénis), à mettre entre parenthèses, pour transférer au pas-de-savoir, qui est le pas-hésitation de la névrose”.

⁵ LACAN, J. Duas notas sobre a criança. In: *Opção Lacaniana* n. 21, São Paulo, Eólia Ed., 1998, p. 5-6. Nesse texto, Lacan define o sintoma da criança como o representante da verdade do par parental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTHAM, J. Fragment on Ontology. In: *The Works of J. Bentham*, Ed. Bowring, v. VIII, 1938-1943.

LACAN, J. *O Seminário, livro 4: as relações de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LACAN, J. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-58)*. Edição Francesa.

LACAN, J. Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LACAN, J. “Televisão”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

MILLER, J-A. O falo barrado. In: *Lacan elucidado*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

A RUA E O TRATAMENTO

Inês Seabra de Abreu Rocha

Rosália chega ao tratamento encaminhada por uma Instituição de Acolhimento, onde, entre idas e vindas, mora há muitos anos. Conta que já viveu em instituições, na rua, nas casas de amigos, em abrigos diversos, oscilando entre o gozo e o prazer. Ela diz que gostava de morar em uma instituição porque se sentia querida e exercia uma certa liderança entre as meninas: apartava brigas, provocava outras, consolava as adolescentes que chegavam em litúgio com a família, aconselhava aquelas que se sentiam abandonadas. Afinal, segundo dizia, já havia passado por quase tudo, chegando, inclusive, a ser abandonada na FEBEM (Fundação do Bem-Estar do Menor). Apresenta-se como órfã.

Muito cedo, sua mãe a levou para morar em instituições. Até os nove anos, viveu em uma instituição localizada no interior do Estado. Conta, com pesar, que quando já estava frequentando uma escola regular e se sentindo familiarizada com a vida do lugar, voltou para a cidade onde nasceu. Não gostou da mudança – aquele acontecimento não foi bem-vindo para ela.

De volta a Belo Horizonte, foi transferida para uma das unidades da antiga FEBEM. Sua mãe reaparece e vão morar juntas. Sobre esse retorno à casa da mãe, ela diz: a vida ao lado dela não era fácil, ela bebia e era prostituta; ela não tinha tempo para ser mãe, não deixava de beber por nada. Vivia na rua, andava pelas ruas. Rosália repete, sem saber, a história de sua mãe; cedo aprendeu a vagar pelas ruas, sem destino. Quando era criança, a mãe a colocava para fora de casa sem motivos ou explicações.

Conta sua história sorrindo. Ao separar-se novamente da mãe, vai morar com um homem que já tinha filhos. Refere-se a ele como “o safado”. Um outro acontecimento atravessa sua vida: engravida aos treze anos. O bebê nasce: uma menina. Relata que, durante a gravidez, um desejo a sustentou: não seria como sua mãe; não abandonaria a filha – ao contrário, cuidaria dela. Queria sustentar a maternidade. O pai de sua filha, ela o acusava de não ocupar o lugar que um pai deveria ocupar. Não cuidava de seus filhos: por ser um “safado”, iria sempre se safar dessa responsabilidade. Surge o pai que goza, mas também dividido entre as demandas e os desejos. Um Outro que não poderia ter se safado, faltado.

A versão do pai de Rosália, trazida pela mãe, era a de um homem amado. Ele lhe deu o que não poderia ter: uma filha que não conheceu. Morreu alcoólatra, como sua própria mãe.

Grávida, Rosália pensou em provocar um aborto, mas o companheiro desejava aquele filho, ou ela esperava que ele o quisesse. Quando a menina nasceu, Rosália voltou para uma instituição e levou-a para morar na creche de lá. Passa a cuidar dessa criança, mas não se coloca como responsável por ela. O “cuidar” representa uma relação com o desejo do Outro, com a demanda da Instituição, com uma falta.

Rosália acaba brigando com o companheiro porque ele, supostamente, a havia traído com outra mulher. No meio desses conflitos, um fato a surpreende. Foi abordada pela cunhada e tiveram uma aventura amorosa. Fiel ao acontecimento, ela descobre na mulher um prazer, uma parceria que, apostava, excluiria o homem e sua infidelidade, sua incompletude.

De volta ao Abrigo do Estado, envereda pelo desfiladeiro das pulsões sexuais, apaixonou-se por algumas mulheres, começa a ter com elas uma vida sexual ativa. Em uma sessão formula uma frase: “só as mulheres amam”. Elege como objeto de seu amor uma “menina” que também vivia nesse Abrigo e conseguia acalmá-la e fazê-la cuidar da filha.

Rosália acaba perdendo a guarda da filha. Afinal, foi surpreendida na companhia de traficantes, mais de uma vez envolveu-se em brigas no Abrigo, foi flagrada portando drogas. Passa esses anos de sua juventude entre processos, prisões, “liberdade condicionada”, “liberdade assistida”, “liberdade de ir e vir”, significantes que pertencem ao universo simbólico que a cerca. No meio disso, relata a história de uma mãe que luta para cuidar de uma filha e a de uma mulher que não abre mão de seus gozos. Podemos retomar sua frase de que “só as mulheres amam” e acrescentar: “... não uma mãe”. Assim, Rosália escreve uma ficção entre a mulher e a mãe, onde não há lugar para a criança. Depois desses desca-minhos, o juiz põe em questão as condições da paciente de cuidar da filha.

Rosália quis ter um filho, quis fazer valer a mãe do amor, “o mito do amor materno”, talvez uma tentativa de dar conta da angústia provocada pelo encontro desastroso, falto, com sua mãe. Esse mito sua mãe não sustentou, nem Rosália encontra subsídios para tal na narrativa de sua vida.

Ao longo de nossos encontros, surge uma demanda: precisava se tratar, precisava se dedicar mais ao tratamento – o juiz lhe dera pouco tempo, perderia sua filha caso não modificasse seu comportamento. Demanda atravessada pela imposição do juiz, deixando em suspensão o seu endereçamento a um Sujeito-Suposto-Saber. Neste período do tratamento, elaborou e refez algumas de suas posições: não brigava mais com ninguém, não andava com amigos traficantes, abandonara as drogas e dizia que precisava cuidar de sua filha. Às vezes confessava-se cansada de tudo. Disse que omitia alguns fatos que ocorriam em sua vida: não se tratavam de mentiras – ela apenas não os relatava. Podemos pensar que ela estaria no tratamento submetida à determinação de uma lei, trazida pelo juiz, a qual acatava. Por outro lado, Rosália tentava se representar por alguns

significantes que podemos destacar: diz ser órfã, diz querer ser “uma mãe”, quando já o era.

Lacan descreve essa passagem, dizendo da falta-a-ser da mãe que se encontra com a falta-a-ser da criança. Rosália repete a história de sua mãe: faltando ser a mãe que ama, faltava ser a filha amada. Anuncia que restará algo por dizer: suas fantasias, e com elas construir uma ficção para dar conta do real, das rupturas e de seu destino. Não podia dizer o que fazia na rua quando saía a vagar, sem rumo.

Em uma sessão, chorando, diz que o juiz havia dado a sentença: havia perdido a filha. Agora, não adiantava mais tentar: “a vida não tem mais sentido”. Chorava muito e se lamentava por não ter recebido o que esperava da vida. Sempre teve azar, tudo havia sido difícil para ela. Faltou sorte. Recebeu a vida e é o dom que carrega. Anuncia uma existência ligada ao desejo de uma mãe, apostando ter sua garantia no amor de uma mulher. Sentia saudades da amada e esperava o dia em que ela voltaria e poderiam cuidar da filha. Sentia, ainda, falta do Abrigo, afinal passou toda sua vida em instituições, onde tinha amigos e proteção.

A partir do caso de Rosália, podemos trabalhar a hipótese de que “mãe” seria um significante disponível para dar conta da falta do significante da Mulher, um dos nomes da castração. Lacan nos lembra que a perversão da mãe implicaria em tomar a criança como objeto simbolizado pelo falo, enquanto que a perversão do homem seria tomar a mulher como objeto de seu fantasma.

Rosália não parece fazer esta equivalência entre criança e falo, quando é ela a mãe, nem tão pouco encontra uma via de interpretação do desejo da mãe, por meio de uma significação fálica. Retorna a um lugar de objeto, tomado nas malhas de um Outro que tenta inventar. Engendra outros modos de gozo, envereda por capturas imaginárias, constrói outras ficções: na Instituição ela é quem abriga, no bando é companheira de farras, no Juizado é a mãe que abandona a filha, no tratamento constrói sua história entre a mulher e a mãe. Não abandona sua construção de que existiria uma mulher que ama.

O valor de verdade de sua ficção é uma resposta ao enigma do desejo do Outro, do desejo da mãe. Lacan escreve, no *Seminário 17*, que a mãe simbólica se torna real à medida que se manifesta em sua recusa de amor. Talvez, para Rosália, o amor de uma mulher pudesse garantir o amor de uma mãe ou, por outro lado, sustentá-la como objeto de um desejo. Continuando com Lacan:

Para fazer-se objeto de amor para essa mãe que é, para ela, o que há de mais importante, que é mesmo essencialmente o que importa, a criança é levada progressivamente a perceber que deve deslizar para uma posição terceira, enfiar-se em algum lugar entre o desejo de sua mãe, que ela aprende a experimentar, e o objeto imaginário que é o falo (LACAN, 1992, p. 112).

Mesmo com a perda da filha, Rosália decide-se por continuar e uma nova fase do tratamento se inicia. Na sessão seguinte, entra calada e chora muito. Depois para, enxuga as lágrimas e diz que queria mesmo que sua filha tivesse uma “família”, significante que veio a nomear o tempo de uma falta. Diz não querer ter uma família: “casamento? ... Não é para mim!”. O significante casamento aparece trazendo o seu gozo, renascido em sua negativa. Lembra-se, então, do seu amor pela jovem e adorável “menina”. Digo-lhe que, apesar de dizer de seu amor pela mulher, mantinha, mesmo que de modo passageiro, relacionamentos com homens, onde ela tentava se “safar” deles.

A resposta de Rosália é evocar seu ressentimento pela maternidade precoce, “ele não poderia ter feito isto... eu era uma menina; ele não tinha o direito”. O encontro com o Outro, como porta-voz de um desejo, ou com um Outro gozador, a transtornava. Pergunto-lhe sobre qual direito reivindicava e que decepção era aquela.

Uma cena infantil surge: tinha cinco anos, a mãe sempre a colocava para fora de casa e quando voltava, a mãe a cheirava e falava que ela estava roubando, fumando, fazendo sexo. Rosália diz: “minha mãe era louca; bebia muito”. Continua relatando o quanto a mãe a olhava, a devastava, querendo saber se ela era virgem.

Rosália se indigna com essa lembrança, tinha medo de apanhar; a mãe esperava dela o pior, “via maldade onde não havia”. A emergência do desejo da mãe e o encontro com o sexual a surpreendem e a angustiam. Rosália passa por um período de desânimo e intensifica suas ausências ao tratamento.

Retornando com suas queixas, fala de suas dificuldades em empregar-se, em renovar o sentido perdido de sua busca. Pergunto-lhe sobre o que ela gostaria de fazer, seus desejos, seus projetos. Responde-me que não se animava a estudar; gostava de ler e de conversar, mas não fazia isso sempre. Indago se ela procurava fazer o que gostava e ela responde: “não faço só o que quero, preciso de dinheiro, ninguém vive sem dinheiro”.

Falava da sua relação com o dinheiro, situando-o no campo da necessidade de sobrevivência e não no campo da satisfação. Ressaltava um outro lugar ocupado pelo dinheiro, quando vindo das drogas: “dinheiro de drogas é dinheiro fácil, por isso acaba rápido. Fácil e perigoso, corre-se risco de vida!”. Assim, uma vez que precisava de dinheiro, recorria a seus “clientes”. Pergunto-lhe sobre o que faziam. Rosália responde: “jamais poderia te contar, não me leve a mal, mas não posso”. Surge a resistência ao tratamento, seu lugar de assujeitamento a uma imposição judicial.

Por outro lado podemos pensar no significante “cliente” como um significante da transferência. Pergunto-lhe se um cliente é alguém com quem se teria relações afetivas ou só comerciais. Ela sorri e diz que eu era esperta, fazendo com que dissesse o que não queria dizer. Relata seu caso amoroso, quando

teve relações sexuais com um amigo-namorado sem preservativos. Questiona-se: “e se eu estiver esperando um filho?” Diz que jamais abortaria, não retiraria do filho a chance de uma vida – ele poderia ser rico, ter uma vida melhor que a dela. Recua, dizendo saber que não poderia ter outro filho, que não estava conseguindo cuidar dela mesma, que não estava em condições de assumir um compromisso. Fala também do quanto seria rigorosa na escolha de um parceiro. O parceiro ideal jamais estaria a seu alcance: teria que ser rico, bonito, inteligente, branco, trabalhador, sincero, amigo, educado... características difíceis de serem encontradas em uma pessoa – quase impossível, ela conclui. Lembra-se do seu primeiro amor: um cliente. Ele era um verdadeiro amante, certo do que queria, mas era passado. Depois foi a “menina”, cujo amor não conseguiu esquecer.

Após um período de ausência, retornou, dizendo: “sumi, não é? Assim é que tem graça. Qual a graça? Sumir e aparecer”. Contou que terminou o namoro com o amigo-namorado; sumiu dele. Sentia-se perdida, queria trabalhar e não tinha vontade de estudar. Antes, dizia, estudar tinha sentido, mas agora não tem mais. Antes, era cobrança da Instituição, agora não tem para onde endereçar suas conquistas.

Várias perguntas continuam sem respostas: são ideais que ordenam suas identificações, é possível dizer da constituição de um ideal que a regule, de um Nome-do-Pai? Retomando as questões de Célio Garcia, será que teríamos que inventar outros referenciais para dar conta da particularidade desses sujeitos? Algo novo surge em suas repetições, uma pergunta: para onde se endereçar? Rosália pensa em sumir por uns tempos, viajar, mudar de cidade. Pergunto-lhe se pensa em “sumir” mais uma vez do tratamento para depois, quem sabe, “aparecer”. Ela sorri. Digo-lhe que não quero que ela abandone o tratamento e reafirmo meu desejo: “onde posso encontrá-la, qual o seu endereço?”.

Rosália, então, me responde: “procure por *Carequinha...*, tenho o telefone, o endereço não sei para te falar”. Pergunto-lhe sobre este apelido (ela realmente raspa sua cabeça) e sobre seu nome próprio.

A demanda abre acesso a vias do passado e ela retorna à cidade do interior, onde puseram-lhe esse apelido em uma instituição. Naquele tempo, antes de voltar para Belo Horizonte, ela era feliz. No interior, deram-lhe aquele nome, uma filiação – todos tinham apelidos.

Ao entrar para a escola, ainda no interior, aos 8 anos, foi que soube do seu verdadeiro nome. A mãe a chamava por um diminutivo e a Instituição por um apelido. Na escola soube seu nome completo e gostou daquele nome. Indago-lhe sobre o nome que sua mãe a chamava e ela diz que não gostava daquela palavra dita pela mãe: “Rosa”... era talvez muito delicada, ela sentia um mal-estar indescritível... e disse: “um dia, talvez, eu possa te dizer o que este nome me causa, um dia... ainda não tenho palavras para expressar”.

A história de Rosália é atravessada por fatos e instituições que pertencem à vida de algumas crianças brasileiras. O tema do abandono se associa, aqui,

Inês Seabra de Abreu Rocha

à demanda de amor e a uma pergunta sobre o desejo do Outro. Muitos poderão identificar sua saga e reconhecer os tortuosos caminhos de um sujeito e o destino de suas pulsões. A realidade de um sujeito se enlaça à “realidade brasileira”, ficção compartilhada por muitos, que por um lado, tece laços discursivos, um universo simbólico que nos concerne, e, por outro lado, nos aliena em sentidos já dados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LACAN, J. *O seminário, Livro 7: o avesso da psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

PATOLOGIAS DO DESVARIO

Sérgio de Mattos

A rua e o tratamento

Será Rosália tratável? Tratável pela psicanálise? É uma questão de difícil resposta. Eu não diria que sim, também não diria que não. Só Rosália pode dar esta resposta.

A situação se torna ainda mais complexa se pensarmos no que significa o termo “tratamento psicanalítico” e daí deduzirmos os critérios de quem é e de quem não é tratável. Houve um tempo em que os psicanalistas tentaram definir esses critérios, o que se chamava, sobretudo na vertente inglesa da psicanálise, condições de análise, as condições que tornam um sujeito analisável. As listas foram longas e variadas, podemos, entretanto, resumi-las em alguns parâmetros principais:

- era preciso a transferência, e também a capacidade do sujeito de analisar a transferência;
- era necessário um sujeito que respeitasse o reino da regra: o enquadramento e o contrato terapêutico, o que se traduzia por um número de encontros pré-determinados, pagamentos pontuais, e nenhuma tolerância com as faltas às sessões ou interrupções;
- havia também condições de idade: nem muito novo, nem muito velho;
- havia, ainda, condições culturais: um domínio suficientemente bom da língua.

Tudo convergindo para um ponto idêntico e maior, a força do eu. Todas essas condições visavam o cumprimento do que se entendia, até os anos de 1950, por “psicanálise pura”. O que, segundo um convincente artigo de Edward Glover, publicado no *British Journal of Psychiatry*, era concebido como um tratamento de ordem paramédica, tendo por finalidade a cura, a saber, uma “normalidade”, com 5 sessões semanais, por um período de um ano e meio a dois anos. Era em relação a essas exigências, necessárias para o funcionamento do tratamento, que podíamos dispor, em dois grupos, as indicações e as contraindicações ao tratamento psicanalítico.¹

A questão do que é uma “psicanálise pura” está novamente na ordem do dia. E é uma preocupação atual e relevante da AMP, redefinir o sentido dessa expressão. De certo modo, essa foi uma preocupação de Jacques Lacan, desde

que este se dedicou à formação dos psicanalistas. Se recorrermos, por exemplo, a um de seus escritos do ano de 1953, intitulado *Variantes do tratamento – padrão*, podemos verificar a atenção por ele dedicada a essa questão e também a resposta dada naquele momento: “Uma Psicanálise, padrão ou não, é o tratamento que se espera de um psicanalista” (LACAN, 1998, p. 331).

Vemos uma mudança de perspectiva: da ênfase dada às normas e aos critérios, passa-se, com Lacan, a enfatizar a formação de um analista. E podemos mesmo dizer que, desde então, a palavra tratamento deixou de saturar a significação atribuída à prática da psicanálise, e que, a partir daí, Lacan substituiu o termo tratamento psicanalítico, pelo termo experiência psicanalítica. Portanto, de um tratamento que pode ser “indicado” ou “contraindicado” pela avaliação de um profissional, passa-se a conceber a psicanálise como a oferta de uma experiência vital, existencial, que pode ser desejada, ou não, pelo sujeito.

Sobre a disponibilidade do psicanalista

Qualquer que seja a nova concepção que venhamos a produzir sobre o que é específico da psicanálise – o que se sustenta numa preocupação justificada de que não nos tornemos todos psicoterapeutas, perdendo o fio da descoberta freudiana – um fato não pode ser desconhecido: o psicanalista está mais disponível no mercado, e se presta a usos bem distintos daquele que foi outrora concebido sob o termo “psicanálise pura”.

Desta mudança proposta por Lacan – do psicanalista submetido aos padrões ao psicanalista como objeto – cria-se uma nova perspectiva nas indicações para análise. É que o objeto psicanalista é surpreendentemente versátil, disponível, multifuncional, se assim se pode dizer. Sendo assim, parece-me que um psicanalista poderá se dispuser pelo menos a princípio, a ser um “endereço”, ainda que mais ou menos estável de uma “trajetória de rua” como se diz atualmente. Podemos então dizer: “não há contraindicações *a priori* à psicanálise”.

Trata-se menos de antecipar se a natureza da perturbação é acessível à psicanálise, que de saber se um encontro com um analista será útil ou não. Sem dúvida esse encontro tem frequentemente um caráter experimental. Teremos que ver que sentido esse sujeito pode tirar de seu sintoma e se, tirando algum sentido, poderá advir talvez qualquer coisa de seu gozo, da satisfação pulsional inconsciente, que podemos supor se encontra nele.

Isso indica, segundo J-A Miller, que há a condição do sintoma, que há sofrimento com o sintoma, e que esse gozo do sintoma se apresente como desprazer.

Isto quer dizer que, mesmo que o sujeito possa não dar nenhum sentido a seu sofrimento, o encontro com um analista ainda assim pode ser útil se houver sofrimento.

Uma trajetória da dispersão

Rosália sofre? Ela diz que sim.

• Sofre relatando seu pesar de ter que voltar para a cidade onde nasceu, quando já estava frequentando uma escola regular e se sentia familiarizada com a instituição e com a cidade onde vivia;

• sofre por perder sua filha;

• sofre porque a vida não tem mais sentido;

• sofre porque a filha não tem uma família;

• sofre por sua maternidade precoce;

• sofre com indignação, diante do olhar devastador da mãe, quando, com apenas 5 anos, ela a olhava e a cheirava para ver se ainda era virgem, e a acusava de roubar, fumar e fazer sexo;

• sofre de um mal-estar indescritível, sem saber colocar em palavras o que sente, ao lembrar-se do modo como a mãe a chamava: Rosa.

De que sofre Rosália? De um sintoma? De uma satisfação pulsional dolorosa? Não é fácil, apesar dessa lista de desprazeres que podemos extrair do caso, localizar de que ordem é seu sofrimento. Um sofrimento de certa forma emergente em uma situação que podemos qualificar como uma errância. Situação que Inês Seabra descreve com a expressão “rupturas de seu destino” ou “dispersão de gozo” ...“conta que já viveu em instituições, na rua, nas casas de amigos, em abrigos diversos”. E ainda: “... que não podia me contar o que fazia na rua, do que fazia quando saía a vagar sem rumo”. “... cedo aprendeu a vagar pelas ruas sem destino; sua mãe a colocava, às vezes, para fora de casa, sem que ela entendesse o motivo”. “Passa os anos de sua juventude entre processos, prisões, liberdade condicionada, liberdade assistida, liberdade de ir e vir”.

A meu ver, esta dificuldade de localização, essa falta de um ponto que o institua em lugar próprio, situa o sofrimento, paradoxalmente na ordem da errância, do desvario.

A psicanálise da época da errância

Somos todos errantes como homens modernos e sujeitos da ciência.² Somos do tempo em que o Outro não existe. Do tempo em que, todos sabemos, os significados e os ideais não passam de semblantes, de aparências produzidas para ordenar e distribuir nossas satisfações num determinado estado da civilização. Essa descrença nos ideais produziu um deslocamento, no modo como goza o sujeito na contemporaneidade, produzindo o que Lacan nomeia como “o desvario de nosso gozo”.

“No desvario de nosso gozo, não há senão o Outro que o situe” (LACAN, 1993, p. 86). Dizer, como diz Lacan, “que não há senão o Outro que o situe” implica dizer que o estado original do gozo é o de uma certa indeterminação, e que, portanto, deve ser situado em relação a alguma coisa. Digamos que a época de Freud se caracteriza por situar o gozo pelos ideais como produtos do complexo de Édipo. Em outras palavras, o sujeito abria mão de seu gozo – da posse da mãe como objeto de seu desejo: o que chamamos de castração – em favor dos ideais sustentados pelo pai como representante dos valores da cultura.

Hoje não nos encontramos na mesma situação. O estado atual da nossa civilização, a contemporaneidade, favorece a errância.

Contudo, se o ser humano, especialmente o sujeito contemporâneo, é sempre presa de um certo tipo de errância, haveria aspectos relativamente diferenciáveis nas condutas de errância a que estamos confrontados.

No extremo, com o termo errância, podem-se nomear o comportamento e a posição subjetiva de um certo número de jovens, principalmente de alguns que se prostituem. Uma posição subjetiva de verdadeiro extravio, de desorientação, que parece caracterizá-los melhor do que suas práticas delinquentes ou toxicômanas.³

Rosália é, nesse caso, um paradigma assombroso do que é específico da subjetividade contemporânea: ela não pode se sustentar em nenhum ideal. “Ser mãe”, que poderia servir de algum apoio, não se sustenta diante de uma condição de extravio que a impossibilita de cuidar de sua própria filha.

Nessas condições, podemos ainda nos perguntar: o que se passa com as identificações quando não se encontra mais um Outro consistente para endossá-las?

Encontramos as patologias das identificações e seu correspondente, o fracasso dos laços sociais, à medida que as identificações mesmas são um modo de laço social, um modo de nos ligarmos ao Outro. É esse estado de desorientação característico de algumas subjetividades, a insustentabilidade das identificações e a deslocalização do gozo que, a meu ver, justificam o título por mim proposto de *Patologias do desvario*.

Não faço aqui um elogio aos ideais, muito menos proponho que retornemos a eles como modo de tratar os desvarios, também não os desconsidero, mas sabemos que se eles possuem o poder de ordenar os gozos, foi também em nome de ideais que vimos os maiores massacres e segregações de toda nossa história.

Psicanalista: qual a utilidade?

O que trato de articular nesse comentário é uma dificuldade que tem se apresentado a nós no quadro do trabalho analítico, sobretudo a analistas que

trabalham em Instituições. Dificuldade ligada a um encontro com certos fenômenos, que o campo social reconheceu, isolou e passou a se encarregar deles. São, por exemplo, a toxicomania, os atos infratores, a violência e a errância. Dizer da utilidade da psicanálise é, de certa forma, dizer que é possível ampliar seu raio de ação para além dos limites já estabelecidos. Pois já não estamos mais falando da eficácia da psicanálise nos casos mais “clássicos” – histerias e obsessões, por exemplo – mas de áreas de fronteira, de desconhecimento.

Darei, como indicação de utilidade “não clássica” da psicanálise, um exemplo citado por Miller no artigo *As contra indicações ao tratamento psicanalítico*. Aqui não se trata de um desses casos aos quais me referi acima, mas nos faz sentir a propriedade do tratamento, e mesmo sua propriedade frente a um certo tipo de desvario.

Trata-se de um analista que recebe por 5 anos uma paciente, que ele coloca no divã e assenta-se atrás dele. Ela vem regularmente 3 vezes por semana. O psicanalista acreditava estar conduzindo uma “psicanálise pura”, a não ser pelo fato de que, após 5 anos de tratamento, nenhuma mudança havia acontecido. A paciente passa suas sessões em um monólogo monótono, sem afeto, onde ela descreve, como um cardápio, o que acontece em sua existência. O analista busca tomar a palavra para tentar fazer uma interpretação; ela se interrompe, deixa-o falar, e depois continua como se ele não tivesse dito nada.

O analista faz sessões curtas, longas, interpretações, intervenções, provocações, encorajamentos, e nada funciona. O psicanalista fala para as paredes, ele não sabe mais por que ela permanece lá, nem por que ele está lá, o que é ele no caso e nem o que fazer. Entretanto ele persevera. Mantém o tratamento, pois se lembra que, antes de ir vê-lo, a paciente frequentou o consultório de um colega durante um ano, após o que ele a mandou embora, dizendo: “você não tem nada a fazer aqui” e logo em seguida, a paciente fez uma tentativa de suicídio. O analista atual não tem mais esperança de mudança terapêutica, contudo não a manda embora. Ele se lembra, ainda, de uma coisa que a paciente lhe disse há muito tempo: “vir aqui é, para mim, a garantia de não ficar louca como meu pai”. Isto é o suficiente para ela; nada além disso.

A psicanálise oferece assim, com o objeto psicanalista, um espaço entre parênteses, onde o sujeito pode ser reconduzido ao nascimento de algum sentido, onde se recolhe a contingência, onde a necessidade se desfaz. É, então, por excelência, o lugar do possível.

Em resumo, se o psicanalista sabe ser objeto, não quer nada *a priori* para o bem do outro, está sem preconceitos quanto ao bom uso que se pode fazer dele, vemos que sua utilidade pode ser variada, e só pode ser decidida caso a caso. Para isso é preciso que o analista tenha cultivado sua docilidade até o ponto de saber localizar, no sujeito que chega, o lugar desde onde se pode agir, e como agir.

No caso de Rosália, por que ela continua a se encontrar com Inês, mesmo após a sentença, dada pelo juiz, de que havia perdido sua filha? Isso não nos pareceria ao menos, que algo de uma outra relação teria se instalado nesses encontros, algo que escapa à imposição judicial? Tive a oportunidade de trabalhar com alguns colegas da Vara de Família do Juizado de Menores e, mais recentemente, com alguns outros engajados no Programa de Liberdade Assistida. Ouvimos certamente todas as dificuldades e limitações que esses casos apresentam, contudo ouvimos também, como no caso de Rosália, que muitos jovens, após cumprirem as “medidas sócioeducativas” determinadas pelo Poder Judiciário, manifestam o desejo de continuarem se encontrando com aqueles que se dispuseram a escutá-los.

A mulher, a mãe, sua criança

Conta um funcionário local do império britânico que, no final do século passado na Índia, perto de Bombaim, havia um famoso mercado que se situava nos montes Mahadéo: a principal atração das festividades era o suicídio de jovens, que se lançavam do alto de um escarpado de 150 metros de altura em honra ao deus Mahadéo.

Como se explica essa conduta? Esses jovens realizavam um voto formulado por suas próprias mães antes de virem ao mundo. Essas eram mulheres estéreis que suplicavam ao deus Mahadéo para conceder-lhes a fecundidade. Em troca, prometiam oferecer-lhes seu primogênito. Os jovens, sabendo desse voto na puberdade, passaram a partir desse momento, a levar uma vida mendicante, visitando todos os templos do deus, e chegando ao monte Mahadéo no momento da festa anual para precipitarem-se do alto do escarpado. Se lhes faltava coragem para morrer, empreendiam durante um ano sua errância. Depois disso, no máximo, era-lhes concedido mais um ano de prorrogação.

Nessa prática ritual podemos situar a entrada na conduta de errância e desvario. Diante de um voto tão exorbitante dessas mães, a existência do sujeito não tinha mais o mínimo valor. O que mais choca, entretanto, a princípio, é a que ponto pode chegar uma mulher para ser mãe.

Tal extremo nos faz perguntar se o que temos aí, é o desejo de uma mãe com sua falta fálica a ser preenchida pela criança, ou uma exigência de uma ordem mortífera.

Que enorme diferença podemos notar entre essa situação e aquela outra, na qual Salomão, diante de duas mulheres que reclamavam a maternidade de uma criança, propõe que a cortem ao meio, para depois julgar, sabiamente, que a verdadeira mãe era aquela que cederia diante da morte iminente da criança.

Só as mulheres amam: outra ficção

É bom lembrar que a inexistência do Outro não implica, necessariamente, no desaparecimento de deuses ou das ficções. Pelo contrário, vemos, como resposta dessa inexistência, a instauração de múltiplos deuses cada vez menos definidos e cada vez mais obscuros.

Podemos até dizer que a principal função do sacrifício é a de fazer existir um Outro, Mahadéo por exemplo. E se o gozo da mãe não se encontra reduzido e localizado pela rede significativa, por aquilo que chamamos Nome-do-Pai – essa espécie de aparelho feito de linguagem, produtor de metáforas que estabiliza as significações – o que veremos é um desejo sem lei, ou uma lei sem sentido e caprichosa, capaz de sacrificar a criança em nome de seu projeto. Rosália comenta: “minha mãe era louca, bebia muito e era prostituta”... “não tinha tempo para mim, não deixava de beber por nada”. Continua relatando o quanto a mãe a olhava, a devastava, querendo saber se ela era virgem. Rosália se indigna com essa lembrança. Tinha medo de apanhar, a mãe esperava dela o pior: “via maldade onde não havia”.

Esse estado de coisas não se parece absolutamente com os cuidados de uma mãe; é muito mais a indicação de uma exposição da criança a um gozo desregulado. Quanto ao pai, segundo ela, morreu de tanto beber, não a conheceu; entretanto, “foi o único homem que a mãe amou e que lhe deu o que não podia ter: uma filha”. Esta é uma fala interessante: “o único homem que a mãe amou”. Ela poderia indicar que houve um amor que sustentaria o funcionamento do Nome-do-Pai e, como consequência, que Rosa teria um valor fálico para a mãe. Em outras palavras, o valor de significação de algo desejável e, acrescento desejável dentro da ordem simbólica.

Mas, nesse caso como entender que essa mãe não se dedica a cuidar dessa criança? Por que Rosa parece instalada muito mais como o objeto de um gozo devastador dessa mãe? Desse ponto de vista se entende o mal-estar indescritível de Rosália quando se lembra do nome pelo qual sua mãe a chamava: Rosa. Esta Rosa parece com a rosa de Angelus Silesius: ela é sem por que. A segunda frase que favorece o entendimento dessa outra perspectiva é: “e que lhe deu o que não podia ter: uma filha”.

Aqui a articulação do sujeito, como produto desse amor de uma mulher por um homem, não parece simbolizar a falta fálica dessa mulher, mas sim que Rosália chega ao mundo como um excesso. Os cuidados que, segundo ela, lhe presta sua mãe, não parecem comportar as marcas de uma falta, mas de um excesso de gozo.

O excesso de gozo da mãe – “devastá-la, cheirá-la, acusá-la de fumar e fazer sexo aos 5 anos, e ainda ir verificar se ela era virgem” – faz supor que essa mãe quer ver nela também uma mulher que goza.

Como pode Rosália situar-se diante desse casal, desse gozo? Tudo parece tão distinto da família burguesa vienense, a partir da qual Freud elaborou o romance familiar, e ao mesmo tempo duvidosamente dentro das linhas estruturais edipianas que podemos distinguir como fundamentais no romance familiar, a partir do ensino de Lacan.

Uma hipótese que podemos levantar é a seguinte: será que a sentença produzida por Rosália: “só as mulheres amam”, não seria aquilo que vem produzir um mínimo de situação, de sentido, de forma a particularizar, para esse sujeito, esse gozo devastador do Outro materno, estancando, pelo menos um pouco, seu desvario e sua errância?

Poderíamos chamar isso de uma outra ficção? No sentido de não ser uma ficção com as características do romance familiar, características que implicam claramente um valor dado ao pai? Nesse caso isso não é tão claro, pois mesmo que a mãe diga desse amor pelo pai, esse amor não parece suficiente para instalar Rosália no lugar do falo. Se não, como explicar essa errância?

De qualquer modo, essa parece ser sua ficção particular. “Só as mulheres amam”. Mas, que consequências podemos tirar dessa asserção? – que o pai não amou a mãe; já que era homem; – muito menos à ela; pelo mesmo motivo; – que o pai, como homem, só deu o que a mulher não podia ter: uma filha.

Mas e esse amor? Tudo indica que advém do amor da mãe por seu pai, como única possibilidade de laço que a mãe anuncia a essa criança. Sabemos que essa é uma das funções *princeps* do amor: ligar o gozo – por definição autoerótico – ao Outro. “Só as mulheres amam” parece, assim, uma ficção particular que contém um mínimo de laço social. De modo geral há um movimento, na sociedade, de tecer uma rede institucional de assistência que, desde o ponto de vista, de algumas ideias e de diretrizes gerais, quer ser cada vez mais eficaz e mais barata. Encontrar lugar para a psicanálise, nessa rede, é introduzir o paradoxo de lutar para extrair a particularidade de cada caso, sem buscar salvar o próximo querendo aplicar-lhe os ideais. Devolver sua particularidade ao sujeito é o contrário da intolerância e da segregação. Na sua ficção Rosália circunscreve a mulher como objeto de gozo do Outro.

Se Rosália continua o tratamento, é porque encontra, em uma escuta, algo que indique um endereço, ou ao menos alguém a quem se endereçar de uma outra forma. Podemos pensar que isso é um começo que pode se desdobrar, já que, conforme Inês, não há mais a determinação do juiz e, apesar da perda da guarda da filha, Rosália decide ficar.

Afinal, como diz Adélia Prado, fazendo referência a um poema de Carlos Drummond de Andrade, “a mulher é desdobrável”.

NOTAS

- ¹ MILLER, J-A. Les contre-indications au traitement psychanalytique. In: *Mental* n. 5, Bruxelles, École Européenne de Psychanalyse, juillet, 1998.
- ² NOVALIS, H. d'o. In: *Ouvrés Completes*, Chamisso, Von, Peter Sclemihl, Aubier.
- ³ SAUVAGNAT F. *El precio de una Errancia, Registros, Psicoanálises y Adolescencia*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LACAN, J. “Televisão”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- LACAN, J. Variantes do Tratamento Padrão. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

EM CONFLITO COM A LEI

Célio Garcia

Para Inês, para Rosália.

1. Transferência e segregação

Rosália chega para o tratamento, encaminhada pela instituição de acolhimento... O jovem delinquente, o jovem infrator, ou, se preferirem, o jovem em conflito com a lei é por nós encontrado, em nosso trabalho, sob efeito do regime de segregação. A segregação se manifesta, desde o início e duramente, com a extinção da proposição registrada pela psicanálise: “ele (analista) está pensando em mim, em mim que assim me constituo graças a esse endereçamento, ainda que eu saiba desde sempre que foi minha procura que produziu esse endereçamento”. Chamamos a isso transferência. O termo segregação certamente é útil quando serve para elucidar o que há de especial na situação por ele denominada.

Entendo que não foi escolha de Inês Seabra de Abreu Rocha que a jovem fosse encaminhada pela instituição de acolhimento. A situação de segregação, a que me refiro caracteriza o que acontece no programa amplo de atendimento; não está definida unicamente pela clínica. É uma questão política. Se fizéssemos um balanço do que tem sido o atendimento a esses jovens, creio que teríamos que dizer que não estamos decididos a enfrentar esse tipo de problema, ou seja, a atender jovens infratores, em conflito com a lei. Pelos comentários emitidos por personalidades dedicadas a essa questão, autoridades abalizadas, assim como avaliações de situações em outros países que não o Brasil, a idade definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e que prevê um tratamento especial, será certamente modificada, passando de 18 para 16.

Teremos, com isso admitido, que jovens de 16 anos serão enviados para prisões de adultos ou presídios para jovens. Um programa de atendimento a jovens infratores passa por uma reflexão política, uma decisão política responsável.

A seleção de psicólogos, assistentes sociais, pessoal técnico em geral, juízes e operadores do Direito teria que refletir uma atenção voltada para essa peculiar tarefa. Frequentemente, as situações vividas provocam grande ansieda-

de, temor. O jovem infrator é capaz de amedrontar o “pessoal psi”, sem poupar nenhum dos operadores do simbólico que com ele lidam.¹ O atendimento, o contato com o jovem infrator exige de nós formação e disposição especiais; exigem programas criativos de soluções diferentes da reclusão. Essa já existia. O Direito penal já estava, desde muito, estabelecido. A reclusão pura e simples significa o fracasso da presença da Psicologia, da colaboração entre Direito e Psicologia e Psicanálise.

Nos Estados Unidos acontece cada vez com mais frequência. Os juízes dão penas de reclusão, semelhantes às penas atribuídas aos adultos, a jovens que terão que cumprir essas penas em prisões. Mencionarei, por exemplo, documentado artigo de autoria de Margaret Talbot, publicado no New York Times Magazine de 10 de Setembro 2000, com o título: *The maximum security adolescent*. Deste artigo traduzo o parágrafo que o encimava: “A jurisdição especializada, criada para atender o jovem, a nos basearmos na ideia de que a infância e a juventude se caracterizam por ser um período especial na vida do homem, está sendo desmantelada à medida que cada vez mais jovens são mandados para prisão, de acordo com os mesmos procedimentos adotados em se tratando de adultos. Um tratamento mais duro com relação ao desrespeito à lei vem sendo adotado, mas podemos indagar: que tipo de sociedade estamos criando?”

Trata-se de situação enfrentada por diversos países. A dedicação dos que trabalham na área não será aqui posta em questão. Mas vamos manter a indagação, trazendo-a até nós: em que e por que o atendimento por parte da psicologia e da psicanálise deixa a desejar?

2. Patologia do “cuidar” (*prise en charge*)

Rosália disse que gosta de morar na Instituição porque se sentia querida...

Ao jovem delinquente ou ao jovem em conflito com a lei, não é dada essa oportunidade de um dia encontrar alguém em companhia de quem ele estabeleça esse endereçamento, fonte e origem da transferência. Os educadores, os psicólogos conhecem muito bem os efeitos dessa segregação: por parte dos chamados delinquentes, ausência de demanda, pois de nada querem saber, certamente em prejuízo deles, mas “explicável pelos cuidados que poderiam lhes ser dados” (LEGUIL, 2000). *Services*, aqui, quer dizer *prise en charge*, em português “cuidar”. Uma instituição cuida do jovem infrator. Um programa da secretaria destina-se a cuidar dos meninos e meninas de rua, do jovem infrator, do dependente de drogas. Nossos colegas do Campo Freudiano, na França, já organizaram encontros, colóquios, para dizer que há uma patologia da *prise en charge*. A partir do momento que há *prise en charge* há um viés que se introduz na relação

com o jovem ou qualquer pessoa *prise en charge*. Todos nós sabemos disso. A segregação, uma vez estabelecida, por si só provoca uma resposta segregativa, como resposta do jovem infrator. Houve um rompimento do laço social, uma fratura no tecido social; o jovem infrator está fora do discurso.

Trabalhando com colegas num programa destinado aos meninos e meninas de rua, tivemos ocasião de nos debruçar sobre o discurso dos meninos, quando abordados pelas psicólogas, educadoras e assistentes sociais da AMAS. A princípio chamávamos esse discurso “cínico”, logo em seguida elaboramos um pouco mais a questão que se abria diante de nós. O termo cínico dizia do nosso espanto diante da especificidade do trabalho que se iniciava.² Qualquer intervenção terá que levar em conta essa particularidade da situação criada em instituição. Não vamos desistir de trabalhar em instituição, mas torna-se indispensável a sensibilidade para esses aspectos. Eventualmente pensar o atendimento, o trabalho clínico, a partir de tais características. Sem nos afastarmos do que nos foi ensinado por Freud e Lacan, pensar rigorosamente a situação em que nos encontramos. Não é unicamente no Brasil que conhecemos essa situação.

3. Reincidência

Mas, vou mais longe ao documentar o impasse e nosso fracasso, em se tratando do jovem delincente. Um breve espaço de tempo faz dele um reincidente, enviado ao serviço de Psicologia para que algum parecer venha a estabelecer o grau de periculosidade, ou chance de reincidência, em caso de medida progressiva. Sabemos ser essa questão da reincidência uma das mais delicadas, encontrando-se o psicólogo, frequentemente, na obrigação de atender solicitações prementes por parte da instituição judiciária ou outra.

Nenhuma instituição quer saber da reincidência. Ela é, sabidamente, a prova do fracasso da referida instituição. Quanto ao campo semântico mobilizado pelo termo, pude anotar que a primeira a reincidir é a instituição sempre no mesmo lugar. Além disso, reincidir é termo inteiramente integrado em nosso vocabulário católico, pois a confissão, tal como é praticada, sugere fortemente a reincidência. Uma rede de redes talvez desse ao jovem, em conflito com a lei, oportunidade de dar entrada uma vez na malha educação, uma segunda vez na malha Igreja (grupos, reuniões, outras formas de arrebanhar), uma terceira na malha esporte (capoeira, não outro, pelo forte apelo da capoeira a ser traduzido em real da capoeira, imaginário da capoeira, simbólico da capoeira), uma quarta vez enfrentamento com o Juiz, uma quinta vez..., mas, não reincidência intratável, periculosidade.

Dessa vez a citação nos vem da Inglaterra: “brevemente um computador vai substituir o juiz na fixação de penas, especialmente quando se faz neces-

sária avaliação do risco de reincidência. Segundo o projeto do Ministro do Interior britânico, a partir de 2001 a informática vai ser de grande valia para os magistrados, ajudando-os a avaliar os riscos de reincidência de delinquentes. O coeficiente é calculado em função da situação familiar, do lugar de domicílio, do nível de escolarização, do círculo de amigos (bandos, gangues), processos no Judiciário, relatório dos técnicos, comportamento geral do jovem durante eventual internação. Atualmente em fase de teste, um programa semelhante encontra-se em execução em quinze centros de internação”.³

4. “Cuidar” - “Sujeito-Suposto-Poder”

Em “a rua e o tratamento...”, aqui publicado, Inês nos diz que a pergunta de Rosália: “sobre a existência, sobre o desejo do Outro se representa pelo significante ‘cuidar’... e que quando a filha de Rosália nasceu, esta volta para a Instituição e a leva... cuida dela, mas não é responsável por ela...” O significante cuidar é termo frequente no vocabulário para designar tarefas das Instituições de Serviço Público encarregadas de execução de programas especiais. Uma jovem pouco escolarizada diria “tomar conta” ou, ainda, “tomar de conta dos meninos”, assim como, para a alimentação, ela diria “dar de comer”. O termo cuidar, de fato, se usado pela jovem Rosália, aponta para deformação no seu vocabulário.

Em uma outra passagem, retomando uma menção de Rosália, Inês ressalta: “Um cliente, um segredo, um significante da transferência...” Rosália omite o endereço, mostra-se reticente quanto a trazer situação onde apareceriam os clientes, omite-se dizendo “jamais poderia te contar, não me leve a mal, mas não posso”. O que faz crer que, para ela, Inês ocupa lugar de Sujeito-Suposto-Poder, tal como o Juiz ou outros representantes de instâncias do regime a que ela está submetida. *Poder* quer dizer liberá-la da “medida educativa” a que está obrigada a cumprir. *Poder* quer dizer deixar a criança com ela. Trata-se de um lugar de poder.

5. Ligação homo

De fato, Rosália se ligou a uma menina com quem estabeleceu laços.

De imediato pensamos em homossexualismo. Em caso semelhante, pude avaliar a ligação como estabilizadora, única forma de se encontrar ligação, laço que viesse a reconstituir o tecido social roto. No caso que tenho em mente, a jovem em conflito com a lei era órfã, tinha sido rejeitada pela mãe adotiva. Não contávamos com o apoio de nenhuma família para onde ela passasse a ser enca-

minhada. Nenhum laço familiar restava, a não ser o grupo de jovens delinquentes com quem se ligava e um caso que a mantinha mais tranquila.

Em uma outra parte de seu relato, Inês evoca-nos um outro dito de Rosália: “Procure por Carequinha...” [De fato, raspava ela a cabeça] Em seguida, avalia o quanto nos é difícil dizer das identificações, ou mesmo do ideal concernentes a Rosália.” Rosália teria que se produzir, como pensei uma vez, levando em conta a oficina dita “Toque mágico” no livro de Jairo, *Clínica da Psicose*. Pacientes em hospital-dia ou internadas tinham como atividade frequentar uma oficina conhecida com o nome de “Toque Mágico”. Em vez de produzir objetos, que eram vendidos numa feira organizada para tal fim, elas se produziam, ao passar o tempo fazendo manicure, penteados com mechas ou simplesmente cabelos alisados, maquiagem, e outros truques usados na frágil constituição de uma figura para chamar a atenção de um homem. O que sabemos é que, ao cabo de um dia, estavam elas produzidas, pois assim o dizemos no nosso coloquial. Produzir é diferente de se produzir, diferente semântica, analítica e politicamente.

6. “Pro-jeto”

Nesse sentido, pude sugerir em *Clínica do Social*: O que é um “pro-jeto”?

Um “pro-jeto” é um impulso que nos lança e relança a cada dia em nossa labuta diária. Vejam que eu escrevi separando as sílabas para destacar o termo “jeto” (lançar-se, lançamento), assim como o prefixo “pro”. Nossas famílias criaram em nós identificações que carregamos em nossos ombros, por vezes a duras penas, até hoje. Por causa delas, nos sentimos culpados sob variados pretextos; essa não é a melhor solução para criar um “pro-jeto” de vida. Não é bem esse o caso quando atendemos jovens delinquentes, ou jovens em conflito com a lei, provenientes de famílias destroçadas, ou eles mesmo em vias de desregulamentação por força da segregação. Entre esses jovens, já nem reconheceríamos os famosos “traços de identificação”, “traço unário”, “nome do pai”, “nome próprio”. Tudo isso se foi.

7. A clínica

O desastre na vida pessoal do jovem faz com que ele se apresente a nós sem o peso das tais identificações. Ele ou as instituições por que passou dirão que está “perdido”. Há uma falha na sua sociabilidade, ou no projeto (sem separação na grafia para distingui-lo do nosso “pro-jeto”) que dá ao indivíduo

autonomia, conseguida por reflexividade do ego. A essa falha a psicologia tradicional chamaria patologia da autodisciplina. Perda de identidade do ego, dirá essa psicologia, limitando-se a constatar a ruptura para, logo em seguida, operar uma sutura. Os indivíduos assujeitados ao projeto da modernidade e seu modo de produção serão aqueles que terão se adaptado.

Pois bem, a “clínica do social” vai tirar partido dessa situação, criando as bases de um “pro-jeto”. Diria que, diante de tal quadro, a intervenção por parte do profissional da clínica do social busca efetividade, mesmo sabendo que ela será dificilmente alcançada. Por isso mesmo, sem desconhecer seus limites, o acompanhamento com vistas a um pro-jeto merece ser técnica de intervenção apurada.

Um “pro-jeto” de vida está isento das representações habituais (escolhas de profissões por parte de filhos das classes média e alta), possivelmente aquelas a que me referi acima, quando mencionei as famílias onde se constroem as identificações, marcas por vezes indelévels, eventualmente por demais pesadas no destino de cada um. Um “pro-jeto” produz alguma coisa sobre a qual não temos controle absoluto, já que pensado, até certo ponto, sem insistência nas identificações encontradas na história de cada um. Pensado, se possível, sem contar com a recuperação do recalcado (objetivo de um tratamento pela psicanálise), nem com reposicionamento do sujeito frente às formas de satisfação pulsional (o que também é privilégio do tratamento em psicanálise).

“Acompanhar”, no caso dos Meninos e Meninas de Rua (MMR), seria seguir seus passos na tentativa de inserção no simbólico (instituições jurídicas, justiça trabalhista, exercício do voto por ocasião de eleições, discussão em grupos de comunidades de base, viabilidade de discurso político que não seja necessariamente o discurso do bando e da violência), o que inclui eventualmente fazer laço social, fazer parte da sociedade tal como ela está organizada. Vejam que não mencionei a inserção na sociedade como único e principal objetivo do acompanhamento. Recentemente, Fernanda do Valle Correa Ramos, em *A reincidência de atos infracionais...* sugeriu o termo “retificação social”. Ora, essa expressão foi pensada em paralelo com “retificação subjetiva” – não é difícil reconhecer. A vantagem que pude perceber, de início, seria evitar os termos reinserção, recuperação e outros fortemente marcados por carga semântica ideológica e religiosa. “Retificação social” nos remete a “pro-jeto”, tal como foi aqui lembrado. A inserção é resultado a que se chega por acréscimo, por consequência; se ela for buscada por meio de argumentos diretos e convencimento, bastaria o que nos ensina a moral.

Em conflito com a lei

NOTAS

¹ Operador do Simbólico é expressão que criei para reunir operadores do direito e pessoal psi, a tal ponto acredito que o destino profissional de ambos passa pelo mesmo desafio.

² GARCIA, C. Ver “discurso cínico” em “Clínica do Social”.

³ Cf. LE MONDE, edição 26/08/2000.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LEGUIL, F, L. In: *Ornicar?* Digital n. 142, 29/09/2000.

A CRIANÇA ENTRE A MÃE E A MULHER¹

Pierre Naveau

Quando se fala da criança entre a mãe e a mulher, a questão que se coloca é: de quem é o problema? O problema é da criança? Ou o problema é da mãe? Certamente, se diz que o problema da criança é o problema dos pais. Mas, agora, precisamente, eu gostaria de me interrogar sobre o problema tal como ele se coloca para a criança.

Como abordar essa questão? Eu me fiz essa pergunta e o que lhes proponho é abordá-la a partir desses dois termos: o desejo e o gozo. O que aparece, com efeito, no ensino de Lacan, é que há uma oposição entre o desejo e o gozo. É claro que se pode falar do desejo do homem e do gozo da mulher, mas escolhi considerar essa oposição a partir do desejo da mãe e do gozo pai. Por exemplo, no caso que foi apresentado por Cristiana Pittella de Mattos, ou seja, no caso desse menino de sete anos, é evidente que essa criança nos é apresentada como sendo o objeto do gozo do pai. Para saber o que essa criança é, seria preciso interrogar o gozo do pai. Há, portanto, aí, um paradoxo, visto que, depois de Freud, a criança é o objeto do desejo da mãe.

Em que medida a criança é o objeto do gozo do pai? No caso que foi apresentado, é o pai que, visivelmente, diz que objeto ela é. A criança é um objeto anal. Seria preciso retomar o caso para mostrá-lo, mas pode-se ter uma ideia a partir da maneira pela qual o pai abordou o casamento com a mãe: “vamos dar uma casada”. O que a criança é como objeto, se percebe, se ouve na maneira pela qual o pai fala. A frase do pai é o que chamamos uma maldição. Por meio dela, o pai desvela suas intenções.

A criança é inicialmente definida por sua relação com a mãe. É estranho, mas, neste caso, não é o desejo da mãe que diz o que é esse menino. É preciso fazer o desvio pelo que aparece como a versão do pai para saber que objeto ele é. Isso aparece também quando ele brinca. Num certo momento, ele brinca com dois rinocerontes, num outro, com dois elefantes. Cristiana nos disse que os rinocerontes eram o pai e o filho e que os dois elefantes eram o pai e a mãe. Em todo caso, dois rinocerontes ou dois elefantes evocam, ao menos tempo, a ferocidade, o peso, alguma coisa que esmaga. São animais que esmagam tudo o que se encontra pelo caminho, o que coloca um problema, visto que a própria criança – isso está precisado no caso – chega a dizer alguma coisa que faz pensar que ela se faz tratar como um cachorro. De fato, é uma criança que procura

ser maltratada. A questão que se coloca, então, é: será que essa criança é uma criança? Esse menino não é tratado como uma criança por seus pais.

Enfim, a impressão que se tem é que ele deixou de ser criança muito cedo. Fala-se muito do respeito pelo pai. Vemos que há uma relação entre o respeito pelo pai e o respeito pela criança. Quando o pai não é respeitado, a criança tampouco o é. Assim, numa certa medida, parece-me que o caso é o de uma criança sem infância. Talvez esse menino seja uma criança quando brinca com sua analista. Mas eu faço a pergunta: na sua família, será que ele é uma criança? Temos a impressão que ele é qualquer coisa, menos uma criança.

Para poder colocar o problema assim, é preciso indagar a relação existente entre o desejo da mãe e o gozo do pai. Percebemos que, no fundo, em sua exposição – à qual os colegas se referiram e à qual eu também me referirei – Jacques-Alain Miller fala essencialmente do desejo da mãe.² O que aparece na sua exposição é alguma coisa que descobri ao ler o *Seminário V* sobre *As formações do inconsciente*. O que Jacques-Alain Miller enfatiza – e penso que ele foi o primeiro que o fez – é que “o desejo é dividido”. No nosso campo, falamos frequentemente do sujeito dividido. Parece-me que Jacques-Alain Miller foi o primeiro a mostrar que faz parte da essência do desejo ser dividido. Hoje, falarei, sobretudo, do desejo da mãe e, amanhã, falarei do gozo do pai, de uma maneira muito particular.

Fiquei surpreso ao ler o texto de Freud, de 1909, *O Romance familiar do neurótico*, onde ele fala da família de um modo surpreendente. O que o atormenta é a questão: o que é uma criança? De fato, nesse artigo, Freud afirma que o romance familiar se inicia no momento em que a criança se distancia de seus pais. O romance familiar, o romance que diz respeito à família da criança, começa a se escrever quando a criança começa, de alguma forma, a dizer “adeus” a seus pais. Ela se afasta, e esse afastamento se manifesta sob a forma do aparecimento de um fantasma. Conseqüentemente, o fantasma é o que afasta a criança dos pais. Freud diz que, naquele momento, a criança torna-se Outro em relação a ela própria, ou seja, a criança se divide, o que se manifesta pela sua imaginação. A criança imagina: é isso o romance familiar. A criança imagina que ela tem aqueles pais, mas que ela poderia ter tido outros.

Antes de reler esse texto, quando pensava nessa expressão “romance familiar”, eu supunha que fosse alguma coisa que tomasse consistência no momento da adolescência. Pois bem, de jeito nenhum. A criança, segundo Freud, começa a dizer adeus a seu pai e a sua mãe quando ela tem cinco anos. Freud diz que, certamente, uma tal atividade do imaginário pode ter sua origem num desejo de vingança. Quando lemos a maioria dos textos de Freud sobre a relação entre a criança e a mãe, ele considera, de fato, que o acontecimento importante é o nascimento de uma outra criança. Por isso, ele situa o momento da guinada da infância entre zero e cinco anos. Há, então, grandes chances para

que uma criança tenha um irmãozinho ou uma irmãzinha nos dois, três, quatro ou cinco anos após seu nascimento. É nesse momento aí, diz Freud, que a criança se interroga sobre a sexualidade de seus pais.

Quando Freud diz que ela se vinga, ela se vinga do nascimento dessa outra criança – o irmãozinho ou irmãzinha. E Freud precisa que a criança comece a se perguntar se sua mãe é mesmo sua mãe e a pensar que, se ela for, efetivamente, sua mãe, é provável que ela ame um outro homem. No que diz respeito ao pai, não há dúvida: não é seu pai. Ela o despreza. É assim, afirma Freud, que se exprime por esse fantasma, o que ele chama “a inveja da criança”. Ele utiliza o mesmo termo para a criança e para a mulher: o *Neid*. O *Neid* está onde há desejo.

O surpreendente é que, para Freud, é esse o momento da guinada na infância. Para ele, é nesse momento que a criança descobre a sexualidade. É por isso que ele diz que há duas fases, dois períodos, dois estágios: um assexual e um sexual. O interessante é que a descoberta da sexualidade, segundo Freud, não diz respeito à relação sexual, mas ao nascimento de uma outra criança. Para Freud, o sexual é: será que essa é a minha mãe? Será que esse é meu pai?

Dizendo de outra maneira, a criança, tal como Freud fala dela, se interroga sobre a sua mãe, sobre uma mãe que ela divide, e é no pensamento, no fantasma, que a criança divide a sua mãe. Por um lado, ela é sua mãe, mas, por outro lado, ela não é a mulher do pai, pois, segundo Freud, na imaginação da criança, a mãe tem um amante. O que quer dizer que, para Freud, a criança considera sua mãe essencialmente como uma mulher infiel.

Quanto ao pai, o pai real, ele é, segundo a criança, um pai que eu qualificarei de impossível. O verdadeiro pai, ou seja, esse que chamamos de genitor, é um pai que decaiu na estima da criança, como no caso que nos foi apresentado há pouco: um pai que faz a comida, que arruma a cozinha, que arruma a casa... Em suma, na linguagem de Lacan, um pai castrado. O que Freud diz é que, para a criança, a mãe é dividida e, no que diz respeito ao pai, ele é castrado.

Para Freud, em 1909, a sexualidade é alguma coisa que provoca aversão. Aos olhos de Freud, desde 1895, a sexualidade entra em cena sob a forma do nojo. O que vem assinalar a existência de alguma coisa de sexual é a aversão. Em francês, o termo “aversão” evoca também o nojo. O impressionante é que, para Freud, a criança é alguém que tem uma relação com a sexualidade, mas uma relação negativa, visto que ele fala em nojo. Uma criança é, necessariamente, uma criança enojada.

Como vemos, para Freud o pai tem um destino bem singular. O que Freud descreve é uma queda do pai, ou seja, no momento em que a sexualidade entra em cena, o pai é desvalorizado. Há crianças que não suportam isso, que não suportam que, num certo momento, o pai seja, necessariamente, desvalorizado. Elas preferem, então, rejeitar o pai. É o que Lacan chamou de “forclusão” do Nome-do-Pai.

Para explicar isso, Lacan se referiu a um poeta francês, chamado Jacques Prévert, que escreveu um poema sobre o filho de um pescador que se recusa a partir para a pesca com o pai. Na família em questão, de fato, é de pai para filho que os homens se tornam pescadores. E a história que conta Jacques Prévert é a história de um filho que, um dia, diz não: “Eu me recuso a subir no barco com você”. Lacan diz que é como se, no momento em que o pai chegasse e abrisse a porta, o filho se precipitasse em direção a ela e a fechasse violentamente no nariz do pai.

Quando Lacan começa a refletir sobre a família, não utiliza o termo “romance familiar”. Ele utiliza a expressão “complexo familiar”. Sem me deter no livro que ele escreveu em 1938, *Os complexos familiares*, chego ao que é muito conhecido, ao que é o mais conhecido de Lacan, ou seja, a metáfora paterna.

Para falar da família, Lacan se voltou para a linguística e para a etnologia e delas retirou conceitos: o conceito de mito vem da etnologia e o conceito de metáfora vem da linguística.

Qual é a ideia principal? Para Lacan, o importante, tal como a referência ao poema de Jacques Prévert o mostra, é saber qual a posição que a criança toma em relação ao pai. A criança tem uma posição a tomar em relação ao pai. Ela pode dizer sim, ou não. A ideia de Lacan é que, a partir do momento em que o pai entra em cena, ele toma o lugar da mãe. Por quê? É algo que Freud sublinhou. Mas, como vamos ver, Lacan dá grande importância a isso, e Jacques-Alain Miller, na sua conferência em Lausanne, indicou que havia aí alguma coisa importante: num certo momento, a criança é decepcionada. E é essa decepção que provoca na criança uma espécie de abalo.

O que Freud afirma e o que Lacan retoma, é que a criança é inicialmente decepcionada pela mãe: a mãe não lhe deu o que havia sido pedido. Então, a criança pensa que seu pai – e é por isso que ela se volta para o pai – vai lhe dar o que ela pede. E quanto a isso, Freud e Lacan estão de acordo: é a mesma coisa para o menino e para a menina. O que quer dizer que chegará um momento, num segundo tempo, em que a criança será decepcionada pelo pai. Mas Lacan é muito sutil quando nos diz que a criança, mesmo realizando uma tal substituição, é decepcionada pelo simbólico. Essa metáfora, à qual nos referimos frequentemente, ou seja, essa substituição da mãe pelo pai, é a operação simbólica.

Quando nos apoiamos na clínica, temos a impressão de que a criança foi decepcionada ao mesmo tempo por sua mãe e por seu pai, mas, efetivamente, a criança é fundamentalmente decepcionada pela metáfora, ou seja, pela simbolização, pelo simbólico.

Dou-lhes um exemplo muito simples, o exemplo dado por Lacan num capítulo central do *Seminário IV* sobre *A relação de objeto*. Ele explica uma coisa absolutamente extraordinária. Quando lemos o *Seminário V* ou os textos dos *Escritos* – como, por exemplo, *A significação do falo* – temos a impressão de que as

coisas são muitos simples: o bebê tem fome, tem sede e, portanto ele grita; por causa desse grito, sua mãe chega. Como a mãe responde ao seu chamado, a necessidade da criança perde sua importância e valor. Ela se torna uma demanda de amor, o que quer dizer, simplesmente: “Mamãe vem, mamãe está aqui!”. O que explica Lacan é que, para além da demanda, a criança vai chegar ao desejo, ou seja, ela vai reencontrar a particularidade da sua necessidade. Essa é a ideia que se tem.

Mas o que mostra Lacan, nesse capítulo central do *Seminário IV*, é outra coisa mais sutil ainda. Ele diz que aquilo que essa criança demanda, o que essa criança quer, é um signo. Ou seja, nesse momento ele inverte a perspectiva. Isso é verdadeiramente extraordinário! O que Lacan diz é que a criança não deve ser considerada como alguém que tem, de início, necessidades. Para Lacan, o amor é primordial. Segundo a sua concepção, o que a criança quer é que sua mãe lhe apresente um signo, ou seja, que ela lhe dê nada, ou um nada, um signo: ela quer, mesmo sendo um bebezinho que não entende nada, que sua mãe fale com ela alguns instantes. Segundo Lacan, a criança demanda inicialmente um signo. Ele diz, por exemplo, que quando a mãe dá o seio à criança para satisfazer sua necessidade, a satisfação da necessidade esmaga a satisfação que ele chama satisfação simbólica, isto é, a satisfação que a criança experimenta quando o Outro lhe apresenta um signo. Mas, ao mesmo tempo – é isso que é muito interessante – Lacan se interroga sobre o fato de a criança adormecer depois de ter mamado no seio: o que adormece com o bebê? Quando o bebê adormece, o que adormece com ele? Ele diz que, justamente, trata-se, para o bebê, de fazer adormecer a decepção. A decepção que o bebê experimenta se esse signo lhe é endereçado. Sim, porque o signo não é uma satisfação real da necessidade. Para Lacan, conseqüentemente, a criança é decepcionada. Mas vemos que, para ele, a criança é decepcionada mesmo antes da metáfora do Nome-do-Pai, por causa da tensão dialética que há entre o nada e o seio ou a mamadeira.

Lacan mostrou que essa problemática pode ser explicitada pela homossexualidade feminina. Porque a questão é exatamente essa. A criança quer obter alguma coisa do Outro. Ela quer obter alguma coisa de sua mãe e de seu pai. Ela chega ao ponto de querer arrancar isso do Outro, o que foi sublinhado por Melanie Klein. A partir do momento em que o pai é considerado como um Outro que não lhe pode dar alguma coisa – porque ele não tem – ele se torna uma mulher. Se ele não pode dar o que lhe é pedido, é porque isso lhe falta. Encontramos, então, o pai castrado. Não é necessário que ele arrume cozinha, faça faxina, faça as compras da casa para aparecer como um pai castrado. Mas, em todo o caso, à medida que o amamos, ele é castrado. O amor supõe a castração do Outro. E Lacan diz que é isso que a homossexual não suporta. A escolha da homossexualidade, segundo Lacan, vem de uma recusa, vem precisamente da recusa que o sujeito experimenta no momento em que ele é decepcionado.

Quanto à homossexual de que fala Freud, observemos que essa castração é encenada. Há, a cada passo, a estrutura e a maneira pela qual a estrutura é encenada. Freud mostra que a “jovem homossexual” se enraivece por seu pai ter dado um filho à sua mãe e não a ela. Mas, aí também, trata-se de um problema lógico, ou seja, não se escapa disso. De fato, o que essa jovem não suporta é que um pai, ou um homem, não possa dar um filho a duas mulheres, ao mesmo tempo. E a “jovem homossexual” quer mostrar a seu pai o que é dar alguma coisa a uma mulher. Jacques-Alain Miller, ao ler Lacan, diz que a homossexualidade feminina nos ensina que a criança é alguma coisa que vem no lugar de alguma coisa que falta. Isso é o Falo. O Falo não é o órgão sexual, mas o que vem no lugar do que falta. A criança é, portanto, falicizada. O falo é uma operação – a operação de falicização. Se a “jovem homossexual” quer uma criança, é porque há alguma coisa que lhe falta. Isso é de uma lógica implacável! Mas, no final, a mulher que a homossexual ama, essa que Freud chama de “Dama”, é ela mesma. Esse é o meio que a jovem encontra para desdobrar a mulher por meio de uma paixão narcísica, visto que, nesse caso, a homossexualidade é uma paixão narcísica. A homossexual dá um jeito – é o que é mostrado nesse caso de Freud – para que a mulher seja desdobrada, como a mulher é desdobrada em relação ao pai, já que a jovem censura o pai por ter dado um filho a uma mulher e não a outra mulher. O que a homossexual encena é, portanto, esse desdobramento de duas mulheres. É o que Lacan sublinhará a propósito da homossexualidade de Gide, quando vai mostrar que, para ele, há também duas mulheres: sua mãe e sua tia. Vemos que esse desdobramento entre duas mulheres está ligado ao pai. É o que Lacan mostra, também, a respeito do pequeno Hans: há um desdobramento entre duas mulheres, há a mãe de Hans e a mãe do pai de Hans – aquela cujo filho a visita todos os domingos de manhã.

Vemos que, no campo da psicanálise, encontra-se, a cada passo, o desdobramento, a divisão, a oposição entre dois termos. É, parece-me, o que mostra Jacques-Alain Miller na sua conferência em Lausanne de 02 de junho de 1996, que tem como título *A criança entre a mãe e a mulher*. O desejo e o objeto do desejo são, todos os dois, divididos. Podemos mesmo precisar as coisas assim: o sujeito do desejo é dividido, o desejo é dividido e o objeto do desejo é dividido. Veremos, em minha segunda conferência, que, quanto ao gozo, trata-se de uma outra coisa. A lógica não é, de forma alguma, a mesma. Para se compreender isso – enfatiza Jacques-Alain Miller – é preciso ter a ideia de que a relação entre a criança e a mãe não é uma relação dual. Se a mãe é uma mulher, não há, então, relação dual entre a criança e a mãe. Há uma relação dual se a mãe não for uma mulher, se ela for, por exemplo, um rinoceronte ou um elefante. É Jacques-Alain Miller que diz isso, e é a primeira vez que ouço alguém dizer que o famoso desejo da mãe – que nos *Escritos* de Lacan se escreve com D e M maiúsculos: DM – é dividido. Esse é um paradoxo formidável! Quer dizer que uma mãe não pode

desejar – segundo Jacques-Alain Miller. Dizendo de outro modo, a expressão de Lacan “o desejo da mãe”, enfatizada por Jacques-Alain Miller, é uma expressão contraditória, e, por isso impossível. Se se diz “o desejo da mãe” considerando a mãe, então não se pode falar de desejo. É por isso que a observação de Jacques-Alain Miller é luminosa. Só posso falar do desejo da mãe se a mãe for uma mulher. Isso, conforme nos mostra Jacques-Alain Miller, foi o que a “jovem homossexual” nos ensinou.

É a homossexual que ensina, desse ponto de vista, que alguma coisa falta a uma mulher, visto que ela quer que alguma coisa venha no lugar do que lhe falta. Além do mais, a homossexual mostra que é necessário haver duas mulheres. Seria preciso desenvolver isso. Mas, aqui, tento extrair as condições para que haja uma criança: a condição é que haja duas mulheres, ou seja, que haja um desdobramento, uma divisão.

O problema é o passo seguinte. Como mostra Lacan, a mãe e a mulher não são a mesma coisa. Quando dizemos que a mãe é dividida entre a mãe e a mulher, é considerando que a mãe e a mulher não são a mesma coisa. Consequentemente, todos os termos devem ser definidos. Não sabemos o que é uma criança. Não sabemos o que é o falo. E não sabemos o que é a mãe. Consequentemente, como vemos, o esforço de Lacan, e o de Jacques-Alain Miller ao ler Lacan, é no sentido de chegar a redefinir o que é uma criança, o que é a mãe, o que é o falo e o que é o pai.

A dificuldade consiste em que os termos que são utilizados por Lacan são também termos contraditórios. Daí a impressão de que Lacan é difícil de ser lido. Cada palavra que ele utiliza remete-nos a uma contradição. Cada um dos termos que ele emprega, quando fala da criança, da mãe, do falo ou do pai, não são palavras que encontramos no dicionário. Ele conceitualiza esses termos à medida que contém cada um deles, uma contradição.

Para terminar, vou dar um exemplo com a famosa questão que se colocam os homens e as mulheres: a questão do amor e do desejo. Voltarei a isso depois, mas, no texto *A significação do falo*, Lacan diz que há uma grande diferença entre o homem e a mulher. Para o homem, há uma divergência e para a mulher, há uma convergência entre o amor e o desejo. Lacan diz que, no homem, o amor e o desejo não convergem para o mesmo objeto, enquanto que na mulher, sim.

A questão com relação ao desejo é, portanto, a seguinte: há convergência ou há divergência? O que nos mostra Lacan, e é o que sublinha Jacques-Alain Miller em sua conferência em Lausanne, é que o desejo da mãe é divergente. A tese que Jacques-Alain Miller sustenta em Lausanne é uma tese que consiste em dizer que o desejo feminino é divergente. Desse ponto de vista, Jacques-Alain Miller vai além da tese de Lacan.

Há pouco foi lembrado que – tomemos as coisas assim –, se a criança não satisfaz completamente o desejo da mãe, então a mãe é uma mulher.

Dizendo de outro modo, uma mãe é uma mulher se sua criança não é tudo para ela, se seu desejo se divide entre a criança e o homem. A questão que se coloca é a de saber em que medida o amor materno pode ser um obstáculo ao desejo da mulher. A resposta a essa pergunta, segundo Jacques-Alain Miller é, portanto, a divisão do desejo da mulher.

O desejo da mãe é dividido, a criança divide a mãe, diz Jacques-Alain Miller. Quando Miller fala da divisão do desejo desse ponto de vista, ele quer dizer que o sujeito do desejo é dividido. Quando diz que a mãe é dividida entre a mãe e a mulher, ele quer dizer que é o sujeito de desejo que é dividido. Essa é uma primeira vertente.

Há uma segunda vertente. Quando lemos atentamente o texto de Jacques-Alain Miller, percebemos que ele diz que é o desejo da mulher que é dividido.

Num primeiro tempo, ele diz que o desejo da mãe é dividido e, num segundo tempo, que o desejo da mulher é dividido. E, quando ele diz que o desejo da mulher é dividido, nesse momento sua tese implica em dizer que o objeto do desejo é dividido, o que não é a mesma coisa. O desejo da mulher, diz ele, é dividido entre o homem e a criança. O problema é esse e é sobre esse ponto, aliás, que ele termina sua conferência em Lausanne. O problema é que o amor da mãe se compartilha, o amor da que é, ao mesmo tempo, mãe e mulher. Por que isso é importante? É por causa do que está em jogo com relação ao valor. A meu ver, o verdadeiro problema colocado pelo falo é o problema do valor.

Quando Freud diz que o desejo de um homem se divide entre o objeto que ele ama e o objeto que ele deseja, Freud sugere, sem nos explicar verdadeiramente a razão, que o objeto de desejo é desvalorizado. Poderíamos interrogar Freud quanto a isso. Freud afirma que o homem é infiel, que o homem engana a mulher que ele ama com a mulher que ele deseja, ele quer dizer, com isso, que o desejo desvaloriza, enquanto que o amor valoriza. Estranho, não? Para Freud, o objeto de desejo é desvalorizado, e somente o amor valoriza, dá um valor ao objeto. Por que o desejo não valoriza o objeto?

É dessa dificuldade que Lacan trata em seu texto *A significação do falo*. Se tomamos as coisas pelo lado da mulher, o que Lacan diz nos *Escritos* é que, para a mulher, o desejo e o amor têm o mesmo objeto. Há, entretanto, um problema, visto que o desejo da mulher sabe encontrar no homem o significante do desejo. Ora, se ela ama um homem, é porque há alguma coisa que ele não tem – é esta a definição do amor. Uma mulher se endereça ao homem, o amor de uma mulher se endereça a um homem à medida que ele é privado de alguma coisa, à medida que alguma coisa lhe falta. O amor de uma mulher feminiza o homem que ela ama. A questão do valor se coloca também para a mulher. O homem, quando é desejado por uma mulher, é um homem, mas a definição do amor, para Lacan, implica que o homem, quando é amado, é uma mulher. É por isso que,

desse ponto de vista, o que uma mulher demanda a um homem é que ele fale com ela. E a tese de Lacan é que há apenas um ser humano que fala: a mulher. Um homem, quando fala, é uma mulher.

Vê-se bem que reencontramos a mesma dialética entre o mais e o menos no caso da mulher e no caso do homem. O desejo da mulher se divide, portanto, entre o homem e a criança, mas aí o problema se inverte, ou seja, o homem, então, não é tudo para uma mulher. E, frequentemente, isso angustia um homem.

Debate

Henri Kaufmann – Eu fiquei um pouco confuso no final da sua exposição. A respeito da divisão em *A significação do falo*, o senhor apontou o passo a mais que Miller opera. Agora, a divisão que Lacan coloca nesse texto, como o senhor mesmo apontou, é entre o desejo e o amor. À medida que o homem não é tudo para a mulher, não estaria aí a divisão entre o desejo e o amor? Por exemplo, o desejo por um filho e o amor por esse homem feminizado não seriam muito mais uma divisão entre o desejo e o amor do que uma divisão do desejo?

Pierre Naveau – Essa é uma questão paradoxal. Se eu lhes tivesse falado da divisão entre o amor e o desejo, não teria dito nada de novo, já que basta ler *A significação do falo* para se ter uma ideia da repartição entre amor e desejo. Parece-me que o passo a mais dado por Jacques-Alain Miller, em relação a Lacan, é mostrar que o desejo se divide e que o amor se compartilha. Nesse sentido, o amor não é exclusivo. Esse é também um problema tratado por Lacan quanto ao gozo feminino. Eu vou falar do desejo da mãe e do gozo do pai, mas haveria um outro tema que consistiria em opor o desejo do homem ao gozo da mulher. Lacan trata dessa questão em particular, num texto de 1972, cujo título é *L'étéourné*. Nesse texto sobre o gozo feminino, ele formula o problema assim: o que acontece quando a mulher quer ser a única para um homem? Querer ser o único ou querer ser a única não são a mesma coisa que querer ser todo ou querer ser toda. Parece-me que podemos, de fato, ter uma concepção da divergência de tal maneira que os dois termos dessa divergência sejam o amor e o desejo. Mas penso que damos um passo a mais se consideramos que a demanda é dividida e que o desejo também é dividido.

Celso Rennó Lima – Não sei se vou acrescentar mais um complicador, mas, no *Seminário Silet*, ao trabalhar a metáfora paterna, Jacques-Alain Miller traduz DM por gozo da mãe. No *Seminário V*, Lacan chama a atenção para o componente, muito importante, que é o capricho da mãe, que Miller também retomou, de alguma forma, no *Seminário Les us du laps*. Então, como se articularia essa

divisão do desejo da mãe e da mulher, com a introdução desse elemento que é o gozo feminino e que é um elemento importante?

Pierre Naveau – Sim, você responde bem à questão. O que divide o desejo é o gozo.

Luis Henrique Vidigal – Eu gostaria de saber se alguma coisa pode ser dita a respeito da operação analítica. Vamos dizer que, em relação à divisão amor e desejo, mais tipicamente masculina, a operação analítica iria no sentido de que não houvesse uma separação tão grande, de que a depreciação masculina pudesse, a partir da operação analítica, se colocar de uma outra forma, etc. Em relação à divisão do objeto ou do desejo da mulher, haveria alguma coisa que pudéssemos dizer sobre a operação analítica? No início desta nossa conversa, a minha impressão foi que a função da operação analítica seria efetivar a divisão.

Pierre Naveau – Eu falei da divisão considerando que ela é incurável. A partir do momento em que se fala de divisão, alguma coisa de real está em jogo. Com efeito, a causa da divisão do desejo é o gozo. De todo modo, em sua conferência, Jacques-Alain Miller considera que é preciso que haja essa divisão e que a operação analítica se fez, justamente, para consentir na divisão. Consequentemente, o psicanalista não é alguém que cura a divisão. Vê-se bem que o uso desse termo é feito para desestabilizar o homem, o sujeito masculino, porque é o sujeito masculino que tem dificuldade em aceitar a divisão. Penso que o ponto essencial da conferência de Jacques-Alain Miller em Lausanne é, justamente, o fato de colocar no primeiro plano a divisão, a aceitação da divisão pelo sujeito masculino. É esse ponto que é visado por Lacan no *Seminário Mais... Ainda*, quando ele fala do amor e do desejo e quando ele evoca a experiência de Kierkegaard com Regina. Em que medida um homem pode chegar a ser histérico? É esse o problema.

Cristina Drummond – Gostei muito quando o senhor falou da decepção e, particularmente, da questão da decepção na homossexualidade feminina. A minha pergunta é: o senhor poderia falar um pouco mais das consequências da posição do falô para a homossexual, a partir dessa decepção? O que acontece aí?

Pierre Naveau – Sim, você sabe tão bem quanto eu que Freud diz que a consequência da decepção é o que ele chama de desafio. O que mostra Freud, enquanto lido por Lacan, é que o desafio é endereçado ao simbólico, ao pai.

Quando Freud diz que o desafio é endereçado ao pai, o que ele quer dizer, na realidade, é que o desafio é endereçado “para-além do pai”: ele é endereçado ao simbólico. Há uma guerra entre a homossexual e o simbólico. Ela briga com o simbólico. Ela se serve do imaginário para se confrontar com o simbólico. Acho extraordinário o capítulo 11, que é o capítulo central de *A relação de objeto*, porque Lacan mostra que a decepção vem do simbólico. Há, aí, algo de contraditório: o que a criança quer não é que sua necessidade seja satisfeita – o

que ela quer é um signo. Um signo, ou seja, nada. O que ela quer é nada. O nada é o que ela demanda, mas, ao mesmo tempo, ela é decepcionada pelo nada. A anorexia é isto: ao mesmo tempo querer o nada e ser decepcionado pelo nada. É o problema que também se coloca quando um homem oferece um presente a uma mulher.

Jésus Santiago – Eu queria voltar a essa formulação que o senhor retoma desse capítulo essencial de *A relação de objeto*, aonde haveria uma reversão de uma certa concepção de sujeito. De início, teria a necessidade e depois, viria a demanda, o desejo. Quer dizer que, na verdade, o que conta é um certo apelo, uma certa demanda de um signo do Outro. Não teríamos, aí, uma certa dimensão primária do amor ao pai? Lacan não recupera isso no próprio Freud? No próprio Freud não haveria essa dimensão quase estrutural do amor ao pai?

Pierre Naveau – Sim, Freud fala do amor ao pai como sendo primordial, você tem razão, mas isso evidencia, justamente, a diferença entre Freud e Lacan. Pois, o que é amor? Vou dar um exemplo. Lacan começa seu *Seminário* sobre o amor escrevendo no quadro negro: *o gozo do corpo do Outro não é o signo do amor*. É a frase que ele escreveu no início do *Seminário Mais... Ainda*. A ideia de Lacan é que, para amar, é preciso falar; não há amor se não falamos. É por isso que é complicado para um homem, porque se ele ama, pois bem... é preciso que ele se canse, visto que o amor é isto: o endereçamento de um signo. É preciso, se posso dizer assim, que um homem se divida pelo signo endereçado à mulher que ele ama. Ora, Freud não havia dito isso assim. Freud falou do presente; ele falou muito do presente. Quanto a Lacan, ele não fala muito do presente. Ele fala do signo de amor. Para Lacan, uma palavra de amor é mais importante que um presente!

Lúcia Grossi – Só para terminar, quanto a isso que o senhor estava falando, a palavra seria, então, o signo de amor. O presente não seria, também, por meio do ato de presentear, um signo?

Pierre Naveau – De fato, essa é a questão. Lacan tratou disso com o sonho da bela açougueira. O marido quer lhe oferecer caviar, mas não é o que ela quer. A fórmula seria aqui: “Eu lhe peço para recusar o que lhe demando, porque não é isso”. A meu ver, é preciso tratar a questão a partir de cada caso particular. É complicado porque, se tomamos Lacan ao pé da letra, quando um homem faz o endereçamento de um signo de amor, ele é uma mulher. É isso que é complicado. É preciso, portanto, que haja os dois em um homem: é preciso que haja o desejo e o signo de amor. Se me permito, porque já estamos no final do dia, é preciso, ao mesmo tempo, $(-\phi)$ e $(+\phi)$.

Tradução: Yolanda Vilela
Revisão: Sérgio Laia

Pierre Naveau

NOTAS

¹ Conferência feita por ocasião da VI Jornada da Seção MG da EBP *A criança entre a mãe e a mulher*, realizada nos dias 10 e 11 de novembro de 2000. Texto em francês estabelecido por Yolanda Vilela e gentilmente revisado por Pierre Naveau.

² Trata-se do texto “A criança entre a mulher e a mãe”, apresentado em Lausanne.

O GOZO DO PAI E O DESEJO DA MÃE¹

Pierre Naveau

Atualmente, no âmbito da Associação Mundial de Psicanálise, interrogamo-nos sobre o que é o psicanalista. Quando nos referimos ao texto de Lacan que fala do psicanalista, em particular à *Proposição* de 1967, constatamos que Lacan tende a dizer que, no fundo, o único que pode ter o título de psicanalista é o que ele chama de “o psicanalista da Escola”. O que não quer dizer que não haja outros psicanalistas.

Em outras palavras, para Lacan, o que é o psicanalista pode ser apreendido somente no nível dessa função de psicanalista da Escola. Como vocês sabem, sem dúvida, o psicanalista da Escola é aquele que é assim nomeado após ter atravessado o que Lacan chama de “passe”.

Para nos atermos ao texto da *Proposição*, é no nível do que Lacan chama “psicanalista da Escola” que se pode apreender o que é um psicanalista. Ora, o analisando que pediu para entrar no procedimento do “passe”, fala da sua análise. É uma certa maneira de falar de sua análise que pode levar um analisando a obter o título de psicanalista. E, quando o analisando fala de sua psicanálise, acontece-lhe falar de sua infância. Minha questão, então, é: como alguém, que teve reconhecida sua função de psicanalista, fala de sua infância? Há, na literatura, um livro de James Joyce: *Retrato do artista quando jovem*. O que proponho aqui é “retrato do psicanalista quando criança”. De que maneira alguém, de quem se pode supor ter apreendido o que é a psicanálise, fala da infância? Como ele fala da criança que foi? Para responder a essa questão, vou me referir aos testemunhos desses analisandos reconhecidos como psicanalistas. Consequentemente, vou me referir a uma clínica muito íntima.

O problema do “passe” é um problema de legibilidade. É a uma “clínica do passe” que vou me referir e o problema que, de fato, se coloca é o da legibilidade desses testemunhos, ou seja, dessa “clínica do passe”. Uma colega AE² fez uma observação, nesse sentido, que me parece totalmente pertinente. Posso dizer seu nome, trata-se de Marie-Hélène Brousse. Ela observou que os testemunhos desses psicanalisandos, que se tornaram psicanalistas, concentram-se em uma ou duas cenas. E, frequentemente, são cenas que vêm da infância. Então, o que Marie-Hélène Brousse observou é que, para o analisando, essa cena ou essas cenas têm um valor importante e o valor dessas cenas, segundo ela, provém do fato de que elas têm um valor de gozo. Os “cartéis do passe” – que são

os júris que julgam, por assim dizer, a psicanálise dos candidatos ou das candidatas – perceberam que, quando o analisando fala dessas cenas, elas já perderam seu valor de gozo. Para dizê-lo em termos freudianos, essas cenas foram, do ponto de vista libidinal, desinvestidas.

Vou, portanto, me referir a quatro testemunhos para acentuar, desta vez, “o gozo do pai”. Não se trata de algo que eu estaria inventando completamente. Desejo interrogar-me sobre o fato de que, quando esses psicanalistas que se tornaram analistas falam dessas cenas, ou seja, dessas cenas centrais, decisivas, trata-se, frequentemente, do pai. Os testemunhos em questão são testemunhos que foram mais ou menos públicos, isto é, esses psicanalistas da Escola expuseram publicamente pelo menos uma parte desses testemunhos. Então, darei quatro exemplos: duas mulheres, dois homens.

Primeiro exemplo – Trata-se de uma mulher. Eis a cena: ela é criança e tem cinco anos. É acordada pelo barulho de uma briga. Sai de seu quarto e, na sala, ela vê não somente seu pai e a sua mãe, mas também uma outra mulher e um outro homem. Ela adivinha imediatamente que essa outra mulher é a amante de seu pai. Mas o que ela vê aterroriza: o outro homem está ameaçando seu pai com um revólver. No instante, então, em que se depara com essa cena, que a olha, ela é tomada por seu aspecto dramático. É somente no final de sua análise que essa analisanda se lembrará, de repente, que, no instante em que surpreendeu a cena, ela deu um grito.

Ela havia se esquecido dessa reação. Eu disse que ela havia adivinhado que essa outra mulher era a amante de seu pai, mas o importante é que, no instante em que chegou ao local do drama, ela não disse nada. Dizer alguma coisa naquele momento a teria levado, segundo ela, a trair, ou seja, a dizer o que ela adivinhara. Daí, a significação que a fala tomou para ela naquele momento. Falar é trair ou se trair. É por isso que, desde aquele momento, ela tomou uma decisão: de agora em diante, não falaria mais, pois falar é trair. Seu sintoma, a partir de então, foi o de se calar ostensivamente, em qualquer circunstância. Eis aí a cena e o sintoma.

O objeto da pulsão que deu valor de gozo à cena foi, portanto, o olhar. Ela viu seu pai vendo que ela vira o que acontecera. E o que contou essa psicanalista, essa analisanda que se tornou analista, é que ela se tornou esse olhar, identificou-se com esse olhar que, naquele instante, constituiu a marca do gozo do pai. O ser do pai estava nesse olhar, nesse “Eu olho”. O fato de que o olhar do pai tenha sido surpreendido por sua filha mostra que ela está implicada, ou seja, que se tornou esse olhar do pai que ela surpreendeu.

O gozo do pai está no fato de ser surpreendido traindo uma mulher, a sua mulher, mas não está somente no fato de ter sido surpreendido em companhia de outra mulher, a sua amante. Se a cena é sexual, é por causa da surpresa. A erótica do olhar se articula ao fato de que alguma coisa é percebida repentina-

mente. Alguma coisa, que não fora percebida antes, foi percebida naquele momento e naquele momento – isso é que é importante – o sujeito deixou de ser um sujeito. Uma vez que o sujeito se torna o olhar, ele se torna um objeto. Ele sucumbe ao objeto. Foi naquele momento que, sem saber, o sujeito se tornou o objeto do gozo do Outro, desse Outro que é o pai. De fato, para dizê-lo de maneira simples, o olhar, aqui, é isso de que goza o pai.

É preciso estar atento ao tempo. Só há uma cena, porque a cena é surpreendida. Só há uma cena, com seu valor de gozo, porque a criança a surpreende; somente porque, *a priori*, a criança parece inocente. O adulto é que é culpado. Mas, justamente porque a criança surpreende a cena, ela perde a sua inocência. Consequentemente, inocente ela não é, já que, numa certa medida, sua curiosidade é a causa da cena que se produziu. Logo, a criança não é inocente; ela é culpada, pois o fato de entrar na sala é o que faz o escândalo estourar.

Ontem, Ana Lydia escrevia no quadro “criança = falo”. Pois bem, nesse caso, a criança é o olhar. Ela vê o que não deve ser visto, o que não deveria ter visto.

Se eu falei da curiosidade da criança, não é porque isso é um defeito. Ela é curiosa porque vê. A curiosidade é o efeito do olhar. Portanto, não se trata de chamar a criança de malvada, de curiosa. A cena é a causa de sua curiosidade. E o que podemos dizer é que essa é uma cena interdita. Aliás, essa cena permaneceu interdita, pois se a criança ouviu gritos, se ouviu o barulho de uma briga, ela não sabe o que os quatro protagonistas do drama estavam se dizendo. Ela não o soube, ela não o saberá jamais. A cena que estava se desenrolando permanece interdita para sempre.

Como vemos, é o caso de dizer, o que estava em questão era o gozo do pai – pelo menos é o que diz essa analisanda que se tornou analista. O pai tinha uma amante, portanto ele enganava sua mãe.

Na realidade, por meio de seu sintoma – calar-se para não trair –, o sujeito tomou posição em relação ao que podemos chamar de confissão do pai. Quer o pai o queira ou não, a partir do momento em que a cena foi surpreendida pela criança, é como se, naquele momento, precisamente, ele tivesse confessado o seu gozo. A analisanda em questão insistiu muito sobre o tema da traição. Ela decidiu não falar para não trair.

Durante uma guerra, pode-se encontrar uma situação em que um resistente, mesmo sendo torturado, não fala para não trair. Nesse momento isso corresponde a uma atitude de coragem. Ora, o que essa analisanda teve a coragem de enfatizar é que há uma oposição, uma antinomia entre o fantasma e a coragem. Desse ponto de vista, a criança está do lado do fantasma. Dizendo de outra maneira, a criança não está do lado da coragem – coragem, aqui, sendo a coragem de dizer, a coragem da enunciação.

Se, ao contrário, o sujeito tivesse decidido falar, ou seja, se ele tivesse gritado “mas é a amante de papai!”, ele teria deixado de ser uma criança. Sua infância teria sido perdida.

O sujeito em questão enfatizou que o fato de ser o objeto do gozo do Outro tem como consequência uma posição de passividade. E, como vemos, ela diz que, sem saber, decidiu calar-se. O fato de dizer que há uma decisão de sua parte mostra, desse ponto de vista, que ela foi ativa. É algo que Lacan enfatiza – o sujeito é ativo quando ele toma uma posição passiva. É por isso que Lacan não concorda com a equivalência da posição feminina com a passiva e da posição masculina com a ativa. Se existe alguém ativo, esse alguém é a mulher. É isso que Lacan observa.

O que quer dizer cair numa posição passiva quando se trata de uma criança? Pode-se dizer que o sujeito cai numa posição passiva quando ele sustenta a causa do objeto. E, na cena que eu trouxe, o objeto em questão é o olhar. Em suma, se entendi bem o que esse exemplo mostra, o objeto olhar tomou, na cena da surpresa, o lugar da palavra, da enunciação, isto é, do fato de dizer. Há alguma coisa aí que diz respeito à infância. Quando alguma coisa a ofende, a criança não diz nada. Uma criança é isso. O traumatismo só tem sentido quando relacionado ao fato de a criança não dizer nada. Ela é ferida pelo que vê, ela não diz nada, ela não pode dizer nada ou não quer dizer nada. É por isso que há um problema com a criança.

Um problema de passagem ao ato. Uma coisa muito importante é que o “cartel do passe” considerou que, de fato, essa analisanda poderia ser reconhecida como psicanalista, porque ela disse ter se lembrado, no fim de sua análise, que havia gritado. Foi somente no final de sua análise que ela se deu conta de que o objeto olhar teve, para ela, a função de lhe fechar a boca: o olhar abafou o grito. Ou melhor dizendo, foi no fim de sua análise que a analisanda se deu conta de que ela havia reencontrado a palavra. Essa analisanda teve, portanto, a coragem de reconhecer que a covardia moral é o índice do fantasma.

O corajoso, nessa analisanda, é mostrar que o fantasma deve ser confrontado com a ética. Se a ética do psicanalista é o silêncio, a ética do sujeito responsável é, ao contrário, a palavra. Essa analisanda corajosa denunciou a cumplicidade que há entre o fantasma e a covardia moral. A evocação dessa cumplicidade entre o fantasma e a covardia permite compreender por que há uma relação entre posição passiva, tal como a defini há pouco, e posição depressiva. Há, na inércia do fantasma, alguma coisa que leva à depressão, porque a tendência do fantasma é condenar o sujeito, que defende a causa do objeto, a uma espécie de desafio. O fantasma vai em direção a esse desafio, que poderia se exprimir nesta proposição: “Eu não quero dizer”. No caso em questão: “Eu não quero dizer, para não traír, ou seja, para não confessar”.

Dizendo de outra maneira, é o que esse exemplo tem de notável, como Freud diz no final do caso de Lucy R.: a covardia moral é estrutural. A covardia moral se manifesta quando o sujeito sucumbe ao objeto. Nessa cena, o olhar levou vantagem sobre o sujeito dividido: $a > \$. O objeto olhar foi mais forte que$

a criança. A criança poderia lutar contra o olhar, mas o olhar foi mais forte. Onde se encontra o sujeito? A experiência do “passe” permite responder a essa pergunta. O que permite situar o sujeito é esse ponto de inércia do fantasma. É nesse ponto que o sujeito está fixado; é por isso que ele pode ter a impressão de ser prisioneiro do fantasma.

Segundo exemplo – É também um exemplo de um sujeito feminino. Eis a cena: ela é criança, tem cinco anos. Começa a tossir e se sufoca com sua língua. Seu pai, então, enfia o dedo em sua boca. Ela o morde. A essa analisanda foi reconhecida a função de psicanalista. Os colegas que estavam em Buenos Aires, em julho, ouviram essa AE relatar o caso.

Segundo ela, a mordida remete à morte. Encontramos o mesmo problema que no caso precedente, o problema da mortificação – foi assim que essa AE se exprimiu. Por que o sujeito, nessa cena, sentiu-se mortificado? Seu pai lhe salva a vida, mas, para lhe salvar a vida, durante um instante, ele faz de sua filha um objeto. Eu dizia, há pouco, que o sujeito havia caído no buraco do olhar. Pois bem, nesse segundo exemplo o sujeito caiu no buraco da mordida, se posso dizer assim. Ao mesmo tempo em que o pai enfia o dedo na boca da criança, ele lhe fecha a boca. É nesse sentido que a criança se torna um objeto. Naquele instante, de fato, a criança não pode dizer nada, ela não diz nada, ela morde. O fato de não dizer nada está implicado no fato de não poder fazer outra coisa a não ser morder. No primeiro exemplo, o sujeito é levado a olhar e no segundo, o sujeito é levado a morder.

Seu pai salvou-lhe a vida. Assim, ela se identificou com o ser que, pela sua intervenção, lhe salva a vida. E, como a AE em questão disse em Buenos Aires, foi por isso que ela se tornou médica.

Terceiro exemplo – Ele é criança. Tem cinco anos. Está brincando. Ouve seu pai cantar e tocar piano. Um amigo de seu pai, que toca violino, está de pé ao lado do piano e escuta seu pai. Esse analisando, que se tornou analista, disse que a criança que estava brincando no chão é, naquele momento, essa voz. “Ele é a voz”. No primeiro exemplo, uma menina “é o olhar”, no segundo, a outra “é a mordida” e nesse terceiro exemplo – foi ele que disse, não sou eu que invento – ele “é essa voz”.

Ele é impressionado e capturado por essa voz que canta. É muito importante que esse sujeito tenha enfatizado que ele não ouvia a letra da música, que ele ouvia somente a voz. Foi naquele instante que, de fato, ele se tornou essa voz, que se identificou com ela. E é notável que justamente esse psicanalizando tenha dito que as palavras que seu pai estava cantando, ele as ouviu como se fossem uma língua estrangeira. Seu pai lhe dissera: “Meu filho, você será médico”. Mas, ao contrário da mulher da qual falei há pouco, ele não se tornou médico.

Essa cena de sua infância saiu do esquecimento no momento em que ele se perguntava por que havia escolhido viver entre duas línguas: a língua espa-

nhola e a língua francesa. Às vezes, acontece-lhe ter a impressão de não saber qual é a língua que ele fala, de não compreender a língua que fala. Assim, um dia, em sua análise, não teve outra escolha a não ser perguntar ao seu analista: “Senhor, diga-me, qual é língua que eu falo?” Essa interrogação quanto à língua que ele fala foi esclarecida quando a lembrança daquela cena lhe veio à memória. Ele não sabia mais que língua falava porque ele era a voz do pai.

Nessa cena, o sujeito da enunciação, ou seja, o sujeito da fala, caiu no buraco que havia sido aberto pela voz. E, observaremos, ele estava sem voz para falar – é esse o índice do fantasma. Ele havia perdido a voz, pois ele era a voz do pai. Ele tinha se tornado o objeto do gozo do pai naquele momento. Ele não dizia nada. Portanto, o gozo do pai toma corpo nessa voz, no instante em que a criança é capturada por ela. Como Celso Rennó Lima disse, não há muito tempo, a voz é a língua estrangeira.

Quarto exemplo – Trata-se de um homem. É criança e tem cinco anos. Seu pai o leva ao museu. Seu pai lhe fala e lhe explica um quadro. A criança não entende nada. É como se o pai lhe falasse em uma língua estrangeira. Ele não ouve senão a voz de seu pai. Seu pai goza ao lhe falar. Ele é o objeto do gozo de seu pai. Ele é essa voz que lhe fala em uma língua que ele não compreende. Ora, precisamente naquela época, seu pai o ensina a recitar poemas, a ler fragmentos de textos literários em voz alta. Seu pai o ensina a pontuar a sua leitura, a dar-lhe a entonação necessária, ou seja, a mudar, quando for preciso, o tom da voz. Ele o ensina a não forçar a voz.

A criança acabara de passar a manhã com seu pai no museu e de volta para casa, para o almoço, é surpreendida: de repente, o pai começa a falar com a mãe em um tom agressivo. A sensibilidade da criança é ofendida. Não entende como esse pai, que o ensina a utilizar o justo tom, pode falar assim com sua mãe. Sua mãe é visivelmente ofendida pelas palavras do pai. A mãe e o pai acabam brigando. Mas o objeto da briga é a irmãzinha desse menino – ela está aprendendo a ler e a escrever. As coisas vão mal na escola. A professora considera sua irmã má aluna.

Dez anos depois, a cena se passa à mesa, na cozinha. Dessa vez, o pai fala com a irmã. O pai e a irmã falam de um tema de dissertação. Não é com o menino, que se tornou adolescente, que o pai fala. Esse menino sente que a irmã se tornou o filho preferido do pai. O menino tem ciúmes de sua irmã. No entanto, quando está sozinho com o filho, o pai diz que gosta de lhe falar, que gosta de conversar com ele. Esse privilégio, que lhe é concedido pelo pai, é confirmado pela mãe. Ela diz a seu filho que o pai gosta de conversar com ele. Mas, por causa do que acontece à mesa entre o pai e a irmã, ele não acredita nisso, nesse privilégio que lhe é concedido.

Ele decide, então, não mais dirigir a palavra ao pai. Decide nada dizer. É o índice do fantasma. Ou melhor, a coisa poderia ser dita da seguinte maneira:

ra: ele diz *nada*. Uma tal atitude de abstenção, da parte desse menino, agora um adolescente, torna-se um sintoma. Esse sintoma, ao “dizer nada”, é como aquele da anoréxica, que, por sua vez, sofre de um sintoma que é “comer nada”. Ele acredita que seu pai não o ama e, sendo assim, tudo está dito, não há mais nada a dizer.

O gozo do pai está, portanto, nesse privilégio que ele concede àquele ou àquela que toma parte numa conversa com ele, e que se torna seu interlocutor privilegiado ou sua interlocutora privilegiada. Esse sujeito está preso num fantasma que o leva, sem parar, a recorrer a esse privilégio, que é concedido pelo pai durante uma conversa. A quem você fala? Quem você prefere? Quem você quer privilegiar com isso?

Como constatamos, essa criança está nas mãos do pai. É nesse sentido que a criança é o objeto do gozo do pai, no ponto exato em que ela se identificou com essa voz que lhe fala e que, como na experiência anterior, é vivida por ela sob a forma de uma incompreensão. Ela não compreende a língua que essa voz fala... Mas posso indicar que a identificação com essa voz fez com que, por exemplo, no colégio, os professores a escolhessem quando se tratava de ler um texto em voz alta.

Quatro casos, quatro exemplos que indicam claramente, parece-me, que se trata de quatro casos de perversão, no sentido que Lacan escreve esse termo: “pai-versão”, ou seja, “versão em direção ao pai”. Está indicado aí que a criança, num certo momento, não pôde fazer nada além de se voltar para o pai. Nesse momento, de fato, a criança agarra alguma coisa do gozo do pai, isto é, ela se apodera de um pedaço do gozo do pai. Lacan diz que, nesse momento, quando a criança está nesse movimento de amor em direção ao pai, ela é seduzida pelo pai. É uma outra maneira de falar do que era a tese de Freud, em 1895, sobre a sedução pelo pai. Desse ponto de vista, o amor pelo pai é uma doença.

Debate

Luis Henrique Vidigal – Para iniciar, gostaria, se possível, de uma pequena precisão. Talvez isso apareça mais no primeiro e no último caso, ou seja, essa relação do sujeito com o gozo do pai, como se alguma coisa do sujeito interferisse no gozo do pai. No primeiro caso, saber da amante e, no último, saber da preferência do pai. Daí, o sentimento de culpabilidade e, nos dois casos, a decisão de se calar como uma estratégia de preservação do gozo do pai. É isso que eu gostaria de ver esclarecido: culpabilidade e preservação do gozo paterno.

Jésus Santiago – Há uma questão que me chamou a atenção, porque, nos dois primeiros casos, é bastante evidente. Principalmente no primeiro, onde a criança, de alguma forma, carrega um saber, vai em direção àquela situação em que se apresenta o gozo do pai e o interpreta, não sem surpresa!

Pierre Naveau – A questão tem como objeto a culpabilidade e a inocência. Para Lacan, é esse o ponto delicado: sou culpado porque sou responsável até pelo saber inconsciente. Isso pode ser deduzido do que Freud disse. A criança torna-se culpada a partir do momento em que ela sabe. Desde o momento em que a criança tem uma ideia do que é a sexualidade, ela perde a sua inocência. Isso é freudiano. Parece-me que os testemunhos desses AE trazem uma nova luz sobre a questão da culpabilidade. Uma operação se efetua quanto à relação entre o saber e o gozo. Basta, para isso, que a criança encontre o objeto da pulsão. É aí, parece-me, que Lacan traz algo de novo. Do ponto de vista de Lacan, com efeito, o primeiro sujeito do qual falei é responsável por seu encontro com o olhar, mesmo se ele é surpreendido. Vocês podem ficar surpresos, mas isso implica dizer que, em suma, a criança é responsável pelo traumatismo.

Em compensação, há proximidade entre Freud e Lacan quanto à questão do silêncio. É também o que Jacques-Alain Miller tinha sublinhado quando falou do fantasma. O que sustenta o fantasma é, de todo modo, o “eu não digo nada”. É aí que sou culpado. Sou culpado por nada dizer. Isso é também verdadeiro para o psicanalista. Se, num dado instante, eu não digo alguma coisa, ninguém pode dizer em meu lugar. Se há alguma coisa a ser dita naquela situação, não posso fazer outra coisa a não ser dizê-la, se sou responsável. É por isso que se poderia dizer que o nascimento do fantasma coloca um problema ético, é o drama da criança. É isso que eu quis enfatizar.

A fórmula utilizada por Jésus parece-me muito acertada, ou seja, o sujeito surpreso interpreta o gozo do pai.

Bernardino Horne – Achei muito interessante esse trabalho, digamos, sobre o lugar do fantasma. Destacaria um outro trabalho de Pierre Naveau, *O fantasma mente*, que tem sido importante no Brasil, e particularmente na Bahia, nós o temos estudado bastante. Minha pergunta se dirige ao empuxo à depres-

são, à covardia moral que implica o fantasma. Tenho pensado isso também como um empuxo à mania, considerando que a mania é uma mentira, é um não-saber e tem algo a ver com a identificação ao pai, ao pai gozador da horda primitiva freudiana que, morto, torna-se objeto de uma identificação na mania, na festa maníaca. Será que essa ideia tem sentido? O que lhe parece?

Simone Souto – Chamou-me a atenção, principalmente em dois casos que o senhor citou, uma relação que podemos fazer entre o gozo do pai e a falta – uma falta que esse pai comete. No primeiro caso, porque o pai tem uma amante e, se não me engano, no terceiro, porque o pai fala à mãe em um tom que não é adequado. Gostaria que o senhor comentasse um pouco essa relação do gozo do pai com uma falta do pai.

Fabiola Botelho – Desde ontem, a partir de sua conferência, fiquei com a questão do que é ser criança. Hoje me pareceu que essa questão foi esclarecida no sentido de pensarmos a criança como esse objeto do gozo do Outro, sujeito que, ao ser magoado pelo Outro, não diz nada, sujeito seduzido pelo pai. A questão que pensei é: poderemos dizer, então, que, na análise, só chegam crianças?

Ana Lydia Santiago – Chamou-me a atenção um outro ponto também da sua conferência: em todos os casos, em todos os exemplos citados, nos quatro exemplos, a cena foi isolada, aos cinco anos de idade. A minha questão é em torno disso. Poderíamos, então, considerar que esses cinco anos, esse tempo da cena coincidiria, de uma certa forma, com o fim do tempo da criança como perverso polimorfo? Considerando que a criança começa a se perguntar sobre a origem dos bebês e constrói suas teorias, pergunto-me se essa cena aconteceu no momento em que nenhuma dessas ficções daria conta, exatamente, desse ponto de real, exceto a fantasia. A fantasia estaria para além de todas essas construções. E, para além também desse falo imaginário, a criança teria que apreender sua posição de objeto referida ao gozo do pai.

Sérgio Laia – Bom, uma vez que o senhor começou dizendo que faria uma espécie de retrato do psicanalista quando criança, ocorreu-me uma outra questão que Lacan, por exemplo, coloca no *Seminário* sobre Joyce, a propósito da diferença entre os analisantes que se dirigem ao tratamento para poder falar da sua infância, e o tratamento que, por exemplo, um artista, no caso Joyce, daria a esse mesmo tipo de material. Então me ocorreu, já que houve também, da parte do senhor, essa menção ao artista, perguntar qual é o estatuto que a lembrança da infância adquire por ocasião do “passe” e em que ele difere do que acontece ao longo das análises.

Pierre Naveau – Vou retomar as perguntas no desenvolvimento de minha exposição. Não vou, portanto, responder na sequência. Acredito que, de fato, é preciso começar a falar disto: se há um problema, é porque a criança

encontra alguma coisa que não se pode dizer. É o que Lacan chama de real. De fato, há que se refletir sobre “o que não se pode dizer”. É por isso que, com efeito, a questão de Ana Lydia permite-me precisar alguma coisa: há uma diferença entre as fantasias – no plural – e o fantasma.

O fantasma é algo que se constrói por uma maneira de falar. Eu não sei, no início de minha análise, qual é o meu fantasma. É isso que é surpreendente: o fantasma é alguma coisa que vai se dizer pelas falas do analisando. Isso permite responder à questão de Sérgio Laia. Vemos que, na realidade, esses testemunhos mostram que a cena não é a mesma coisa que uma lembrança de infância. Vemos que a cena é algo que, como o fantasma, foi aos poucos evidenciada, ou seja, é o resultado de uma operação de redução. É o que fazia com que Marie-Hélène Brousse falasse em *épure*, em uma espécie de croqui, isto é, de alguma coisa que vai aparecer ao final de um certo tempo.

Por exemplo, em *Um retrato do artista quando jovem*, Joyce escreve que, um dia, ele ficou completamente tocado quando se encontrou na presença de seu pai em um café. Assim, ele conta uma cena na qual seu pai está falando com seus amigos em um *pub*. É a partir daí que a cena se constrói, isto é, ele dá verdadeiramente a impressão de que, simplesmente contando a cena, ele revela que seu pai não é um pai. É isso: ele conta uma cena a propósito de seu pai, mas não diz nada sobre o pai; não diz nada além, ele simplesmente conta. Mostra-nos, então, que, para ele, o pai está “forcluído”. Assim, chegamos ao que nos permite opor a cena e a lembrança de infância. Há, portanto, alguma coisa da ordem de uma construção da cena.

Com efeito, são sempre crianças que vêm para a análise e é por isso que não há psicanálise de criança. Não há especificidade de psicanálise da criança. Não se pode dizer: “eis aí um psicanalista de criança!”. Todos os psicanalistas são psicanalistas de crianças. E, a meu ver, não se deve fazer da psicanálise de criança uma especificidade.

Em compensação, o que me parece, de fato, ser uma boa questão é interrogarmo-nos sobre o que é uma criança. Vemos, por meio do que foi dito durante esses dois dias, que uma criança é uma criança, mas pode acontecer de uma criança não ser uma criança. Ela pode ser um “cachorro”, um “estrupício” – vários outros termos foram igualmente utilizados. E, nessas circunstâncias, ela não é uma criança. Uma criança só existe em relação a uma situação, ou seja, a uma temporalidade. Do ponto de vista da psicanálise, é sempre em um determinado instante que houve uma criança. É por isso que não se pode abordar uma criança da mesma maneira do ponto de vista da psicologia, da sociologia, da psicanálise ou da história. Uma criança é alguém que, num certo momento, se revelou ser o objeto do gozo do Outro, uma criança é alguém que foi ferido, foi ferido pelas palavras. Acredito que esse é o verdadeiro traumatismo: uma criança é ferida por palavras que lhe são ditas. Com efeito, o avesso da sedução pelo pai é

a criança ferida, é a criança ofendida. Por isso, uma outra maneira de abordar o gozo do pai é evocando a falta do pai, desde que se interprete essa falta. A falta do pai é que ele se encontrou em uma posição em que não disse alguma coisa, seja porque ele nada disse, seja porque ele não disse alguma coisa de boa maneira, por exemplo, num certo tom. Um psicanalista é alguém que deve se esforçar, que deve fazer o esforço de dizer o que deve ser dito no momento em que é preciso dizê-lo. O que podemos notar, para evocar a questão de Bernardino Horne, é o que Lacan disse em *L'Étourdit*: quando o psicanalisando chega a falar do fantasma, isto é, no momento em que o atravessa, o analisando muda de humor e vive essa travessia de maneira maniaco depressiva.

Bernardino tem razão: é preciso falar do fantasma em termos de depressão e de mania ao mesmo tempo. E, a que eu saiba, isso não tem sido feito.

Samyra Assad – Embora haja a particularidade de cada caso que teria produzido um analista no final da análise, poderíamos extrair, dos quatro testemunhos, de certa forma, o sintoma de “se calar”. O tornar-se analista teria sido um modo de saber como fazer com esse sintoma?

Lúcia Grossi – O segundo caso, o caso da mordida, foi colocado de uma maneira bastante concisa e interessante, mas me escapou um pouco como se deu essa passagem da mordida para a morte, no sentido de que a mordida é uma reação também dessa menina a esse pai que tenta salvar-lhe a vida. Ela é surpreendida – acho que é um termo importante que aparece nos quatro casos – e a surpresa, para Freud, é a reação típica ao trauma. Mas aquela menina, de alguma maneira, reagiu...

Pierre Naveau – Em Buenos Aires, essa AE foi ao quadro e escreveu: “eu mordo/eu morto”.³ Em francês, é claro. Foi, portanto essa AE que explicou que houve, para ela, uma equivalência entre esse “eu mordo” e o “eu morto”. Se ela morde, está morta, no sentido de que ela não fala. Logo, como sujeito da enunciação, ela está esmagada pela mordida. Por exemplo, quando as crianças brigam, elas se injuriam, se insultam. Depois, têm a impressão de que isso não foi suficiente e, nesse momento, há uma que morde a outra. Dizem, aliás, que são as meninas que mordem mais. De fato, se “eu olho”, se “eu mordo”, se “eu sou a voz”, pois bem, nesse momento aí, o “Eu” da fala está morto, a fala está esmagada pelo objeto. No que diz respeito ao fato de se calar, o que essas cenas mostram, o que esses fantasmas mostram é que, justamente, se o sujeito se cala, é porque reage como uma criança, ou seja, não sabe como lidar com seu sintoma. Quando o sujeito se encontra numa situação difícil e diz o que se deve dizer, diz alguma coisa, nesse momento ele começa a saber como fazer com seu sintoma.

E, de fato, é o que eu dizia, um modo pouco irônico: um psicanalista é alguém que diz alguma coisa quando se encontra numa situação difícil, o que

Pierre Naveau

é um paradoxo, já que, em geral, o psicanalista se cala. Parece-me que saber se virar com seu sintoma não é estar nessa posição de covardia moral que o fantasma implica. O que tentei mostrar hoje, mas apoiado no que disse na primeira conferência, é que a condição para poder se virar com seu sintoma, a condição para dizer alguma coisa, mesmo quando nos encontramos numa situação difícil, é ter deixado o pai. O que está em questão aí é o que Jacques-Alain Miller chama de “o para-além do pai”. Eu quero dizer que não se deve permanecer seduzido pelo pai, é preciso ir além da sedução pelo pai. Enfim, é preciso dizer-lhe adeus.

Tradução: Yolanda Vilela
Revisão: Sérgio Laia

NOTAS

- ¹ Conferência feita por ocasião da VI Jornada da Seção MG da EBP *A criança entre a mãe e a mulher*, realizada nos dias 10 e 11 de novembro de 2000. Texto em francês estabelecido por Yolanda Vilela e gentilmente revisado por Pierre Naveau.
- ² AE é a sigla para Analista da Escola, ou seja, para o título que Lacan designou.
- ³ Há, em francês, uma homofonia entre *Je mords* (Eu mordo) e *Je mort* (eu morto).

A CRIANÇA SEM INFÂNCIA¹

Pierre Naveau

Neurose, perversão, psicose. Minha primeira intervenção referia-se à criança neurótica, a segunda refere-se não à perversão, mas aos traços de perversão. A evocação do desejo da mãe levou-me a enfatizar a divisão do desejo. Para concluir a primeira intervenção, retomei a expressão que Lacan utiliza no *Seminário XX: o signo de amor*. O signo de amor é alguma coisa que preocupou muito Lacan. O que posso simplesmente indicar, nesse momento, é que, para ele, o signo de amor é uma articulação. Durante a segunda conferência, evoquei o gozo do pai – o gozo do pai que toma corpo quando o sujeito encontra o objeto da pulsão. Concluí a conferência sobre o que proponho chamar de “coragem da enunciação”. Cabe-me, agora, evocar a criança psicótica.

Refleti e, finalmente, resolvi evocar minha própria experiência, uma experiência que consiste em entrevistar crianças psicóticas, com um público. É o que chamamos de “apresentação de pacientes”. A pergunta é: o que acontece com o desejo do psicanalista, quando ele encontra uma criança psicótica nessas circunstâncias? Intitulei minha exposição *Contra a parede*. Como desejo evocar a apresentação de pacientes com crianças e, particularmente, com crianças psicóticas, darei, logo de início, um exemplo, a fim de que vocês tenham uma ideia sobre a atmosfera na qual se desenvolve uma tal experiência. Assim, vocês poderão compreender por que intitulei minha conferência *Contra a parede*.

Contra a parede:

A apresentação de pacientes e a responsabilidade do psicanalista

Introdução

O pega-bobo

A criança, um menino de nove anos, escreve sobre uma folha de papel. Ele diz bem alto o que escreve: “que desastre! Não. Nada mesmo...” O analista, que o interroga, se espanta: “o que está acontecendo?” A criança levanta a cabeça da folha de papel e começa a falar, sem escrever: “de que maneira... de que maneira... desse bobo, desse pega-bobo... nunca... nunca... pega-bobo, pega-bobo, pega-bobo...” O analista a interrompe: “você pode me explicar isso? O que

é um pega-bobo?” A criança continua falando como se não tivesse ouvido a pergunta: “De que maneira... Nunca mais... Pega-bobo...” Ela parece se fazer de surda.

O Outro não existe. O laço com o Outro foi rompido. O psicanalista, no entanto, insiste: “o que é um pega-bobo?” A criança não responde. Parece que sua fala, se existe fala, muda de registro, já que ela diz: “dizer, dizer; acalmar; vai te acalmar”. A que remete esse “vai te acalmar!”? Seria uma expressão endeçada ao analista? Ou somente o eco de alguma coisa que a criança ouviu dizer ou que lhe foi dita? Como saber disso? Estamos confrontados com o puro equívoco. Quebrá-lo, querer decidir por um lado ou por outro, é impossível. Quem se aventurasse a querer dizer mais do que isso, deliraria.

O analista, porém, não desiste: “por que você diz: ‘vai te acalmar!’? Você pode desenhar um pega-bobo?”

Não é a criança que pede ao adulto, como o Pequeno Príncipe: “desenhe-me um carneiro”. Aqui, é o adulto que pede à criança: “desenhe-me um pega-bobo”. Um tal pedido não provoca nenhum espanto na criança. É como se nada pudesse surpreendê-la. A criança replica: “maneira de dizer...” Esse sintagma é um verdadeiro enigma. O Outro, que o ouve, não entende a significação desse grupo de palavras. O bobo é o auditor. O analista tenta não perder o fio desse diálogo de surdos: “maneira de dizer? O que você quer dizer com isso? O que é um pega-bobo? Como é que se pode dizer isso?”

Dessa vez, a criança rompe, se posso dizer assim, com a posição que havia sido a sua até então. Ela se põe a cantar. “é uma canção que você está cantando?”, pergunta o analista. A criança, então, diz: “são e salvo”. Ele estava são e salvo”. Isso não tem pé nem cabeça. Será que teria a ver com o fato de que o menino quase morreu ao nascer? O analista se esforça para manter uma aparência de relação, de troca, de diálogo com a criança: “pois, então..., fale comigo; sim, diga-me. Ele estava são e salvo. Quem é esse ‘ele’? De quem você está falando?” A criança, então, exclama de maneira surpreendente: “quem é você?”

O auditor, que ouve essa questão e que, ao mesmo tempo, não entende nada, tem a impressão de que se trata de uma espécie de questão em si mesma. Mais uma vez, é impossível dizer a quem isso concerne. Estamos na ordem do equívoco. Não se sabe de quem se trata. O analista pode apenas retomar, como um eco: “quem é você?” Relativamente ao que seria, caso se queira utilizar essa metáfora, o combate liberado de sua capacidade de compreender, o analista é remetido às tramas de uma incompreensão, de uma radical impotência para compreender. “quem?”, pergunta ele à criança, como se estivesse já exausto para prosseguir no combate. A criança, então, diz simplesmente: “ele”. Lembremo-nos de que, há alguns instantes, o analista havia lhe perguntado: “você disse: ‘ele estava são e salvo’. Quem é esse ‘ele’?” Quando a criança disse “ele”, estaria fazendo eco àquela questão?

Novamente: como saber? Não sei se minha impressão é partilhada, mas me parece que esse fragmento de tentativa de conversa com esse menino de nove anos mostra que, para ele, não há laço social.

Como caracterizar a atmosfera na qual se desenvolve uma tal tentativa de conversação? Pergunto-me se concordariam comigo em dizer que ela pode ser caracterizada com a ajuda desse título que Jacques-Alain Miller deu ao extraordinário artigo que abre o n° 23 da revista *La cause freudienne* – “Clínica irônica”. Cito uma passagem desse artigo, que se encontra à página 7: “o que diz a ironia? Ela diz que o Outro não existe, que o laço social é, no fundo, uma escroqueria, que não há discurso que não seja da ordem do semblante”. Será que, desse ponto de vista, ou seja, do ponto de vista da clínica irônica, a apresentação de pacientes, e particularmente de crianças psicóticas, não passaria – basta retomar aqui o termo da própria criança – de um pega-bobo?

Chamo a atenção para a etimologia indicada por Bloch e von Wartburg: *nigaud*, “bobo”, vem de “Nicodemo”. Nicodemo é um fariseu que colocou questões ingênuas para Cristo. Esse nome próprio tornou-se um nome comum. Considerando que estou em Bordeaux, citarei, de bom grado, esta frase de um romance de François Mauriac: “Diante de minha expressão abatida, Camille me chamou de Nicodemo”. Nicodemo, *nigaud*, *niais* são, portanto, sinônimos. Nicodemo se transformou em *nigaud*, mas, também – eu o assinalo de passagem –, em *niquedouille* (tolo).

Percebe-se, a partir do fragmento dessa apresentação de pacientes, que os auditores é que são, de fato, pegos, e que são eles que, se me permitem a expressão, não entendem nada. Poderíamos dizer: aquele que queria pegar acabou sendo pego.

Primeira observação

A questão da pergunta

Para que se entenda o que quero dizer quando recorro a uma formulação tão paradoxal assim, proponho um outro fragmento de uma apresentação de crianças. Trata-se de um menino que também tem nove anos. O analista interroga a criança: “qual é o trabalho da sua mãe?” A criança: “avião.” O analista: “o que ela faz nos aviões?” A criança: “ela enxuga”. O analista: “ela os enxuga? Por que ela enxuga os aviões?” A criança: “eu não sei.” O analista: “qual é o nome de sua profissão?” A criança exclama: “eu vou explodir sua cabeça.”

Impossível não ficar surpreso: o que acontece com ele, de repente? Que bicho o mordeu? O analista estava simplesmente lhe perguntando qual era a profissão de sua mãe, e eis que ele fica enfurecido e profere ameaças. Logo, o que aconteceu?

O sujeito em questão

O analista é levado a fazer perguntas. Ele, de alguma maneira, faz isso por si. Não pensamos nisso, mas já nos perguntamos o que é uma questão para uma criança psicótica? “O que é um pega-bobo?”, perguntava, há pouco, o analista. Mas, “o que é uma questão?”, poderia lhe ser retornado. Não seria importante enfatizar o fato de que a questão não tem a mesma função na neurose e na psicose? Há uma clínica diferencial da questão, assim como há uma clínica diferencial da resposta.

O sujeito, na neurose, se coloca uma questão – ele “é” essa própria questão. O sujeito é o que implica “a demanda onde ele se apresenta”, diz Lacan, à página 230 dos *Escritos*, num texto curto que se intitula *Do sujeito enfim questionado*.³ Como indica Lacan à página 819 da edição francesa dos *Escritos*, a pergunta que o sujeito neurótico faz ao Outro é esta: “o que sou?” Logo, o que é o sujeito para o Outro? Tal é a questão que estabelece, na neurose, o laço entre o sujeito e o Outro.

Na psicose, a demanda é abafada. O sujeito é esmagado sob o peso do objeto que ele é para o Outro. A pergunta não é sua, ela é necessariamente do Outro. Dizendo de outra maneira, o que o analista não sabe – não posso dizer se ele é culpado ou inocente, mas, de todo modo, ele é ingênuo – é que a questão, para o sujeito psicótico, é uma incongruência. A questão é incongruente porque não tem lugar, porque é essencialmente inadequada, inadaptada à posição subjetiva do psicótico. Nesse sentido, ela corre o risco de ser imediatamente agressão, intrusão, ameaça. O paradoxo da questão endereçada a um psicótico pelo qual nos interessamos é que ela constitui, considerando sua posição subjetiva, uma falta de tato bem caracterizada. Pode acontecer de a criança psicótica colocar, ela mesma, a questão, provocando, assim, uma espécie de quiproquó: “por que você me coloca todas essas questões?” As questões a embarçam; ferem-na. A questão implica o laço social. Ora, este está rompido. A criança psicótica está só – mas essa solidão não é igual a nenhuma outra. Há uma solidão com relação ao Outro e há uma solidão sem relação ao Outro: trata-se, aqui, desse segundo caso. Manter uma conversação com uma criança psicótica, no contexto de uma apresentação de pacientes, é impossível.

Essa tentativa está destinada ao fracasso. Sem dúvida, o analista é posto contra a parede, pois é contra a parede da linguagem que ele dá cabeçadas. Ele se choca contra a parede da incomunicabilidade da qual falamos, cada um à sua maneira, Samuel Beckett e Ionesco. A questão não cai bem. Ela não é o modo de o sujeito se apresentar na psicose. O sujeito psicótico não pergunta, nem questiona nada, ele se cala. O que está em questão – e retornarei a isso daqui a pouco – é, como diz Samuel Beckett, “fazer as palavras se calarem”.

A tendência da questão

A questão do analista, mesmo se ele decide não ter preconceitos, traz a marca do julgamento que ele faz sobre a dimensão ética da posição do sujeito. Sua questão, no mesmo sentido que Freud qualifica o dito espirituoso, o chiste, é “tendenciosa”. Ela tem uma certa espirituosidade mas, contrariamente ao que se pode dizer do chiste, não é “obscena”, “hostil”. A questão fere, porque, para o sujeito psicótico, a palavra logo vira gozação. A palavra está sempre prestes a fazer rir às custas daquele que a pronuncia ou a ouve. É por isso que a linguagem é uma armadilha para o sujeito psicótico. Ele tem a impressão de ser a risada da intenção de significação e de estar exposto a uma espécie de riso sardônico. O adjetivo sardônico, que Lacan utiliza à página 22 de *L'Étourdit*, evoca a chacota. O sujeito psicótico tem a impressão de que é sempre desconsiderado quando nos endereçamos a ele. O psicótico acredita que lhe apontamos um dedo que designa, acusa, ameaça.

A psicose, assim como a neurose, é uma doença mental. É uma doença mental caracterizada, como no fantasma do neurótico, pelo fato de que o Outro goza. Mas, no caso do sujeito psicótico, isso significa que o sujeito se torna o objeto do gozo do Outro porque a palavra goza sozinha, de ser uma palavra. A palavra torna-se estrangeira para todos os sentidos.

Vou dar um exemplo disso para não aumentar a perplexidade que, sem dúvida, já é grande. Um menino de oito anos começa a rir – como se fosse sem razão. O analista lhe pergunta, então: “o que há de engraçado?” A criança: “não posso dizer” O analista: “aqui você pode dizer”. A criança: “não posso dizer ‘para você’”. O analista diz, então, subitamente: “quando você ouve uma palavra assim, isso o faz rir?” A criança: “sim”. O analista não sabia que era uma palavra ouvida pela criança que a fazia rir. Ele fez uma aposta e ganhou. Ele arriscou, se posso dizer assim. Não há aí um pré-julgamento de sua parte, mas talvez possamos falar de uma posição do analista que se apoia sobre o que chamarei aqui, de o “pressuposto da palavra”. A criança ri novamente. O analista: “já é alguma coisa. Quando você ouve uma palavra assim, isso não o deixa assustado. No entanto, será que, às vezes, você não fica assustado?” A criança: “sim”. O analista: “você poderia me citar uma palavra que você ouviu e que o assustou?” A criança: “eu não quero dizer” – Observem que ele passou do “eu não posso dizer” ao “eu não quero dizer” – O analista: “você não quer dizer?” A criança: “não”. O analista leva em conta essa recusa, mas finge estar surpreso: “muito bem, mas espanta-o ouvir palavras assim?” A criança: “sim”. O analista insiste: “você está espantado?” A criança: “sim”. O analista: “você pensa que são essas palavras que você ouve que o impedem de aprender a ler e a escrever na escola?” A criança: “sim”.

Um instante de reflexão basta para esfriar nosso caloroso entusiasmo. Qual o valor semântico desse “sim” que a criança pronuncia? Será que se trata

de um sim que é um sim de aprovação, que quer dizer sim? Ou é um sim que quer dizer “cale-se!”, que quer dizer “não”, um sim que procura se livrar desse Outro que se agita como uma marionete e que, a partir do momento em que se torna insistente, começa a se parecer com um rival importuno, com o adversário hostil, o inimigo belicoso?

Novamente, fica evidente que uma palavra tão simples como “sim” é um enigma a ser decifrado, pela simples razão de que é um equívoco.

O forçamento

A dificuldade de ordem ética na apresentação de pacientes se deve, portanto, ao forçamento que a questão do analista implica. A questão representa, de fato, para o sujeito psicótico, o signo do desejo do Outro que procura forçar a passagem, enquanto que esta é barrada pela parede de silêncio atrás da qual o sujeito psicótico se fecha. A questão é, então, como o cavalo de Troia. Não adianta bater na porta, pois ela permanece fechada e mesmo se o sujeito aceita responder às questões que lhe são feitas, no fundo, ele não consente com isso. Um exemplo vem mostrar isso.

Negócio fechado

A criança, um menino de nove anos, fala veementemente com uma espécie de interlocutor invisível. O analista lhe pergunta: “você está falando com alguém?” A criança não responde. O analista não se desencoraja e coloca de novo a questão: “com quem você está falando?” Desta vez a criança responde: “com um amigo”. O analista assinala que ele está falando com alguém que não pode ser visto. A criança, então, se queixa: “ele está me machucando”. O analista: “esse amigo, como ele se chama?” A criança: “eu não sei”. O analista: “onde ele mora?” A criança: “sul”. O analista: “sul? No sul de qual país?” A criança não responde. O analista: “qual é a língua que se fala nesse país?” A criança: “o chinês”. O analista: “ele fala com você?” A criança: “ele fala sempre comigo; eu o ouço”. O analista: “como é que ele fala com você?” A criança, então, se exprime de uma maneira incompreensível: “faz falar. Um outro faz falar”. Com espanto, o analista interroga a criança: “eu não estou entendendo. É um outro que o faz falar, ou é você que faz falar um outro?” A criança, então declara: “quero ir embora”.

Essa última pergunta do analista assinala um obstáculo nisso que faz as vezes de um diálogo. Essa espécie de conversa risível se interrompe imediatamente. A criança, sem dúvida angustiada, diz que quer ir embora. O analista

tenta, no entanto, prosseguir o diálogo: “por que é com você que ele fala?” A criança responde: “porque ele acredita que sou o mais forte”. O analista, com quem o laço rompido se reata, tenta manter sua posição: “quando ele fala com você, o que ele lhe diz?” A criança diz, então, sem hesitar: “negócio fechado”. O analista: “negócio fechado?” A criança: “negócio fechado”. Ela confirma, portanto, o que disse. O analista: “o que isso quer dizer?” A criança: “isso é chinês”. O analista insiste: “o que ele quer dizer quando lhe diz isso?” A criança começa a gritar: “cale a boca, seu idiota!”

A partir do momento em que a insistência toma rumo de um forçamento, a criança reage, ela se rebela, insulta.

A questão do sentido parece não ter lugar nesse debate, que tem como objeto a palavra, o som da palavra, a maneira pela qual ela ressoa, a maneira que soa mal aos ouvidos da criança. É evidente que, para essa criança, a expressão “negócio fechado” recai como algo inesperado e perturbador, não tendo, em si mesma, nenhum sentido. Esse exemplo permite denunciar a tendência para o sentido que é inerente à questão, mesmo que seja apenas à medida que a questão se endereça a alguém.

Para além da questão, o sujeito psicótico se sente preocupado pela interrogação que ela traz, mesmo se ele não compreende sua significação. A questão tende a fazer, do objeto que o psicótico é, um sujeito. Mas o defeito da questão – esta é sua falha – é que ela visa alguma coisa. O significante não apenas comanda: ele também visa alguma coisa. Nessa perspectiva, a palavra é necessariamente má, ela é, de início, uma injúria, pois fere a sensibilidade do sujeito no nível da audição das palavras. No exemplo aqui apresentado, considerando que o desacordo entre a palavra e o sentido se manifesta por “negócio fechado”, ou seja, com termos que evocam o comércio, a troca, a conclusão, temos um paradoxo que não deixa de ser picante, como se o toque de ironia, que aparece no propósito enunciado, fosse independente da vontade do sujeito que o enuncia.

Segunda observação

A posição subjetiva do ser

O objetivo da apresentação de pacientes é apreender o que Lacan chama de “a posição subjetiva do ser”. As dificuldades encontradas pela criança na aprendizagem da linguagem, quer se trate de aprender a falar, a ler ou a escrever, mostram que o que está essencialmente em questão é a relação com a linguagem.

O olho do furacão

Tomarei o exemplo de um menino de oito anos. A entrevista com a criança começa assim – ele diz: “mordo, mordo, mordo”, e ele morde os dedos. Como escrever o que escutamos? O fato de a criança se morder a mão indica que convém escrever a palavra que ela pronuncia “mordo” ou “morde”. Mas, como estar certo disso? O equívoco é gritante. A “mordida” tem consonância com a “morte”.³ Impressionado, o analista constata: “você se morde”. Esse espanto, aqui, está, de fato, do lado do analista. A criança repete, desesperada: “mordo, mordo, mordo. Onde está papai?” O analista tranquiliza imediatamente a criança: “seu pai virá no fim da entrevista”. A criança parece querer passar para outro assunto: “O olho do furacão”, diz. O analista questiona: “o que é o olho do furacão?” A criança não responde e, como se o Outro a interpelasse ou como se ela interpelasse a si própria, diz, com uma voz ferida: “bom dia, François, bom dia”. De fato, esse é o seu nome. “Bom dia, François”, replica o analista e repete sua pergunta: “o que é o olho do furacão?” A criança responde, sem rir: “isso protege”. Essa é uma resposta paradoxal, uma vez que, quando um barco se encontra no olho do furacão ele é muito mais ameaçado do que protegido. Essa criança parece estar perdida no oceano da linguagem, no meio das palavras. Ela não consegue encontrar seu caminho. As consequências das palavras não são as que seriam necessárias. A proteção é, aqui, evocada no lugar da ameaça por uma espécie de inversão irônica.

O pensamento contra o ser do sujeito

Eis um outro exemplo relativo às dificuldades que encontra uma criança no aprendizado da linguagem.

O analista interroga uma menina de nove anos sobre os membros de sua família. Ela lhe responde que o pai foi embora quando ela tinha um ano. Ele foi embora com uma outra mulher, precisa ela. – Será que ela vê seu pai? Sim, ela o vê de tempos em tempos. Sua mãe marca encontros com seu pai em um café. O analista pergunta: “você fala um pouco com seu pai?” A criança responde: “eu lhe digo bom dia”. “E depois?”, questiona o analista. “ele toma seu café e eu vou embora”, diz a criança. Ela – importante observar, pois é uma coisa surpreendente – não disse: “ele toma o seu café e vai embora”. Intrigado, o analista lhe pergunta: “e seu pai, ele lhe diz alguma coisa?” A menina responde imediatamente: “sim, ele me diz bom dia”. O analista precisa, então, a pergunta feita: “seu pai lhe diz outra coisa, além de bom dia?” A criança responde: “não”.

O que há para ser acrescentado? Um pai e sua filha se encontram por um breve instante, dizem-se “bom dia” e se separam. O analista se inquieta: “o que está acontecendo na escola?” A criança constata que as coisas não vão bem:

“eu não consigo acompanhar”. O analista: “ah! é? Por quê?” A criança: “porque eu penso”. O analista: “é por isso, então. Em que você pensa, por exemplo?” A criança, sem nenhuma hesitação: “em Deus”. O analista: “o que você pensa sobre Deus?” A criança: “eu gostaria muito de encontrá-lo”. O analista: “você me diz que não consegue acompanhar porque pensa nisso. Diga-me o que acontece quando você pensa nisso”. A criança: “tento pensar no que a professora diz, mas é em Deus que eu penso”. Essa menina não estaria indicando, com isso, que o pensamento lhe é imposto como se viesse de fora, como se não fosse seu, e que isso provoca nela uma rejeição do saber? A experiência do *cogito*, que lhe é própria, é esta: “eu penso contra o meu ser. Consequentemente, não quero saber nada”.

Nos dois exemplos que acabo de lhes propor, a relação com a linguagem é caracterizada por um desespero fundamental. As palavras só fazem o que lhes dá na cabeça e as ideias apoderam-se do pensamento como os soldados, de uma fortaleza.

Conclusão

A frase

Na clínica da neurose, Lacan diferencia a “palavra” do sintoma e a “frase” do fantasma.

Para concluir, gostaria de enfatizar que a criança psicótica é dilacerada entre a palavra e a frase. Acontece-lhe ser impossível alcançar a frase, ou que a frase se interrompa, se quebre. É no próprio interior da frase que o laço se rompe. Dou-lhes um exemplo.

Curta ferida

O analista diz a esse menino de oito anos, do qual já falei e que se chama François: “se você quiser escrever, pode escrever sobre essa folha de papel”. De fato, François está acostumado a escrever ao mesmo tempo em que fala. Mas, de repente, François dá um grito e, como já evoquei há pouco, morde seus dedos. O analista lhe diz: “você está machucando os seus dedos, hein?” François sopra os dedos. Ele grita: “ah! Isso continua”. O analista tenta, a partir daí, manter a conversa com ele: “você disse: ‘Isso continua?’ É isso?” A criança grita, chora, morde os dedos. O analista intervém: “François, você está se machucando, sabia?” François geme: “ai, isso faz sangrar”, diz. O analista se preocupa: “será que você poderia, talvez, parar de se machucar?” François grita. O analista lhe diz, suavemente: “você não acha que poderia parar de morder os dedos?” A expressão “morder os dedos” é, aqui, realizada: o simbólico tornou-

se real.⁵ A criança é, em seu ato, a falta encarnada da procriação. Ela sofreu muito durante o nascimento. François continua gemendo. O analista diz: “não vou ficar o tempo todo vendo você se machucar”. A criança se põe, então, a falar: “dodói. Curta ferida”. O analista: “curta ferida... é isso que você disse? Você sabe o que é uma ferida? Pare de se machucar”. François grita e geme. O analista retoma sua questão: “você pode me dizer o que é uma ferida?”. François, com uma voz que já chamei de “ferida”,⁶ diz: “oh, está todo vermelho. Verm-ee-e-e-l-lho. A pele do dedo está vermelha. A pele está vermelha”. É a primeira vez, durante esta entrevista, que ele conseguiu articular uma frase. Ora, essa frase curta “diz” a ferida. A palavra alcançou a frase, se posso dizer assim. O analista interrompe, então, a entrevista: “você pode ir brincar agora. Espero, apesar de tudo, que você não se machuque muito. Adeus, François.”

Durante outra entrevista, François escreve sobre uma folha de papel, com uma letra que se parece com essas plantas ondeantes na água clara de uma torrente, as seguintes palavras:

“Era uma vez, uma greve, ordenava ele os animais.
Daí... ele estava em viva demais viúvas.
Ele estava furioso, “ora” pensava ele.
A essas palavras... ele se tornara...
Ele diz: “isso... para isso... ordena ele. E mais...
e... os abruptos... não... ela tinha... esta aqui... universal... não”.
“Rap-ap”, ela dá aos tim-up...
Mas não. Alguém estava à morte... desta aqui.
FIM

A ortografia e a pontuação são de François. O analista lhe pede para reler em voz alta o escrito. A criança relê, de uma só vez, com uma voz monótona. O analista lhe faz, então, a seguinte pergunta: “será que você podia, talvez, me explicar essa história?” A criança responde, então: “ele está dilacerado”. Não se pode dizer melhor. Essa criança está dilacerada, como sua frase o indica. Nesse curto texto que escreveu, as frases se interrompem, as reticências são abundantes, o abrupto da fenda se estende pelas palavras que pronuncia. O sentido parece ter que ser estranho à palavra, para sempre. É isso que eu quis dizer quando afirmei, há pouco, que a criança psicótica está dilacerada entre a palavra e a frase. Dessa falha, não resta mais nada a François a não ser morder os dedos. É o que ele faz. Portanto, as palavras parecem ter uma certa vida – é o que evocava minha metáfora da torrente.

Parece-me que a responsabilidade do psicanalista – trazida à baila por seu espanto, seu pavor, sua inquietude, seu cuidado em apreender o que está em questão – deve ser resituada, não com relação ao sentido, mas com relação a esse abismo que há, para a criança psicótica, entre a palavra e a frase.

Debate

Elisa Alvarenga – Eu gostaria que comentasse alguma coisa sobre a diferença entre a entrevista com a criança e com o adolescente psicótico. Parece-me que o senhor fez algum comentário nesse sentido... Qual é o seu ponto de vista?

Celso Rennó Lima – Em dois casos que o senhor relata, existe um momento em que a instrução da palavra provoca uma agressão por parte da criança. Num deles, uma agressão verbal e no outro, uma auto-agressão. Seriam essas agressões passagens ao ato que implicariam uma tentativa de manter uma distância mínima entre o sujeito e o Outro?

Cristina Drummond – Eu queria saber sobre a função dessas entrevistas para a criança, porque elas me deram a impressão de demonstrar essa dificuldade da criança com o sentido, com a questão – isso ficou muito claro para nós. Para o público que assiste a essa apresentação, é muito evidente que há uma demonstração da estrutura psicótica. Mas, qual a função dessa entrevista para a criança?

X – Vou tentar fazer uma reflexão que não tem exclusivamente a ver com a conferência proferida agora por Pierre Naveau. Estou tentando fazer um saldo da Jornada como um todo. Pensei muito naquela pergunta que Simone Souto havia feito a respeito do gozo do pai como correlato a uma falta do pai. Comecei a pensar sobre isso e acho que não. A experiência dos AE, citada por Naveau, ilustra que a falta não é do pai, mas da estrutura: está no nível da linguagem. Pensei, então, no caso do adultério do pai, no caso do tom de voz agressivo do pai, assim como no caso em que o pai, num ato nobre, salva a vida da filha. Encontramos a falta no nível da linguagem, encontramos a criança reduzida a um objeto: olhar, voz, mordida. Pensei, ainda, nos casos escolhidos para essa Jornada, nos três eixos onde a série dos nomes das crianças aparecem como “exu caveira”, “estrupício” e, por fim, como “rosa”. Concluo que nem mesmo a imagem mais pura da rosa deixaria de colocar a criança no lugar de objeto para o Outro. “O que encontramos?” me perguntei. Encontramos o gozo do pai e a criança como objeto. Então, para repensar a estrutura, poderíamos falar que a verdade é a exceção? Se a verdade tem estrutura de ficção, ela é a exceção? Poderíamos abordar, então, a estrutura sob esse ponto de vista?

Sérgio de Mattos – A princípio, parece que se trata de apresentações de pacientes, e não de um tratamento. Em todo caso, com um paciente que fala pouco, tal como as crianças psicóticas, temos de utilizar a questão como recurso. Como o senhor disse, a questão tem esse efeito intrusivo. De qualquer modo, se perguntamos se um instrumento nosso é fazer as questões, o que visariam essas questões? Seria a possibilidade de se produzir algo do sujeito? Nesse caso,

o senhor poderia dar um exemplo dessa produção do sujeito a partir das questões?

Pierre Naveau – Com efeito, durante a próxima apresentação de pacientes com uma criança psicótica, me colocarei questões. A virtude por excelência do psicanalista é o tato, é com isso que é possível tentar fazer um laço com uma criança psicótica.

É preciso saber a que uma questão visa. Mesmo um sujeito neurótico se sente visado por uma pergunta. E, com efeito, eu penso que a questão se coloca: será que não corremos o risco de provocar, na criança psicótica, quando falamos com ela, uma passagem ao ato? Há esse risco. Quanto às crianças que participam da apresentação de pacientes, pedimos a opinião delas, perguntamos se elas concordam em participar. E, frequentemente, elas ficam muito contentes e, na maioria das vezes, após a entrevista, elas querem voltar. Logo, as crianças psicóticas gostam dessas entrevistas. A questão é: que função isso pode ter para a criança? Pois bem, a experiência mostra que, a cada vez, as apresentações possibilitam que as coisas avancem para essas crianças. Mesmo sabendo o risco que está em jogo nisso, parece-me que é preciso sustentar essas entrevistas com crianças psicóticas. A experiência nos mostra que as próprias crianças dizem alguma coisa que indica que algo mudou para elas. Por quê? Porque a entrevista produz um sujeito, com todo o respeito que temos por um sujeito. A criança não é considerada como um dejetivo durante a entrevista.

Portanto, é preciso questionar: ganha-se alguma coisa com isso? Essa é uma questão que Lacan sempre se colocava. Ganhamos alguma coisa quando fazemos esse tipo de experiência? Será que ela é útil? A resposta é: sim, é útil.

Ganhamos alguma coisa com isso. Então, é importante sustentar essa experiência da apresentação de pacientes com crianças psicóticas. Porque, o que está em questão, não é apenas a produção de um sujeito, mas também o fato de que se efetua uma subjetivação, uma tentativa de subjetivação, pela criança, do que lhe acontece.

Jacques-Alain Miller propôs que, quando uma cena é desinvestida no final de uma análise, ela é dessubjetivada, deixa de interessar ao sujeito. Há, então, alguma coisa que, no final de uma análise, pode evocar a psicose. Digo isso com muita prudência. Essa observação é válida somente para esse ponto: há um pedaço da vida do sujeito que é dessubjetivado...

Durante a segunda conferência, não foi possível dizer mais sobre o gozo do pai e a falta do pai. Mas acredito que seja pertinente dizê-lo assim: a falta do pai está em sua relação com a linguagem. Acontece que, no final de uma análise, o sujeito encontra o seu nome de gozo, ou seja, o seu nome de objeto.

NOTAS

- ¹ Conferência feita por ocasião da VI Jornada da Seção MG da EBP *A criança entre a mãe e a mulher*, realizada nos dias 10 e 11 de novembro de 2000. Texto em francês estabelecido por Yolanda Vilela e gentilmente revisado por Pierre Naveau.
- ² A expressão utilizada pela criança, em francês, é *attrape-nigaud*, traduzida aqui por pega-bobo.
- ³ Importante salientar que, em francês, *demande* (demanda) deriva de *demander* (demandar) que, por sua vez, pode ser também traduzido por “perguntar”, “questionar”.
- ⁴ Os verbos franceses *Mordre* (morder) e *Mourir* (morrer) podem apresentar homofonia quando empregados em certos tempos do Indicativo. Tal é o caso de “mords” (mordo) ou “mort” (morto), pronunciado pela criança e cuja ortografia é questionada por P. Naveau.
- ⁵ Em francês, a expressão *s'en mordre les doigts* (morder os dedos) significa lamentar-se, arrepende-se amargamente, sentir-se culpado.
- ⁶ No original *voix blessée*.

O TRAUMA E SUA FICÇÃO¹

Hilário Cid Vivas

Quando me instalei como psicanalista, tinha, em meu consultório, uma soberba estante de mogno. Uma de minhas primeiras entrevistas foi com um menino de quatro anos. Enquanto seus pais me contavam a razão pela qual haviam levado seu filho a mim, ele se apoderou de uma das chaves das portas de minha querida estante e começou a riscar velozmente a joia de meu consultório.

Naquele momento, decidi, ao mesmo tempo, conservar minha biblioteca e endereçar as crianças, que chegassem a meu consultório, aos colegas especializados no tratamento de crianças. Com efeito, não consagro minha prática ao trabalho com crianças. Mas, se os organizadores desta Jornada me convidaram hoje a falar, é na ocasião de “uma jornada de estudos a fim de avaliar o entrelaçamento entre a clínica psicanalítica com crianças e os ensinamentos tirados do passe quanto ao tratamento do infantil. Assim, esta clínica ultrapassa o círculo restrito dos ‘especialistas’ – entre aspas –, para interrogar os fundamentos de toda cura”.

O convite acrescentava que eu havia sido escolhido pelo meu testemunho que, segundo os organizadores, “tratou deste ponto de maneira particularmente clara”. Acrescentemos a isso a significação que têm para mim o CEREDA e a cidade de Toulouse. E, levando em consideração que fui nomeado AE da EEP há precisamente três anos, exatamente no dia 15 de janeiro de 1997, vou retomar meu testemunho, embora eu o considerasse totalmente encerrado depois de mais de dois anos.

Logicamente, retomar meu testemunho não quer dizer recontá-lo. Vocês podem lê-lo, graças à gentileza de Jacques-Alain Miller, no último número de *Ornicar?*, com o título de *CH8*. Não vou repeti-lo, mas vou contar um episódio da vida deste sujeito que vos fala, e que é o suporte, o fundamento desse testemunho. Trata-se de um acontecimento que marcou com um traço indelével minha vida, um acontecimento que nunca foi contado em público, apesar de ter sido o núcleo de meu testemunho. Contá-lo estava reservado a esta Jornada de estudo no CEREDA, aqui em Toulouse, precisamente meu último dia como AE.

Esse acontecimento não é uma lembrança encobridora, mas um acontecimento que o sujeito conhece por tê-lo escutado muitas e muitas vezes no seio de sua família. Acontecimento que fazia toda a família rir bastante, e, evidentemente, bem menos o pequeno ator principal.

Eu vos conto mesmo assim. A criança tinha treze ou quatorze meses. Ainda mamava no peito de sua mãe de vez em quando. O desmame da criança tinha se tornado um problema para toda a família. A situação era especialmente preocupante para a avó materna, que via sua única filha devorada por aquele animalzinho.

Teve-se a ideia de pintar o seio com um batom, mas a criança, que segundo a história tinha um vocabulário muito avançado para a sua idade, se manifestou com clareza ao ordenar: “apaguem isso!” Então alguém teve a ideia genial de colocar, sob o sutiã da mãe, um macaquinho de pelúcia. No momento em que o pequeno sugador se preparava para tomar sua porção do adorável seio materno, ele deu de cara com a pelúcia e tudo se passou como se no lugar do macaco houvesse uma mola, pois a criança fugiu correndo no sentido contrário ao seio da mãe.

Mas o mais esquisito para a família é que a criança, a partir desse instante, nunca mais pediu para mamar no seio, nem exprimiu nenhuma queixa, nem mesmo fez referência ao incidente em questão. Para ser justo com a família do pequeno sugador, é preciso considerar o contexto. Não se trata de uma cena se desenrolando nos Estados Unidos dos dias de hoje, onde os direitos da criança e um juiz decidido podem mandar toda uma família para a prisão. Não. Essa história aconteceu no iníciozinho dos anos cinquenta na Espanha franquista.

Vou chamar de “trauma” o acontecimento em si mesmo, e de sua “ficção”, todas as histórias que o cercam.

Esta divisão, simples, tenta considerar duas vertentes: de um lado, o que toca o real, no sentido do gozo; de outro lado, o que toca o *semblant* – e entendo por isso o simbólico e o imaginário da história, quer dizer, o elemento significante assim como o elemento significado.

Mas por que emprego a palavra trauma? Primeiramente, porque não vejo qual outra palavra Freud teria podido empregar a propósito dessa cena. Em segundo lugar, porque é um acontecimento que “deixará traços na vida subsequente do *falasser*”, definição simples e precisa que dá Jacques-Alain Miller do trauma, na penúltima lição de seu curso do ano passado.

Tomemos agora o que denominei a “ficção” do trauma. Podemos decompor em duas partes o que chamo a ficção do trauma. A primeira compreende tudo que se passou no que podemos chamar a história consciente do sujeito. É uma história banal, de um acontecimento que não tem nenhum traço mnêmico e que, sem que se saiba bem o porquê, provoca um vago mal-estar no sujeito. Para se ter acesso à segunda parte, que chamamos inconsciente, ou melhor ainda, recalçado, todo um trabalho analítico foi necessário. Depois deste trabalho, diversos traços da história afloram em primeiro plano. Assim, o riso do pai apareceu como o som, a melodia que modula a cena, diante de uma mãe que consente.

A pequena criança aparece, então, como o objeto em questão. É ela o objeto do rir, coisa ainda mais espetacular quando nos lembramos do nome que seus pais lhe haviam dado... Evidentemente, essa história infantil deu lugar a muitos desenvolvimentos. Mas é graças ao trabalho analítico que podemos isolar um núcleo em toda essa trama ficcional. Este núcleo pode ser reduzido a uma criança objeto do riso do pai, e não é difícil ver aqui conotações sadomasoquistas. O fantasma que a criança vai construir, para dar uma significação ao mistério de seu gozo, é modulado sobre o núcleo dessa história. Não é difícil dar ao incidente uma significação de choque e de construir um fantasma do tipo “bate-se numa criança”.

Nós temos, então, o fantasma fundamental construído com os cacos do que eu chamo a ficção do trauma. Posso mesmo lançar a hipótese de que, ao menos nesse caso, o fantasma fundamental faz parte dessa ficção do trauma. Mas voltemos ao trauma propriamente dito. Isso designa, para mim, o impacto do acontecimento sobre o gozo do pequeno sujeito. Devo confessar que, até bem pouco tempo antes de terminar minha análise, a possibilidade de abordar esse episódio infantil do ponto de vista do gozo me parecia inteiramente delirante. Isso se tornou possível depois da travessia do fantasma. Talvez o neurótico, livre do lastro do fantasma fundamental, se torne capaz de delirar um pouco. Mas, de minha parte, eu me aproveitei disso para ir em direção ao que chamo cena do trauma. E isolei o que não aparecia na versão contada.

É um elemento que se refere ao gozo em questão. Pode-se facilmente compreender que, nesse trauma, o gozo oral esteja em primeiro plano. Mas o que eu isolei, principalmente ao longo da análise do sintoma, é um outro elemento, tão importante quanto o gozo oral. Trata-se do olhar do Outro que aparece naquele momento.

O olhar vazio do macaco de pelúcia se desloca em direção ao olhar fulminante da avó, que certamente estava atrás da mãe. Entre um olhar vazio e um olhar odioso, o olhar que cai, o da mãe, com o objeto oral para sempre perdido.

Como chamar esse olhar do Outro, tal como aparece aqui, senão como gozo do Outro? O olhar do Outro com todas as significações que lhe podemos dar, e que posso resumir como a presença permanente do Outro, ou, tomando emprestado um antigo termo de Lacan, a intromissão do Outro cai num dado momento, justamente no momento em que o analisante se apercebe que sua relação com o Outro não é unicamente uma relação de comunicação, ou uma relação de ficção. É o momento em que o analisante se apercebe que ele recebe do Outro não apenas sua própria mensagem, mas “seu próprio gozo sob a forma do gozo do Outro” (LACAN, 1991, p. 74).

É aí que se produz verdadeiramente a queda do Outro. Mas o corpo do Outro, no entanto, permanece. É o momento, como diz Jacques-Alain Miller, “disso que é o intolerável maior, quer dizer, que o objetivo interno da pulsão não

seja senão a modificação do corpo próprio, sentida como satisfação”.² Mas como podemos chegar nesse ponto? Eu já disse que para chegar até aí, é preciso se livrar do lastro do fantasma e permitir-se delirar um pouco. Mas é preciso dizer que só se chega aí porque está escrito. Sim, está escrito. Com uma letra.

E é essa a razão que faz com que eu vos conte: isto não é um delírio. Como lembra Jacques-Alain Miller, em seu curso *Causa e Consentimento*, o delírio é um discurso sem referente. Mas, aqui, há um referente. A letra é o próprio referente. Sim, o trauma deixou para sempre um resto escrito na jovem criança, e nós podemos também chamar esta letra de objeto pequeno *a*, seguindo o Lacan de *Litúratere*.

No caso que vos conto, podemos mesmo escrever esta letra. É um V deitado, que representa o olhar, e a boca aberta, ao mesmo tempo em que é a inicial do sobrenome materno, com sua significação de vida, de sexo feminino e de castração materna. Em suma, esta letra faz divisa entre o gozo e o sentido. É a letra que, por meio do sentido, permite ler o gozo. E o que eu sublinho, é que o trauma escreve o real e sua ficção, quer dizer, escreve o gozo, a saber, o trauma propriamente dito e as histórias construídas ao seu redor. Ainda assim, não se deve menosprezar o que chamamos de ficção ou de *semblant*, pois a ficção é a via que pode conduzir a nosso real, ao real próprio da psicanálise.

Vou ser mais radical quanto ao trauma. O trauma, no sentido lacaniano, como lembra Jacques-Alain Miller, é, no fundo, “a incidência da língua sobre o ser falante”, e é por isso que o “núcleo do acontecimento traumático não é relacionável a um acidente, ou o é sempre”.³ Isso quer dizer que um acidente não explica o todo da estrutura, mas significa também que o acidente é um fenômeno da estrutura, e que por meio dele pode-se ter a chance de chegar ao mecanismo da estrutura, ela mesma.

A hipótese que proponho é, então, que, se o trauma é o efeito da colisão de *alíngua* sobre o corpo e seu gozo, quer dizer, o imbróglio da linguagem e do gozo, o fato é que diferentes reações subjetivas podem responder a essa colisão. Em outros termos, podemos observar, na prática analítica com crianças, que a reação do pequeno *fallasser* ao trauma depende, de um lado, do acidente concreto que veicula o trauma e, de outro lado, da posição subjetiva da criança. Isso me conduz a uma outra hipótese. O que nós chamamos de desejo do analista – e que Lacan vai designar de diferentes maneiras, segundo o contexto, desejo da diferença absoluta ou desejo de saber – tem sua raiz na posição subjetiva que se obtém depois do trauma. É uma hipótese bastante forte que posso propor àqueles que trabalham com crianças.

Evidentemente, é preciso nuançar tudo isso e não creio que seja generalizável. Mas o que proponho é que o trauma é o modelo da relação da linguagem com o gozo, e a posição do analista é a posição que, de uma maneira bastante particular, leva em consideração esta problemática.

De minha parte, após a análise, cheguei à conclusão que minha posição subjetiva depois do trauma era a raiz que me permitiu voltar e ler o que ali estava escrito. É uma posição subjetiva na qual o real e sua ficção se harmonizam. É uma posição de tolo, em que o sujeito é tolo da ficção. Se nos lembrarmos de que, segundo Freud, tudo se decide para o *fallasser* por volta dos cinco anos, então minha hipótese não é tão radical.

É preciso prestar atenção. Não estou dizendo que, quando tinha um ano e meio, eu tinha desejo de analista. De maneira alguma. Digo que uma certa posição subjetiva, na qual eu consentia em ser o objeto de riso do Outro, é talvez a raiz de um outro consentimento. Mas, no primeiro consentimento, havia um gozo masoquista. Para a segunda posição, é preciso que o analista esteja enxuto de gozo, como diz Lacan em *Televisão*. E é precisamente a demonstração de que uma análise pode tocar o gozo ou, ao menos, deslocá-lo. É preciso, pois, acrescentar outra coisa. Se, como digo, uma certa posição subjetiva da criança depois do trauma é necessária para obter um psicanalista, nem por isso ela é suficiente. É preciso uma segunda condição. É o encontro com um analista que torne possível a leitura da letra. Felizmente para mim, houve esse encontro. Mas, curiosamente, escolhi como analista um dos que, no Campo Freudiano, escreveram especialmente sobre psicanálise de crianças.

Tradução: Gilson Iannini
Revisão: Yolanda Vilela

NOTAS

¹ Hilário Cid Vivas é psicanalista em Málaga. Esse texto foi traduzido da versão publicada em *Ornicar?* digital, n. 127, de 24 de março de 2000. Segundo Éric Laurent, que redigiu o editorial da referida publicação, o texto apresenta a contribuição conclusiva de Hilário Cid Vivas como AE da EEP e foi apresentado para a Jornada do CEREDA em Toulouse, no dia 15 de janeiro de 2000. [N. do T.]

² MILLER, J.-A. *L'expérience du réel dans la cure analytique* (1998-1999), Cours inedit.

³ *Op. cit.*

A FANTASIA, O INFANTIL E O TEMPO

Sérgio Passos Ribeiro de Campos

*“Eu sou a minha infância”
Antoine de Saint-Exupéry*

O inconsciente não amadurece. Ou melhor, ele amadurece até o limite do infantil. Se pudéssemos escolher um aforisma que dissesse a respeito do inconsciente e do tempo, diríamos: *Hora fuditis, carpem die*. Em outras palavras: o tempo passa e o inconsciente goza. O inconsciente é atemporal, pois resiste ao tempo. O inconsciente goza com o tempo à medida que faz dele subjetivo. Sabemos como é demorada a primeira década de vida para o sujeito. Embora a década seguinte seja também demorada, não é tanto quanto a primeira. A partir da terceira década, o sujeito experimenta a fugacidade do tempo.

“Como o tempo passa rápido! Parece que foi ontem!”, exclamam os saudosistas. Entretanto, algo sempre permanece na vida adulta desse infantil; algo estático que não reconhece o tempo. A bela indiferença da histérica e a procrastinação do obsessivo são formas de apresentação do infantil, que incidem sobre o tempo. A busca do segredo da imortalidade pela ciência, a negação da morte e a ilusão da fonte da juventude no sujeito são, também, expressões do infantil que não reconhecem o tempo no mundo adulto.

É a partir do Édipo que a criança começa a se orientar no tempo. Primeiramente, a criança se orienta quanto ao eu, depois quanto ao espaço e, por volta dos quatro ou cinco anos, começa a se orientar no tempo cronológico. É a partir do recalque do infantil que passamos a nos orientar no tempo cronológico. O infantil é recalcado em conjunto com o tempo subjetivo, de tal sorte que ambos permanecem fora do tempo cronológico, não envelhecem e se tornam atemporais.

Destarte, podemos dizer que o infantil constitui o alicerce recalcado da neurose. O infantil é a pedra de toque da neurose, é aquilo que resiste a entrar no mundo – no espaço e no tempo – dos adultos por meio da castração. Ou seja, é aquilo que não se deixa ceder, tornando-se foco de resistência à interpretação e de reincidência do sintoma. O infantil é teimoso, não se educa pela psicopedagogia e se submete à castração a contragosto. O infantil é rebelde e voluntarioso, não raras vezes coloca a vida do sujeito em risco. O infantil se expressa como gozo e pode ser revelado pelo sintoma ou pela fantasia, para além do princípio do prazer. Freud comenta sobre o infantil no caso *O homem dos ratos*:

Observei que, aqui, ele havia incidentalmente atingido uma das principais características do inconsciente, ou seja, a relação deste com o infantil. O inconsciente, expliquei, era o infantil; era aquela parte do eu que ficara apartada dele na infância, que não participara dos estágios posteriores do seu desenvolvimento e que, em consequência, se tornara reprimida. Os derivados desse inconsciente reprimido eram os responsáveis pelos pensamentos involuntários que constituíram a sua doença” (FREUD, 1909, p. 181).

O sintoma é do mundo adulto, está mediado pelo significante e faz o laço social. Isto quer dizer que o sofrimento, o desprazer fazem com que o sujeito busque atenuantes no laço social. Conhecemos isto por inúmeros exemplos: o exército da salvação, os médicos sem fronteiras, as campanhas solidárias... “O sintoma move o mundo, o homem e a ciência. Se há por parte do sintoma uma dinâmica, em contrapartida existe uma estática do lado da fantasia” (MILLER, 1992, p. 113).

Pode-se dizer, acerca dessa estática, que a fantasia é algo muito particular na vida do sujeito. A fantasia faz parte da essência solitária da vida. Segundo Miller, o sujeito esconde sua fantasia e às vezes chega a ocultá-la do analista, durante anos (*ibid*, p. 101). A fantasia é clandestina, por ter no seu conteúdo traços de perversão. A fantasia, ao contrário do sintoma, não faz laço social. Ela faz existir o mais de gozo que é o produto da máquina de fantasiar. O infantil é aquele que maneja essa máquina, produzindo o gozo para satisfazer o sujeito no seu devaneio. Não obstante o particular do segredo e da clandestinidade, isso não impede o sujeito de buscar de soslaio parceiros para o seu gozo. Mesmo que esses parceiros se realizem apenas no plano imaginário.

A fantasia é mediada pelo infantil e se expressa no lúdico do mundo adulto. O sujeito se diverte e perde horas a fio nos seus devaneios que, por sua vez, se produzem em *flashes* sincopados, como se fossem um clipe mental, sem ordenação e sentido. Segundo Miller, “a fantasia substitui o brincar para o adulto e sua origem corresponde ao recalque originário” (*ibid*, p. 105) No mundo adulto, o sujeito brinca solitário com sua fantasia. Então a fantasia preserva, de uma maneira ou outra, o infantil no mundo adulto. Entretanto, o infantil goza à medida que engana e trapaceia o sujeito com sua fantasia. Uma maneira, até comum, de enganar e trapacear é usar o tempo, fazendo o sujeito desconhecê-lo, de sorte que o sujeito se deixa levar pela ideia de que lhe resta todo o tempo do mundo.

A questão da interpretação do infantil é sempre muito delicada. Se o infantil surge mediatizado pelo sintoma, a interpretação pode intervir pelo corte. Se o infantil encontra-se sob a incidência da fantasia, esse recusa qualquer tipo de interpretação. A fantasia é objeto de construção. Para lidar com o infantil, necessita-se da delicadeza, do lúdico e da paciência. Necessita-se de paciência, pois, se o infantil não reconhece o tempo, ele cede com o tempo. Digo ceder, no sentido de deixar de se ocultar. É necessário aguardar anos, talvez.

Segundo Freud, “a fantasia é investida de um alto grau de prazer e tem sua descarga num ato de agradável satisfação autoerótica” (FREUD, 1919, p. 226). Somente com hesitação a fantasia é confessada. Ela é recordada com incerteza e sua abordagem encontra inequívoca resistência. A vergonha e o sentimento de culpa estão presentes, dado o traço primário de perversão infantil que persiste por toda a vida (*ibid*, p. 228). Essa fantasia se estabelece muito cedo: antes da idade escolar e jamais depois do quinto ou sexto ano de vida (*ibid*, p. 225). As cenas fantásticas se fixam prematuramente num primeiro plano sem qualquer força traumática (*ibid*, p. 229). Lacan assinala que a fantasia tem um papel que podemos chamar de origem simbólica e real na cadeia primitiva da história do sujeito (LACAN, 1999, p. 245).

A fantasia se encontra à parte do resto da neurose e não encontra lugar adequado em sua estrutura. Lacan comenta que tratar de uma fantasia situa-se no além do princípio do prazer. Um nó indissolúvel que reúne a função do eu e o registro imaginário nos contatos do sujeito com a realidade, e acontece à medida que essa relação é integrada na cadeia significante e que o sujeito só revela de modo reticente (*ibid*, p. 244). Assinala Lacan que a fantasia é arcaica e surge antes do Édipo. Ela se passa numa relação triangular entre o sujeito, o outro e o pai.

Não obstante a fantasia seja atemporal, e no seu bojo traga a inércia do real, Freud propõe três tempos de uma gramática para a fantasia, que obedecem a uma lógica do temporal. Um primeiro tempo, que denominamos de “instante de olhar”, é o mais arcaico de todos. Esse momento é resgatado na análise, quando as recordações trazem para o sujeito – mediado pela pulsão escópica – situações em que foi testemunha. “Meu pai está batendo numa criança que eu odeio”.

O segundo momento, de acordo com Lacan, está conectado ao Édipo; porém, esse estado tem que ser reconstruído, uma vez que nunca aparece como lembrança (*ibid*, p. 247). Desse segundo tempo – Freud comenta o caráter masoquista da situação – o sujeito extrai um elevado grau de prazer. É o “tempo de compreender”, quando o infantil submete o sujeito ao gozo masoquista. Trata-se de um momento ficcional, que não teve correspondência de existência na realidade; entretanto, tem uma coexistência no real, de tal sorte que, para ser ultrapassado, deve ser submetido a uma construção, a uma invenção de saber.

“É uma construção em análise, mas nem por isso é menos uma necessidade”, completa Freud. Com efeito, a mensagem do segundo tempo é recalçada e não chega ao sujeito. Se a mensagem não chega ao sujeito, o material significativo, “o chicote”, um hieróglifo como signo, permanece como ponto pivô e modelo da relação com o desejo do Outro (*ibid*, p. 252). Então, o sujeito contabiliza os golpes na expectativa subjetiva de constituir e manter o Outro. Freud comenta que o pequeno investigador formula sua teoria sobre a sexualidade e, dentre outras coisas, pensa que a cópula é um ato de hostilidade, uma espécie de

subjugação. Essas teorias sexuais infantis são determinantes para a formação do caráter da criança e do conteúdo de sua neurose futura (FREUD, 1910, p. 44). A situação “meu pai me ama” se expressa “meu pai me espanca”. Ser espancado é a convergência do sentimento de culpa e do amor sexual. “Não apenas o castigo pela relação genital proibida, mas também o substituto regressivo daquela relação”. Então, é dessa fonte que deriva a excitação libidinal que se liga à fantasia.

O que Freud quer dizer, segundo Lacan, é que “tu existe e é até amado” (LACAN, 1999, p. 237). Enfim, um desejo de reconhecimento pelo Outro. E por fim, o terceiro tempo, o “momento de concluir”, é apanágio de um momento indeterminado e impessoal. O pai não está mais em cena e a figura da criança que cria a fantasia não mais aparece. Nesse terceiro tempo há uma desconexão de seu fantasma. O sujeito atravessa algo que é remoto, ininteligível e fixado.

Para Lacan, esse é o tempo da saída do Édipo, no qual não resta outra coisa senão um esquema geral, onde a figura do pai é ultrapassada e transposta e o sujeito se vê projetado numa série neutra, desconectado do Outro (*ibid*, p. 247), não obstante haja um impossível de se mudar, um resíduo imodificável. O sujeito se torna desabonado de seu inconsciente e não é mais vítima de seu superior, nem escravo de seus devaneios. No fim de análise, há uma modificação do sintoma, pois há uma mudança de posição subjetiva frente à fantasia fundamental. De sorte que o sujeito se torna agente de sua própria vida, eis o seu feito. Se Freud diz que o sujeito se torna analista através do estudo dos próprios sonhos (FREUD, 1910, p. 32), podemos dizer, com Lacan, que o sujeito se torna analista à medida que ele constrói e atravessa sua fantasia. Enfim, se para Saint-Exupéry nós nos tornamos eternamente responsáveis por aquilo que cativamos, então somos responsáveis pelos nossos sintomas e fantasias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREUD, S. (1909) “O homem dos ratos” In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 10, Rio de Janeiro: Imago Editora.
- FREUD, S. (1919) “Uma criança é espancada” In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 12, Rio de Janeiro: Imago Editora.
- FREUD, S. (1910) “Cinco lições de psicanálise” In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 11, 1 ed. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- LACAN, J. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente* (1957-58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- MILLER, J.-A. *O percurso de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ERRO OU VERDADE: COMO INTERPRETAR AS FALHAS NA ESCRITA DO APRENDIZ?

Joana Assunção de Oliveira

Passando além dos conceitos epistemológicos de sua época, Jean Piaget introduz uma nova maneira de conceber o homem e o conhecimento. Deixando de lado o caráter especulativo que diz perceber na filosofia, passa a conceber o sujeito como aquele que constrói conhecimentos, e por isso sua teoria é conhecida como Construtivismo.

Embora a Epistemologia Genética date do início do séc. XX, apenas na década de 1980 os educadores brasileiros puderam se apropriar dos textos e ideias construtivistas. Desde então, com a introdução das postulações piagetianas no Brasil, tem-se falado exaustivamente na existência de um sujeito que constrói conhecimentos. Esse sujeito epistêmico tem sido foco de inúmeras pesquisas e norteador de diversas e valiosas práticas escolares.

Juntamente com esse novo sujeito que constrói seus conhecimentos, temos um novo paradigma de aprendizagem e, nesse contexto, as dificuldades surgidas no processo de aquisição do conhecimento passam a ser vistas sob nova perspectiva. Assim, para aprender, o sujeito deve estabelecer relações com o objeto a ser conhecido, formulando suas hipóteses e fazendo as reformulações necessárias, até que se aproxime o máximo possível, das hipóteses construídas, pelos membros de sua cultura, sobre aquele objeto em questão, apropriando-se assim do conhecimento socialmente construído. Embora esse processo possa parecer óbvio, nem sempre ocorreu assim no ambiente escolar, pois este era marcado pelos referenciais behavioristas. Basta um pequeno exercício de memória para recordarmos de nossa própria experiência estudantil e revivermos as angústias de termos que aceitar as verdades impostas pela professora, ainda que não fizessem sentido. E das inúmeras cópias ou castigos que nos eram aplicados, a fim de fazer entrar em nossas mentes aquilo que se considerava correto, portanto verdadeiro. Quando as hipóteses de alguma criança não coincidiam com as verdades sustentadas pela escola, aquela era classificada como incompetente para aprender e, caso persistisse em seus erros e dificuldades, não restava dúvidas de que tinha problemas de aprendizagem. Muito provavelmente seria encaminhada à classe especial.

Com as postulações piagetianas também vemos modificada a concepção de erro: ele passa a ser visto como auxiliar na análise sobre o pensamento da

criança na produção de suas hipóteses. Dessa forma, o erro não é mais visto como inimigo escolar. Ao invés de tentar eliminar os erros das produções de seus alunos, as professoras já sabem que poderão desenvolver estratégias e fazer intervenções, para que essas crianças sejam confrontadas com as incoerências de suas hipóteses e obrigadas a reconstruí-las de forma cada vez mais adequada. Com isso imagina-se estar livre do buraco negro do “erro”, que tudo consome, até a paciência do professor. E assim, o erro se torna um aliado. No entanto, algumas crianças continuam não respondendo, como era de se esperar, a partir da concepção piagetiana da aprendizagem. Na verdade, o que ocorre é que, ao se apropriarem desse novo paradigma, os educadores adquirem, também, a esperança de verem eliminados todos os problemas que vêm enfrentando com seus alunos. O construtivismo entra na escola e a inunda de crenças sobre a possibilidade de um controle sobre a aprendizagem e, conseqüentemente, a eliminação do fracasso escolar, tal como nos mostra Vieira (1995). Embora tenham trabalhado na perspectiva construtivista, com conhecimento da teoria piagetiana, das análises linguísticas sobre a construção da escrita pela criança e de estudos pós-piagetianos sobre a construção do conhecimento, ao se depararem com as dificuldades de certos alunos, esses educadores se sentem angustiados e confusos. Na maioria das vezes, tendem a desacreditar a nova maneira de trabalhar ou acreditam que não se ajustam bem às novas exigências educacionais. O que esses educadores parecem desconhecer é que existe um sujeito que está além dos limites do sujeito epistêmico, portanto, que existe uma produção que vai além da abordagem psicogenética.

Embora a Epistemologia Genética lance mão de termos próprios à Psicanálise, como por exemplo, inconsciente e recalque, e se afaste das ideias behavioristas sobre o pensamento, não podemos afirmar que trate da existência do sujeito do inconsciente. O construtivismo piagetiano vem postular a existência de um sujeito que, embora não esteja totalmente consciente de seus pensamentos, não é marcado pelo desejo. Piaget postula a existência de um inconsciente cognitivo e, igualmente, de um recalque cognitivo, portanto limitados à lógica do sujeito epistêmico.

A partir da minha prática como pedagoga e do trabalho clínico com crianças que apresentam dificuldades nas aprendizagens escolares, deparei-me com a limitação da abordagem psicogenética para responder ao estatuto desse “erro” que persiste. Existe um sujeito que erra independentemente do controle que se possa ter sobre o processo de ensino, seja pelo construtivismo ou por qualquer outra abordagem epistemológica ou pedagógica. O que pude observar é que os pequenos sujeitos, nas salas de aula, podem produzir erros na escrita que trazem a marca do desejo. Erros que são produzidos não pela lógica do sujeito epistêmico, mas pela lógica do inconsciente. No entanto, no lugar desse saber sobre o qual ele nada sabe, a ciência produz um saber e o empresta ao sujeito. Ali onde surge a falta,

a ciência produz uma obturação com as teorias das crianças sobre a língua. O sujeito, que nada sabe sobre seu desejo, tudo sabe sobre seu erro.

Ao analisar erros recorrentes nas produções de alunos, mesmo após as intervenções pedagógicas de diferentes tipos, fui levada, “pela descoberta freudiana, a escutar no discurso essa palavra que se manifesta através ou mesmo apesar do sujeito” (LACAN, 1954, p. 303). Embora houvesse uma ótima explicação linguística para os erros dessas crianças, existia algo que elas diziam mesmo sem o saber, ou “que elas diziam sempre mais do que queriam dizer, sempre mais do que sabiam dizer” (*ibid*). E foi na tentativa de ouvir essa palavra, que está além do sujeito, que trabalhei na interpretação dos erros de Pedro, um aluno da 3ª série do Ensino Fundamental.

As armadilhas da escrita

A despeito de todas as tentativas pedagógicas em contrário, realizadas pela escola, Pedro persistia na produção de erros ortográficos e de construção de textos. Ele trocava letras e fazia omissões, como explicou a professora. No decorrer do trabalho, realizado sob a influência de vários estudos que destacavam o alto investimento intelectual dos aprendizes ao realizarem o que era considerado, pela escola, simples incorreções ou falhas na aprendizagem (ALVARENGA, 1994, FERREIRO & TEBEROSKY, 1986, OLIVEIRA e NASCIMENTO, 1990), fui levada a concluir que o menino produzia tais erros sob certas condições que suas hipóteses linguísticas impunham. Por exemplo: ele acreditava que as palavras escritas são reproduções exatas das palavras pronunciadas. Desta forma, ele escrevia “mininu”, igualando o grafema ao fonema. Ao ser-lhe explicitado o seu equívoco, Pedro tenta se safar das armadilhas linguísticas e passa a escrever tomando um cuidado excessivamente rigoroso: ele passa a diferenciar as palavras escritas das palavras pronunciadas. Isso o leva a novos erros, escrevendo, por exemplo, “válvola e tegela”. Pedro é questionado por mim e pôde refletir sobre suas hipóteses linguísticas, conseguindo produzir uma escrita mais adequada.

A professora de Pedro também havia me informado sobre a dificuldade do menino em produzir textos coerentes. Assim, segundo ela, ele acrescentava fatos à narrativa, resultando em um texto incoerente. Na verdade, constatei que Pedro não acrescentava esses fatos, como acreditava a professora: ele omitia outros, que dariam a explicação necessária à compreensão do leitor. Isso, no entanto, não parecia incomodá-lo. Era notável como Pedro, ao me ver esbarrar em um saber que somente ele detinha sobre a história, expressava um sorriso de verdadeira satisfação. Valendo-me dos ensinamentos de Freud (1905) sobre os chistes, poderia dizer que, onde aparece um furo, Pedro coloca seu riso, como se pode acompanhar no texto produzido por ele e no diálogo que o segue:

A corrida

“Era uma vez um coelho que ia desafiar a tartaruga numa corrida e a coruja ia da a largada. E os dois foram a largada e a coruja deu a largada e o coelho saiu na frente. Quando o coelho parou na árvore ele ficou preso na corda, quando a tartaruga chegou a onde ele estava a tartaruga cortou a corda o coelho se livrou e o coelho agradeceu.

Quando chegou a chegada eles gritaram só viva a tartaruga. E o coelho e a tartaruga ficaram amigo para sempre e a tartaruga recebeu o troféu”. Após certificar-me com Pedro que o texto estava terminado, pergunto-lhe:

- J: – Quem, afinal, ganhou a corrida?
P: – O coelho, ele é mais rápido do que a tartaruga.
J: – E por que a tartaruga ganhou o troféu?
P: – Porque ela ajudou o coelho a soltar da corda e ganhou um prêmio.
J: – Então foi por isso também que todos gritaram “viva” para a tartaruga?
P: – É, porque ela foi boa com o coelho ao invés de deixar ele preso na corda e ganhar a corrida.
J: – Eu não entendi porque o coelho parou na árvore. Ele não estava no meio de uma corrida?
P: – É. Ele não parou. Ele caiu numa armadilha que um caçador tinha colocado lá.
J: – Mas isso não está na história, só você sabia.
P. (Ele sorri.)

Como se pode notar, Pedro omite um fato importante da narrativa, a saber, que o coelho caiu numa armadilha. Nessa hiância se situa um saber que somente ele detém, uma verdade fundamental. Ali, onde falta algo ao texto, é acrescentada uma verdade. Talvez, no limite, a professora tivesse acertado: Pedro inscreve no texto algo além da compreensão do leitor. No entanto, isso não parece incomodá-lo até que eu prepare para ele um texto com as mesmas características dos seus. Apresento-lhe uma história, da qual retiro um fato fundamental para a compreensão do desfecho dado pelo autor. A princípio Pedro despreza a falta no texto, mas procuro confrontá-lo com ela, fazendo-lhe perguntas sobre os personagens e sobre os fatos da narrativa. Em certo momento, ele não pode mais ignorar a falta e se mostra bastante incomodado por ter caído na minha armadilha.

A partir de então, sendo confrontado com a lógica de seus textos, Pedro passa a falar sobre sua diversão predileta: preparar armadilhas para seu pai que, nas palavras do próprio menino, já não é mais tão esperto. Essas armadilhas demonstravam uma grande competência intelectual que destoava da sua condição escolar. Ele construía mecanismos sofisticados, atravessando barbantes entre os móveis da casa, presos às maçanetas das portas ou outros objetos, para que algo surpreendesse seu pai quando ali passasse. Dessa forma Pedro se certifica-

va, sempre, de sua superioridade em relação a ele. O menino traça várias considerações sobre essas brincadeiras, dizendo que, embora o pai também lhe preparasse armadilhas, ele era esperto o suficiente para não se deixar pegar. O menino também fala sobre algumas hipóteses acerca das figuras materna e paterna e sobre seu lugar na família. Afirma que sua mãe é menos esperta que seu pai, porque é maior que ele. O interessante, no entanto, é que essa percepção da criança não condiz com a realidade dos fatos: a mãe é menor que o pai. Pedro expressa seu grande temor: quando crescer vai perder a esperteza, como aconteceu com seu pai. Mas, mesmo assim, Pedro pode ter o visto paterno para o embarque rumo à vida adulta; seu pai é capaz de concedê-lo. O garoto diz: “o meu pai não é tão esperto mais. Ele agora é forte. Eu vou crescer e perder minha esperteza, mas eu vou ser forte”.

Com isso, pude constatar que ali, onde a ciência produziu um saber para o sujeito, ou seja, as hipóteses linguísticas que o orientavam na produção de erros na escrita, havia um saber sobre o qual Pedro nada sabia: um saber sobre a castração.

A professora de Pedro, como tantas outras, não pôde entender isso que o sujeito acrescenta ao seu texto. Nesses acréscimos, ela somente pôde encontrar o *nonsense*, a falta de sentido. Com isso, crianças, que deixam as marcas de sua subjetividade nas produções escritas, são, muitas vezes, cristalizadas no lugar de crianças com dificuldades de aprendizagem. Poderíamos pensar que quando se fala em sujeito, no mundo da escola, conseqüentemente se estabelece os limites da lógica consciente. Sendo assim, o sujeito do inconsciente não pode fazer parte desse universo. O que vemos, muitas vezes, é a segregação de crianças que manifestam sintomas na escola. A sua demanda, ao invés de abrir um caminho para a cura, conforme é entendida pela psicanálise, pode jogar o sujeito no fosso da paralisação, consagrando-lhe o estatuto de doente e incapaz, como alguém que foge ao ideal.

O método psicanalítico me parece o instrumento adequado no enfrentamento da questão que se coloca da produção de sintomas na escola, por ser ele que se ocupa do sujeito do inconsciente. Sigmund Freud, em *O pequeno Hans*, já nos chamava a atenção para aspectos que, quase um século mais tarde, não estão bastante explícitos para a maioria dos educadores. Analisando o caso dessa criança que produz uma fobia, Freud diz:

Ao educar as crianças, só visamos a ser deixados em paz e não ter dificuldades: em suma, a formar uma criança modelo; e prestamos muito pouca atenção se tal curso de desenvolvimento é também para o bem da criança. Posso, portanto, imaginar muito bem que tenha sido para seu benefício que Hans produziu essa fobia, pois ela dirigiu a atenção dos pais para as dificuldades inevitáveis com as quais uma criança é confrontada, quando, no curso de sua formação cultural, é solicitada a superar os componentes instintuais inatos da sua mente; e seu problema levou seu pai a assisti-lo (FREUD, 1909, p. 137).

Joana Assunção de Oliveira

Da mesma forma, suponho que as crianças dirigem suas demandas às professoras construindo sintomas, na tentativa inconsciente de fazer voltar à atenção desse Outro para questões com as quais não pode lidar de outra maneira. O pai de Hans conhecia a psicanálise e podia aceitar as manifestações inconscientes. Seria esse o impedimento maior à escuta de uma demanda na escola: a falta de um conhecimento sobre o inconsciente?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, D. *Análise das variações ortográficas*. Faculdade de Educação da UFMG, 1994 (mimeo).
- FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. *A psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- FREUD, S. “A interpretação dos sonhos”. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 4 e 5, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. “A psicopatologia da vida cotidiana”. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 6, Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- FREUD, S. “Os chistes e sua relação com o inconsciente”. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 8, 1905.
- FREUD, S. “O pequeno Hans”, In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 10, 1909.
- FREUD, S. “O sentido do sintoma (Conferência XVII)”, Conferências Introdutórias sobre Psicanálise, In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 16, 1916-17.
- FREUD, S. “Resistência e repressão (Conferência XIX)”, *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 16, 1916-17.
- FREUD, S. “Os caminhos da formação dos sintomas (Conferência XIX)”, *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 16, 1916-17.
- FREUD, S. “O inconsciente”. Artigos sobre Metapsicologia. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 16, 1916-17.
- FREUD, S. “Mecanismos psíquicos do esquecimento”. In: *Primeiras publicações psicanalíticas*, (Edição Standard Brasileira), v. 3, 1996.
- FREUD, S. “Três ensaios sobre a sexualidade”. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 7, 1996.
- FREUD, S. “Sobre as teorias sexuais das crianças”. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 9, 1996.
- FREUD, S. “O esclarecimento sexual das crianças”. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), v. 9, 1996.
- LACAN, J. *O Seminário. livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1954.
- LACAN, J. *O Seminário. livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1964.
- OLIVEIRA, J. A. de. *Para além do erro construtivo*. Monografia de Iniciação Científica, BH: UFMG/CNPq, 1996.
- OLIVEIRA, J.A.de. *Para além do erro construtivo... o sujeito*. In: GOMES, M. F. C & SENA, M.G.C.(orgs), *Dificuldades de aprendizagem na alfabetização*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.
- OLIVEIRA, M. A. e NASCIMENTO, M. do. *Da análise de “erros” aos mecanismos envolvidos na aprendizagem da escrita*. Educação em Revista, Belo Horizonte: (12): 33-43, dez/ 1990.
- PIAGET, J. *Problemas de Psicologia Genética*. SãoPaulo: Abril Cultural, 1972.
- VIEIRA, M. L. *Construtivismo: a prática de uma metáfora*. Dissertação de mestrado, BH: UFMG, 1995.

UMA PEQUENA ETNÓLOGA EM ANÁLISE

Laure Naveau

Léa tinha quatro anos quando a encontrei pela primeira vez. Ela havia acabado de perder seu pai e tinha, por conta própria, pedido à sua mãe para “ter” um psicanalista. Poderíamos dizer que ela já tinha uma prática indireta da posse desse objeto especial, já que sua mãe e sua irmã – dois anos mais velha – tinham, cada uma, um psicanalista antes do acontecimento da morte do pai.

Jacques Lacan indica, no *Seminário XI*, que “é no movimento mesmo de falar que a histérica constitui seu desejo”, e que é esse seu “traço diferencial”. Ele nos lembra que a porta de entrada de Freud no campo do inconsciente foi esta: “as relações do desejo com a linguagem e a descoberta dos mecanismos do inconsciente” (LACAN, 1979, p. 19). Foi esse o seu esforço para revalorizar a fala, para lhe restituir a dignidade.

Gostaria de analisar o caminho percorrido por Léa com a analista, como ela fez, entre quatro e oito anos, para se servir dela e para dispensá-la. E como ela se endereçou de maneira decidida ao Outro para tratar o real com o simbólico, ou seja, introduzir uma contabilidade, um “isso conta”, onde ela pôde, em seguida, assim como nos indica Jacques Lacan, “se reconhecer como sujeito contador”. Pois, diz ele, “é esta estrutura que dá seu estatuto ao inconsciente” (*ibid*, p. 26).

Os três tempos de Léa

Léa caminhou com “sua analista” durante três épocas distintas; suas idas e vindas tendo sido, a cada vez, pontuadas por ela, com meu consentimento. Parece que foi um tratamento paradoxal da separação que lhe permitiu se afastar de um Outro muito consistente. Pois a ausência ou, até mesmo, o desaparecimento do Outro torna-o, às vezes, exageradamente consistente – o que vale tanto para a criança quanto para o adulto – ao passo que, inversamente, a operação lógica da separação possibilita ao sujeito aceder a um laço social, permitindo-lhe a utilização dos *semblants*.

Em sua conferência em Lausanne sobre *A criança entre a mãe e a mulher*, Jacques-Alain Miller (1999) mostra que o que sustenta – e que o sujeito padece – é a estrutura do desejo particular que o colocou no mundo, e, em particular, o

desejo da mãe na sua relação com o desejo por um homem. Há uma condição para a aparição do desejo para a criança: que ele não sature o desejo da mãe, que esta não seja somente a “mãe insaciável”, da qual fala Jacques Lacan no seu *Seminário IV* sobre *A relação de objeto*, mas que ela seja uma mulher desejante. A criança vem, então, não completar a mãe, mas dividi-la, como o demonstra Jacques-Alain Miller. Com a condição de que a mãe seja a causa do desejo de um homem, a criança vem dividi-la entre a mãe e a mulher. E, com a condição de que o pai seja para ela um homem, “o desejo do falo da mãe encontra o significante de seu próprio desejo no corpo daquele a quem sua demanda de amor é endereçada” (LACAN, 1998, p. 701). Quando a criança é tomada em uma metáfora fálica marcada pela castração, ou seja, quando ela não é tudo para a mãe, a criança pode vir a representar o que há de sintomático no par familiar, o que Jacques Lacan indica em sua carta a Jenny Aubry como sendo uma situação dialética, portanto acessível à ação do analista.

Durante o primeiro período da análise, Léa vai interrogar seu lugar, seu lugar de criança como substituto fálico da mãe, e seu lugar na fratria. De fato, Léa se perguntou o que sua mãe ia fazer dela, agora que estava só, ainda mais que sua irmã – “que tem problema”, como me disse – não dava à mãe a mesma satisfação narcísica que ela. Portadora de uma leve deficiência, essa “irmã mais velha” se deixou alcançar e ultrapassar por Léa no plano motor e intelectual, passando a uma posição inferior, enquanto Léa se tornava “a primeira” – a realizar aquisições, por exemplo.

Já no segundo período, ela constrói uma história onde os pais se amam e têm filhos; em seguida o pai morre, e a mãe, que se encontra sozinha com suas filhas, procura um príncipe para amar. É a época em que ela começa a escrever palavras e a passar do desenho para a escrita de seu nome, de seu sobrenome e da palavra “papai”. Parece que nesse momento ela procura introduzir seu nome como uma marca, como uma inscrição – sob meus olhos, como uma filiação simbólica.

Ela volta para a análise uma terceira vez para se queixar do Outro, do real da sua vida difícil, dos outros que a deixam triste, falando-lhe de seu pai morto – o que reaviva sua ferida da perda recentemente cicatrizada, ou que a ferem, zombando de sua irmã “que tem problema”. Nossos encontros serão interrompidos desta vez – Léa está com oito anos – no momento em que, encantada, ela vem para as suas sessões acompanhada pelo avô materno, que ela conseguiu mobilizar para sua causa; quando me traz, triunfante, seu boletim escolar onde se vê que ela se tornou, incontestavelmente, a primeira da classe.

1º. O pai e o real

“A morte do pai. Todos sabem, com efeito, que parece estar aí a chave, o ponto sensível de tudo o que se enuncia – e não só a título mítico – sobre aquilo com que a psicanálise lida”, afirma Jacques Lacan (1992, p. 112) no *Seminário O avesso da psicanálise*.

Mesmo morto, o pai é esse que é reconhecido como merecendo o amor.

A sustentação histórica é o amor do pai.

Aos quatro anos, Léa me contou, inicialmente, que seu pai não podia dirigir, pois tinha dor na barriga. Era sua mãe quem dirigia e que, sozinha, montou sua cama quando seu pai já havia morrido. Nesse dia, ao ir embora de meu consultório, ela me deixou o desenho de uma sereiazinha que ia se casar com um príncipe que tinha o mesmo nome de seu pai. A promessa – essa do terceiro tempo do Édipo – estava ali. Ela me trouxe desenhos que seu pai, que era desenhista, lhe fizera; ela quis deixar tudo numa grande gaveta em meu consultório. Em seguida, desenhou várias séries de casas habitadas por uma menininha cada vez mais colorida; depois, um trem repleto de crianças e animais para fazerem companhia a uma linda menina. Logo após, ela desenhou casais de animais com filhotes. Essa primeira série de sessões foi interrompida quando Léa desenhou um caranguejo, sozinho em sua ilha deserta, e que morre ao receber um coco na cabeça. A morte, como o sol, não pode ser olhada diretamente. Léa suspendeu suas visitas e só voltou por causa dos fantasmas que lhe causavam medo à noite e que a faziam pensar em seu pai.

2º. Os fantasmas e o lobo

Quando lhe perguntei o que eram esses fantasmas¹ e para que eles poderiam servir, ela me explicou que fantasmas não existiam, que eram mortos que voltavam para assustar as menininhas. Eu lhe propus ver, nesses mortos que voltam, a expressão de um desejo de fazer os mortos voltarem para a terra. Ela concordou.

Ela me anunciou, na sessão seguinte, que não acreditava mais em Papai Noel, e desenhou um muito bonito, com sua roupa vermelha. Em seguida, veio vestida de vermelho e me disse que era ela mesma que escolhia suas roupas de manhã, e que tinha querido ser como a Chapeuzinho Vermelho. Perguntei-lhe se não tinha medo de ser comida pelo lobo. Ela, então, desenhou um lobo com um Chapeuzinho Vermelho ao lado, dizendo que ele a achava bem bonitinha, mas que, com efeito, ia comê-la. Chamei esse desenho de “amor devorador”.

Nos meses que se seguiram, Léa me pediu para escrever frases que me

ditava, como por exemplo: “Léa é uma menininha que gosta muito de ser olhada”; para comentar o desenho de uma menina transformada pela fada em uma bela dançarina sorridente, aplaudida, sob os refletores, por um público numeroso. Os grandes dentes desenhados na menininha lhe dão a oportunidade de falar que as meninas, às vezes, comem suas mães.

Disse-lhe que eu havia constatado isso quando ia buscá-la na sala de espera e a encontrava agarrada ao colo de sua mãe. Eu trouxe, então, uma cadeira especial para ela.

Em seguida, Léa desenha um homem muito doente no hospital, uma mãe sozinha com duas filhas nos braços, e me anuncia que vai desenhar o cemitério com os túmulos de seu pai e de seu avô, sobre os quais ela traça inscrições ilegíveis. Depois, faz vários desenhos representando casais enamorados. Ela me pergunta se um dia poderemos olhar sob o mantô de uma mãe, se há um bebê em sua barriga, e se ela pode ser a irmã mais velha, já que sua irmã mais velha é, na realidade, menor do que ela. A essas questões tão cruciais sobre o lugar simbólico, sobre a vida e a morte, respondi simplesmente enunciando algumas leis fundamentais: “quando se é a irmã mais velha, continua-se sendo a irmã mais velha, e quando se é a irmã caçula, também se continua nesse lugar aí, mesmo se crescemos muito...” “Não se volta mais para a barriga da mãe, mas se pode fazer perguntas sobre o que se faz para ter bebês”.

Léa começou a aprender a escrever após essas sessões, lembrando-me que foi seu pai quem lhe ensinou a segurar um lápis. Um dia, ela desenha uma menina que tem um passarinho em uma gaiola e diz que vai escrever uma carta para seu pai, para que ele venha buscá-la. Ela se queixa que sua mãe não cuida dela o bastante, pois conversa com suas amigas. Essa série de sessões termina com um desenho, que é um pequeno presente que ela me dá.

3º. O Nome-do-Pai

Quando volta para algumas entrevistas, Léa já está falando muito bem. Ela construiu seu mito, sua história: é a história “de uma vida difícil porque me falam de um pai que não tenho mais e zombam de minha irmã que tem problema”. Ela me explica que se sente no dever de proteger sua irmã, e que lhe faz bem vir me falar de sua vida porque, falando-me disso, verifica que tem uma “psi” só para ela, o que lhe torna a vida menos difícil. Um dia, ela propõe que seu avô a acompanhe às sessões, durante o tempo em que sua mãe cuida de seus afazeres, decidindo, assim, trocar de parceiro. Ela se torna a primeira da classe e me diz que pode parar novamente de vir falar comigo, pois conseguiu encontrar seu lugar na cama, indicando desse modo, que suas noites voltaram a ser tranquilas.

Talvez Léa tenha essa noção de que não se pode dizer tudo, que há esse indizível inerente à linguagem, que se escreve S (~~A~~), e que o encontro com isso que falta já faz parte de seu caminho. O Outro falta, alguma coisa falta à mãe e a ela também: falta-lhe a voz e o olhar do pai. Mas talvez ela tenha feito dessa falta um traço, um traço de exceção, este de “uma vida difícil”, que a distingue em uma posição bastante aceitável de ser a primeira na escola.

Ela opôs à morte do pai a vida marcada por esse “menos”, pela dificuldade, do qual, no entanto, fez um uso fálico, o que é um ponto de apoio para ela.

A questão, para Léa, será, sem dúvida, a de poder manter esse lugar de “primeira”, identificação fálica sob o olhar do pai morto, ou seja, de um Outro que existe, o que torna, de fato, a vida difícil.

Tradução: Yolanda Vilela
Revisão: Gilson Iannini

NOTA

¹ A expressão utilizada no original, em francês, é fantôme, e não fantasma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LACAN, J. *O Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.
- LACAN, J. *O Seminário 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- LACAN, J. A significação do falo. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. Duas notas sobre a criança. In: *Ornicar?*, n. 37, 1986.
- MILLER, J.-A. *La petite Girafe*. n. 11, out. 1999.

ESTRATIFICAÇÃO CLÍNICA DA LEI¹

Éric Laurent

A relação com a causa analítica pode ser definida como o laço que o desejo autoriza. Isso seria “a lei do desejo”. Essa lei é paradoxal e esse paradoxo se articula em dois níveis.

Os dois níveis da lei e o fora da lei

O primeiro nível do paradoxo da lei repousa no fato de que “é a lei que faz o pecado”. Esse princípio enunciado por São Paulo, e diversas vezes comentado por Lacan (1998) desde o texto *Função da psicanálise em criminologia*, pode ser enunciado de diferentes maneiras. Podemos dizer que o enunciado da regra implica a transgressão ou, ainda, que a norma chama a infração. É uma das formas de realização das “vias perversas do desejo”.

Num segundo sentido: “Ninguém deve desconhecer a lei: essa fórmula, transcrita do humor de um Código de Justiça, nenhum homem a desconhece, com efeito, já que a lei do homem é a lei da linguagem” (LACAN, 1998, p. 173). Essa redução da lei mais positiva, mais jurídica, à lei da linguagem, enunciada em 1953, é uma tese estruturalista, ligada à obra de Claude Lévi-Strauss (1975). Ao mesmo tempo em que Lacan anuncia que utiliza o termo estrutura num sentido autorizado por Lévi-Strauss, ele se entrega, em *Função e campo da fala e da linguagem*, a um desenvolvimento cujo alcance aparecerá em toda a sua amplitude um pouco mais tarde em *Subversão do sujeito*. Primeiramente ele reformula as estruturas elementares do parentesco em termos que lhe permitem alojar nelas o complexo de Édipo. O lugar do sujeito é marcado por uma certa relação de exclusão/inclusão nas leis do sistema.

A Lei primordial, portanto, é aquela que, ao reger a aliança, superpõe o reino da cultura ao reino da natureza, entregue à lei do acasalamento. A proibição do incesto é apenas o eixo subjetivo... Essa lei, portanto, faz-se conhecer suficientemente como idêntica a uma ordem de linguagem (STRAUSS, 1975, p. 278).

As estruturas do parentesco, com a instauração da troca das mulheres autorizada pela proibição do incesto, fixam o desenvolvimento dos poderes do verbo e do circuito que ele permite. Lacan conecta então, num resumo notável,

Rabelais à etnologia. Ele aproxima a Grande Dívida “da qual Rabelais, numa metáfora célebre, estende até os astros a economia” (*ibid*, p. 280) e “a garantia de que a viagem, para a qual são impelidos as mulheres e os bens, reconduz a seu ponto de partida, num ciclo infalível, outras mulheres e outros bens, portadores de uma entidade idêntica” (*ibid*). Nesse ponto, Lacan parece aceitar a ideia de Lévi-Strauss segundo a qual os bens e as mulheres que retornam ao início do ciclo o fazem sem nenhuma perda no sistema. Eles são portadores, diz Lévi-Strauss, “de uma entidade idêntica: o símbolo zero, reduzindo à forma de um signo algébrico o poder da Fala” (*ibid*). Há, no entanto, uma distância em relação à “redução” que Lévi-Strauss faz do poder da palavra. Se a “vida do homem” se reduzisse ao símbolo, então “o vivente se aniquilaria”. Para Lacan, o ciclo da linguagem não se completa sem que o desejo preserve o lugar do vivente “nas interferências e nas pulsações que fazem convergir para ele os ciclos da linguagem, quando a confusão das línguas mistura-se a eles e as ordens se contrariam” (*ibid*). Essa concepção vem, em última instância, reduzir as leis da organização social às leis da linguagem, elas próprias reduzidas a três termos: S_1 , S_2 e 0. Isso implica, para a psicanálise, em reservar ao gozo do vivo o lugar desse último símbolo como “liberação do sentido” (MILLER, 2000, p. 87). No grafo de Lacan, completado pelo “gozo como impossível” vem se inscrever um símbolo de um tipo radicalmente novo: $S(\mathcal{A})$. Lacan, de início, distingue cuidadosamente seu significante $S(\mathcal{A})$ de todo símbolo zero. Esse último, $S(\mathcal{A})$, inscreve “o significante da falta do símbolo zero” (LACAN, 1998, p. 836). É um significante que escreve a impossibilidade no sistema. O pacto fundamental com a palavra muda, então, de sentido. As instituições que as leis da palavra engendram devem deixar um lugar inteiramente diferente ao vivente.

Dizer que o grafo inscreve uma estrutura tal, que ela repercuta em todos os níveis a falta de símbolo zero, é assegurar a possibilidade de inscrição do novo. É a generalização do *Witz*, tal como J-A. Miller mostrou o funcionamento em seu comentário das *Formações do Inconsciente*. Nesse sentido, a “Lei” supõe a “comunidade natural” daqueles que perdem a referência. A linguagem não visa senão “o ser do traço de um nada”. É assim que se instaura a comunidade daqueles que têm o gozo dessa *tyché*, desse encontro faltoso.

O primeiro nível do enlaçamento entre lei e desejo designa a linguagem como artefato. É a linguagem enquanto suas leis que testemunham o reino da regra fundamental da permutação. É possível tocar as significações melhor estabelecidas graças a esse princípio. É aquele da “ex-sistência”.

O nível da “Lei da linguagem” permite aproximar o ponto de experiência da perda da referência. É o ponto da experiência do real que se encontra “fora da lei”. O passe recolhe esse ponto tal como ele foi destacado no final de uma análise. Todo o discurso analítico se acha polarizado nisso. É uma das maneiras de ler a declaração de Lacan, segundo a qual “pode-se contentar em ser Outro como todo mundo, após uma vida passada querendo sê-lo apesar da lei”.²

O patológico e o místico

É justamente pela evocação da mobilização do traço de nada que, “salvando a duração do que passa, engendra a coisa” (LACAN, 1998, p. 280), é possível não ser esmagado pelas significações que nos pesam. O *automaton* não é simples subjugação, e ele tem o seu avesso, a *tyché*. Uma patologia é testemunha disso: “A paixão do jogador não é outra senão essa pergunta feita ao significante, figurada pelo *automaton* do acaso” (LACAN, 1998, p44). Eu que estou submetido às leis da linguagem, – Oh Deus, eu te pergunto, quem sou eu para ti? “Quem és tu, imagem do dado que lanço em teu encontro (*tyché*) com minha sorte? Nada, a não ser essa presença da morte que faz da vida humana esse *sur-sis* obtido de manhã em manhã, em nome de significações cujo signo é o cajado. Assim fez Sherazade durante mil e uma noites” (*ibid*). Essa identidade de posição do signo da mulher e daquele da morte assinala em que a mulher “funda seu ser fora da lei”. Seu ser se funda fora da troca. Para ligar a formulação dos anos cinquenta com a do *Seminário XX*, a mulher é “não-toda na lei da troca”.

De onde a articulação na patologia dos diferentes registros da lei. Do lado obsessivo, no lugar em que tudo se troca numa permutação das significações, uma ideia recusa entrar nas leis da linguagem. A oblação radical do fantasma obsessivo insiste ainda mais: trocar tudo, não possuir nada, viver num hotel. Jean-Luc Godard fez versões extraordinárias disso em *Viva a vida!* O obsessivo, do qual Lacan fala em *Direção do tratamento*, quer trocar sua mulher de qualquer maneira, dá-la a um outro para ficar tranquilo; que ela vá tomar o falo de um outro. É o avesso da vida no hotel. Aliás, um romance de Klossowski, *O Ponto*,³ opõe o hotel ao hóspede. Ele inventa uma ficção, na qual o hotel é o lugar da troca das mulheres que não pertencem a ninguém, a nenhuma comunidade. O hóspede deve dar ao outro o dom de seu bem inalienável, do objeto que está fora de todo circuito de troca: sua mulher. É o modo pelo qual Klossowski sabe que a mulher está não-toda na função fálica. O que faz uma patologia da lei mais complexa.

A histeria também apresenta uma patologia das leis da linguagem, na qual o sujeito histérico busca, trocando todas as posições, onde estaria o que verdadeiramente seria o desejo. É o que Lacan fez valer entre Dora, o Sr. e a Sra. K.

Podemos dizer que Dora é o avesso do hóspede nas leis da hospitalidade de Klossowski. É o que também faz o traço de perversão na histeria: valorizar o artefato da troca estando fascinado pelo que não se troca, o mistério da feminilidade.

Para além das leis da permutação, os nós do desejo e da regra comportam seu próprio princípio patológico de enlouquecimento. O desejo está sempre pronto a se transpor para a dimensão do proibido ou para a do indecível. Isso se apresenta sempre numa categoria que enlouquece o sim e o não. Surgiu, pri-

meiramente para Freud, no que ele chamou de “a bissexualidade do fantasma histérico” (1908). Depois ele o radicalizou em seu artigo sobre *Construções em análise*. A Coisa freudiana é uma zona onde o “sim” e o “não” não valem mais.

Ela está antes do sim e do não. É também o que nos revelaram os paradoxos do supereu. O supereu proibidor, herdeiro do complexo de Édipo, é precedido por um supereu que brota com a pulsão de morte. É o que Lacan resolve com sua construção do super-eu que diz: “Goza!”⁴ É o que dá, à relação do sujeito com a Coisa, um caráter de enlouquecimento. É o grão de loucura que é preciso aceitar, do qual é preciso se fazer de crente.

Um dos nomes que Lacan (1985) deu a essa posição é o de “místico”. A posição “mística” que Lacan promove não é apenas aquela do laço simbólico com seu deus. É assim qualificado aquele que fez sua experiência, no corpo, de uma presença de gozo – daquilo que J-A. Miller soube isolar como “presença de um amor real” – aquele que toca realmente no corpo imaginário. Dessa maneira, provoca experiências de certeza, pontos de indizível, a partir dos quais o sujeito interroga o que o sistema do saber não consegue dizer. Isso abre, para os “sentidos novos”, o que nenhum dogma, nenhuma regra, nenhuma norma pode assimilar. Isso reenvia a uma experiência como tal. É mística em *Mais...ainda* uma posição na qual o sujeito, em relação com o discurso do Outro, é levado, para retomar os termos usados por J-A. Miller em seu curso sobre *O tempo lógico*, a “pagar com sua pessoa”. O místico ou a mística recupera, propriamente dizendo, o objeto perdido. O sujeito se diz, então, no feminino: ela, pois recupera não apenas o objeto simbólico do qual ela foi privada, mas o discurso mesmo. A mística, querendo fazer existir o discurso do Outro, dá à luz o próprio discurso, o garante.

A ética da psicanálise, enquanto ela consiste em se fazer de crente de um discurso, comporta um ponto de mística e um ponto de loucura. Isso é algo diante do que Lacan não recua. Diante do mundo da razão do teólogo ou do mundo da razão universitário, já que os teólogos inventaram a universidade, Lacan manteve de diferentes maneiras, essa dimensão ética do grão de loucura.

Diante desse desejo cuja consciência não tem mais nada a ver senão com o saber que não pode ser conhecido, mas que é reconhecido apesar de tudo por ser a estrutura de um ‘para-si’ por excelência, como se conduzir corretamente? A via de Freud é uma via que mostra ‘esse acordo do homem com uma natureza que misteriosamente se opõe a ela mesma’. Eis o que Freud nos indica sem pedantismo, sem espírito de reforma, e como que aberto a uma loucura que ultrapassa de longe o que Erasmo sondou de suas raízes (LACAN, 1982, p. 87).

O único temperamento que se introduz na ética da psicanálise é aquele do “tempo medido pela razão” (*ibid*). O desejo é uma zona enlouquecedora. É vão tentar reduzi-la. Todos os discursos de sabedoria são enganos. E, no

entanto, é possível saber alguma coisa sobre isso, para fazer uma pausa nessa loucura, para se refazer a saúde de tempo lógico em tempo lógico, para sair dela de uma boa maneira.

Tradução: Cristina Drummond
Revisão: Elisa Alvarenga

NOTAS

- ¹ LAURENT, É. Stratification Clinique de La Loi. In: *Mental* n. 8, Bruxelles, École Européenne de Psychanalyse, p. 9.
- ² LACAN, J. L'Autre manque. In: *Ornicar?* 20/21, Paris, Lyse, 1980.
- ³ KLOSSOWSKI, P. *Le souffleur ou le theater de société*. Incluído na trilogia *Lês lois de l'hospitalité*, Galimard, 1965.
- ⁴ O Seminário de DEA de Jacques-Alain Miller foi lugar de um estudo preciso desses paradoxos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREUD, S. “Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade”. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Edição Standard Brasileira), Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LACAN, J. *O Seminário 20: Mais....ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- LACAN, J. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. O Seminário sobre a carta roubada. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. Conférence à Bruxelles (9 e 10 de março de 1960). In: *Quarto* n. 6, Bruxelles, avril 1982.
- LÉVI STRAUSS, C. A noção de estrutura em etnologia (1953) In: *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1975.
- MILLER, J.-A. Os seis paradigmas do gozo. In: *Opção Lacaniana*, 26/27, São Paulo, Eólia Ed., 2000.